



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A representação mediática da deficiência: uma análise de conteúdo da imprensa portuguesa

Maria Cecília Bello Moutinho Baseggio

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadoras:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada (com Agregação)
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Carla Cruz, Professora Auxiliar
ISCSP – Universidade de Lisboa

Dezembro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

A representação mediática da deficiência: uma análise de
conteúdo da imprensa portuguesa

Maria Cecília Bello Moutinho Baseggio

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadoras:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada (com Agregação)
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Carla Cruz, Professora Auxiliar
ISCSP – Universidade de Lisboa

Dezembro, 2024

Departamento de Sociologia

A representação mediática da deficiência: uma análise de conteúdo da imprensa portuguesa

Maria Cecília Bello Moutinho Baseggio

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Júri:

Doutor Vania Baldi, Professor Associado com Agregação, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria Paula Pestana de Freitas da Silva Faria de Campos Pinto, Professora Associada, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

Doutor José Ricardo Pinto Carvalheiro, Professor Associado, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior

Doutora Maria Clara Moreira de Almeida Santos, Professora Auxiliar, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Doutora Joana Fonseca França Azevedo, Professora Associada, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria Cláudia Silva Afonso e Álvarez, Professora Associada com Agregação, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Para Betinho e João Pedro.

Para Clara, Samuel e Leandro.

Agradecimentos

Talvez no início desta jornada, há cinco anos, eu não poderia imaginar o que esta tese representaria na minha vida. Além do processo intelectual e acadêmico, posso dizer que este trabalho profundo e intenso, provocou em mim uma reviravolta de proporcional magnitude. Mas, ao olhar para trás, posso afirmar que melhor do que chegar ao seu fim, é ter a plena consciência de tudo o que este doutoramento gerou. Só posso ser grata a mim por ter chegado até aqui.

Este doutoramento é o fruto de uma semente plantada no coração daquela jovem que percorreu pela primeira vez, com olhos encantados e pulso acelerado, os corredores da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E, apesar de todas as dificuldades enfrentadas nas instituições públicas brasileiras de ensino superior, encontrou Mestres que a inspiraram a querer ser como eles, a buscar o caminho do conhecimento e da excelência, e a acreditar que a educação é capaz de transformar pessoas, e um país inteiro!

Agradeço primeiramente ao Leandro, um companheiro e um amor, que me incentiva e apoia em voos que eu mesma, por vezes, duvido ser capaz de alcançar.

À Clara e ao Samuel, pela admiração e amor incondicionais, que tantas vezes foram a razão de eu não desistir. Os abraços e beijinhos, nas longas horas sentada a trabalhar, foram o combustível que tantas vezes eu precisava;

À minha avó, meu maior exemplo, que com o seu amor, carinho e zelo alegrou e alegrou a vida desta menina. Agradeço também ao meu avô, que com sua presença necessária e amorosa deixou lembranças diárias;

À minha mãe, por um amor imensurável, por uma profunda dedicação e por tantas vezes ter renunciado a si por nós. Esta tese tem um grande esforço dela, lá no início de tudo;

Ao meu pai, pelo amor, pelo incentivo e por ter sido sempre um exemplo intelectual;

Às minhas irmãs, por acreditarem e estarem presentes, cada uma a seu modo, mesmo tão distantes geograficamente;

Aos meus sogros, que como pais, acreditaram, estiveram sempre presentes e incentivaram-me mais uma vez;

À Professora Doutora Cláudia Álvares, por estar presente neste longo caminho, por uma orientação acurada e cuidadosa, e por me ter encorajado a perceber que eu já tinha uma tese em mãos. Agradeço também por ter acreditado em mim e por ter aberto as portas para a docência na área das ciências da comunicação. Sem dúvida, a Professora Cláudia ajudou-me a realizar um dos meus maiores sonhos;

À Professora Doutora Carla Cruz, por sua generosidade e disponibilidade em me receber quando eu ainda só tinha uma ideia de tese. Por orientar-me, com um olhar atento, palavras cuidadosas e encorajadoras e observações precisas.

Ao Professor Doutor Gustavo Cardoso, por estar sempre disponível e presente, com importantes e minuciosas orientações.

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa pela cedência dos bancos de dados utilizados em parte da pesquisa quantitativa;

Esta tese teve atribuição de bolsa interna a estudantes do 3º ciclo do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, nos anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023.

Resumo

Os media desempenham um papel fundamental em moldar as percepções sociais das pessoas com deficiência, e podem contribuir sobremaneira para a efetivação dos seus direitos. A representação mediática da deficiência é um campo pouco investigado dentro das Ciências da Comunicação, com ainda menos trabalhos desenvolvidos na área do jornalismo português. Com o objetivo de se verificar e analisar as representações da deficiência nos principais jornais impressos em Portugal, na década de 2008 a 2018, período que marca a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), formulou-se a seguinte questão de partida “Como a deficiência e as pessoas com deficiência são representadas pela imprensa portuguesa?” Complementarmente, por ocasião da pandemia do Covid-19, decidiu-se ampliar as análises para o período do primeiro confinamento português (março, abril e maio de 2020), de forma a verificar a atenção dedicada às pessoas com deficiência. A partir de uma abordagem de métodos mistos, foi realizada, numa fase quantitativa, uma análise de conteúdo categorial. Posteriormente, desenvolveu-se uma análise temática em uma parte selecionada do corpus. Os resultados encontrados evidenciam que a representação da deficiência na imprensa portuguesa, embora tenha avançado no sentido de uma abordagem de direitos, conforme preconizada pela CDPD, mantém a deficiência com pouca representatividade, do mesmo modo que não garante espaços de destaque nos impressos, persiste em enquadramentos tradicionais da deficiência (médico, patológico social e *supercrip*) e encontra-se baseada em estereótipos que remetem à tragédia, à dependência, à incompetência e a busca pela superação da deficiência.

Palavras-chave: media, deficiência, imprensa, representação mediática, covid-19, análise de conteúdo

Abstract

The media assumes a fundamental role in shaping how society perceives people with disabilities and significantly contributes to the implementing of their rights. The media representation of disability is an underexplored field within communication sciences, with even fewer studies addressing portuguese journalism. The research question, “How are disability and people with disabilities represented in the Portuguese press?” sought to identify and analyze representations of disability in major Portuguese print newspapers during the decade from 2008 to 2018—a period marked by the ratification of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD). Additionally, in light of the coronavirus pandemic, the study expanded it’s scope to include the first portuguese lockdown (March, April, and May 2020) to examine the attention given to people with disabilities during the pandemic. A mixed-methods approach was adopted, combining a categorical content analysis during the quantitative phase with a thematic analysis applied to a selected portion of the corpus. The findings revealed that, although the representation of disability in the portuguese press has significantly progressed towards a rights-based approach in line with the CRPD, disability remains underrepresented and does not receive prominent coverage in print media. Traditional models of media representation of disability (medical, pathological, social, and supercrip) persist, and portrayals are largely grounded in stereotypes linked to tragedy, dependency, incompetence, and overcoming disability.

Keywords: media, disability, press, media representation, covid-19, content analysis

Índice

| | |
|--|------|
| Agradecimento | iii |
| Resumo | v |
| Abstract | vii |
| Índice de quadros | xiii |
| Índice de figuras | xv |
| Glossário de siglas | xvii |
| Introdução | 1 |
| Apresentação e enquadramento da investigação | 1 |
| Pertinência e originalidade do estudo | 3 |
| Questão orientadora da investigação, objetivos e hipóteses | 4 |
| Síntese da estrutura da tese | 5 |
| Capítulo 1. A Teoria da Deficiência | 7 |
| 1.1. Deficiência e sociedade – Antecedentes | 7 |
| 1.2. O movimento das pessoas com deficiência | 11 |
| 1.3. Os Estudos da deficiência | 14 |
| 1.3.1. Modelo individual ou médico e o modelo social da deficiência | 14 |
| 1.3.2. Críticas ao modelo social da deficiência | 18 |
| 1.3.3. Modelo relacional | 20 |
| 1.3.4. Deficiência e Direitos Humanos | 21 |
| 1.4. Pessoas com deficiência em Portugal | 22 |
| 1.4.1. Breve histórico do movimento de pessoas com deficiência | 22 |
| 1.4.2. A evolução das políticas públicas para a deficiência em Portugal | 26 |
| 1.4.3. Panorama legal da deficiência em Portugal | 29 |
| 1.4.4. Normas e leis no âmbito da Comunicação social | 32 |
| Capítulo 2. Comunicação e Sociedade | 35 |
| 2.1. O protagonismo dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas | 35 |
| 2.2. Modelo integrado para pesquisa de media e comunicação de massa | 37 |
| 2.2.1. Estudos da audiência | 39 |
| 2.2.1.1. Teoria dos efeitos | 39 |
| 2.2.1.2. Teoria do <i>gatekeeper</i> e os critérios de noticiabilidade | 42 |
| 2.2.1.3. Teoria do <i>agenda-setting</i> | 46 |
| 2.2.1.4. <i>Encoding/decoding</i> – Um ciclo de <i>feedback</i> contínuo | 48 |
| 2.2.1.5. Teoria do enquadramento | 50 |
| 2.2.1.6. Teoria das representações sociais | 54 |
| 2.2.1.7. Teoria do cultivo | 55 |

| | |
|---|-----|
| 2.3. Educação para os media | 56 |
| Capítulo 3. Media e Deficiência | 59 |
| 3.1. A representação mediática da deficiência | 59 |
| 3.1.1. Modelos de enquadramento de representação mediática da deficiência | 62 |
| 3.2. Estudos empíricos de representação mediática da deficiência: uma revisão longitudinal da literatura | 66 |
| 3.3. Estudos empíricos de receção: dos media às perceções públicas | 83 |
| Capítulo 4. Objeto empírico e metodologia | 89 |
| 4.1. A imprensa e a pessoa com deficiência | 89 |
| 4.1.1. Conceituação e enquadramento das pessoas com deficiência em Portugal | 89 |
| 4.1.2. As notícias sobre pessoas com deficiência na imprensa portuguesa | 90 |
| 4.2. Metodologia | 92 |
| 4.2.1. Abordagem e método de pesquisa | 92 |
| 4.2.2. Técnicas de pesquisa quantitativa | 95 |
| 4.2.2.1. Análise de conteúdo | 95 |
| 4.2.2.1.1. Técnica de análise descritiva | 97 |
| 4.2.2.1.2. Corpus de análise | 98 |
| 4.2.2.1.3. Categorias de análise e unidades de registo | 99 |
| 4.2.3. Técnicas de pesquisa qualitativa | 103 |
| 4.2.3.1.1. Análise temática | 103 |
| 4.2.3.1.2. Corpus de análise | 104 |
| 4.2.3.1.3. Códigos e temas | 104 |
| Capítulo 5 Caracterização da representação mediática da deficiência na imprensa portuguesa | 107 |
| 5.1. Agenda mediática da deficiência na imprensa portuguesa | 107 |
| 5.1.1. Estudo 1: A Representação das pessoas com deficiência e da deficiência imprensa portuguesa de referência, <i>Diário de Notícias</i> , semanário <i>Expresso</i> e revista <i>Visão</i> entre 2008 e 2013 | 107 |
| 5.1.2. Estudo 2: A Representação das pessoas com deficiência e da deficiência na imprensa portuguesa entre 2014 e 2018 | 119 |
| 5.1.3. Estudo 3: A Representação das pessoas com deficiência e da deficiência no jornal Público no primeiro confinamento português devido a pandemia do coronavírus | 131 |
| 5.1.4. Estudo 3: Análise temática da representação das pessoas com deficiência e da deficiência no primeiro confinamento português devido a pandemia do coronavírus | 139 |
| 5.2. Revisão das hipóteses | 178 |
| Capítulo 6. Discussão dos Resultados | 181 |
| 6.1. Observatório da deficiência na imprensa portuguesa | 181 |
| 6.1.1. A noticiabilidade da deficiência (2008-2018 e Covid-19) | 181 |

| | |
|--|-----|
| 6.1.2. A representação da deficiência na imprensa portuguesa | 186 |
| 6.1.3. A participação das pessoas com deficiência na imprensa portuguesa | 194 |
| Conclusão | 199 |
| Fontes | 209 |
| Referências Bibliográficas | 211 |
| Anexos | 227 |
| Anexo A – Grelha categorial utilizada na análise de conteúdo dos artigos de imprensa no Estudo 1 | 229 |
| Anexo B – Livro de códigos do projeto <i>Disability Rights Promotion International</i> (DRPI) | 233 |
| Anexo C – Grelha categorial utilizada na análise de conteúdo dos artigos de imprensa no Estudo 2 | 239 |
| Anexo D – Livro de códigos do Projeto de Representações Mediáticas de Públicos Sensíveis (2014-2018) | 245 |
| Anexo E – Grelha categorial utilizada na análise de conteúdo dos artigos de imprensa no Estudo 3 | 249 |
| Anexo F – Livro de códigos do banco de dados do jornal Público – análise de conteúdo do Estudo 3 | 255 |
| Anexo G – Grelha de códigos para a análise temática dos artigos de imprensa no Estudo 3 | 259 |
| Anexo H - Livro de códigos para a análise temática dos artigos de imprensa no Estudo 3 | 263 |

Índice de quadros

- Quadro 3.1 – Modelos de Representação Mediática da Deficiência
- Quadro 3.2 – Estereótipos utilizados pelos media para representar as pessoas com deficiência
- Quadro 3.3 – Estudos Empíricos de Representação Mediática da Deficiência
- Quadro 3.4 – Estudos sobre as PcD e a atuação e o mercado de produção mediática
- Quadro 3.5 – Percepção da Representação Mediática da Deficiência
- Quadro 4.1 – Metodologia, técnicas e procedimentos de análise utilizadas na investigação, de acordo com os objetivos específicos
- Quadro 5.1 – Grelha com as categorias analíticas jornalísticas do Estudo 1 (2008/2013)
- Quadro 5.2 – Grelha com as categorias analíticas da deficiência do Estudo 1 (2008/2013)
- Quadro 5.3 – Ênfase dada à representação da deficiência em cada ano (2008/2013)
- Quadro 5.4 – Assunto principal das notícias sobre deficiência em cada ano (2008/2013)
- Quadro 5.5 – Representação da deficiência por secção dos impressos em cada ano (2008/2013)
- Quadro 5.6 – As fontes da deficiência nas notícias em cada ano (2008/2013)
- Quadro 5.7 – A Voz de deficiência nas notícias em cada ano (2008/2013)
- Quadro 5.8 – A representação da deficiência em função do tipo da deficiência em cada secção entre 2008 e 2013
- Quadro 5.9 – A representação da deficiência em função do tipo da deficiência e o assunto entre 2008 e 2013
- Quadro 5.10 – Grelha com as categorias analíticas jornalísticas do Estudo 2 (2014/2018)
- Quadro 5.11 – Grelha com as categorias analíticas da deficiência do Estudo 2 (2014/2018)
- Quadro 5.12 – Ênfase dada à representação da deficiência em cada ano (2014/2018)
- Quadro 5.13 – Representação da deficiência por secção dos impressos em cada ano (2014/2018)
- Quadro 5.14 – Assunto principal das notícias sobre deficiência em cada ano (2014/2018)
- Quadro 5.15 – As fontes da deficiência nas notícias em cada ano (2014/2018)
- Quadro 5.16 – A Voz de deficiência nas notícias em cada ano (2014/2018)
- Quadro 5.17 – A representação da deficiência em função da ênfase dada em cada meio entre 2014 e 2018
- Quadro 5.18 - A representação da deficiência em função do tipo jornalístico em cada meio entre 2014 e 2018
- Quadro 5.19 – A representação da deficiência em função da fonte em cada meio entre 2014 e 2018
- Quadro 5.20 - A representação da deficiência em função da voz da deficiência em cada meio entre 2014 e 2018

Quadro 5.21 – A representação da deficiência em função do tipo da deficiência em cada secção entre 2014 e 2018

Quadro 5.22 – A representação da deficiência em função do tipo da deficiência e o assunto entre 2014 e 2018

Quadro 5.23 – Grelha com as categorias analíticas jornalísticas do Estudo 3 (Covid-19)

Quadro 5.24 – Grelha com as categorias analíticas da deficiência (Covid-19)

Quadro 5.25 – Matriz de códigos da análise temática da representação da deficiência no confinamento Covid-19

Quadro 5.26 – Frequência de palavras dos leads das notícias da análise temática – Covid-19

Quadro 5.27 – Frequência de palavras dos títulos das notícias da análise temática – Covid-19

Quadro 5.28 – Jornalistas responsáveis pelos artigos sobre deficiência no confinamento português

Quadro 5.29 – A representação mediática da deficiência no único artigo sobre educação no período do confinamento português

Quadro 5.30 – A representação mediática da deficiência no confinamento português em função do local da história

Quadro 5.31 – A representação mediática da deficiência no confinamento português em função do tipo indeterminado da deficiência e do local indeterminado da notícia

Quadro 5.32 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função do enquadramento

Quadro 5.33 – A representação mediática da deficiência em função dos enquadramentos da deficiência

Quadro 5.34 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função do estereótipo

Quadro 5.35 – A representação mediática da deficiência em função dos estereótipos da deficiência

Quadro 5.36 – A relação entre enquadramentos e estereótipos na representação mediática da deficiência

Quadro 5.37 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência, da presença da pessoa com deficiência, do protagonismo da deficiência ou pessoa com deficiência na notícia, do discurso e do Covid-19

Quadro 5.38 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função do protagonismo da pessoa com deficiência ou deficiência e o tipo da deficiência

Quadro 5.39 – A representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência e do discurso quanto à abordagem

Quadro 5.40 – A representação da deficiência em função das retóricas visuais, dos enquadramentos e dos estereótipos presentes nas fotografias

Índice de figuras

Figura 2.1 – Integração do modelo de transmissão e do modelo ritual (ou expressivo) do processo de comunicação de massa versus os temas mais comuns da pesquisa de media e comunicação de massa e o ecossistema emergente de novas media

Figura 5.1 – Distribuição das notícias entre os anos (2008 e 2013)

Figura 5.2 – Distribuição das notícias por meio impresso (2008/2013)

Figura 5.3 – A representação da deficiência em função da ênfase dada em cada meio entre 2008 e 2013

Figura 5.4 – A representação da deficiência em função do tipo jornalístico em cada meio entre 2008 e 2013

Figura 5.5 – A representação da deficiência em função do assunto em cada meio entre 2008 e 2013

Figura 5.6 – A representação da deficiência em função da fonte em cada meio entre 2008 e 2013

Figura 5.7 – A representação da deficiência em função da voz da deficiência em cada meio entre 2008 e 2013

Figura 5.8 – As notícias publicadas na secção desporto na representação da deficiência entre 2008 e 2013

Figura 5.9 – O assunto desporto na representação da deficiência nas notícias publicadas entre 2008 e 2013

Figura 5.10 – Casos quentes publicados sobre desporto entre 2008 e 2013

Figura 5.11 – A representação da deficiência em função dos casos quentes publicados em cada ano

Figura 5.12 – Distribuição das notícias por ano (2014/2018)

Figura 5.13 – Distribuição das notícias por meio impresso (2014/2018)

Figura 5.14 – A representação da deficiência em função da ênfase dada em cada meio entre 2014 e 2018

Figura 5.15 – A representação da deficiência em função do tipo jornalístico em cada meio entre 2014 e 2018

Figura 5.16 – A representação da deficiência em função da fonte em cada meio entre 2014 e 2018

Figura 5.17 – A representação da deficiência em função da voz da deficiência em cada meio entre 2014 e 2018

Figura 5.18 – A representação da deficiência em função da secção das notícias publicadas entre 2014 e 2018

Figura 5.19 – O assunto desporto na representação da deficiência das notícias publicadas entre 2014 e 2018

Figura 5.20 – Distribuição dos artigos sobre deficiência entre os meses do primeiro confinamento português

Figura 5.21 – A representação da deficiência em função da secção das notícias publicadas sobre Covid-19 ou generalistas

Figura 5.22 – A representação da deficiência em função do assunto das notícias publicadas sobre Covid-19 ou generalistas

Figura 5.23 – A representação da deficiência em função da fonte das notícias publicadas sobre Covid-19 ou generalistas

Figura 5.24 – A representação da deficiência em função da voz da deficiência das notícias publicadas sobre Covid-19 ou generalistas

Figura 5.25 – Nuvem de palavras da representação da deficiência no confinamento Covid-19

Figura 5.26 – Nuvem de palavras dos leads das notícias sobre deficiência no confinamento Covid-19

Figura 5.27 – Nuvem de palavras dos títulos das notícias sobre deficiência no confinamento Covid-19

Glossário de siglas

ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas

CDPD – Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

DRPI – Disability Rights Promotion International

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional. I.P

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente

NED – Núcleo de Estudos da Deficiência do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

ODDH – Observatório da Deficiência e Direitos Humanos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PcD – Pessoa com deficiência

PEA – perturbação do espectro do autismo

UE – União Europeia

UPIAS – Union of the Physically Impaired Against Segregation

Introdução¹

Apresentação e enquadramento da investigação

Como ponto de partida é preciso pensar a deficiência enquanto parte da diversidade humana e, logo, como parte inerente à própria experiência do homem. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) estabeleceu, em 2007, a deficiência como fruto da “interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade” (ONU, 2007, p. 33). Nesta perspetiva, a deficiência seria o resultado da interação entre as incapacidades dos cidadãos e uma sociedade não preparada e adequada a esta diversidade. Aquela deve ainda ser distinguida da incapacidade, pois “deve ser entendida enquanto fenómeno socialmente produzido de exclusão e opressão das pessoas com deficiência, enquanto a incapacidade se reporta aos aspectos biológicos e físicos das incapacidades de cada pessoa,” (Fontes, 2019, p. 135).

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 1,3 mil milhões de pessoas – ou seja, 1 em cada 6 pessoas em todo o mundo – vivem com alguma deficiência significativa (OMS, 2011, 2023). Em Portugal, nos Censos de 2011, 17,8% da população com mais de cinco anos declarou ter dificuldade, ou não conseguir realizar uma de seis atividades diárias (INE, 2012). Nos Censos de 2021, os números diminuíram para 10,9% da população². O Instituto Nacional de Estatística (INE) justifica que há uma diferença na metodologia e, portanto, os resultados de 2011 não são comparáveis aos de 2021³. Vem aqui à colação o fato de ativistas e pesquisadores da deficiência em Portugal apontarem a falta de investimento na realização de inquéritos especializados, com amostras representativas, e focados unicamente na temática da deficiência, além da inconsistência dos dados provocada pelas sucessivas alterações de metodologias praticadas pelo INE.

Determinar o número e as características sociodemográficas desse segmento populacional, aferir as suas necessidades e medir as desigualdades que as separam da população em geral é fundamental. A falta de dados afeta a avaliação da eficácia das políticas públicas a ela direcionadas, assim como o

¹ Esclarece-se que a presente tese foi escrita em português do Brasil, variante da língua portuguesa, com eventuais alterações e adaptações ao português europeu. A presente autora vive em Portugal desde o início de 2019 e sua língua mãe é o português do Brasil.

² O modelo WG-SS, proposto pelo “Washington Group on Disability Statistics”, criado pela ONU, inclui seis domínios de funcionalidade que são universais: visão, audição, mobilidade, cognição/memória, realização de cuidados pessoais e comunicação. Os quatro primeiros são domínios considerados essenciais para determinar a incapacidade, enquanto os domínios relativos a cuidados pessoais e comunicação podem ser considerados como complementares. O questionário dos Censos 2021, definido de acordo com o modelo WG-SS, inclui uma pergunta para cada um dos seis domínios de funcionalidade, cada uma com quatro categorias de resposta, que expressam um grau crescente de dificuldade: 1. Nenhuma dificuldade; 2. Alguma dificuldade; 3. Muita dificuldade; e 4. Não consegue (realizar a atividade de todo).

³ Informações mais detalhadas em: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2021. O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidades. Lisboa : INE, 2022. Disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/66200373>

planejamento de novas políticas que promovam de forma efetiva a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência e seus agregados familiares apresentam uma vulnerabilidade económica estrutural. Em Portugal, em 2022, mais de 62% das pessoas com deficiência com mais de 16 anos apresentavam risco de pobreza antes do recebimento das transferências sociais, contra 35,5% das pessoas sem deficiência. A partir deste indicador revela-se o papel imprescindível dos benefícios sociais na redução da pobreza entre as pessoas com deficiência. Apesar do último relatório anual do Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos (ODDH) indicar melhorias no emprego para pessoas com deficiência, como aumento na taxa de emprego e diminuição da disparidade de desemprego em relação às pessoas sem deficiência, houve um aumento no registro de pessoas com deficiência desempregadas no Instituto do Emprego e Formação (IEFP)⁴. O nível de escolaridade da maior parte da população com deficiência (64,7%), a partir dos 15 anos, era o ensino básico (INE, 2022).

Os dados apresentados acima já são capazes de ilustrar as muitas dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência e como os direitos previstos na CDPD estão longe de colher frutos. O documento da Organização das Nações Unidas (ONU) abrange áreas essenciais para uma vida com dignidade, como educação, emprego, saúde, habitação, cultura e lazer. A CDPD estabelece, entre várias medidas, que os Estados-membros, incluindo os media, devem se comprometer com ações para acabar com a discriminação e preconceitos (artigo 8º), assegurando também o direito à liberdade de opinião e expressão, além de acesso à informação (artigo 21º) (Assembleia da República, 2006).

A representação social da deficiência seria, como todos os outros processos contemporâneos, um fenómeno mediatizado (Livingstone, 2009). Caberia então, aos media, a transformação das representações de grupos marginalizados e minoritários (Pullen et al., 2020), possibilitando novas compreensões em relação às pessoas com deficiência, inclusive as percepções das pessoas com deficiência em relação a elas mesmas (Misener, 2013).

Em Portugal, apesar de escassos (Cruz et al, 2024; Cunha & Pinto, 2017; Marques et al., 2015; Neca & Castro, 2012; Novais & Figueiredo, 2010;), os estudos mediáticos da deficiência contribuem para a percepção de realidades sociais, demonstrando o papel dos media na construção de identidades (Cruz, 2014). Os estudos de representação da deficiência, em diversas partes do mundo, demonstram que quer as pessoas com deficiência, quer o próprio tema da deficiência são alvo de discursos estigmatizados e estereotipados (Cunha & Pinto, 2017), sendo este segmento populacional representado como um grupo geral (Cruz et al, 2024) e homogêneo, o que se traduz em desconhecimento, preconceito (Neca & Castro, 2012) e pouca visibilidade (Zhang & Haller, 2013). Podemos assim lembrar-nos da seguinte afirmação

⁴ Dados do Relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2023” (7ª edição), do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH-ISCSP). <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/610-relatorio-oddh-2023>

de Fontes (2019), segundo a qual as pessoas com deficiência são enquadradas, muitas vezes, como “seres humanos não-válidos, dependentes e passivos” (p. 134).

A ênfase dada aos diferentes tópicos editoriais, organizados em secções de notícias, influencia fortemente a percepção do público sobre o que é importante, interessante ou digno de discussão. Em investigação de análise de media, especificamente noticiários televisivos, Cruz & Araújo (2023), demonstram o impacto poderoso sobre a forma como o público valoriza e entende as histórias cobertas, corroborado por pesquisas que mostram uma relação positiva entre os programas de notícias e as percepções sociais adquiridas e compartilhadas da transmissão de notícias.

Os media e os próprios jornalistas exercem poder ao escolher suas fontes assim como os enquadramentos das notícias, pois permitem dar visibilidade a algumas pessoas enquanto silenciam outras. Algumas teorias dos meios de comunicação de massa procuram explicar importantes efeitos dos media, e ainda hoje, mesmo num momento dominado pelos meios digitalizados, iluminam os processos de produção e consumo mediático. Por meio da teoria do *agenda-setting*, os media pautariam os assuntos importantes, chamando a atenção de públicos e governantes (Entman, 2007). Com base na teoria do enquadramento consegue-se compreender como os media pensam estas questões a partir de um “princípio organizador”, envolvendo normas jornalísticas, argumentos políticos e relação com a elite e movimentos sociais (Vreese, 2005). Os enquadramentos de valência somariam um valor axiomático – juízo de valor – a determinado fenômeno (Alvares, 2017), ajudando a explicar como esses valores vão ao encontro – ou não – de mapas cognitivos, adquiridos pela socialização.

É importante refletir sobre a dificuldade dos próprios media em modificar as visões de mundo já estabelecidas (Álvares, 2016), pois os enquadramentos tendem a ir ao encontro de expectativas estabelecidas (McCombs & Shaw, 2017). É como se a produção de conteúdo objetivasse uma audiência implícita, atingindo uma comunidade imaginada (Álvares, 2017) de pessoas sem deficiência, contribuindo para definir uma suposta normalidade: normativa e consensual. Finalmente, a teoria da cultura, formulada com base na realidade televisiva, auxilia na reflexão de como estereótipos de deficiência nos media reforçam constantemente a percepção da audiência sobre essa realidade social.

Pertinência e originalidade do estudo

A área dos estudos de media e deficiência tem sido estudada em diversos países, mas não ainda com o volume de produção necessário para garantir a visibilidade devida a esta importante questão social. A forma como os media representam as pessoas com deficiência é um dos fatores cruciais para a efetivação dos direitos dessa população. A invisibilidade das pessoas com deficiência nos meios de comunicação atua também como barreira à efetivação de sua cidadania, impedindo o exercício dos seus direitos, a participação social, e de certa forma, a liberdade de expressão.

Em Portugal, há uma efetiva lacuna de estudos sobre a representação mediática da deficiência, como mencionado acima, de forma a demonstrar a necessidade e pertinência da presente tese. Dos cinco

estudos encontrados (Cruz et al, 2024; Cunha & Pinto, 2017; Marques et al., 2015; Neca & Castro, 2012; Novais & Figueiredo, 2010), quatro centravam-se em análises de conteúdo dos media. As investigações de Cunha e Pinto (2017) e Neca e Castro (2012) consistem em análises de conteúdo de imprensa escrita portuguesa, a de Cruz et al (2024) de análise de conteúdo e análise do discurso de telejornais e a de Novais e Figueiredo (2010) de sites de notícias brasileiros e portuguesas. Embora os estudos de imprensa supracitados tenham sido longitudinais, não foi encontrado um estudo com intervalo de tempo tão extenso como o presente e que se relacione diretamente com a adoção da CDPD, o mais importante e abrangente acordo internacional sobre as pessoas com deficiência, implicando possíveis mudanças na representação mediática daí decorrentes.

Por fim, acrescenta-se que a investigação realizada acerca da representação da deficiência na pandemia do Covid-19 proporcionou um importante e inédito panorama da representação da deficiência, por um órgão de imprensa de referência português, num momento de crise social e económica.

Questão orientadora da investigação, objetivos e hipóteses:

Diante do acima exposto e seguindo as reflexões teóricas baseadas nos estudos da sociologia da deficiência, nos estudos dos media e, mais especificamente nos estudos de representações mediáticas da deficiência, acrescida à lacuna encontrada no que se refere a estes últimos relativamente à realidade portuguesa, definiu-se para este trabalho de investigação a seguinte pergunta de partida: “Como a deficiência e as pessoas com deficiência são representadas pela imprensa portuguesa?”. Pretendeu-se assim, determinar, de forma clara e objetiva, o eixo central do presente trabalho e, desta forma, definir como objetivo geral:

- Verificar e analisar as representações da deficiência nos principais jornais impressos portugueses entre os anos 2008 e 2018, período que marca a primeira década da entrada de Portugal como signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

Como mencionado e a seguir apresentado no primeiro capítulo, tal convenção internacional, assinada e ratificada por Portugal, alterou o enquadramento da deficiência para um paradigma de direitos humanos, incluindo as ações de comunicação social. Portanto, optou-se por realizar um estudo longitudinal e utilizar tal Convenção como marco temporal inicial para a presente análise e verificar como toma forma a representação da deficiência.

A partir das circunstâncias ocorridas com o início da pandemia de Covid-19, decidiu-se, enquanto se desenvolvia a presente tese, ampliar o presente estudo e também verificar e analisar a representação da deficiência no jornal Público, no período correspondente ao primeiro confinamento português, durante os meses de março, abril e maio de 2020.

O referido objetivo principal teve como objetivos específicos:

1. Medir a noticiabilidade sobre a deficiência e/ou sobre as pessoas com deficiência na imprensa portuguesa;

2. Verificar como a deficiência e/ou as pessoas com deficiência foram representadas nas notícias da imprensa portuguesa;
3. Verificar se as pessoas com deficiência exerceram o papel de principal fonte e voz sobre esta temática;
4. Investigar as representações mediáticas sobre a deficiência e/ou as pessoas com deficiência durante o primeiro confinamento português;
5. Examinar o papel, enquanto “voz”, das pessoas com deficiência nas representações da imprensa durante o primeiro confinamento português.

Desta forma, considerando o impacto nos onze anos que se seguiram à CDPD, têm-se as seguintes hipóteses gerais:

H1: A quantidade de artigos sobre a temática da deficiência e/ou das pessoas com deficiência aumentou.

H2: A imprensa portuguesa deu mais destaque e visibilidade à temática da deficiência.

H3: As pessoas com deficiência participaram como fonte e “vozes” nos artigos.

E as seguintes hipóteses específicas, relativas ao primeiro confinamento português devido à pandemia do Covid-19:

H4: As pessoas com deficiência e a deficiência tiveram visibilidade durante o primeiro confinamento português do coronavírus, uma vez que se tratavam de pessoas com mais desvantagens sociais, além do risco acrescido de comorbidades.

H5: A cobertura da deficiência durante o primeiro confinamento português esteve relacionada aos direitos das pessoas com deficiência.

H6: As pessoas com deficiência participaram dos artigos relacionados com a deficiência durante o primeiro confinamento do Covid-19, atuando como principal fonte e “voz”.

Estas hipóteses pretenderam estruturar o conhecimento acerca da representação da deficiência difundida pela imprensa em Portugal. As hipóteses foram, posteriormente, operacionalizadas numa abordagem de cariz quantitativo, tendo o estudo relativo ao período do confinamento originado ainda uma etapa de pesquisa qualitativa.

Síntese da estrutura da tese

Tendo em consideração o acima descrito relativamente à investigação desenvolvida, este trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos.

No primeiro capítulo procura-se abordar os estudos da deficiência, dentro de uma abordagem sociológica, de forma a produzir um entendimento e melhor contextualizar a temática do objeto de estudo da presente tese. Assim, busca-se apresentar um breve histórico da noção do conceito da deficiência até o surgimento, nos anos de 1970, nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, do que foi chamado de Movimento das Pessoas com Deficiência. Apresenta-se, a partir daí, o

desenvolvimento teórico dos estudos da deficiência, iniciados por esses ativistas e pesquisadores acadêmicos. Ainda no primeiro capítulo aborda-se a história das pessoas com deficiência em Portugal e a evolução do seu próprio movimento das pessoas com deficiência. Finaliza-se com a apresentação das leis que balizam os direitos das pessoas com deficiência em Portugal, incluindo a legislação pertinente aos media.

O segundo capítulo centra-se no campo do estudo das ciências da comunicação, área central do desenvolvimento da presente tese. Contextualiza-se o protagonismo dos media nas sociedades contemporâneas e, por meio do estudo das teorias dos meios de comunicação de massa, relaciona-se a representação mediática da deficiência com a construção das representações sociais da deficiência. Para tal, abordam-se as teorias dos efeitos, a teoria do gatekeeping, a teoria de agenda-setting, teoria de encoding/decoding, teoria do enquadramento, teoria do cultivo e teoria das representações sociais. Por fim, apresenta-se a importância da educação para os media, para que os mesmos consigam fiscalizar e também proporcionar os direitos das pessoas com deficiência por uma adequada representação mediática.

O capítulo três apresenta a relação entre os estudos dos media e os estudos da deficiência. Identificam-se os modelos de enquadramento de representação mediática da deficiência e efetua-se uma revisão da literatura de estudos empíricos sobre a representação mediática da deficiência, incluindo-se também uma revisão de literatura de estudos empíricos de recepção, de forma a dar conta das percepções sociais a partir das representações dos media.

O quarto capítulo detém-se na apresentação do objeto empírico e na metodologia aplicada, bem como na explicação dos procedimentos técnico-metodológicos adotados.

No capítulo cinco, o primeiro dedicado à parte empírica, estão apresentados os resultados do observatório de imprensa, isto é, das análises de conteúdo quantitativas, a primeira referente ao período que se estende de 2008 a 2018, e a segunda incidindo sobre o primeiro confinamento do coronavírus em Portugal (março, abril e maio de 2020), acompanhado da respetiva análise qualitativa, composta pela análise temática desse período do confinamento português. Procura-se também revisitare as hipóteses levantadas.

No capítulo seis, apresentam-se a análise e a discussão dos resultados, a partir da relação da teoria estudada, dos estudos anteriores encontrados e dos resultados produzidos na presente tese.

Por fim, são apresentadas e desenvolvidas as conclusões gerais da investigação, bem como as suas limitações e sugestões para estudos futuros.

Capítulo 1

A Teoria da Deficiência

1.1 Deficiência e Sociedade – Antecedentes

É importante refletir desde quando temos relatos sobre a deficiência nas sociedades ocidentais. Da mesma forma indagar-se, a partir de que momento a deficiência passou a constituir um diferencial entre os indivíduos. A presença de indivíduos com incapacidades físicas em grupos de primatas data da pré-história. Também há a informação de elementos com doenças crônicas e incapacidades mais ou menos severas entre os Neandertais (Braddock & Parish, 2001). Porém, é importante contextualizar as primeiras sociedades humanas de acordo com as necessidades de sobrevivência em relação à natureza: caça, pesca, procura de abrigos naturais, condições naturais agrestes, recolectar frutos e vegetais, constantes deslocações.

Certamente, existiriam membros mais capazes e menos capazes entre os elementos dos grupos humanos, sendo bastante provável que aqueles que apresentassem alguma deficiência demasiado incapacitante morressem precocemente, por destoarem dos outros em função da falta de capacidade de trabalho imediata para conseguirem a sua sobrevivência na relação com a natureza agreste. (Veiga, 2006, p. 109)

Não obstante, há vestígios, sobretudo a partir do neolítico, da tentativa de lidar com a diferença presente nas situações de incapacidade e não tentaram encontrar remédios para a sua erradicação. Feiticeiros, mágicos, curandeiros e sacerdotes pediam proteção e cura “aos espíritos do mundo”, por meio de práticas místicas “ritualistas, fetiches, amuletos e talismãs, também usavam técnicas curativas como massagens, banhos, extracções, receitavam vegetais e efectuavam sangrias e trepanações de ossos,” (Veiga, 2006, p. 110).

Datam da antiguidade diferentes registos sobre a deficiência. A deficiência como resultante de um acto punitivo devido ao pecado encontra as suas raízes na cultura da Grécia Antiga, perpetuada posteriormente na sociedade romana. Acrescenta-se que o ideal da perfeição estava de tal modo enraizado na cultura que não havia lugar para pessoas com falhas ou com imperfeições corporais, sendo difundidas as práticas de infanticídio. Não obstante, aqueles que ao nascer não tiveram suas deficiências percebidas ou ao longo da vida se tornavam deficientes eram integrados de alguma forma na sociedade, geralmente com os papéis sociais mais desvalorizados e repulsivos ou como objetos de curiosidade e ridículo. Porém, também há registos de tentativas de cura da epilepsia e da surdez por Hipócrates e Aristóteles, as quais já eram considerados problemas fisiológicos e não metafísicos (Braddock & Parish, 2001; Veiga, 2006).

Na Idade Média, essa crença na relação da deficiência com o castigo pelos pecados persistiu, principalmente com o demónio sendo o responsável pelo mal e pela infelicidade que atingiam a humanidade. O infanticídio deixou de ser praticado e mesmo condenado, porém as práticas de exorcismo, realizadas pelos sacerdotes, continham elevada carga de violência. Conjuntamente, os movimentos religiosos passaram a ter como regra dominante o dever moral de cuidar dos mais fracos e dos desventurados, por esmolas ou cuidados directos (Veiga, 2006).

Com o início do período moderno, a noção da deficiência passa a ser influenciada pela perspectiva científica. Efetivamente, o Iluminismo, alterou os conceitos fundamentais da relação entre os homens, a natureza e a religião. A explicação e categorização das deficiências levaram ao desenvolvimento de tratamentos especializados e serviços (residenciais e educacionais), estabelecendo uma nova fronteira entre a normalidade e o desviante na sociedade ocidental. Os indivíduos, dotados de conhecimento, como os médicos, os educadores e os cuidadores de pessoas com deficiência ganharam novo estatuto, tornando-se centrais nas trajetórias das pessoas com deficiência (Braddock & Parish, 2001).

Assim, nasce uma nova relação social com a deficiência. São criadas instituições especializadas segregadoras e, conseqüentemente, legitima-se e institucionaliza-se o processo de estigmatização, com base científica. Conjuntamente, com o advento do capitalismo, as pessoas com deficiência deixaram de viver no seio de suas comunidades e passam a ser isoladas socialmente. Continuam a viver com suas famílias, mas na maioria das vezes, escondidas dentro de casa. Contudo, a nova ordem económica dificultaria, que as famílias, sobretudo de classes trabalhadoras, conseguissem manter as pessoas com deficiência em casa, obrigando-as a buscar algum tipo de institucionalização (Oliver, 1990).

É importante frisar que as instituições, além de locais voltados para a educação e reabilitação, passaram também a exercer um importante papel de controle e disciplina social. A explosão demográfica das cidades levou à criação de novas formas de controle, principalmente daqueles que eram considerados economicamente improdutivos, isto é, os pobres incapazes de trabalhar e as pessoas com deficiência. Oliver (1990) destaca que as instituições passaram a se organizar de forma especializada “de acordo com as deficiências e com as possibilidades de as pessoas com deficiência tornarem-se aptas ao trabalho,⁵” (p. 34).

Tendo em conta que a exclusão das pessoas com deficiência dos processos de trabalho e sua segregação social foram legitimadas com base nas percepções sociais sobre as suas limitações físicas ou intelectuais, recrudesceram os esforços para reparar, corrigir ou eliminar essas

⁵ As traduções encontradas na presente tese foram realizadas de forma livre pela autora. De tal forma, optou-se por inserir em notas de rodapé o trecho original. No original: this process of increasing specialisation and the disability category was crucial in separating out those unwilling from those unable to work. (Oliver, 1990, p. 34)

deficiências, a fim de tornar tais pessoas “normais” ou pelo menos, “tão normais quanto possível”. (Pinto, 2012, p.17)

Isto ocorreu, pois com a industrialização inaugurou-se uma nova forma de produção e de organização do trabalho, passando a performance individual do trabalhador a constituir a sua principal valorização. Desta forma, aqueles não aptos a este modelo de produção eram vistos como incapazes. As pessoas com deficiência foram excluídas socialmente por não serem capazes de altos rendimentos produtivos, o requisito do então novo mercado de trabalho.

Como já mencionado, no feudalismo e na fase industrial de pequena escala a deficiência era percebida como um castigo divino e, logo, uma tragédia pessoal. Todavia era possível o exercício de algumas atividades produtivas, participando e, desta forma, contribuindo para a vida em comunidade. Porém, com a industrialização e a conseqüente urbanização, as pessoas com deficiência foram condenadas à exclusão social (Oliver, 1990).

É importante destacar também que as péssimas condições de trabalho desse novo modo de produção foram responsáveis por inúmeros acidentes de trabalho, provocando lesões em muitos trabalhadores. Logo, alguns milhares de indivíduos anteriormente aptos ao exercício de atividades passaram a ser excluídos socialmente e, conseqüentemente, a viver em um estado de maior pobreza (Abberley, 2002).

A divisão do trabalho e o trabalho assalariado baseavam-se numa lógica individual, na qual cada indivíduo seria medido pela sua capacidade e desempenho e, conseqüentemente, na sua produtividade em relação ao trabalho (Pinto, 2012). Os postos de trabalho foram desenvolvidos para um indivíduo padrão, com capacidade de produzir integralmente, todos os dias da semana, por longas horas. Desta forma, muitos cidadãos tornaram-se inadequados para o mercado de trabalho, incluindo as pessoas com deficiência que não conseguiam adequar-se às atividades exigidas (Abberley, 2002; Oliver, 1990).

Uma vez fora do mercado de trabalho, as pessoas com deficiência foram cada vez mais segregadas e classificadas como improdutivas. O Estado, então, precisou responder àquela população inadequada à ordem social e econômica vigente, encontrando na institucionalização, cada vez mais especializada, a principal medida de controle, por meio de internamento em asilos, casas de trabalho, colônias e escolas especiais (Oliver, 1990).

A ascensão do conhecimento científico trouxe também o surgimento do conceito de normalidade. A partir do estudo da estatística, índices humanos – físicos, psicológicos e cognitivos – foram criados padrões e, conseqüentemente a divisão entre aqueles que se mantinham dentro dessas normas e aqueles que não se encaixavam nesses padrões, isto é, os desviantes. O francês Adolphe Quetelet (1796–1847) foi o principal responsável pela disseminação dos parâmetros da normalidade como imperativo, estabelecendo o conceito de *homem médio*. No entanto, somente em meados do século XIX, é que se

tem registros da utilização, na língua inglesa, da palavra normal com a denotação atual: “constituindo, conforme, não desviando ou diferente do tipo ou padrão comum, regular, usual⁶,” (Davis, 2016, p. 2).

É interessante refletir sobre como a ideia da normalidade partiu do distanciamento da noção grega do ideal, exemplificada pela deusa Vênus. O corpo mítico-poético estaria relacionado com os deuses, sendo este um corpo divino, não elegível para os humanos. Por ser impossível incorporar-se um único homem, era visualizado nas artes, por exemplo, por meio da composição de diferentes partes ideais. Logo, toda a sociedade grega encontrava-se aquém deste ideal de beleza ou vigor físico. Não havia assim, uma pressão social por alcançar este corpo idealizado (Davis, 2016).

Em contraposição, a ideia da normalidade, disseminada por Quetelet, determinava a forma que o corpo devia ter, os índices que aquele indivíduo deveria atingir, acabando com a possibilidade de uma diversidade. Davis (2016) elucida “o ideal de ordem hierárquica é alimentado pelo imperativo da norma e, em seguida, complementado pela noção de progresso, perfectibilidade humana e eliminação do desvio, para criar uma visão dominante e hegemônica do que o corpo humano deveria ser,⁷” (p. 16).

Assim, foi criada a corrente eugenista, segundo a qual se buscava atingir o *melhoramento* físico ou mental da raça humana, tendo sido o estatístico inglês Sir. Francis Galton seu pioneiro, aproximadamente pelos anos de 1870. Logo, facilmente percebe-se que com a eugenia se intensificou a perseguição e a segregação das pessoas com deficiência. Porém, o mais grave é que essa intolerância pelo diferente passou a estar fundamentada em curvas e índices definidos pela ciência, com o objetivo de normatizar o fora do padrão (Dolmage, 2011).

Perseguidas, condenadas a esterilização e até mesmo a morte, as pessoas com deficiência passaram a ser classificadas como defeituosas e frutos de seus processos hereditários. Datam do início do século XX, leis norte-americanas legalizando a esterilização de pessoas com deficiência, mas foi a ascensão de Hitler que levou essas ideias ao extremo, como afirma Martins (2019, p. 217), com “um impulso normalizante, imanente à racionalidade moderna”. As pessoas com deficiência foram então duramente violentadas sob as sistemáticas práticas de extermínio, institucionalização e esterilização, sendo, por exemplo, parte dos testes das câmaras de gás.

Logo, a racionalidade científica inaugura uma noção da deficiência baseada em princípios biomédicos. Normas e índices estatísticos mediam os indivíduos como normais ou desviantes, dividindo-os entre categorias socialmente desejáveis ou indesejáveis.

Diante disso, pode-se afirmar que a evolução da percepção da deficiência, até meados do século XX, culminou com o estabelecimento de um paradigma médico, perante o qual a pessoa com deficiência apresentaria um desvio, sendo ela mesma a única responsável por sua incapacidade e, conseqüente inadequação às normas. Essa visão, que posteriormente será a denominada de modelo médico da

⁶ No original: the word “normal” as constituting, conforming to, not deviating or different from the common type or standard, regular, usual only enters the English language around 1840. (Davis, 2016, p. 2)

⁷ No original: the new ideal of ranked order is powered by the imperative of the norm, and then is supplemented by the notion of progress, human perfectibility, and the elimination of deviance, to create a dominating, hegemonic vision of what the human body should be. (Davis, 2016, p. 16)

deficiência, mesmo que já em parte superada com o entendimento do modelo social da deficiência, é a responsável, ainda nos dias de hoje, por muitos estigmas e preconceitos, relegando às pessoas com deficiência à exclusão social⁸.

1.2 O movimento das pessoas com deficiência

A primeira metade do século XX é marcada pela continuação da institucionalização das pessoas com deficiência, muitas vezes de forma compulsória e influenciada pelo paradigma médico e pelas ideias eugenistas.

Porém, após a Segunda Guerra Mundial, os acordos relativos aos direitos humanos trouxeram maior preocupação às questões sociais, económicas e culturais por parte do Estado, bem como aos direitos civis e políticos. Contudo, faz-se necessário destacar que muito embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos preconizasse a igualdade perante os seres humanos e a sua não discriminação e abusos, mesmo com toda perseguição e assassinatos ocorridos durante a guerra, as pessoas com deficiência não foram mencionadas no documento (Series, 2020).

Ainda após a Segunda Guerra, começou a ser desenvolvido na Europa o modelo do Estado-providência, no qual os Estados se reconheciam como responsáveis pelos cidadãos, especialmente em relação à garantia de direitos básicos como saúde, educação e habitação. As pessoas com deficiência, assim como todos os cidadãos, deveriam receber essa atenção estatal (Fontes, 2016).

Porém, as pessoas com deficiência não tiveram todas as suas necessidades atendidas, continuando a viver em exclusão e com direitos básicos não reconhecidos. Experienciavam também uma precariedade na garantia desses direitos, o que levava ao seu abandono e à opressão social (Oliver, 1990)

A partir dos anos 70, houve um lento reconhecimento das pessoas com deficiência como detentoras de direitos humanos, tendo-se então dado início à elaboração de declarações por parte da ONU (1971 – Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes Mentais e 1975 – Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes). É necessário destacar que esses documentos foram estruturados com base no paradigma médico da deficiência, limitando o reconhecimento a determinados direitos, estando muito distantes do entendimento dos direitos humanos nos dias de hoje. Complementa-se que por serem declarações não-vinculativas (Series, 2020), não havia a obrigação dos Estados implementá-las. Havia o reconhecimento da ONU de que os países poderiam desenvolver esforços limitados nesse sentido.

Essa falta de medidas efetivas que promovessem a inclusão social, levou as pessoas com deficiência, em sua maioria institucionalizada e segregada, a se mobilizarem e reivindicarem os seus direitos. Surge então um movimento coletivo de pessoas com deficiência contrários àquelas condições de encarceramento, pobreza e discriminação em muitos países da Europa, EUA e Canadá.

⁸ Esses conceitos e modelos dos estudos da deficiência serão explicados na segunda parte do presente capítulo.

A segunda metade do século XX testemunhou uma reação global contra a institucionalização de pessoas com deficiência – pelo menos na retórica, se não sempre na realidade. Organizações politicamente engajadas lideradas por pessoas com deficiência desenvolveram entendimentos distintos de direitos e igualdade, baseados em conceitos de direitos sociais e de minorias sobre deficiência. Eles fizeram campanha pela igualdade, inclusão e direitos à vida independente.⁹ (Series, 2020, p. 75)

Especialmente no Reino Unido, acompanhando os movimentos sociais da época – como os direitos civis dos negros, das mulheres – e desatrelados de partidos políticos (Oliver, 1990) – começaram a suscitar também um novo entendimento da deficiência, desenvolvendo uma nova abordagem teórica e prática (Barnes et al., 2002) que seria mais tarde designada por modelo social da deficiência, responsável por avanços nas políticas públicas e, conseqüentemente, nas legislações, como também na investigação acadêmica da área.

Os movimentos da época foram críticos do modelo da sociedade capitalista e propunham uma reconstrução da ideologia mundial, com a criação de novas formas de organização social e alternativas de prestação de serviços. O movimento, assim como outros da mesma época, responde às falhas de políticas públicas existentes na solução das questões da deficiência (Oliver, 1990), como o desenvolvimento do Movimento da Vida Independente:

A lógica por trás do Movimento de Vida Independente era que os obstáculos à autonomia eram percebidos como o resultado de viver em ambientes físicos e sociais hostis e o fato de que os serviços oferecidos eram restritivos ao invés de inclusivos. O movimento começou a tentar mudar esta situação, primeiro redefinindo o problema e estabelecendo formas alternativas de prestação de serviços sob o controle das próprias pessoas com deficiência.¹⁰ (Oliver, 1990, p. 121)

Outra característica fundamental do movimento é que este foi capitaneado pelas próprias pessoas com deficiência que passaram a distinguir e definir claramente as instituições de pessoas com deficiência, cujos comitês decisórios deveriam ser compostos por no mínimo 50% de pessoas com

⁹ No original: the second half of the twentieth century witnessed a global backlash against the institutionalisation of disabled people – in rhetoric at least, if not always in reality. Politically engaged organisations led by disabled people developed distinctive understandings of rights and equality, based around social and minority rights understandings of disability. They campaigned for equality, inclusion and rights to independent living. (Series, 2020, p. 75)

¹⁰ No original: the rationale behind the Independent Living Movement was that the obstacles to self actualisation were perceived to be the result of living in hostile physical and social environments and the fact that what services were provided, were restricting rather than enabling. The movement set about attempting to change this situation, firstly by redefining the problem in this way and then by setting up alternative kinds of service-provision under the control of disabled people themselves. (Oliver, 1990, p. 121)

deficiência, e as instituições para pessoas com deficiência (Oliver, 1990). Esta seria uma prerrogativa basilar: “somente organizações controladas por pessoas com deficiência poderiam representar adequadamente os desejos das pessoas com deficiência,¹¹” (Oliver, 1996, p. 12).

No Reino Unido, foi então criada a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), instituição responsável pela consolidação do movimento de pessoas com deficiência, com a reconceptualização do conceito da deficiência e o estabelecimento do modelo social da deficiência. Foi a partir dela que também se inaugurou o campo dos estudos da deficiência dentro da sociologia.

A formação da UPIAS se inicia com uma carta endereçada por Paul Hunt em 1972 ao jornal *The Guardian*. Nela, o sociólogo e pessoa com deficiência física, fala das más condições e tratamento nas instituições em que vivem e propõe a formação de um grupo de pessoas com deficiência para levar essas questões ao Parlamento. Esta carta teve a resposta de outros sociólogos com deficiência como Michael Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein (D. Diniz, 2007, p. 7).

Alguns anos depois, em novembro de 1976, foi publicado pela UPIAS, os *Princípios Fundamentais da Deficiência*, nos quais se explicita uma nova definição da deficiência, tendo como causa central a opressão social vivenciada pelas pessoas com deficiência.

A deficiência é uma situação, causada por condições sociais, que exige, para sua eliminação, (a) que nenhum aspecto como renda, mobilidade ou instituições seja tratado isoladamente, (b) que as pessoas com deficiência devam, com o conselho e a ajuda de outros, assumir o controle sobre suas próprias vidas, e (c) que os profissionais, especialistas e outros que procuram ajudar devam estar comprometidos em promover esse controle por pessoas com deficiência.¹² (UPIAS, 1976, p. 3)

Para a UPIAS, a grande questão que precisava ser modificada era permitir que as pessoas com deficiência pudessem participar da vida em sociedade. A vivência da opressão e segregação pelas pessoas com deficiência tornou-se o ponto principal do movimento que reivindicava a percepção da deficiência enquanto questão social, opondo-se ao paradigma médico e, conjuntamente, ao sentido caritativo e marginalizante vivenciado até aquele momento.

1.3 Os Estudos da Deficiência

¹¹ No original: only organisations controlled by disabled people could properly represent the wishes of disabled People. (Oliver, 1996, p. 12)

¹² No original: disability is a situation, caused by social conditions, which requires for its elimination, (a) that no one aspect such as incomes, mobility or institutions is treated in isolation, (b) that disabled people should, with the advice and help of others, assume control over their own lives, and (c) that professionals, experts and others who seek to help must be committed to promoting such control by disabled people. (UPIAS, 1976, p. 3)

1.3.1 Modelo individual (médico) e o modelo social da deficiência

Como explicitado anteriormente, o movimento das pessoas com deficiência inaugurou o campo acadêmico, inserido dentro da sociologia, denominado estudos da deficiência. A partir daquele momento, tem-se um grupo de acadêmicos, composto em sua maioria por pessoas com deficiência, que passou a estudar e a refletir sobre o campo da deficiência, suas causas enquanto problema social, suas definições e formas de participação possível e inserção na vida cotidiana das sociedades.

A partir daquele momento, depois de ultrapassada a ideia da deficiência como castigo divino, passou a vigorar a percepção da deficiência como questão médica. A deficiência seria então “consequência natural da lesão num corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos,” (D. Diniz, 2007, p. 7). Por conseguinte, seria a pessoa com deficiência a responsável por sua incapacidade e, desta forma, pela sua própria cura ou reabilitação. As adaptações de suas condições de deficiência estariam relacionadas aos profissionais de saúde, especialmente médicos, que passaram a exercer um forte poder sobre a vida das pessoas com deficiência.

As intervenções dos profissionais de saúde e de reabilitação acrescentavam-se às barreiras físicas e sociais vivenciadas pelas pessoas com deficiência, agravando a opressão experienciada por elas. Isto ocorria, pois, para muitos profissionais, a deficiência estava inserida dentro da abordagem do modelo individual, de acordo com a qual aquela consiste num estado médico e não numa condição social, devendo a pessoa com deficiência ser reabilitada ou curada para aproximar-se o mais possível da normalidade (Oliver, 1990, 1996). A ideologia da normalização foi a base do paradigma biomédico e fundamentou as ações de intervenção nos indivíduos com incapacidades (D. Diniz, 2007), além das ações de segregação e exclusão social.

Para o modelo social, era necessária uma divisão de poderes entre as pessoas com deficiência e a equipa de intervenção. Esse empoderamento faria parte de um processo de consciencialização política das pessoas com deficiência enquanto grupo, em uma ação coletiva. Para estes pensadores, a mudança necessária não ocorreria a partir de políticas públicas e programas sociais entregues, já concluídos, por políticos ou ainda por intervenções e tratamentos médicos individualizados (Oliver, 1990). Uma vez que identificou a sociedade como o problema, a busca por mudanças políticas e culturais fundamentais consistiria na solução (Barnes et al., 2002).

É importante destacar que, para Oliver, o termo mais correto para este modelo seria ‘individual’ e não ‘médico’, pois estaria relacionado com a tragédia pessoal da deficiência: “Em suma, para mim, não existe um modelo médico de deficiência, mas sim um modelo individual de deficiência do qual a medicalização é um componente significativo¹³”(Oliver, 1996, p. 31).

¹³ No original: in short, for me, there is no such thing as the medical model of disability, there is instead, an individual model of disability of which medicalisation is one significant component. (Oliver, 1996, p. 31)

Como já elucidado anteriormente, o modelo individual advém do surgimento do capitalismo e, conseqüentemente, da nova organização social e do trabalho. A partir do momento em que as pessoas com deficiência não conseguiam ser inseridas no mercado de trabalho, individual e assalariado, passaram a estar, desta forma, condenadas à exclusão (Oliver, 1990).

O modelo médico, ainda hoje hegemônico para as políticas de bem-estar voltadas para os deficientes, afirmava que a experiência de segregação, desemprego e baixa escolaridade, entre tantas outras variações da opressão, era causada pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo (D. Diniz, 2007, p. 10).

Na sociedade capitalista, os indivíduos passaram a ser classificados por meio de um estatuto social, determinado pelas atividades exercidas. Logo, uma vez incapazes de atuar no mercado de trabalho, as pessoas com deficiência passaram a ser dependentes e improdutivas. Oliver (1983) afirma que isto ocorre não pelos impedimentos físicos das pessoas com deficiência, “mas sim pela organização do trabalho na sociedade industrial moderna,” (p.26).

A pobreza, que grande parte das pessoas com deficiência vivencia, seria um dos sintomas da opressão, mas não a causa (UPIAS, 1976). Uma vez que não seriam absorvidos pelo mercado de trabalho, por este não estar preparado para as receber, as pessoas com deficiência tornavam-se incapazes de obter rendas similares aos demais trabalhadores. A exclusão estava atrelada à forma como a sociedade e o mercado de trabalho estavam organizados, e não o contrário (Oliver, 1996).

Logo, para estes teóricos, que inauguraram um novo conceito da deficiência, as sociedades seriam as responsáveis pela opressão que caracterizava a vivência dos indivíduos com incapacidades, sendo aquelas perspectivadas como contribuindo para uma desvalorização de todos os que se desviavam da norma-padrão

Para o modelo social, não havia uma relação causal da deficiência como desvantagem natural, mas sim um arranjo social de opressão ao corpo universalmente indesejável (D. Diniz & Barbosa, 2010). Logo, “para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência,” (Diniz, 2007, p. 10).

O modelo social da deficiência não negava as incapacidades, mas antes as deslocava das definições centradas nas características individuais de cada pessoa para a falha da sociedade em considerar plenamente as pessoas com deficiências como parte integrante da sua organização social. Além disso, “as conseqüências desse fracasso não recaem simples e aleatoriamente sobre os indivíduos, mas sistematicamente sobre as pessoas com deficiência como um grupo que vivencia a discriminação institucionalizada em toda a sociedade,” (Oliver, 1990, p. 3).

Assim, deficiência, segundo o modelo social, é tudo aquilo que impõe restrições às pessoas com deficiência; indo do preconceito individual à discriminação institucional; de prédios públicos

inacessíveis a sistemas de transporte inutilizáveis; de educação segregada a arranjos de trabalho excludentes; e assim por diante (Oliver, 1996).

Antes de constituir um problema conceptual, a deficiência constitui um problema social envolvendo um amplo conjunto de realidades (práticas e simbólicas) delicadas quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista da identidade dos sujeitos em causa. A questão conceptual ou terminológica, tornando-se ela própria elemento do problema social, dados os efeitos das classificações que institui, ganha uma importância acrescida” (Capucha et al., 2005, p. 21).

Por fim, é importante destacar que as reflexões do modelo social da deficiência deram origem a novos enquadramentos conceptuais e definições. Afastando-se da abordagem individualizada e medicalizada da deficiência, pontuou-se a diferença entre deficiência e doença, com a doença a ser definida como podendo ocorrer e ter consequências incapacitantes ao longo da vida de pessoas com deficiência, assim como de qualquer indivíduo. É importante aqui destacar que para o modelo social: “O problema surge quando os médicos tentam usar os seus conhecimentos e competências para tratar a deficiência em vez da doença. A deficiência como um estado social de longo prazo não é tratável e certamente não é curável,¹⁴” (Oliver, 1990^a, p. 4).

Em 1976, um documento publicado pela UPIAS intitulado *Os Princípios Fundamentais da Deficiência* apresentou a distinção entre ‘disability’ (incapacidade) e ‘impairments’ (deficiências):

Definimos incapacidade (impairment) como a falta de uma parte ou de todo um membro, ou ter um defeito num membro, órgão ou mecanismo do corpo; e a deficiência (disability) como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não leva em conta as pessoas que têm deficiências físicas e, portanto, as excluem da participação nas atividades sociais. A deficiência física é, portanto, uma forma particular de opressão social.¹⁵

(UPIAS, 1976, p.14)

Faz-se necessário afirmar que a tradução utilizada nesta tese, das palavras ‘*impairment*’ e ‘*disability*’ será respectivamente incapacidade e deficiência. Salienta-se que, desta forma, a palavra deficiência em português relaciona-se com a perspectiva de Oliver, um dos grandes teóricos do modelo social, quando

¹⁴ No original: the problem arises when doctors try to use their knowledge and skills to treat disability rather than illness. Disability as a long-term social state is not treatable and is certainly not curable. (Oliver, 1990, p. 4)

¹⁵ No original: thus we define impairment as lacking part of or all of a limb, or having a defective limb, organ or mechanism of the body; and disability as the disadvantage or restriction of activity caused by a contemporary social organisation which takes no or little account of people who have physical impairments and thus excludes them from participation in the mainstream of social activities. Physical disability is therefore a particular form of social oppression. (UPIAS, 1974, p. 14)

afirma que “a deficiência nada tem a ver com o corpo. É a consequência da opressão social (...) Incapacidade, é de fato, nada além da descrição de um corpo físico,¹⁶”(Oliver, 1996, p. 35).

Ainda sobre as terminologias relacionadas com os novos conceitos trazidos pelo modelo social, é importante destacar que foram observadas, para o desenvolvimento deste trabalho, as traduções do inglês para o português utilizadas pelos autores e investigadores dos estudos da deficiência aqui referenciados, como também as palavras reconhecidas e utilizadas, de uma forma politizada, pelas próprias pessoas com deficiência, pelas associações de pessoas com deficiência em Portugal e no Brasil, pelo Núcleo dos Estudos da Deficiência (NED) do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) da Universidade de Lisboa e pelas traduções da Convenção sobre o Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) no Brasil e em Portugal, quando da ratificação pelos seus respectivos governos. A exceção foi o documento da Organização Mundial de Saúde (OMS), *International Classification of Functioning, Disability and Health*, traduzido como Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

A questão do uso de determinadas palavras para expressar os conceitos relacionados com a deficiência é um assunto regularmente discutido, que evoluiu conforme a consciencialização das sociedades acerca do tema. Barnes, em entrevista à Diniz, defende que a politização da língua foi crucial para o movimento das pessoas com deficiência, e por meio dela é possível gerar conhecimento e, conseqüentemente, ação. Em relação às traduções, enfatiza que é preciso respeitar as escolhas das organizações de pessoas com deficiência de cada país, lembrando, porém, que o movimento das pessoas com deficiência no Reino Unido, nas décadas de 1960 e 1970, se uniram e desenvolveram uma linguagem que politizou a deficiência (D. Diniz, 2013).

Portanto, na presente tese, maioritariamente, emprega-se a expressão *pessoa com deficiência* em português, como a utilizada pelos autores e organizações supracitadas, ao invés de *deficiente*. Porém, em inglês, o termo adequado seria *disabled people*, uma vez que significa que a deficiência foi causada ao indivíduo pela sociedade e não pela sua própria incapacidade. Para o modelo social, o termo em inglês, *people with disabilities*, utilizado nos Estados Unidos e Austrália, significava colocar a deficiência como uma característica pessoal, logo um problema individual.

Na mesma entrevista a Diniz (2013), Barnes destaca que para muitas pessoas com deficiência a utilização da palavra deficiente não é bem-aceite: “Dizer ‘sou deficiente’, no ambiente cultural convencional, é como dizer ‘sou de alguma forma inadequado, sou dependente, não sou capaz’. E isso atrai piedade, estigma e rejeição,” (p.243). Outro aspecto relevante do argumento de Barnes para a não utilização da expressão *people with disabilities* é que, desta forma, os governos continuariam a concentrar as políticas públicas no âmbito individual, excluindo a sociedade das suas responsabilidades.

¹⁶ No original: disablement is nothing to do with the body. It is a consequence of social oppression. (...) Impairment is, in fact, nothing less than a description of the physical body. (Oliver, 1996, p. 35)

Complementa-se que Diniz utiliza, como tradução de *impairment*, as palavras *lesão* e *impedimento* no lugar de *incapacidade* (D. Diniz, 2007, 2013; D. Diniz & Barbosa, 2010), assim como a palavra *deficiente* e *pessoa deficiente* como sinónimo de *pessoa com deficiência* remetendo-se à definição do modelo social (D. Diniz & Barbosa, 2010). Fontes (2016) defende a utilização, como uma forma politizada, do termo *pessoa com deficiência* ou *deficiente* e não *pessoa com incapacidade* ou *incapazes*, remetendo-se à tradução para o português da CIF.

Por fim, acrescenta-se a perspectiva de Stella Young (1982-2014), deficiente, jornalista, comedianta e ativista da deficiência sobre a terminologia mais correta a ser utilizada para se referir às pessoas com deficiência. Cada pessoa com deficiência tem o direito de escolher o termo a ser usado para se definir e ser definido, visto a variedade e complexidade de pessoas com deficiência assim como suas próprias deficiências (Young, n.d.).

Desta forma, reitera-se a importância do vocabulário relacionado à questão da deficiência e sua evolução através do tempo. À medida que se deu o abandono das perspectivas individuais e do desenvolvimento do paradigma social, por meio do movimento das pessoas com deficiência, fez-se necessário utilizar novas palavras para se referir a deficiência, de forma a explicitar sua politização. Efetivamente, é indubitável que ao longo dos anos, o estigma da deficiência produziu um número sem fim de termos e alcunhas de forma a diminuir a pessoa com deficiência, pelo que o uso das palavras como bandeira política se tornou fundamental.

1.3.2 Críticas ao modelo social da deficiência

A importância do modelo social para uma nova concepção da deficiência foi indiscutível; porém, à medida que o tempo avançava, alguns teóricos começaram a apontar falhas no modelo e a reivindicar novas percepções. A principal crítica ao modelo social centrava-se num possível menosprezo do corpo com deficiência.

Ao focar-se na sociedade e na opressão exercida sobre os indivíduos, não se reconheciam as experiências vivenciadas pelas limitações e incapacidades como parte integrante da experiência individual da deficiência. Assim, os críticos defendiam que era preciso levar em consideração a interação que ocorria, de maneira individual, entre a incapacidade e a deficiência, e conseqüentemente os limites inerentes às atividades das pessoas com deficiência.

Na verdade, a ideia difundida nos estudos da deficiência de que os efeitos “pessoais” da deficiência e da incapacidade devem ser mantidos “privados” e distintos das questões que alimentam a ação política ignora o facto de que a opressão social também tem um efeito generalizado nas áreas psicoemocionais da vida pessoal. (Pinto, 2012, p. 39)

Algumas observações são importantes para perceber o contexto da discussão do modelo social, assim como as razões de seus principais críticos. A primeira geração de teóricos do modelo social era composta por homens brancos, heterossexuais, com lesão medular ou outra deficiência física. Por essas características comuns de seus pensadores, a discussão, como já anteriormente mencionado, iniciada no mesmo período de reivindicações dos movimentos civis norte-americanos, nos anos de 1970, foi centrada no princípio ético da independência, uma vez que, em idade economicamente ativas, o que aqueles homens necessitavam e desejavam, prioritariamente, eram estar inseridos no mercado de trabalho e na vida social, e desta forma, tornarem-se indivíduos produtivos.

Por conseguinte, o modelo social canalizava as questões e reivindicações das pessoas com limitações físicas, desconsiderando, por exemplo, as deficiências intelectuais ou ainda as não aparentes. As reivindicações baseavam-se numa sociedade livre de barreiras físicas e na acessibilidade.

Cabe aqui referir que foram as teóricas feministas que primeiramente apontaram a necessidade de se pensar a deficiência sob um prisma ampliado de questões e interrelacioná-las. Houve a necessidade de considerar a deficiência dentro das variadas categorias identitárias, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, velhice, ou seja, compreendê-la como parte constitutiva do sujeito que se intersecciona, potencializando processos de opressão (Foresti & Bousfield, 2022).

Segundo essa perspectiva, nem todas as pessoas com deficiência poderiam viver uma independência plena, apenas com a derrubada de todas as barreiras físicas, como defendido pelo modelo social. Seria assim necessário também aprofundar as reflexões sobre a incapacidade, as dores físicas e as psíquicas das pessoas com deficiência, assim como a dependência de cuidadores. Diniz afirma que “o princípio de que a independência seria uma meta alcançável por meio da eliminação de barreiras foi reforçado a tal ponto que discutir as necessidades específicas do corpo com lesões se converteu em tabu político,” (D. Diniz, 2007, p. 28). Todas as pessoas seriam dependentes em diferentes momentos da vida, sejam na infância, na velhice ou na experiência de doenças.

No entanto, as principais críticas e questionamentos dirigidos ao modelo social foram efetivamente baseados na necessidade de se valorizar a experiência individual da pessoa com deficiência. Wendell (1996), por exemplo, afirmou que não era possível separar a questão biológica da construção social da deficiência, pois a deficiência surgiria da interação entre ambas:

Eles são interativos não apenas nas complexas relações entre os fatores sociais e os efeitos da saúde e do funcionamento dos nossos corpos, mas também porque os arranjos sociais podem tornar uma condição biológica mais ou menos relevante para quase qualquer situação. Chamo a interação do biológico e do social para criar (ou prevenir) a deficiência de "a construção social da deficiência"¹⁷, (p. 35).

¹⁷ No original: they are interactive not only in that complex interactions of social factors and our bodies affect health and functioning, but also in that social arrangements can make a biological condition more or less

Morris propunha que ao contestar a perspectiva da *tragédia pessoal* e das narrativas medicalizadas, o modelo social também não apresentava uma perspectiva completa da deficiência. Desta forma, também se exercia o silenciamento da realidade das pessoas com deficiência, perpetuando de algum modo a opressão social condenada por esse mesmo modelo.

O movimento da deficiência precisa assumir o princípio feminista de que o pessoal é político e, ao dar voz a essas experiências subjetivas, afirmar o valor de nossas vidas. Podemos insistir que a sociedade nos incapacita por seu preconceito e por não atender às necessidades criadas pela deficiência, mas negar a experiência pessoal da deficiência é, no final, ser conivente com nossa opressão¹⁸. (Morris, 1991, p. 120)

Logo, as perspectivas feministas partiram do modelo social, sem negá-lo, mas ao mesmo tempo, propondo uma ampliação do conceito da deficiência, incorporando as experiências individuais e subjetivas da incapacidade. Realça-se aqui a importância desta contribuição no sentido de alterar a concepção dominante da construção social da deficiência.

1.3.3 Modelo relacional

As críticas ao modelo social e os contributos das reflexões de seus críticos levaram à emergência de um novo entendimento da deficiência e, conseqüentemente a um novo conceito chamado de modelo relacional (ou biopsicossocial), segundo o qual a deficiência seria uma realidade complexa que exige diferentes níveis de compreensão e intervenção, desde as perspectivas médicas às sociopolíticas.

Capucha (2010) esclarece que se no modelo médico, o enfoque é principalmente colocado na reabilitação das pessoas, objetivando superar a desvantagem proveniente de uma incapacidade específica inerente à sua condição e, no modelo social, o enfoque é colocado exclusivamente nas instituições e estruturas sociais, na perspectiva do modelo relacional, a deficiência é concebida como uma diferença específica de cidadãos que são iguais a quaisquer outros em direitos e deveres, diferença essa que gera discriminação e que produz desigualdades nas diferentes áreas da vida social. “A pessoa com deficiência é vista numa perspectiva sistêmica, multidimensional, de forma globalizante e total, incluindo não apenas os traços da sua personalidade e das suas limitações e capacidades, mas também o modo como interage no contexto social”, (Capucha, 2010, p. 39).

relevant to almost any situation. I call the interaction of the biological and the social to create (or prevent) disability "the social construction of disability. (Wendell, 1996, p. 35)

¹⁸ No original: the disability movement needs to take on the feminist principle that the personal is political, and in giving voice to such subjective experiences, assert the value of our lives. We can insist that society disables us by its prejudice and by its failure to meet the needs created by disability, but to deny the personal experience of disability is, in the end, to collude in our oppression. (Morris, 1991, p.120)

Shakespeare (2006), portanto, elucida que o modelo social renegava, de tal forma, o modelo individual que se arriscava a deixar subentendido que a incapacidade não constituía um problema. Considerando outras explicações sócio-políticas da deficiência, obtém-se “a importante percepção de que as pessoas com deficiência são deficientes pela sociedade, bem como pelos seus corpos¹⁹,” (p. 200). Na prática, seria a interação entre o corpo do indivíduo e a sociedade que produziria a deficiência, sendo aspectos quase “inseparáveis na complexidade da experiência da deficiência,²⁰” (p. 201).

Defensor de uma percepção da deficiência enquanto a relação entre as incapacidades e à sociedade, o autor argumenta que a diversidade de todas as pessoas com deficiência tornaria difícil a operacionalização de uma acessibilidade completa, defendida pelo modelo social: “o conceito de atendimento às necessidades especiais parece mais coerente do que o conceito utópico de uma sociedade sem barreiras. Comunidades ou grupos livres de barreiras são possíveis, mas não um mundo totalmente sem barreiras,” (Shakespeare, 2006, p. 202).

Capucha (2010) destaca que o modelo relacional “tem por trás a ideia de que é preciso activar as pessoas e também, em simultâneo, as instituições, as estruturas e as redes sociais, de modo a assegurar a participação autónoma de todos na vida colectiva e o bem-estar de cada um” (p. 39).

Desta forma, seria necessário um modelo mais sofisticado e complexo, o qual se aproximaria da iniciativa da OMS em criar a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), cujo objetivo é a classificação dos componentes da saúde, no lugar da classificação das consequências da doença. A partir dos diversos conceitos como deficiência, incapacidade e desvantagem propôs-se uma nova dimensão da deficiência, dentro das perspectivas biológica, individual e social da saúde (DGS & OMS, 2004).

Dentro do novo conceito, a deficiência seria definida como “um termo abrangente para deficiências, limitações de atividades e restrições de participação, denotando aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais desse indivíduo (fatores ambientais e pessoais)²¹,” (WHO, 2001, p. 213).

Para Diniz, a CIF aproximou-se do modelo social, pois passou a considerar as experiências de cada indivíduo no que se relaciona com a segregação e a opressão, “enfazando o resultado negativo da interação entre o corpo com lesões e a sociedade,” (DINIZ, 2007, p. 4). Desta forma, a CIF possibilitaria a identificação de pessoas com incapacidades e situações particulares em que aquelas poderiam experienciar desvantagens, podendo ser classificadas como deficiências em domínios relacionados com a saúde. Não obstante, Fontes (2016) chama a atenção que, embora a CIF tenha aproximado-se do

¹⁹ No original: Whereas other socio-political accounts of disability have developed the important insight that people with impaired are disabled by society as well as by their bodies, the social model suggests that people are disabled by society not by their bodies. (Shakespeare, 2006, p. 200)

²⁰ No original: In practice, social and individual aspects are almost inextricable in the complexity of the lived experience of disability. (Shakespeare, 2006, p. 201)

²¹ No original: disability is an umbrella term for impairments, activity limitations and participation restrictions. It denotes the negative aspects of the interaction between an individual (with a health condition) and that individual's contextual factors (environmental and personal factors). (WHO, 2001, p. 213)

modelo social por considerar as dimensões sociais da deficiência, mantém viva a perspectiva médica e individual da deficiência.

Independentemente da perspectiva, sua importância evidencia-se, pois foi adotada como parte das Normas para a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Incapacidades, em Assembleia da ONU, em 1993, utilizada em muitos países como referência e/ou ferramenta, quer de formulação de política social, quer de aplicação de legislação e sistemas de compensação relacionados com a incapacidade. A definição de deficiência apresentada pela CIF é aquela utilizada pela ONU nos seus documentos sobre deficiência, nomeadamente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).

1.3.4 Deficiência e Direitos Humanos

Na sequência da apresentação dos modelos desenvolvidos pelos estudos da deficiência, faz-se necessário na presente tese clarificar como a evolução do modelo relacional desencadeou uma nova forma de pensar a deficiência. Muitos autores, defendem um conceito de deficiência mais amplo que englobe os diversos aspectos da vida da pessoa com deficiência, sejam eles físicos, emocionais, sociais ou económicos. Nesta perspetiva, seriam a conjuntura e a estrutura das sociedades capitalistas avançadas as responsáveis pela opressão social experienciada pelas pessoas com deficiência e, por conseguinte, sua segregação económica, política e social. Uma nova abordagem de valorização de todas as pessoas, na sua diversidade, figuraria então como solução para a eliminação da deficiência e um deslocamento do paradigma da deficiência para o âmbito dos direitos humanos. Incluindo a reorientação da legislação e de políticas públicas para um reconhecimento do valor e da dignidade humana das pessoas com deficiência (Pinto, 2015).

Essa mudança de abordagem, garantiria às pessoas com deficiência, a afirmação do princípio da universalidade dos direitos, o que implica o *empowerment* das pessoas e a transformação das instituições no sentido de se tornarem acessíveis a todos os cidadãos, promovendo a igualdade de oportunidades (Capucha, 2010).

O direcionamento da abordagem da deficiência enquanto parte dos direitos humanos, ao abandonar as ações relacionadas às perspetivas de caridade e da compensação, será desenvolvido posteriormente quando forem referidas algumas das políticas públicas da União Europeia, assim como do Estado Português para as pessoas com deficiência.

1.4 Pessoas com deficiência em Portugal

1.4.1 Breve histórico do movimento de pessoas com deficiência

O movimento de pessoas com deficiência em Portugal passa por antecedentes importantes para o seu real entendimento. Como visto, diversas situações ao longo da história explicam a evolução da

percepção da deficiência e, como tal, situações específicas portuguesas demonstram o evoluir desta compreensão.

Em Portugal, num primeiro momento, as pessoas com deficiência foram incluídas na mesma relação de pessoas oriundas de meios desfavorecidos, com necessidades de apoio caritativo. Entendida como uma tragédia pessoal, a deficiência mantinha-se como um problema privado, sendo as famílias as principais responsáveis pela resposta às pessoas com deficiência (Pinto, 2012). Aqueles que não podiam contar com esta assistência eram tidos como “pobres incapacitados de prover o seu sustento,” (M. A. Lopes, 1993, p. 501). Desta forma, o suporte vinha prioritariamente de instituições de caridade, fortemente ligadas à Igreja. Até os dias de hoje, pode-se perceber as consequências desta relação entre a caridade e a Igreja Católica para as pessoas com deficiência em Portugal.

A partir do século XV, com a criação das Misericórdias (Santa Confraria da Misericórdia) e o seu consequente monopólio, designado pelo Estado, sobre os hospitais e os cuidados às populações necessitadas, é que surgem as primeiras ações específicas dirigidas a incapacitados ou doentes incuráveis (Ferreira, 2015; M. A. Lopes, 1993).

O pouco apoio e as fracas ações desenvolvidas para responder às necessidades das pessoas com deficiência guardam ainda uma relação com outros importantes factos. Os quase três séculos de Inquisição em Portugal (1536-1821), mantiveram as deficiências, cujas definições, causas ou tratamentos não eram ainda explicadas por médicos, em seus manuais (Winzer, 1997). As deficiências eram então ligadas à sobrenaturalidade, explicando o porquê de ainda hoje serem representativas de desgraça, infortúnio ou castigo divino. Outros fatores a mencionar consistirão na tardia e reduzida exposição da sociedade portuguesa ao pensamento Iluminista e o consequente atraso no desenvolvimento científico (Fontes, 2016).

Após o terremoto de 1755, com o crescimento considerável da população pobre nas ruas, sem abrigo e trabalho, surgiu a necessidade de formular políticas públicas para o seu controlo: trabalho forçado para os que podiam trabalhar; a autorização para a mendicância para os incapacitados e a criação da Casa Pia de Lisboa (instituição residencial para pobres e mendigos assim como educacional para órfãos). Porém, estas ações visavam o controlo da população e não tinham ainda um sentido segregador e de confinamento das pessoas com deficiência, como já era visto no Reino Unido e na França neste momento (Fontes, 2016).

Somente a partir do século XIX, com o entendimento da deficiência como aspecto médico, é que foram criadas instituições e hospitais especificamente dirigidos para acolher pessoas com deficiência. Estas instituições abrigavam incapacidades específicas (deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência cognitiva), sendo mantidas na sua maioria por iniciativas de filantropia de privados ou pela Igreja. Devido ao continuado crescimento da população necessitada, estabeleceu-se, ainda no século XIX, a distinção entre os cuidados de saúde e a beneficência, retirando-se dos hospitais as pessoas com deficiência. Desta forma, surgiram mais instituições para atender ao elevado número de pessoas com deficiência que necessitavam de apoio (Fontes, 2016).

A instabilidade política e económica da Primeira República e as consequências da Primeira Guerra levaram o Estado português, na Constituição de 1911, a criar algumas políticas de assistência pública, como os seguros sociais. Embora a maior parte das ações nunca tenham entrado em vigor, foi possível perceber uma maior preocupação com as necessidades da população carenciada (Pimentel, 1999).

Somente no século XX, os serviços dirigidos às pessoas com deficiência começaram a assumir alguma expressão fora de uma abordagem meramente assistencialista, porém não é possível afirmar que tenha havido melhorias na vida das pessoas com deficiência (Martins, 2005). Com a participação portuguesa na Primeira Guerra, surgiu a iniciativa de criação de benefícios por deficiência, pensões de guerra e compensações, sendo esses indivíduos depois incluídos no Código de Inválidos, de 1929 (Associação de Deficientes das Forças Armadas, 1979).

Porém, o governo de António de Oliveira Salazar (1933) revogou os poucos direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência, incluindo os dos veteranos de guerra (Associação de Deficientes das Forças Armadas, 1979) e de incapacitados no trabalho. Por sua vez, continuou-se com a criação de instituições segregacionistas sem propósitos de educação e reabilitação. Retirou-se o direito à assistência pública, reconhecido pela Constituição de 1911, e o Estado passou a ter um papel secundário, como coordenador, estimulador e fiscalizador de iniciativas sociais privadas. O sentido da caridade e da filantropia em relação às pessoas com deficiência passou a ser estimulado pelo próprio Estado (Pimentel, 1999), aprofundando assim uma cultura de pobreza e de exclusão social.

Foi dentro desta realidade que a partir dos anos 30 surgiram as várias organizações de pessoas com deficiência em Portugal. Estas organizações ou grupos apresentavam apenas um carácter associativo, tendo como características estarem centradas numa única deficiência, auditiva ou visual, e não terem cunho político, facto decisivo para a sua existência no regime (Martins et al., 2016).

Posteriormente, a partir dos anos 50, devido à escassez generalizada de apoio e da inadequação dos serviços existentes, e como resultado da fracção de assistência do Estado a estas necessidades, surgem instituições voluntárias, sob iniciativa das próprias famílias de pessoas com deficiência, voltadas à assistência médica, pedagógica, social e educativa (Fontes, 2019). Consequentemente, o Estado português volta a sua atenção a este movimento associativo e desenvolve ações de apoio às iniciativas privadas assim como voltadas à educação especial, primeiramente para crianças com deficiência cognitiva e, posteriormente, auditiva e visual (Fontes, 2016).

Desta forma, em 1956 é fundada a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, em 1960 a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, em 1962 a Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Mongolóides (APPACM), que posteriormente passou a designar-se Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais (APPACDM), em 1970 surge o primeiro Centro de Paralisia Cerebral, e em 1971 é instituída a Associação Portuguesa para Protecção de Crianças Autistas, que mais tarde viria a originar a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (Nogueira, 2019)

Assim, fica evidente que até aquele instante, o movimento de pessoas com deficiência teve que se concentrar em suprir uma ausência deixada pelo Estado, que negligenciava os excluídos e os mais necessitados. Como dependiam de redes de apoio existentes, como família ou instituições de caridade, as reivindicações foram mais básicas, ou seja, centradas em direitos essenciais à obtenção de um patamar mínimo de cidadania (Martins et al., 2016).

Efetivamente, o movimento de pessoas com deficiência em Portugal iniciou-se como um grupo reivindicativo, apenas após a Revolução de 1974. O regime ditatorial impediu que movimentos sociais existentes em outros países, como no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, reverberassem em terras lusitanas. Até aquele momento, também, uma grande parte das organizações era liderada por pessoas sem deficiência, com um caráter caritativo (Martins et al., 2016)

Fontes (2016) acrescenta que esta falta de consciência coletiva pode ser explicada pela inexistência de grandes unidades residenciais voltadas para as pessoas com deficiência e, conseqüentemente, pela falta de um local de partilha de experiências e opressões sociais, como foi o caso britânico, desde os anos 1960.

Assim, apenas na década de 70, com o retorno de milhares de militares feridos nas guerras coloniais e, conseqüentemente, suas concentrações em hospitais militares, deu-se início a essa consciencialização coletiva e política. O regresso destes militares, ainda jovens, no início das suas vidas ativas, evidenciou como a sociedade os enxergava como incapazes, afastando-os de uma vida ativa como cidadãos, deixando-os como única opção as ações caritativas (Fontes 2012, 2019).

Conseqüentemente, esse foi o ponto de mudança para o movimento de pessoas com deficiência em Portugal, com a criação de várias organizações e o entendimento destas instituições como organismos de luta pelos seus direitos e cidadania.

O movimento de pessoas com deficiência em Portugal, tal como entendo aqui, de um ponto de vista estrutural, é assim o resultado do cruzamento de três fenómenos políticos: o restabelecimento do regime democrático em Portugal em 1974 e a dinâmica política, social e cultural que tal enceta; a exclusão social e económica vivenciada pela grande maioria das pessoas com deficiência em Portugal e o regresso a Portugal de um elevado número de jovens incapacitados na guerra colonial (1961-1974) (Fontes, 2019, p. 119).

Assim, surge a primeira instituição genérica de deficiência em Portugal: a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), fundada em 1972. Em 1974, com o restabelecimento da democracia portuguesa, cria-se a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), cujas ações possibilitaram o reconhecimento de muitos direitos dos retornados de guerra e serviram de base para diversas políticas sociais na área da deficiência em Portugal. Pouco depois, em 1976, formou-se a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), com a missão de defender os direitos das pessoas incapacitadas em acidentes do trabalho (Fontes, 2016, 2019). Pode-se afirmar que estas três associações

foram as primeiras vozes de denúncias e reivindicações de direitos das pessoas com deficiência em Portugal, centrando-se em ações políticas e de protesto.

Posteriormente, em 1980, foi criada a Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, atual Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes. Em 1989, ocorreu a unificação das diferentes associações de cegos na Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, e nos anos de 1990 formaram-se múltiplas organizações de surdos no país.

No início da década de 2010, surge a emergência de novas vozes insatisfeitas com a situação das pessoas com deficiência em Portugal. Estes movimentos, como o Movimento de Trabalhadores Portadores de Deficiência em Defesa dos Benefícios Fiscais e a Marcha pela Igualdade, liderados por ativistas individuais, vão politizar questões importantes, assemelhando-se tardiamente ao UPIAS (Union of the Physically Impaired Against Segregation) de 1973. Suas ações, de ação direta e mais radicais, com o recurso às novas tecnologias, serão marcadas por um efeito mediático mais efetivo, levando quer à ruptura com alguns políticos ou alianças a outros movimentos, quer à formação do Movimento dos (D)eficientes Indignados.

Fontes (2016, p. 82) destaca que o Movimento dos (D)eficientes Indignados, em particular, “representa o melhor exemplo de politização das pessoas com deficiência em Portugal e um sinal do aumento da sua autoestima e auto reflexividade”. Para o investigador, é importante destacar que esses movimentos se afastam das reivindicações tradicionais centradas nas reabilitações e direitos sociais/económicos específicos, centrando-se em direitos como a vida independente, além do reconhecimento público do Estado e da sociedade à existência de barreiras que impedem a vida plena das pessoas com deficiência em Portugal.

1.4.2 A evolução das políticas públicas para a deficiência em Portugal

Se o movimento de pessoas com deficiência em Portugal só teve condições de se mobilizar politicamente após a revolução de 1974, é importante destacar que o seu percurso foi marcado por alguns fatores, já destacados acima, e que atuam ainda hoje como influenciadores da percepção da deficiência na sociedade portuguesa. Pode-se enumerar a forte religiosidade judaico-cristã, o tardio e o fraco papel do Estado como provedor social e o caráter caritativo das ações dirigidas às pessoas com deficiência. Essas três condições estão fortemente ligadas à percepção da deficiência dentro do modelo individual/médico, centrada nas incapacidades do indivíduo e nas políticas voltadas para a compensação.

Embora após o “Abril de 1974” muitas políticas sociais tenham sido gradativamente criadas até ao início dos anos 80, as políticas para a deficiência não estavam entre as prioridades da expansão do Estado-Providência português. Ainda assim, entre 1977 e 1980, diversos subsídios foram disponibilizados, criando um sistema quase universal de apoio que incluía beneficiários com ou sem vínculo empregatício. Foram introduzidas medidas fiscais, assim como foram disponibilizados fundos

públicos para apoiar programas de educação e de reabilitação, especialmente para crianças e jovens com deficiência (Pinto, 2012).

Somente em 1989 foi adotado o quadro geral da política para a deficiência com a publicação da lei de bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. A lei baseava-se na Classificação Internacional das Incapacidades, Deficiências e Desvantagens, aprovada pela OMS em 1980. Desta forma, estabelecia um efeito de causalidade entre a presença de deficiência, a incapacidade de realizar atividades e a experiência de desvantagens sociais. Esta conceptualização era profundamente enraizada no modelo médico e numa abordagem tradicional da deficiência (Pinto, 2012).

Vale ressaltar que os benefícios pecuniários sempre estiveram aquém das reais necessidades das pessoas com deficiência e suas famílias, assim como os serviços disponibilizados pelo Estado português, sendo necessárias fortes e fundamentais ações de organizações do terceiro setor para suprir essas carências (Portugal, 2016).

Em consequência desta situação, as instituições geridas por familiares de crianças com deficiência foram se organizando para a prestação de serviços, principalmente de educação especial (Pinto, 2012). Estas instituições dedicaram-se e ainda se dedicam a prover o mínimo de bem-estar, compensando, como já dito, o vácuo deixado pelo Estado por meio de baixas prestações sociais. Por conseguinte, as instituições em vez de se centrarem numa politização da luta, precisam agir por meio de ações de educação, saúde, habilitação e reabilitação, evidenciadas pelas reivindicações baseadas em benefícios, serviços e compensações da deficiência (Fontes, 2019).

As políticas traduzem orientações diversas, continuando a coexistir a reparação e compensação assim como recursos para a ativação enquanto cidadãos. “Embora o desenho das políticas seja dominado por um discurso de afirmação de direitos, no modelo de intervenção continuam a existir práticas tradicionais de assistencialismo”, (Portugal, 2016, p. 147).

Outro facto que evidencia a forte ligação das questões da deficiência à reabilitação ou à segurança social é, ainda hoje, a subordinação do seu principal órgão diretivo. Criado em 1977, o Secretariado Nacional de Reabilitação, a pedido das organizações, reportava diretamente ao Primeiro-Ministro, tendo sido logo deslocado para o Ministério da Segurança Social, “facto que não deixa de ser significativo da concepção da deficiência partilhada por muitos governos como uma questão de benefícios sociais, sem que as organizações conseguissem inverter este processo” (Fontes, 2016, p. 88). A própria Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência continua hoje como órgão subordinado ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Acrescenta-se que as políticas relativas à deficiência sempre estiveram muito partilhadas entre diversos Ministérios e serviços de apoio, demonstrando a ausência de um plano global de ação, sem estratégia e planeamento. As legislações são particulares, em relação a temas específicos. Os próprios subsídios são múltiplos e para grupos específicos de pessoas, sendo que seus direitos são concedidos a partir de avaliações médicas, evidenciando mais uma ligação com o modelo individual da deficiência (Fontes, 2009). Essa ligação também está presente nas políticas de emprego, onde foram criados

subsídios para a integração de pessoas com deficiência nas empresas, assim como na Educação, onde a inclusão é baseada em planos de intervenção com abordagens médicas e individuais.

A adesão à União Europeia (UE), a partir de 1986, motivou muitas das políticas públicas atuais relativas à deficiência. Como área prioritária, entre 1986 e 2006, Portugal recebeu apoios significativos do Fundo Social Europeu para iniciativas que promoveram ações de igualdade na formação profissional e no emprego de pessoas com deficiência, além da promoção da acessibilidade em suas múltiplas dimensões.

No entanto, Pinto (2012) destaca que embora a adesão tenha promovido legislações e políticas mais progressistas, as políticas macro da EU e respectivos mecanismos de financiamento refletem um alinhamento aos valores neoliberais que visam os mercados e concentram-se maioritariamente em questões de emprego. As medidas de controle dos défices públicos impuseram cortes nos gastos públicos, em particular no setor social, impactando diretamente as pessoas com deficiência que continuaram expostas ao risco de pobreza.

Seguindo uma recomendação do Conselho Europeu, Portugal apresentou em 2006 o seu 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (2006-2009), com uma perspectiva integrada às várias questões da deficiência e aos direitos humanos (Pinto, 2012). O Movimento de Pessoas com Deficiência alegou que não foi consultado devidamente na sua elaboração, e que o plano revelava uma concepção da deficiência ainda centrada nas pessoas e não na sociedade (Fontes, 2009). No ano seguinte, foi publicada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e Portugal foi signatário.

Pinto (2012) aponta que mesmo com uma abordagem voltada para os direitos humanos, essas políticas encontravam-se cheias de contradições e limitações, destacando a ausência de instrumentos de controle, assim como punição por não cumprimento. Destaca também que “os critérios de elegibilidade que regulam o acesso à maioria dos programas e regimes de apoio à deficiência continuam a pressupor que os candidatos ‘provem’ sua incapacidade, submetendo-se a uma junta médica que determina em cada caso o respectivo ‘grau de incapacidade’”, assim “afastando-se da relação dos indivíduos e seus contextos sociais, ou ainda uma política de direitos humanos” (p. 150).

Foram, entretanto, publicados a Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF) e a atual Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, para o período de 2021-2025 (ENIPD 2021-2025). Os referidos documentos acompanharam as estratégias da UE, destacando-se a abordagem conjunta das políticas relacionadas com a deficiência e aquelas que promovessem e garantissem o pleno acesso e gozo “dos direitos humanos e liberdades fundamentais no campo político, económico, social, cultural e civil, por todas as pessoas com deficiência”.

Em relação à UE, a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010–2020 direcionou-se à acessibilidade, ou seja, a eliminação de barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência. A análise do documento permitiu verificar a presença, mais uma vez, de um alinhamento com políticas que visam o mercado e o controlo de gastos, sendo a acessibilidade citada como uma oportunidade para o mercado

e inovação por meio da inclusão de mais consumidores: “A presente estratégia visa melhorar as vidas das pessoas e gerar, ao mesmo tempo, benefícios mais vastos para a sociedade e a economia sem encargos desnecessários para a indústria e as administrações,” (Comissão Europeia, 2010, p. 4). O documento seguinte, União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2021-2030), apresenta um rol mais abrangente de medidas visando o combate à discriminação em busca da igualdade entre todas as pessoas e o exercício pleno dos seus direitos humanos.

No entanto, os princípios de inclusão enfrentam dificuldades de acesso. Portugal (2016) aponta que isto ocorre pelos próprios formatos das políticas públicas, analisadas a partir de três dimensões: a medicalização da deficiência, a burocratização e a morosidade dos processos. Como efeito, produzem uma disjunção nos tempos das necessidades de apoio e da sua satisfação, sendo agravadas por: contínuas mudanças, de legislação, de organização, de atores, que operam no sistema; falta de regulamentação de direitos legislados; ausência de fiscalização dos mesmos direitos; apoios vistos como da *boa vontade*; relações informais e sistemas pessoalizados; os serviços e bens atribuídos às pessoas com deficiência não estarem totalmente interiorizados como direitos, seja pelos responsáveis pela sua concessão, seja pelos beneficiários.

Em suma, pode-se dizer que Portugal percorreu, e na verdade, ainda percorre, uma trajetória de reconhecimento de uma sociedade deficientizadora e altamente opressora, na qual as questões da deficiência necessitam de compensação. A centralidade da luta acaba por se concentrar em questões de direitos básicos, essenciais para uma vida digna, o que conseqüentemente a afasta de reivindicações políticas e sociais mais vastas, como a remoção de barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência e o exercício de seus direitos enquanto cidadãos plenos (Fontes, 2019).

Em relação à percepção cultural da deficiência em Portugal, é importante traçar também uma grande mudança com a Revolução de 74, quando ao contrário do que se passou noutros países, não se questionou a ordem social ou as concepções da deficiência vigentes, mas sim o papel atribuído às pessoas com deficiência. Foi elaborada, segundo Fontes, uma contra narrativa, ainda centrada nas incapacidades, não mais vistas como falhas dignas de caridade, mas fatores potenciadores de exclusão e preconceito. Estas incapacidades seriam ultrapassáveis através da reabilitação e do acesso ao mercado de trabalho (Fontes, 2016).

Mesmo com a adaptação, a partir do final da década de 80 e início dos anos 90, da linguagem dos direitos humanos à questão da deficiência, a sociedade portuguesa não foi capaz de encarar as questões da deficiência dentro de um prisma social (Pinto, 2012). O discurso trouxe um alerta para os direitos das pessoas com deficiência, mas sem grandes impactos na vida prática das pessoas com deficiência, facto que se repete ainda hoje, mesmo tendo passado mais de uma década sobre a ratificação da CDPD e promulgação de diversas legislações baseadas nos direitos e no modelo social.

Um exemplo são as dificuldades de acesso de alunos com deficiência ao ensino superior, um caminho natural para uma melhor qualificação académica e profissional, e conseqüentemente, o aumento da empregabilidade. Embora, os dados demonstrem um crescente número de pessoas com

deficiência nas Universidades e Institutos Politécnicos portugueses, ainda se pode falar em um “sério problema de exclusão social”, (Capucha, 2023, p.1025).

Da mesma forma, o difícil acesso ao programa Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) e a pouca verba destinada à sua execução, afastam as pessoas com deficiência da inclusão prevista na CDPD. O MAVI foi iniciado, em 2015, como um projeto-piloto do Município de Lisboa, e em 2017, alargado a outras localidades do país, também como projeto-piloto. Somente em dezembro de 2023, o MAVI foi integrado ao sistema português de proteção social, enquanto medida de promoção da não institucionalização das pessoas com deficiência. É reconhecido como uma efectiva contribuição “para responder ao principal problema social identificado na deficiência e que se prende, por um lado, com os déficits de autodeterminação e de empoderamento destas pessoas e, por outro, da normalidade com que assiste à sua exclusão dos mais diversos contextos sociais e da participação cívica” (Capucha & Godinho, 2022, p.8).

1.4.3 Panorama legal da deficiência em Portugal

A Constituição promulgada em 1976, enquanto lei máxima da República Portuguesa, traz em seu primeiro artigo o princípio basilar do respeito pela dignidade humana. Além disso, incluiu-se pela primeira vez um artigo exclusivo sobre os direitos e deveres das pessoas com deficiência (Pinto, 2012). O artigo 71.º colocou o Estado como responsável por uma política de prevenção, tratamento, reabilitação e integração desses cidadãos, além de o responsabilizar pela promoção, na sociedade, de um espírito de respeito e solidariedade perante a causa e pela assunção do encargo da efetivação desses direitos. A revisão de 1982 incluiu ainda o apoio às associações de pessoas com deficiência.

A Constituição Portuguesa também trouxe no seu artigo 13.º o direito à igualdade: “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.” (artigo 13.º, n.º 1)”. No entanto, a deficiência não estava declarada de forma explícita quando se enumeravam as razões pelas quais as pessoas não poderiam ser discriminadas, o que gera ainda hoje muitas críticas: “em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” (artigo 13.º, n.º 2).

Na década de 1990, três importantes leis foram promulgadas em Portugal representando o interesse das pessoas com deficiência. Já se podia perceber o reflexo de uma mudança global, que vinha a se desenvolver desde a década anterior, para uma perspectiva de direitos humanos. As leis de avaliação de incapacidades para efeitos de acesso às medidas e benefícios (Decreto-lei 202/96), de inclusão educacional em escolas regulares e da remoção de barreiras arquitectónicas no edificado público (Decreto-Lei 319/91 e Decreto-Lei 123/97, respectivamente) foram desenvolvidas dentro de uma concepção de igualdade e integração. Chama-se a atenção para o facto de ainda não se falar em inclusão, mas sim em integração.

Em 2004, foi conduzida a atualização da Lei de Bases da Deficiência. A nova lei, além de apresentar uma nova concepção da deficiência, centrada sobre as limitações à atividade e à participação resultantes “da interação de fatores individuais e ambientais”, garantia os direitos das pessoas com deficiência ao emprego e formação profissional, à educação e cultura, à segurança social, à saúde, habitação, desportos e recreação (Pinto, 2012). Esta lei, embora precisasse ainda de regulamentação por parte do Estado para sua efetivação, apresentava uma característica mais global perante à questão da deficiência.

Dois anos depois, em resultado de uma forte reivindicação do Movimento de Pessoas com Deficiência em Portugal em reclamação ao artigo 13º. da Constituição, foi criada a proibição e a punição da discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde (Lei 46 de 2006). Esta lei tornou-se norteadora de outros importantes documentos e legislações portuguesas e abrangeu todas as áreas da vida humana, incluindo o acesso à bens e serviços, habitação e ambiente edificado, saúde, educação e emprego, no âmbito público e privado.

Enumera-se abaixo algumas das muitas outras leis portuguesas que regulamentam questões relacionadas com a deficiência, demonstrando, como já foi dito, “forte pendor particularista, em torno de temas específicos,” (Fontes, 2016, p. 67).

O levantamento da legislação a seguir deu-se por meio de consulta do Guia Prático - Os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal (Instituto Nacional para a Reabilitação, 2019), no qual constam as principais orientações governamentais sobre os direitos dos cidadãos portugueses com deficiência e uma relação da legislação em vigor, sobre temas como educação, saúde, desporto, acessibilidade, discriminação, transporte, emprego e formação profissional, vida independente, economia e impostos. Muito embora, procurou-se atualizar a legislação referente à deficiência até o ano de 2023.

Julgou-se importante apresentar este extenso rol de leis, uma vez que muitos dos artigos publicados pela imprensa e discutidos na presente tese, baseiam-se em questões de direitos das pessoas com deficiência em relação aos mais diversos assuntos, como saúde, educação, política e economia.

Assim sendo, apresenta-se de forma cronológica e com o indicativo sobre o assunto de que trata a respectiva lei entre parênteses: Lei 46/1986 (bases do sistema educativo), Decreto-lei 143/1986 (restituição do IVA), Lei 9/89 (lei de bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência), Lei 23/96 (serviços públicos essenciais), Decreto-lei 202/1996 (avaliação de incapacidade para fins de benefícios), Portaria 349/1996 (doenças crônicas), Lei 5/1997 (educação pré-escolar), Decreto-lei 251/98 (mercado e atividade de transporte em táxi), Despacho Conjunto dos Ministérios da Saúde, da Segurança Social e do Trabalho, n.º 407/98 e 861/99 (doenças crônicas), Decreto-Lei 29/2001 (sistema de cotas de empregos), Lei 38/2004 (Lei de Bases da Deficiência - prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência), Decreto-lei 156/2005 (livro de reclamações), Decreto-lei 163/2006 (acessibilidade edifícios), Lei 5/2007 (lei de bases do sistema desportivo), Lei 7/2007 (cartão do cidadão), Lei 22-A/2007 (tributação automóvel), Decreto-lei 74/2007 (cães de assistência), Decreto-lei 3/2008 (apoio especializado), Decreto-lei 281/2009 (intervenção precoce na

infância), Decreto-lei 291/2009 (regime de avaliação de incapacidade), Lei 43/2010 (apoio financeiro arrendamento), Decreto-lei 8/2010 (cuidados continuados em saúde mental), Decreto-lei 8/2011 (pagamento de atos médicos de saúde pública), Decreto-lei 22/2011 (saúde mental), Decreto-lei 42/2011 (produtos de apoio), Decreto-lei 113/2011 (prestações do SNS), Decreto-lei 254/2012 (transporte aéreo), Despacho 405/2012 (intervenção precoce na infância), Lei 6/2013 (profissão de táxi), Lei 30/2013 (bases da economia social), Portaria 293/2013 (intervenção precoce na infância), Decreto-lei 7/2014 (transporte marítimo), Portaria 103/2014 (prémio desportivos), Decreto-lei 9/2015 (transporte rodoviário), Decreto-Lei 41/2016 (impostos sobre rendimentos e circulação), Lei 58/2016 (atendimento prioritário), Despacho 7197/2016 (sistema de atribuição de produtos de apoio - SAPA), Lei 48/2017 (reserva de estacionamento), Lei 93/2017 (regime jurídico antidiscriminação), Decreto-lei 74/2017 (livro de reclamações), Decreto-lei 125/2017 (acessibilidade nas vias públicas), Decreto-lei 126/2017 (sistema Braille), Decreto-lei 129/2017 (vida independente), Portaria 342/2017 (critérios vida independente), Lei 45/2018 (transporte descaracterizado de plataformas eletrônicas), Lei 49/2018 (regime do maior acompanhado), Decreto-lei 29/2018 (Apoio ao alojamento), Decreto-lei 37/2018 (acesso à habitação), Decreto-lei 47/2018 (*rent-a-car*), Decreto-lei 54/2018 e Decreto-lei 55/2018 (educação inclusiva), Decreto-lei 65/2018 (ensino superior), Decreto-lei 83/2018 (declaração de acessibilidade nos sítios eletrônicos), Decreto-lei 124A/2018 (transporte ferroviário), Portaria 332A/2018 (prêmios desportivos), Resolução da Assembleia da República 312/2018 (equiparação de bolsas e apoios à atletas paralímpicos), Lei 4/2019 (sistema de cotas de empregos), Decreto-lei 11/2021 (prestações sociais), Lei 75/2021 (acesso ao crédito e contratos de seguros), Lei 80/2021 (revisão ou reavaliação do grau de incapacidade), Decreto-lei 82/2022 (relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços), Decreto-lei 1/2022 (avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência), Lei 5/2022 e Decreto-lei 18/2023 (regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência), Portaria 415/2023 (criação, instalação, organização e funcionamento do Modelo de Apoio à Vida Independente).

Não obstante, julgou-se necessário apresentar as leis e as normas relativas à profissão jornalística e de comunicação social, de forma a compreender as obrigações que estes profissionais têm em relação à representação das pessoas com deficiência.

Essas leis devem nortear o trabalho de produção das notícias e ser do conhecimento dos profissionais que tratem de assuntos relacionados com a temática da deficiência. Afirma-se isto com base na investigação realizada, por ser comum, no texto jornalístico, a presença de preconceitos, estigmas e conceitos já ultrapassados. Na grande maioria das vezes, estes ocorrem pelo simples facto do profissional de comunicação desconhecer as especificidades do tema pautado.

1.4.4 Normas e leis no âmbito da Comunicação Social

Primeiramente, apresentam-se aqui dois documentos que regulamentam o exercício da profissão de jornalista em Portugal: o novo Código Deontológico do Jornalista, publicado em 1993 e atualizado em 2017 e o Estatuto do Jornalista (Lei 1/99), alterado e retificado em 2007. Em ambos os documentos encontra-se determinado que o jornalista deve rejeitar o comportamento discriminatório das pessoas, compatibilizando-se com o artigo 13º da Constituição da República Portuguesa. O Estatuto determina ainda como dever a diversificação de fontes e a audição das partes interessadas nos casos em que se ocupem. Especificamente a este direito, reitera-se a importância de ouvir a pessoa com deficiência ou as instituições dirigidas por pessoas com deficiência, dando assim espaço e voz aos seus interesses. Enumera-se ainda o dever de se abster de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas por meio da exploração de suas vulnerabilidades.

Complementa-se ainda com o Quadro de Ética da Federação Internacional de Jornalistas, adotado em junho de 2019, o qual determina que os jornalistas devam evitar a disseminação de preconceito e discriminação relacionados a vários fatores, incluindo, explicitamente, a deficiência.

Ainda relativo às leis que regulamentam o campo da comunicação, enumera-se a Lei de Imprensa atual (Lei 2/99) que tem como dever garantir o direito à informação (de informar, de se informar e de ser informado), sem impedimentos e discriminações e a defesa do interesse público. Portanto, em Portugal, existem diversas leis e normas que estabelecem o interesse público na salvaguarda dos direitos das pessoas com deficiência, a começar pela própria Constituição, conforme já mencionado.

Consultou-se ainda o documento que criou a Entidade Reguladora para a Comunicação Social – ERC (Lei 53/2005). Entre as suas funções está a preservação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, além da promoção, nos respectivos meios de comunicação, do pluralismo e da diversidade. Tem como objetivo ainda assegurar o livre acesso aos conteúdos de forma não-discriminatória, de modo a evitar qualquer tipo de exclusão social ou económica, e proteger os públicos mais sensíveis.

Logo, como pontuado acima, pôde-se observar, junto às normas reguladoras dos meios e da profissão de jornalista, obrigações importantes para o exercício da profissão e da atuação no setor. Essas observações estão relacionadas a outros importantes documentos que citam especificamente a atuação da comunicação social como importante motor de ações de sensibilização social, visando a promoção do respeito e de mudanças de comportamento perante às pessoas com deficiência.

A Lei de bases da Deficiência (Lei 38/2004), como já explicitada, define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência. Nela consta também o princípio da informação, mediante o qual a pessoa com deficiência tem o direito de ser informada e esclarecida sobre os seus direitos e deveres. Assim, relaciona-se este direito com um dos objetivos fundamentais dos meios de comunicação: a informação. Contudo, é o artigo 43º que trata especificamente da comunicação social, quando determina que “os órgãos de comunicação social devem disponibilizar a informação de forma acessível à pessoa com deficiência bem como contribuir para a sensibilização da opinião pública, tendo em vista a eliminação das práticas discriminatórias baseadas na deficiência”.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, assinada por Portugal em 2007 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, traz no artigo 8º menção específica à comunicação social, por meio da determinação, a adotar por parte dos Estados, de medidas “imediatas, efectivas e apropriadas” no sentido de sensibilizar a sociedade para o respeito dos direitos e dignidade das pessoas com deficiência, combater estereótipos, preconceitos e práticas prejudiciais e promover as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência. Entre as medidas para este fim encontra-se o objetivo de “encorajar todos os órgãos de comunicação social a descreverem as pessoas com deficiência de forma consistente com o objectivo da presente Convenção”.

No âmbito da Europa, o Conselho da Europa estabeleceu a Estratégia para a Deficiência (2017-2023), que consta uma secção específica sobre sensibilização, relacionada com o artigo 8º da CDPD. No documento são traçadas ações com o objetivo de mudar atitudes e estereótipos negativos por meio de políticas, estratégias e ações eficazes de conscientização, envolvendo os média. Como resultado almeja-se promover a visibilidade das pessoas com deficiência, enquanto atores sociais e usuários.

A União Europeia, no documento Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2021-2030), também apresentou instruções específicas na esfera da comunicação social e do cinema, determinando o respeito pela dignidade humana e a proibição de qualquer tipo de discriminação, nomeadamente aquela baseada na deficiência. Para além disso, traz também a necessidade de promoção e incentivo às obras de arte das pessoas com deficiência, reforçando a importância da visibilidade desses artistas por meio de exposições e espetáculos. O documento também determina a necessidade de que haja uma cultura acessível ao cidadão com deficiência.

Finalizando, apresenta-se a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência para o período de 2021-2025, aprovada em Resolução do Conselho de Ministros (n.º 119/2021). Neste documento, embora não tenham sido mencionados especificamente órgãos de comunicação social tampouco jornalistas, há uma importante e relevante recomendação relativa à sensibilização de profissionais de diversas áreas que trabalhem com pessoas com deficiência, assim como a procura da inclusão social das pessoas com deficiência. Logo, surge a necessidade de os profissionais de comunicação serem envolvidos na busca pela inclusão, visto que, como já anteriormente mencionado, falta conhecimento da temática da deficiência a muitos profissionais de comunicação. Incluí-los como profissionais com necessidades de capacitação vai então ao encontro das determinações da CDPD.

Desta forma, pretendeu-se apresentar nesta secção os direitos das pessoas com deficiência no que concerne à sua representação mediática, como também os deveres dos jornalistas e dos meios de comunicação no exercício das suas profissões e funções. Este panorama jurídico torna-se de primordial importância para a análise dos temas abordados pelos media, assim como para avaliar o destaque e a ênfase dados, uma vez que se trata de direitos previstos em normas e leis.

CAPÍTULO 2

Comunicação e Sociedade

2.1 O protagonismo dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas

A difusão e a onipresença dos media, amplificada pela internet e pela consequente revolução digital dos meios de comunicação, possibilitam afirmar uma inexorável relação entre esses e a construção da realidade. Isto se dá, pois, para grande parte da população, os media tornaram-se a principal fonte de informação e também o meio pelo qual a realidade social é percebida e vivenciada.

É como se os acontecimentos apenas fossem concretizados após transformarem-se em eventos mediáticos, sendo suas existências, num primeiro momento, ainda no século XX, condicionadas à difusão pelos meios de comunicação de massa (Cruz, 2014), e a partir da primeira década do século XXI, com a apropriação social decorrente da domesticação da evolução tecnológica característica das sociedades em rede (Cardoso, 2023), à difusão pela auto comunicação de massas²² (Castells, 2013) e pela comunicação da comunicação²³ (Eco, 2021). A partir de diferentes formas de mediação, os atores sociais combinam práticas comunicativas, partilhando suas percepções da realidade, e desta forma, a vida social estabelece-se (McQuail & Deuze, 2020).

O acesso aos media em geral e o uso da Internet passaram a figurar como parte da vida quotidiana, desempenhando um importante papel em todos os aspectos da sociedade. A mediação constitutiva do modo de comunicação em rede não é o mero resultado das tecnologias disponíveis, mas sim o resultado de uma forma de organização social, criada pelas escolhas daqueles que utilizam essas tecnologias de mediação (Cardoso, 2023).

A alteração de um modo de comunicação transforma o quotidiano da população, ao mesmo tempo que altera as estruturas económica, social, política e cultural (Lash e Lurry, 2007). Os media alteraram-se daqueles que provocam efeitos sobre as pessoas e sobre a sociedade, para aqueles que integram qualquer processo que rege os assuntos sociais (McQuail & Deuze, 2020), evidenciando um papel dominante como provedores de crenças e produtos culturais (Hjarvard, 2008).

Não é mais possível imaginar os media como mais uma instituição da sociedade, agindo paralelamente e apenas em algumas instâncias. De acordo com Hjarvard (2008), os media começaram, a partir do século XIX, a ser uma instituição social autônoma com capacidade para incorporar e exprimir

²² O conceito de auto comunicação de massas refere-se a Manuel Castells (2013), onde a comunicação segue os princípios da comunicação de massas, mas serve para cumprir o objetivo de partilhar a informação sobre a vida pessoal de cada um. A auto comunicação de massas constitui-se como uma forma de comunicação de massas porque alcança potencialmente uma audiência global online. Por sua vez, é auto comunicação porque é autodirigida na elaboração e envio da mensagem, autoescolhida na recepção da mensagem e autodefinida nos termos da formação do espaço comunicativo (Castells, 2013; McQuail e Deuze, 2020).

²³ O conceito de comunicação da comunicação refere-se a Umberto Eco (2021), definível enquanto a partilha mediada de conteúdos previamente mediados, remixados ou não, pelos participantes no ato comunicativo, e constitui o nó central da comunicação em rede. A comunicação da comunicação é a prática que assegura a interligação ou a comutação/switching das mensagens entre diferentes formas comunicativas (Cardoso, 2023).

uma identidade social, promovendo e/ou reforçando o contacto entre os indivíduos e as instituições da sociedade onde estavam inseridos. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, sua influência tornou-se tão vigorosa que hoje se encontra interligada a todas as outras instituições (Trabalho, Governo, Escola, Família e próprios pares), adquirindo uma posição particular dentro da sociedade moderna (Hjarvard, 2014). Castells (2013) destacou os meios de comunicação como fontes essenciais na transformação de mentalidades, organizados em oligopólios globais e com suas vastas redes de distribuição. Desta forma, os media tornaram-se as fontes principais de mensagens e imagens que chegavam à mente das pessoas.

À vista disso, os meios de comunicação assim como a própria comunicação podem ser considerados como fenômenos sociais culturais e tecnológicos. A instituição mediática faz parte da estrutura da sociedade, enquanto as ideias, imagens e informações são um aspecto importante da cultura, por sua vez, a infraestrutura tecnológica integra-se à base econômica e de poder (McQuail & Deuze, 2020).

Os media centram-se na tarefa de produção e distribuição do conhecimento, por meio da informação. Esse conhecimento é o que nos permite dar algum sentido às experiências no mundo social, mesmo que de forma diferenciada para cada indivíduo.

As informações, imagens e ideias disponibilizadas pelos media podem, para a maioria das pessoas, ser a principal fonte de consciência de um passado compartilhado (história) e de uma localização social presente. São também um depósito de memórias e um mapa de onde estamos e quem somos (identidade), podendo ainda fornecer os materiais de orientação para o futuro. (McQuail & Deuze, 2020, p. 108)²⁴

Couldry & Hepp (2017) justificam que seria por meio da comunicação que os indivíduos construiriam arranjos simples e/ou complexos para coordenar seus comportamentos e dar sentido à vida. A dimensão comunicativa dessas práticas é primordial para a construção do mundo social.

Acrescenta-se que os meios de comunicação se tornaram, além de uma ferramenta social para a produção de atenção e difusão de informação, primordiais para as interações culturais e sociais, exercendo influência em todos esses domínios. Sua importância pode ser maximizada, considerando ainda suas capacidades em controlar como a informação é representada, como as relações sociais são construídas e para quais as finalidades sociais as ações comunicativas estariam a serviço.

Os media seriam parte essencial na forma de estruturar a informação e dar forma ao conhecimento (Tuchman, 1983), proporcionando aos cidadãos o contato com a esfera política, a partir da orientação da atenção e uma agenda pública a respeito de temas sociais (Saperas, 1993). Seriam responsáveis por selecionar e expor determinados acontecimentos, garantindo visibilidade a eles. Por sua vez,

²⁴ No original: the information, images and ideas made available by the media may, for most people, be the main source of an awareness of a shared past time (history) and of a present social location. They are also a store of memories and a map of where we are and who we are (identity), and may also provide the materials for orientation to the future. (McQuail & Deuze, 2020, p. 108)

representariam também a função de especialista, apoiando os cidadãos com “escolhas informadas” (Cardoso, 2007, p. 315), em muitas de suas tomadas de decisões.

Complementarmente, uma série de novos media passaram a permitir outras formas de produção e recepção com potencial alcance global. Desta forma, faz-se necessário refletir sobre a ampliação do raio de influência para além das esferas públicas e políticas, eixos tradicionais de atuação dos meios de comunicação de massa, alcançando também contextos privados e semi privados.

Silverstone destaca uma dupla atuação: “os media são cada vez mais centrais para definir os termos em que a cidadania global se desenvolve no dia-a-dia, bem como cada vez mais centrais na cultura política dentro da qual essa vida cotidiana é conduzida,” (Silverstone, 2005, p. 190).²⁵ Media, sociedade e comunicação estão tão interligadas que não é possível considerá-los isoladamente, sendo necessário um dos outros para suas próprias existências (McQuail & Deuze, 2020).

2.2 Modelo integrado para pesquisa de media e comunicação de massa

Como acima exposto, e em concordância com o papel dos media no processo do estabelecimento da vida social, mais especificamente por meio do processo jornalístico, uma vez que o principal objeto de estudo da presente tese é a notícia, recorreu-se aos Estudos de Audiência para o desenvolvimento da base teórica que se segue. De tal modo, propõe-se analisar como, por meio da produção das notícias, os media refletem, afetam e transformam as sociedades, participando ativamente nas construções das representações sociais.

Alinhando-se à perspectiva de pesquisa contemporânea, quando a tendência e a recomendação na literatura apontam para uma crescente utilização de um modelo integrado, no qual se cruzam modelos, métodos e paradigmas, apresenta-se como ponto de partida, o modelo de McQuail e Deuze (2020), Figura 2.1, dividido em quatro áreas-chave, “cada uma com suas próprias perspectivas predominantes sobre a natureza de nosso relacionamento com os media,” (p.99)²⁶, integrando os processos de transmissão da comunicação de massa e o ecossistema mediático (p.100).

Abordar-se-ão para tal, nomeadamente as teorias dos efeitos, *agenda-setting*, *gatekeeper*, *framing*, *encoding/decoding*, *cultivation theory* e representações sociais, sendo posteriormente, como já afirmado, seus conceitos utilizados como arcabouço teórico para o desenvolvimento da fase empírica, isto é, a análise de conteúdo da imprensa portuguesa, assim como a discussão dos resultados encontrados.

Não obstante, não se pretende discorrer sobre as teorias da comunicação presentes nos quatro quadrantes, mas sim apresentar a percepção das correntes principais de comunicação, no seio das quais

²⁵ No original: the media are seen to be increasingly central as defining the terms in which the global citizen goes about his or her every day life as well as increasingly central to the political culture within which that everyday life is in turn conducted. (Silverstone, 2005, p. 190)

²⁶ No original: each with its own prevailing perspectives about the nature of our relationship with (our) media. (McQuail & Deuze, 2020, p. 99)

se integram as teorias selecionadas para o desenvolvimento da fase que se seguirá. Regista-se também que os quatro modelos não são excludentes, uma vez que são relevantes para diferentes propósitos, onde os próprios autores destacam que o ambiente atual da comunicação contribui para um enfraquecimento de categorias e limites rígidos entre conceitos e modelos.

No que diz respeito à escolha do modelo, não podemos simplesmente escolher um e ignorar os outros. (...) Os modelos de transmissão e atenção ainda são os preferidos pela indústria dos media e persuasores, enquanto os modelos de ritual e decodificação são situados como uma parte de resistência da dominação dos media assim como uma luz sobre determinados processos ocultos. Nenhuma das partes neste conflito de perspectivas pode se dar ao luxo de não considerar como os media de massa aparecem para o outro lado, uma vez que todos os modelos refletem alguns aspectos do processo de comunicação.²⁷ (McQuail & Deuze, 2020, p. 101)

Cardoso também destaca a importância de se recusar, dentro da sociologia, mais especificamente da sociologia da comunicação, visões unidimensionais, e sim “integrar e articular contributos teóricos e paradigmas diversos”, “para podermos compreender na plenitude os fenómenos comunicativos,” (2023, p.15).

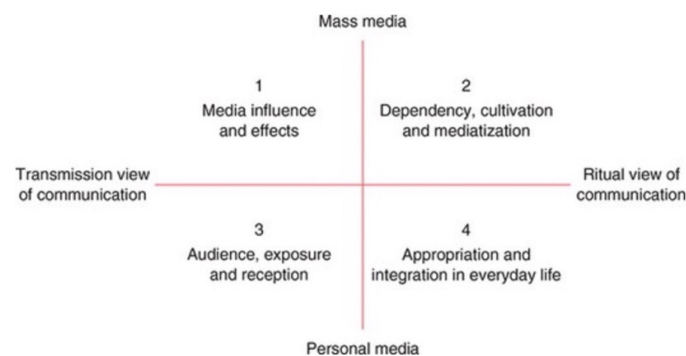


Figura 2.1 - Integração do modelo de transmissão e do modelo ritual (ou expressivo) do processo de comunicação de massa *versus* os temas mais comuns da pesquisa de mídia e comunicação de massa e o ecossistema emergente de novas mídias.²⁸ (McQuail & Deuze, 2020, p. 100)

2.2.1 Estudos da Audiência

²⁷ No original: as far as a choice of model is concerned, we cannot simply choose one and ignore the others. They are relevant for different purposes. The transmission and attention models are still the preferred perspectives of media industries and would-be persuaders, while the ritual and decoding models are deployed as part of the resistance to media domination as well as shedding light on the underlying process. Neither party to this underlying conflict of purpose and outlook can afford to discount the way mass communication appears to the other side since all models reflect some aspects of the communication process. (McQuail & Deuze, 2020, p. 101)

²⁸ No original: integration of the transmission and ritual models of the mass communication process set against the most common themes of media and mass communication research and the emerging new media ecosystem. (McQuail & Deuze, 2020, p. 100)

O desenvolvimento dos estudos das audiências esteve intrinsecamente ligado ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, tendo como objetivo verificar o nexo existente entre as audiências e as mensagens mediáticas ou entre os seus comunicadores (Jensen & Rosengren, 1990). Como tal, ao longo do tempo, os estudos das audiências evoluíram marcados pelas mudanças verificadas nos media, assim como na própria audiência.

Faz-se também necessário, mais uma vez, afirmar a complementaridade entre as diferentes teorias, onde “tornam-se visíveis sinais de progressivos contatos entre as diversas tradições de investigação²⁹” (Jensen & Rosengren, 1990, p. 208), até porque visam responder a questões e preocupações de naturezas diversas. Outrossim, importa que não as considerem de uma forma estanque, mas lhes reconheçam, cada vez mais, múltiplos pontos de contacto, sobreposição e complementaridade.

2.2.1.1 A Teoria dos Efeitos

A pesquisa sobre os efeitos dos media é uma das ideias centrais das teorias da comunicação (Neuman & Guggenheim, 2011) e referem-se às “mudanças deliberadas e não deliberadas, a curto e a longo prazo, nas cognições (incluindo crenças), emoções, atitudes e comportamentos de cada pessoa, resultantes da utilização dos media”³⁰ (Valkenburg et al., 2016, p. 316).

A partir dos anos de 1920, os meios de comunicação, como os jornais, o rádio e o cinema, passaram a alcançar grandes audiências, fazendo surgir o conceito de comunicação de massa (McQuail, 2010). Entendia-se por massa, não somente à dimensão da audiência, mas também ao anonimato e à uniformidade do consumo e dos impactos, noções que se tornaram progressivamente incompatíveis com a utilização contemporânea dos meios de comunicação (Valkenburg et al., 2016).

A literatura dos efeitos dos media é frequentemente caracterizada por três fases, iniciando-se com uma teoria de efeitos significativos, sendo esta repudiada e seguida por uma nova fase de efeitos mínimos, e havendo então novamente, repúdio a fase anterior e a redescoberta de efeitos significativos (Neuman & Guggenheim, 2011).

Detalhadamente, a primeira fase (1920/1930) incorporou as metáforas da *bala mágica* ou da *agulha hipodérmica*, como se os emissores atirassem para as audiências mensagens e efeitos (Borah, 2016), tipicamente persuasivos, imediatos e evidentes (Neuman & Guggenheim, 2011).

Nesta fase inicial, com cada vez maior popularidade da imprensa, do cinema e da rádio, atribuía-se aos meios de comunicação social um poder imenso na formação da opinião, das atitudes e do comportamento. Harold Lasswell, frequentemente citado como a principal figura da primeira fase dos efeitos dos media, utilizou os argumentos da psicologia freudiana, do pragmatismo e da ciência política

²⁹ No original: signs of increasing contacts between different research traditions have become visible. (Jensen & Rosengren, 1990, p. 208)

³⁰ No original: the deliberate and non deliberate short-and long-term within-person changes in cognitions (including beliefs), emotions, attitudes, and behavior that result from media use. (Valkenburg et al., 2016, p. 316)

para defender que a sociedade e os indivíduos podiam ser efetivamente controlados por uma minoria através da propaganda (Borah, 2016). A teoria também estava associada à noção de um modelo de transmissão mecânica de efeitos diretos ligado aos primeiros teóricos da engenharia da informação, como Claude Shannon (Neuman & Guggenheim, 2011).

Posteriormente, Paul Lazarsfeld e os seus associados na Universidade de Columbia (1950/1960) estabeleceram uma nova forma de pensar os media, estabelecendo o que foi chamado de “modelo de efeitos limitados”³¹ (Borah, 2016, p.2), segundo o qual os media exerciam apenas uma pequena influência, pois as motivações e crenças prévias da audiência influenciavam a interpretação das mensagens, que eram frequentemente discutidas entre pares, amigos e líderes de opinião. Para os pesquisadores, não haveria uma influência direta entre os estímulos mediáticos e a resposta à audiência (Borah, 2016). A mediação aconteceria em “duas etapas”³², conforme a narrativa desenvolvia-se, e não, como a teoria anterior pressupunha, diretamente (Neuman & Guggenheim, 2011, p. 173).

A terceira fase, nos anos de 1950 e 1960, marcada pela chegada da televisão (com um poder de atração maior do que os media anteriores, assim como as significantes implicações na vida social), foi caracterizada pela atenção às mudanças a longo prazo em vez dos efeitos directos sobre as atitudes e opiniões. Foi dada mais atenção aos efeitos coletivos sobre os climas de opinião, as definições da realidade social, a ideologia e as crenças de uma dada população, aos padrões culturais e ao comportamento institucional. Igualmente importante foi a constatação de que a forma como os meios de comunicação selecionam, processam e moldam os conteúdos pode ter uma forte influência na forma como esses são recebidos e interpretados (McQuail, 2010).

Uma quarta fase, *influência negociada dos media*, surge a partir do final dos anos de 1970, com uma abordagem designada como construtivista social (McQuail, 2010), na qual os efeitos dos *media* são mais significativos através da construção de significados. Os media ofereceriam às audiências uma visão preferida da realidade social (incluindo a informação em si, a forma como interpretá-la, formar juízo de valor e reagir a ela), cabendo a estas mesmas audiências a decisão pela aceitação ou não desses pontos de vistas. McQuail destaca que “estes sejam frequentemente o único material disponível para formar uma opinião sobre assuntos distantes,³³” (2010, p. 382). Essa fase também é marcada por uma mudança na pesquisa dos media para métodos qualitativos, mais profundos e etnográficos (McQuail, 2010).

Embora estas fases sejam úteis para mapear a história da investigação sobre os efeitos dos media, não podemos assumir um desenvolvimento progressivo ordenado, nem sugerir que durante estas várias fases não tenha surgido investigação que confirmasse outras hipóteses e comunicasse resultados contraditórios. Em vez de fases, talvez seja melhor falar de diferentes

³¹ No original: This approach became known as the limited effects model. (Borah, 2016, p. 2)

³² No original: *two-step flow* (Neuman & Guggenheim, 2011, p. 173).

³³ No original: It is up to the audience member to decide whether or not to adopt the views offered, although they are often the only material available for forming an opinion on distant matters. (McQuail, 2010, p. 382)

percepções dos efeitos dos media que inspiraram - e continuam a inspirar - uma variedade de investigação e teoria em várias disciplinas.³⁴ (McQuail & Deuze, 2020, p. 544)

Muito embora, tenha se referido aqui a uma literatura que distingue a história do campo dos estudos dos efeitos por fases, como apresentado em McQuail (2010), é importante dar conhecimento a posições, de teóricos que propuseram modelos alternativos elaborados a partir de diferentes percepções, áreas teóricas ou características. Segue-se abaixo uma breve descrição de algumas perspectivas diferentes apresentadas ao longo dos últimos vinte anos por pesquisadores proeminentes da área (McQuail & Deuze, 2020; Neuman & Guggenheim, 2011; Perse, 2001; Valkenburg et al., 2016).

Perse (2001) propõe modelos alternativos de efeitos, de acordo com as diferenças-chaves entre eles, sendo: efeitos diretos; efeitos condicionais (de acordo com fatores sociais e psicológicos); efeitos cumulativos (graduais e de longo prazo); efeitos cognitivo-transacionais (com referência particular ao esquema e enquadramento).

Neuman e Guggenheim (2011) analisaram 50 anos de investigação em comunicação e dividiram-nos por seis grandes áreas teóricas: teorias da persuasão, teorias da audiência ativa, teorias do contexto social, teorias da sociedade e dos media, teorias dos efeitos interpretativos e novas teorias dos media. Para Borah (2016), por meio do trabalho é possível perceber a sobreposição de áreas teóricas, demonstrando as abordagens diversas e fragmentadas das pesquisas dos efeitos dos media.

Posteriormente, com base em meta-análises e teorias amplamente citadas dos efeitos dos media Valkenburg, Peter e Walther (2016) identificaram e discutiram cinco características das teorias dos efeitos dos media, relacionando-as as condições sob as quais os media poderiam produzir efeitos nos indivíduos, sendo elas: seletividade da utilização dos media, propriedades dos media como preditores, efeitos indiretos dos media, efeitos condicionais dos media, efeitos transacionais dos media³⁵.

Mais recentemente, McQuail e Deuze (2020), em uma atualização da obra do primeiro, apresentaram quatro maneiras distintas de entender os efeitos dos media a partir de revisões e meta-análises de pesquisadores do campo: de efeitos “todo-poderosos” a “limitados”, passando por efeitos “negociados” a “complexos e recíprocos”³⁶(McQuail & Deuze, 2020, p. 545), onde as quatro perspectivas assemelham-se bastante aos modelos de Perse (2001).

³⁴ No original: Although these stages are useful to map onto the history of media effects research, we cannot assume a neat, orderly progressive development, nor would we suggest that during these various phases research confirming other hypotheses and reporting conflicting results did not appear. Rather than phases, it is perhaps better to talk about different perceptions of media effects that have inspired – and continue to inspire – a variety of research and theory across disciplines. (McQuail & Deuze, 2020, p. 544)

³⁵ No original: selectivity of media use, media properties as predictors, media effects are indirect, media effects are conditional, media effects are transactional. (Valkenburg et al., 2016)

³⁶ No original: Four distinct ways of making sense of media effects can be found and traced as influential across media and mass communication scholarship: from ‘all-powerful’ to ‘limited’ via ‘negotiated’ to ‘complex reciprocal’ effects. (McQuail & Deuze, 2020, p. 545)

Após debruçar-se sobre a história dos efeitos dos media, torna-se perceptível e inegável o espaço de contestação encontrado, especialmente porque novas teorias e métodos colocam em dúvida as descobertas de pesquisadores anteriores (Borah, 2016).

Em consequência, Neuman e Guggenheim (2011) apontam que a polarização entre os efeitos significativos e mínimos pode impedir a teorização e diminuir a percepção do progresso alcançado nos últimos 50 anos de investigação. Tal polaridade associa erroneamente o tamanho dos resultados encontrados na pesquisa empírica dos efeitos à importância teórica e prática. A diminuição dos estudos anteriores impede a construção de uma investigação acumulativa, colocando as gerações mais jovens de pesquisadores a reinventar ideias e a repetir investigações desnecessárias; sendo desta forma “um impedimento demonstrável para a concepção e interpretação da investigação sobre os efeitos dos media e para a evolução de um conjunto de conclusões acumuladas e consensuais sobre as condições que impedem e facilitam esses efeitos a nível individual e agregado,³⁷” (Neuman & Guggenheim, 2011, pp. 172–173).

2.2.1.2 A Teoria do Gatekeeper e os critérios de noticiabilidade

O *gatekeeper* está entre as teorias mais utilizadas pelos acadêmicos dos media e comunicação de massa. Foi concebida, nos finais dos anos 40, pelo psicólogo Kurt Lewin (1949), com o objetivo de estudar, após a Segunda Guerra, as mudanças de hábitos sociais. O modelo previa que determinadas pessoas exerciam maiores pressões nas tomadas de decisões, num sistema constituído por pontos de controle, canais e forças positivas e negativas. Embora seu primeiro estudo publicado tenha sido sobre hábitos alimentares, Lewin afirmava que era possível replicar seu modelo para compreender o processo de decisões de informações na construção de notícias. Após a sua morte, seu assistente David White (1950), utilizou o referido modelo para analisar as decisões de um editor de um jornal local, apelidado por ele de *Mr. Gates*, sobre a aceitação ou rejeição de determinadas histórias (Shoemaker & Riccio, 2016; Shoemaker & Vos, 2009).

Diversos modelos foram desenvolvidos a partir da teoria do *gatekeeper*, porém destaca-se o modelo de Pamela Shoemaker, uma vez que congrega o processo ocorrido dentro das instituições mediáticas, além do processo interindividual dos jornalistas ou produtores de conteúdo, estando ambos ainda suscetíveis a um sistema social que lhes serve de contexto (Cruz, 2014). Seu modelo envolve múltiplos e sucessivos atos de seleção durante o processo da produção da notícia (McQuail & Deuze, 2020). Para Shoemaker e Vos “o *gatekeeping* afeta a realidade social de todas as pessoas” (Shoemaker & Vos, 2009, p. 14), uma vez que constitui o modo como a audiência compreende o mundo.

³⁷ No original: is a demonstrable impediment to the design and interpretation of media effects research and the evolution of an accumulative agreed-upon set of findings about the conditions that impede and facilitate those effects at the individual and aggregate level. (Neuman & Guggenheim, 2011, pp. 172–173)

Desta forma, a teoria do *gatekeeper* refere-se ao processo de seleção mediática, pelo qual os diversos acontecimentos tornam-se ou não notícia, explicando como e porquê algumas mensagens são preferidas em detrimento de outras. As mensagens são criadas conforme as informações vão passando pelos canais e avançando pelos postos de controle, com percursos muitas vezes diversos, estas informações vão sendo alteradas, editadas, acrescidas de imagens, gráficos e hiperlinks.

De tal maneira, tem-se a mediação como um elemento central no estabelecimento da agenda temática, executada pelos meios de comunicação. “(...) realizam uma mediação tecnológica entre o comunicador e a audiência, mas, ao mesmo tempo, executam uma mediação social ao determinarem a sua própria agenda, influenciando na agenda pública,” (Saperas, 1993, p. 60).

Tuchman destaca a noticiabilidade como o processo pelo qual os jornalistas, elege hierarquicamente, os eventos que serão tipificados em acontecimentos informativos. Este processo por sua vez é proveniente de negociações institucionais, territoriais e temáticas, e fruto da relação entre instituições legitimadas e as organizações informativas (Tuchman, 1983).

Contudo, com a comunicação em rede, a noção do jornalista enquanto único *gatekeeper* – decidindo qual informação o público deve saber – não o define mais (Kovach & Rosenstiel, 2021). As redes e os media sociais, como o Facebook, o Twitter, o Reddit, o Youtube, alteraram essencialmente a forma de transmissão da comunicação e, profundamente a vida informativa das pessoas.

O papel de *gatekeeper* deixou de ser realizado exclusivamente pelos jornalistas, enquanto editores dos meios de comunicação de massa, e ampliou-se para comunicadores diversos – governos, entidades, agências de notícias, produtores de conteúdos dos media sociais, incluindo os próprios jornalistas – que agem como fontes de informação, críticos das notícias dos meios de comunicação e editores de seus próprios canais online. As informações que passam pelos *portões* atingem tanto as audiências dos meios de comunicação de massa quanto dos participantes das media sociais.

Jungherr (2014) pontua que a tecnologia impacta o consumo e a produção de mensagens, uma vez que estas resultam de lógicas de operação muito diferentes. Em um estudo sobre campanha eleitoral, o autor concluiu que os *gatekeepers* no X (ex-Twitter) ofereciam aos participantes a oportunidade de discutir e de se opor às opiniões dos candidatos. A internet também modificou o contexto da comunicação de nacional para transnacional, uma vez que ocorre entre pessoas e organizações em qualquer lugar do mundo (Shoemaker & Riccio, 2016).

Outro ponto fundamental, é entender como a função de *gatekeeper* passou a ser exercida, também, pelos algoritmos computacionais, a partir da customização das preferências das audiências. Logo, a partir da disposição de dados pessoais, relacionados ao histórico de navegação e consumos mediáticos, são disponibilizados resultados automatizados aproximados aos desejos dos usuários. Os próprios sítios de notícias passaram a contar com a lista de preferências de seus leitores (nomeados geralmente de *notícias mais lidas*), elencadas a partir de cliques, tempo de leitura, compartilhamentos e outras formas

de medir a relação da audiência com determinado conteúdo. McQuail e Deuze referem-se ao algoritmo como “uma outra camada de *gatekeeping* na publicação e distribuição de media,³⁸” (2020, p. 348).

O *gatekeeping* em rede (Cardoso, 2021) traduz a transformação de uma prática de *gatekeeping* estática, assente nos profissionais de comunicação social, para um sistema de *gatekeeping* em rede, dinâmico, aberto aos dados produzidos por uma multidão de participantes, através das suas escolhas individuais ao filtrar, colaborar, partilhar e divulgar informação e que, posteriormente, alimenta um sistema de algoritmos nas diferentes redes e media sociais. Cardoso (2021) enfatiza que no *gatekeeping* em rede há a presença generalizada dos algoritmos, funcionando como novos sistemas de seleção e classificação.

Embora, os media sociais tenham se tornado muito relevantes no processo de *gatekeeping*, pois o acesso aos consumidores e cidadãos deixou de estar concentrado nas mãos dos meios de comunicação de massa, McQuail & Deuze (2020) chamam atenção para o forte interesse por parte das marcas, políticos e instituições que as mensagens obtenham uma atenção pública extensa e proeminente, feitos ainda garantidos pelos media de massa. Shoemaker pontua, por exemplo, em relação a campanhas políticas, que “as mensagens de e-mail recebidas diretamente dos candidatos podem parecer omitir os *gatekeepers* tradicionais, quando na verdade fornecem as mesmas informações que os jornalistas recebem dos candidatos: comunicados à imprensa e declarações ou vídeos oficiais,³⁹” (Shoemaker, 2017b, p. 384).

Kovach & Rosenstiel (2021) apresentam uma ótica otimista no prosseguimento das fortes mudanças enfrentadas pelo campo do jornalismo nos últimos anos. Segundo os autores, há espaço para a produção de um melhor jornalismo, com maior clareza por parte dos jornalistas sobre o quê o público e as comunidades realmente precisariam das notícias, de como os cidadãos e a rede digital poderiam contribuir neste processo, e como seriam organizadas, verificadas, contextualizadas e adicionadas essas contribuições da audiência.

A prática jornalística, apesar dos ataques políticos às notícias e à sua veracidade factual, continua a gerar uma confiança maioritária na população global, mantendo-se os conteúdos jornalísticos como uma base para a comparabilidade social de todos os outros conteúdos quanto à autenticidade da mensagem, da fonte e de marcas (Ross e Rivers, 2018; Newman et al., 2021).

Mas quais seriam os critérios de noticiabilidade ou valores notícias determinantes para que passem pelos controles de informação do *gatekeeping*? Para Wolf, a noticiabilidade é “o conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e

³⁸ No original: adding another gatekeeping layer in the publication and distribution of media. (McQuail & Deuze, 2020, p. 348)

³⁹ No original: e-mail messages received “directly” from candidates may appear to omit gatekeepers, when in fact they provide the same information that journalists receive from candidates: news releases and official statements or videos. (Shoemaker, 2017b, p. 384)

tendencialmente estável de notícias” (1999, p. 127), portanto, os valores notícias seriam uma componente dessa noticiabilidade.

Para Weaver et al. (2007), os valores notícias estariam mais relacionados aos processos de natureza organizacional, social e cultural, combinados com os econômicos, do que com o desejo ou necessidade das audiências. É importante considerar o papel determinante do jornalista na ação de selecionar ou não as notícias. Schultz (2007) argumenta que esta autonomia estaria relacionada à organização, à sua posição hierárquica e ao tipo de que é jornalismo realizado. Harcup e O’Neill chamam atenção para o fato de “quem está selecionando notícias, para quem, em que meio e por quais meios (e recursos disponíveis), poder ser tão importante quanto os valores-notícias inerentes a qualquer história em potencial,⁴⁰” (2017, p. 1483).

A importância de valores notícias mudou ao longo do tempo à medida que os valores sociais mudaram, assim como quando da chegada da tecnologia aos diversos processos de comunicação, especialmente pela internet. A elaboração de uma taxonomia a respeito dos valores-notícias impulsionou diversos estudos, tendo sido *The Structure of Foreign News*, de Johan Galtung e Mari Ruge (1965), um marco acadêmico e a primeira demonstração clara dos valores-notícias que influenciavam à seleção de notícias. Harcup e O’Neill, em 2001, testaram então a relevância contínua deste estudo em *What is news? Galtung and Ruge revisited*, e revisaram-no em 2017, apresentando um contemporâneo modelo de valores notícias, os quais seriam: exclusividade, más notícias, conflito, surpresa, apelo audiovisual, compartilhamento, entretenimento, drama, continuidade, elite/poder, relevância, grandeza, celebridade, boas notícias e agenda da organização⁴¹(Harcup & O’Neill, 2017, p. 1482).

Para Shoemaker (2017a), as características desviantes dos eventos (conflito, controvérsia, destaque e o incomum) são valorizadas desde o processo de comunicação oral, continuando a ocupar destaque entre os valores notícias atuais. A autora enumera os valores-notícias desde os mais antigos: desvio, proximidade e escopo, oportunidade, partidarismo e importância (tanto social quanto pessoal); aos mais recentes: objetividade, factualidade (verdade, precisão e rigor) e imparcialidade (equilíbrio, origem e atribuição).

Embora estudiosos tenham adotado “diferentes abordagens para a teorização e estudo de valores-notícia, às vezes focando na aparente noticiabilidade de um evento ou atores jornalísticos para descobrir porque uma história foi selecionada, mas também considerando fatores organizacionais, culturais e econômicos⁴²” (Harcup & O’Neill, 2017, p. 1472), faz-se necessário destacar que não existe uma teoria de valores-notícias única e capaz de fornecer todas as respostas.

⁴⁰ No original: in other words, who is selecting news, for whom, in what medium and by what means (and available resources), may well be as important as whatever news values may or may not be inherent in any potential story. (Harcup & O’Neill, 2017, p. 1483)

⁴¹ No original: exclusivity, bad news, conflict, surprise, audiovisuals, shareability, entertainment, drama, follow-up, the power elite, relevance, magnitude, celebrity. (Harcup & O’Neill, 2017, p. 1482)

⁴² No original: For their part, scholars have taken different approaches to the theorisation and study of news values, sometimes focusing on the apparent newsworthiness of an event or news actors to uncover why a story has been

Os valores-notícias podem diferenciar-se de acordo com o tempo e o espaço, podendo ser alterados de acordo com dado momento social ou sob a influência de anunciantes, assim como pela decisão editorial dos meios de comunicação social ou pelos interesses e alinhamentos políticos-ideológicos dos produtores individuais de conteúdo.

2.2.1.3 A Teoria do *Agenda-Setting*

Faz-se importante mencionar que historicamente Walter Lippmann foi o *pai* da ideia do *agenda-setting*. Em 1922, em seu livro *Opinião Pública*, o autor já apresentava questões sobre os media e a formação da opinião pública.

Contudo, o termo *agenda-setting* foi cunhado por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972, para descrever um fenômeno observado há muitos anos nas campanhas eleitorais. Assim, os autores, por meio de um estudo empírico, na ocasião das eleições presidenciais americanas de 1968, demonstraram que os assuntos enfatizados nas notícias pelos meios de comunicação passam, com o tempo, a serem considerados importantes para o público. Logo, a proeminência da agenda dos media é transferida para a agenda do público (McCombs & Shaw, 1972).

A frase de Bernard Cohen (1963, p. 13), utilizada por McCombs e Shaw, sintetiza bem a função da hipótese do *agenda-setting*: “a imprensa pode não ter muito sucesso em dizer às pessoas o que elas têm de pensar, mas é muito bem-sucedida em dizer aos seus leitores sobre o quê eles têm de pensar”⁴³.

A teoria do agendamento refere-se ao processo de influência dos media para com as audiências, pois estes têm um papel determinante na introdução de temas a serem debatidos na esfera pública mediática, isto é, dos assuntos que entendem ser relevantes e merecedores de atenção, e que assim são adotados pelos seus públicos (Portela, 2019).

Não obstante, McCombs e Shaw (1972) destacaram que a influência mediática não é deliberada e premeditada, mas sim resultante da necessidade de os meios de comunicação selecionarem e destacarem alguns tópicos entre os muitos possíveis de serem apresentados num determinado momento. Os jornalistas, para isso, respeitariam um conjunto de normas profissionais para guiá-los nessa seleção da amostragem diária do ambiente (McCombs, 2014; Saperas, 1993). Quanto maior a necessidade de orientação dos indivíduos, mais provável é que busquem a agenda dos media, beneficiando-se de um incomparável repositório de informações.

Acrescenta-se que a frequência e a saliência dada a certas notícias – inferidas pela quantidade de artigos, localização nas páginas dos jornais (impressos ou online) ou dos noticiários televisivos, extensão das mesmas, entre outros fatores – também influenciam as audiências na determinação de importância.

selected, but also considering the organisational, cultural and economic factors. (Harcup & O'Neill, 2017, p. 1472)

⁴³ No original: The press may not be successful much of the time in telling people what to think, but it is stunningly successful in telling its readers what to think about. (Cohen, 1963, p. 13)

Através da seleção diária, da organização de notícias e da saliência dedicada a cada uma delas, os jornalistas concentram a atenção e influenciam as percepções das audiências sobre quais são os assuntos mais importantes do dia e os temas que devem estar na agenda pública. “Os jornais comunicam uma série de pistas sobre a importância dos temas da sua agenda diária. A história principal na página 1, primeira página versus página interna, o tamanho do título e até mesmo a extensão de uma história, tudo para comunicar a saliência dos tópicos na agenda de notícias,” (McCombs, 2014, p. 19)⁴⁴.

McCombs destaca que as pesquisas de definição de agenda continuam em novos cenários, particularmente devido à contínua proliferação de canais de internet e media social, resultando, porém, numa situação de permanência dos padrões de comportamento entre os media e o público: “uma grande variedade de canais de internet demonstra efeitos de agendamento entre o público semelhantes aos encontrados, para jornais e televisão, ao longo das décadas,”⁴⁵ (2014, p. 42).

Todavia, é preciso considerar, na contemporaneidade, um grande número de media, alterando fortemente a dinâmica no processo de distribuição e alcance das informações. As audiências estão expostas de forma habitual e deliberada, assim como de forma incidental ao longo do dia. Em conjunto com a homogeneidade destes canais de notícias, o resultado é um alto grau de consenso entre o público sobre os principais assuntos do dia (McCombs, 2014).

Por fim, importa apresentar sumariamente ainda dois fenômenos posteriores ao *agenda-setting*: *intermedia agenda-setting* e *agenda melding*.

O *Intermedia agenda-setting* se dá pela capacidade de um meio ser a fonte dos principais assuntos do dia de outro meio. Isto ocorre a partir de meios de comunicação de referência, que alimentam, de uma forma ramificada outros meios (McCombs, 2014).

Entre os meios de comunicação tradicionais, como a imprensa, e os blogues políticos percebe-se uma maior combinação de agendas. Entretanto, em termos de influência, McCombs (2014) aponta os media tradicionais como uma força importante: “independentemente de quem lidera e quem segue, o padrão dominante é uma agenda temática altamente homogênea e uma agenda de atributos com considerável convergência,” (p. 211).

Alguns teóricos (Cushion et al., 2018; Esser & Strömbäck, 2014; Parmelee, 2014; Weaver & Shaw, 2014) apontam que mesmo após o surgimento da internet e dos novos media, a imprensa e as agências de notícias tradicionais, como o New York Times e a Associated Press, determinam a agenda de outros meios de comunicação, incluindo o ambiente online de notícias. A justificativa seria que a imprensa e as notícias continuam tão importantes quanto no passado e desempenham um papel central nas nossas sociedades (Newman & Fletcher, 2018).

⁴⁴ No original: newspapers communicate a host of cues about the relative salience of the topics on their daily agenda. The lead story on page 1, front page versus inside page, the size of the headline, and even the length of a story all communicate the salience of topics on the news agenda. (McCombs, 2014, p. 19)

⁴⁵ No original: a wide variety of internet channels demonstrate agenda-setting effects among the public similar to those found over the decades since Chapel Hill for newspapers and television. (McCombs, 2014, p. 42)

Não obstante, os novos media passaram a figurar como importantes fontes para os media tradicionais. No âmbito do noticiário político, o Twitter passou a ocupar um local de grande destaque e relevância para o agendamento mediático (Parmelee, 2014).

Às redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e YouTube) uniram-se a franca disponibilidade de rede móvel de dados, a tecnologia wi-fi, entre outros softwares e aplicativos, expandindo sobremaneira o cenário social. Isto refletiu-se na enormidade de informações possíveis para a construção de uma imagem do mundo. Logo, a *agenda melding* seria a forma de balancear a agenda da comunidade cívica e de comunidades de referência, balanceando com os próprios pontos de vista dos participantes da comunicação, criando uma visão de mundo preferencial (McCombs, 2014). Este conceito concentra-se na capacidade dos membros do público de selecionar entre media, questões e elementos das mensagens. Segundo Shaw e Colistra, “o estudo dos interesses e necessidades do público na aquisição de agendas dos media é um elemento necessário para a verdadeira compreensão da formação da opinião pública de todos os grupos,⁴⁶” (2007, p. 12). É importante destacar que a *agenda melding* não substitui o agendamento dos media, mas procura explicar como a força do agendamento varia entre diferentes media, grupos e indivíduos.

2.2.1.4 Encoding/Decoding – Um ciclo de feedback contínuo

A teoria da codificação/decodificação de Stuart Hall está enquadrada em uma abordagem dos estudos das audiências denominada de Estudos Culturais. Os pesquisadores da Universidade de Birmingham, Inglaterra, mudaram a ótica da abordagem dos estudos dos efeitos, pois procuravam olhar para o modo como as pessoas utilizavam os media para a construção das suas visões de mundo, ao invés de se preocuparem como os media mudavam o comportamento das pessoas (Hanson, 2014).

Inicialmente, estes pesquisadores defendiam que as estruturas mediáticas, de tal modo inseridas na sociedade e cultura, desempenhariam o papel de poderosíssimo mecanismo ideológico ao serviço das elites e dos seus objetivos políticos e económicos, cujas mensagens seriam marcadas por um complexo código de dominação (Hall, 1973). Porém, esta visão totalizadora do poder dos media perante um receptor apático começou a desvanecer-se, mesmo no seio dos seus iniciais defensores, ligeiramente mais tarde em relação ao momento em que o mesmo sucedeu nos estudos dos efeitos (Portela, 2019).

Stuart Hall, a partir da conexão com suas teorias no âmbito dos estudos culturais, afirmou que o processo comunicativo ocorria, a partir da articulação de uma complexa estrutura – *produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução*. No entanto, “cada momento manteria sua distinção e modalidade específica, suas próprias formas e condições de existência,”(Hall, 2003, p. 387).

⁴⁶ No original: the study of audience interests and needs in acquiring media agendas is a necessary element of true understanding of public opinion formation of all groups. (Shaw & Colistra, 2007, p. 12)

A teoria da codificação/decodificação foi iniciada a partir da reflexão sobre a profunda penetração dos meios de comunicação nas instituições e nas vidas dos indivíduos, numa relação de reciprocidade, não unidirecional entre produtores, conteúdo e receptores e a consequente crítica ao modelo linear e perfeito de transmissão de comunicação que exercia forte influência nos estudos dos media.

No modelo de codificação/decodificação, proposto por Hall, as mensagens mediáticas localizavam-se entre os produtores e os receptores. Mesmo sendo produzidas dentro dos contextos das organizações de comunicação, muitas vezes reproduzindo as estruturas dominantes de poder, as mensagens mantinham-se abertas e polissêmicas, pois seriam decodificadas de acordo com as interpretações e contexto cultural das audiências. “As leituras que você faz surgem da família em que você foi criado, dos lugares em que trabalha, das instituições a que pertence, das suas outras práticas,” (Hall, 2003, p. 378).

Logo, todo o ambiente sociocultural influencia o processo de descodificação das mensagens, por parte das audiências – ou seja, na extração de significados dos conteúdos codificados pelos agentes de produção e distribuição – e que isso acontece “antes, durante e depois do seu visionamento, são também elas próprias (as audiências) heterogêneas nas suas interpretações e até, por vezes, resistentes aos significados dominantes codificados num texto,⁴⁷” (Livingstone, 2004, p. 79).

Destarte, no estabelecimento do referido modelo, Hall apresenta três leituras possíveis: a preferencial, onde a equivalência seria próxima ao modo encaminhado pelo texto; a oposta, na qual não haveria o entendimento do sentido proposto ou pela interpretação de forma completamente diferente; e, por fim, uma “leitura negociada”, que seria a escolhida pela maioria da audiência, onde o sentido não se encontra nem completamente dentro da leitura preferencial tampouco é totalmente o contrário (Hall, 2003).

McQuail e Deuze corroboram que a essência da *abordagem de recepção* é localizar a atribuição e construção de significado (derivado dos media) na audiência, o que garantiu um certo otimismo ao estudo dos media e cultura. Com esse poder em mãos, as audiências poderiam escapar de um possível controle social (2020, p. 97).

Para Hall, o processo de decodificação não seria homogêneo, mas sim multirreferencial, pois estaria relacionado à identificação e reconhecimento de cada indivíduo da audiência nas mensagens, possibilitando desta forma diversas leituras. Logo, um grupo ou indivíduo poderia descodificar uma mensagem dentro do que ele chamou de “códigos hegemônicos”, enquanto outro procederia de forma mais contestatária (Hall, 2003).

Porém, um dos aspectos mais importantes propostos por Hall (2003) é como os conteúdos mediáticos são produzidos, buscando encaminhar a audiência para uma determinada interpretação,

⁴⁷ No original: and since audiences work to make sense of media content before, during and after viewing, they are themselves heterogeneous in their interpretations, even, at times, resistant to the dominant meanings encoded into a text. (Livingstone, 2004, p. 79)

direcionando recursos específicos para uma determinada forma de representar o real. Assim, os discursos mediáticos influenciariam a forma como os indivíduos pensam e (re)constróem os seus significados sobre um dado fenómeno (Cunha & Cruz, 2018).

Desta forma, as decodificações estariam dentro de um universo de codificação, isto é, os limites e parâmetros dentro dos quais as decodificações vão operar. Esses limites também seriam responsáveis por uma efetiva troca comunicativa, garantindo que as mensagens codificadas se inseririam dentro dos entendimentos possíveis daquela audiência, indo ao encontro de uma “leitura preferencial” (Hall, 2003). Conforme já afirmado, esta representaria um exercício de poder, em que as organizações de comunicação, além de controlarem os próprios meios, investiriam na forma como as mensagens seriam interpretadas.

Efetivamente, as “leituras preferenciais” buscam atingir uma “audiência implícita” (Deming, 1985), que ao partilhar crenças e valores, decodificará aquelas mensagens num sentido preferencial projetado pelos media. Essas mensagens procuram reproduzir cognitivamente as representações mentais que são compartilhadas por membros de um grupo, em vez de alterar sua visão de mundo (Álvares, 2016, 2017).

Como tal, os significados dominantes codificados seriam os vigentes numa dada sociedade e num determinado momento (Hall, 2003). A narrativa mediática seria estabelecida dentro de um *status quo*: “As diferentes áreas da vida social parecem ser dispostas dentro de domínios discursivos hierarquicamente organizados através de sentidos dominantes ou preferenciais,” (Hall, 2003, p. 396).

Todavia, segundo Hall, esta tentativa de “leitura preferencial” nunca é de todo bem sucedida, pois a decodificação permite tantas quantas leituras possíveis. Sendo apenas uma tentativa de homogeneizar a interpretação, uma vez que, como já discorrido no presente capítulo, muitas pessoas conhecem o mundo prioritariamente através dos significados comunicados pelos media. Faz-se necessário acrescentar que não só os produtores e as audiências garantem o curso dos significados, como também os próprios media escolhidos seriam capazes de moldá-los de maneiras diferentes (McQuail & Deuze, 2020).

Desta forma, encaminha-se para a teoria de enquadramento – *framing* –, de forma que se faz importante relacioná-la com o encoding/decoding a partir do entendimento da codificação das mensagens serem realizadas por seus produtores, baseados por seus recursos externos e inseridos em contexto sociais. Um acontecimento é narrado dentro de fronteiras específicas, as quais permitem encaminhar a audiência a uma determinada interpretação.

2.2.1.5 A Teoria do Enquadramento – *Framing*

O Enquadramento – *framing* – é um conceito da teoria da comunicação largamente pesquisado e diz respeito a como determinados aspectos de um evento ou acontecimento são apresentados nas notícias. Parte-se do pressuposto de que qualquer produção jornalística recorre a recursos externos para completar o seu quadro e posteriormente publicá-lo, a partir da percepção subjetiva dos jornalistas ou das fontes.

O surgimento da teoria do Enquadramento ou *framing* esteve relacionado a fortes críticas ao momento pelo que se encontravam os estudos dos efeitos dos media, aos quais eram novamente considerados como vigorosos. Em contrapartida, dominou-se a abordagem do construtivismo social, na qual os media seriam responsáveis pela construção de significados, estes baseados em uma negociação dos indivíduos com as mensagens mediáticas pressionadas pelo contexto social, influenciadas por estruturas dominantes como a família, os amigos, os movimentos sociais, entre outros (Portela, 2019).

Para Robert Entman, grande referência desta teoria, o conceito de *framing* envolve essencialmente seleção e saliência: “enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover a definição de um problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito,”⁴⁸ (Entman, 1993, p. 53).

Tankard et al. (1991, p. 3) descrevem o *media frame* como “a ideia central do conteúdo noticioso que fornece um contexto e sugere qual é o problema, por meio do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração⁴⁹”. O enquadramento enfatiza alguns elementos de um tópico em detrimento de outros, fornecendo uma forma de entender determinado evento ou problema. Envolve uma fonte de comunicação que apresenta e define um problema, não sendo exclusividade dos jornalistas ou profissionais dos media, pois também pode estar presente nos argumentos políticos e discursos dos movimentos sociais (Vreese, 2005). Políticos, empresários e organizações sociais são fontes frequentemente recuperadas pelos jornalistas e conseqüentemente, os *frames* de tais entidades são absorvidos pelos noticiários e rerepresentados ao público. A partir dessa concepção é possível revelar quais são os aspectos da realidade mais destacados, não somente pelos jornalistas, mas também por aqueles que encontram suas vozes amplificadas nos veículos de comunicação.

Os *frames* seriam ferramentas conceituais para que os produtores e a audiência transmitissem, interpretassem e avaliassem as informações (Mosemghvdlishvili & Jansz, 2013). Relativamente às notícias, Entman (1993) afirma que há um “poder impresso” no *framing*, pois não tem a função exclusiva de apenas enfatizar determinados aspectos, mas sim, provocar diferentes interpretações, a partir de sutis alterações na forma de descrever determinada situação (Weaver, 2007). Álvares (2017, p. 46) afirma: “ao fornecer o contexto social de interpretação, a função heurística do enquadramento é profundamente ideológica e, portanto, inseparável de uma dimensão axiomática, a saber, a formulação de juízos de valor⁵⁰”. Álvares (2017, p. 42) “O enquadramento pode ser definido como a tentativa de colocar em

⁴⁸ No original: to frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described. (Entman, 1993, p. 53)

⁴⁹ No original: the central organizing idea for news content that supplies a context and suggests what the issue is through the use of selection, emphasis, exclusion, and elaboration. (Tankard et al., 1991, p. 3)

⁵⁰ No original: indeed by, providing the social context of interpretation, the heuristic function of framing is profoundly ideological and thus inseparable from an axiomatic dimension, namely the formulation of value judgements. (Álvares, 2017b, p. 46)

primeiro plano aspectos particulares de uma questão de modo a influenciar a compreensão do público sobre ela, com base em sua apresentação⁵¹”.

Logo, embora a ideia do enquadramento seja que o público será guiado pelo enquadramento proposto pelos jornalistas, nem sempre isto se torna possível, podendo esta ser similar ou diferente (McQuail & Deuze, 2020, p. 550), pois os enquadramentos noticiosos ativam certas inferências, ideias, julgamentos e contrastes relativos a questões políticas (Cappella & Jamieson, 1993).

Scheufele & Tewksbury (2007) apresentam o enquadramento como uma construção em macronível e micronível. A primeira refere-se ao modo como os jornalistas apresentam determinadas informações, de forma a ressoar com os esquemas já existentes entre seu público. Seria uma importante ferramenta auxiliar na apresentação de temas complexos para públicos leigos e ainda, no auxílio das restrições de meio, espaço e tempo dos media. O micronível seria como as pessoas usam essas informações para formar suas impressões, a partir daquilo apresentado em conjunto com seus próprios esquemas. Weaver (2007) afirma que pesquisas demonstraram que a informação induzida pelos media sobre determinados assuntos desempenha um papel mais importante do que a proveniente de fontes pessoais.

Alguns autores (Álvares, 2017; Mosemghvdlishvili & Jansz, 2013; Vreese, 2005) irão diferenciar as formas como os enquadramentos se apresentam, de forma a distinguir: “*issue-specific, generic e valence frames*”. Sendo o “*issue-specific*” relevante para um tópico específico, enquanto o “*generic frames*” para algo mais amplo, sendo aplicado para vários eventos, transcendendo a limitação do primeiro (Vreese, 2005). O “*valence frames*” ou enquadramento de valências diz respeito a características inerentes a determinados frames, podendo ser apresentados sob a forma dicotômica do bom ou mau, positivo ou negativo (Mosemghvdlishvili & Jansz, 2013).

Consequentemente, ao estabelecer um enquadramento dentro do viés positivo ou negativo, os produtores de media tentam delimitar os limites das percepções por parte das audiências. A escolha de determinado viés decorre do conhecimento prévio da audiência, de seus valores e suas crenças (Álvares, 2017).

Por fim, antes de finalizar a presente secção, julgou-se necessário diferenciar, de forma breve, o conceito de agendamento de segundo nível e enquadramento⁵², pois quando se pesquisa sobre os dois conceitos, algumas definições assemelham-se ou até mesmo são apresentadas como sinônimos.

Para tal, recorre-se ao início dos estudos sobre a opinião pública, quando Walter Lippman (1922) afirmou que o comportamento do público seria moldado por quadros mentais construídos a partir dos acontecimentos e eventos decorridos. Como já apresentado, os meios de comunicação de massa passaram a instituir a maior parte desses quadros mentais, tornando-se a grande responsável pela construção da realidade social. Para McCombs e Ghanem “a ideia central é que elementos proeminentes

⁵¹ No original: framing can be defined as the attempt to foreground particular aspects of an issue so as to influence the audience’s comprehension of the latter, based on its presentation. (Álvares, 2017b, p. 42)

⁵² Em inglês: *Second level of agenda setting e Framing*

nas imagens dos media se tornem proeminentes na imagem do público,⁵³(2001). Assim como Castells (2013) afirmou, já tendo sido destacado no presente trabalho, no papel fundamental dos media na transformação de mentalidades e criação de valores.

Como já explicitado acima, o agendamento seria a seleção de um evento ou acontecimento (objetos) inserindo-o na agenda dos media, onde os mesmos apresentam determinados atributos. Por sua vez, o enquadramento seria a seleção, a ênfase e a apresentação destes atributos, por parte dos media, possibilitando moldar a forma como o público pensa sobre determinadas questões. Logo, a seleção e a saliência seriam locais chaves de convergência da definição da agenda e do enquadramento (McCombs & Ghanem, 2001).

Assim como os objetos variam em saliência, os atributos de cada objeto também apresentam variação. Quando os jornalistas e, posteriormente, os membros do público pensam e falam sobre vários objetos, alguns atributos têm o centro das atenções. Outros são relegados a papéis menores, e muitos estão ausentes. Assim como existe uma agenda de objetos, também existe uma agenda de atributos para cada objeto que pode ser organizada de acordo com a saliência relativa dos atributos.⁵⁴ (McCombs & Ghanem, 2001, p. 68)

McCombs (1997) define o agendamento como uma expansão da perspectiva do agenda-setting, na qual haveria duas influências distintas: em um primeiro nível de agendamento (*first level of agenda setting*), a saliência dos objetos e, posteriormente, em segundo nível (*second level of agenda setting*), a saliência dos atributos para discutir determinado objeto selecionado.

Desta forma, ambos os efeitos do agenda-setting se fundamentam em modelos baseados em memória de processamento de informações, ou seja, a partir da formação de atitudes ou julgamentos baseados nas considerações que se encontram mais salientes à mente (ou seja, mais acessíveis) (Scheufele & Tewksbury, 2007).

Por sua vez, teóricos ligados à hipótese do *framing* afirmam que o enquadramento não se refere ao acesso ou simplesmente à saliência de um atributo, mas sim à forma como esse atributo é apresentado (Vreese, 2005). Estaria vinculado à cultura, como uma estrutura macrossocial, pois, inclui uma “gama

⁵³ No original: the core idea is that elements prominent in the media's pictures become prominent in the audience's picture. In the metaphorical language of the theory, the media's agenda sets the public's agenda. (McCombs & Ghanem, 2001, p. 63)

⁵⁴ No original: just as objects vary in salience, so do the attributes of each object. When journalists and, subsequently, members of the public think about and talk about various objects, some attributes have center stage. Others are relegated to lesser roles, and many are absent altogether. Just as there is an agenda of objects, there also is an agenda of attributes for each object that can be organized according to the relative salience of the attributes. (McCombs & Ghanem, 2001)

mais ampla de processos cognitivos – como avaliações morais, raciocínio causal, apelos a princípios e recomendações para o tratamento de problemas,⁵⁵ (Weaver, 2007, p. 146).

Suas raízes remontam à psicologia, por meio de Kahneman e Tversky (1979, 1984), ao afirmarem que a forma como os media caracterizam determinados assuntos influencia o respetivo entendimento por parte da audiência. Todavia, essas raízes também se interligam com a sociologia, a partir dos fundamentos de Goffman (1986) em *Framing Analysis*, que afirmava que a experiência de cada indivíduo determina como ele enquadra a realidade ao seu redor. Nessa perspectiva, a subjetividade e o conjunto de significados empregados para decifrar e compreender o mundo são os elementos construtores daquilo que é considerado o real para cada pessoa.

Assim, é frequente as pesquisas fundamentadas em *frame analysis* se debruçarem sobre como o jornalismo constrói seus enquadramentos acerca do mundo e quais os recursos utilizados para tal.

2.2.1.6 A Teoria das Representações Sociais

A teoria das representações sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici, em 1961, sendo influenciada pelas ideias acerca das representações coletivas, de Emile Durkheim, porém centrada nos processos pelos quais as representações são elaboradas. As representações sociais são elementos fundamentais no processo de produção de sentidos, pois a partir delas se definem e instituem as formas de percepção, as ações e as práticas, os métodos e, inclusive, a constituição dos objetos sobre os quais se inscreve determinado campo do conhecimento (Morigi, 2004, p. 12). Em suma, as representações sociais estão fundamentadas em valores e princípios morais pelos quais a sociedade, os grupos e os indivíduos se guiam para construir e reconstruir os sentidos de suas ações.

Para Moscovici (1988) todas as representações têm como objetivo tornar familiar aquilo desconhecido. De tal modo, refere-se a dois mecanismos sociocognitivos de comunicação que geram representações sociais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem torna o desconhecido familiar, trazendo-o para uma esfera de representações sociais anteriores, para que se possa comparar e interpretar. O segundo mecanismo, a objetivação, torna o desconhecido familiar ao transformar as representações em algo concreto e perceptível.

Desta forma, a teoria das representações relaciona-se com a comunicação a partir da forma como os media criam sentidos, a partir de seus produtos mediáticos, para sustentar determinadas formas de conceber o mundo, às instituições, seus discursos e suas práticas, e, finalmente orientam comportamentos, pensamentos e as formas de viver em sociedade (Morigi, 2004).

Os media são importantes instrumentos, quer para fomentar a ancoragem como a objetivação de novos fenómenos sociais, através da difusão incomensurável de informações que podem trazer

⁵⁵ No original: framing does seem to include a broader range of cognitive processes—such as moral evaluations, causal reasoning, appeals to principles, and recommendations for treatment of problems. (Weaver, 2007, p. 146)

transformações vitais nos sistemas de pensamento e de construção social de significados (Cunha & Cruz, 2018)

Para Moscovici (1988), comunicar faz parte do estudo das representações, porque as representações são geradas neste processo e expressas pela linguagem. Isto é, “os acontecimentos são percebidos e condicionados pelas representações, linguagem e cultura,” (Macedo & Cabecinhas, 2012, p. 182). Assim, os media são um elemento central na compreensão dos processos da formação e da difusão das representações sociais.

Para Jodelet (2001) a importância da comunicação para a formulação das representações sociais recai sobre três aspectos: é o vetor de transmissão da linguagem que, ao mesmo tempo, é portadora de representações; repercute sobre processos estruturais e formais do pensamento social, na medida em que engaja processos de interação social, assim como de influência, consenso/dissenso e polêmica e; contribui na fabricação de representações pertinentes para a vida dos grupos sociais.

As representações sociais estão assentadas em valores e princípios morais nos quais a sociedade, os grupos e os indivíduos se guiam para construir e reconstruírem os sentidos de suas ações. (...) Nesse processo, os meios de comunicação na mediação e veiculação de informações (emancipatórias) ligadas ao direito à diferença e a diversidade cultural, associados aos movimentos ambientalistas, podem criar e recriar novas representações sociais capazes de mobilizar a vontade coletiva. (Morigi, 2004, p. 11)

Pode-se pensar desta forma, como a representação das minorias reproduzida em um contexto social, como o caso das pessoas com deficiência, é tomada como ponto de referência nas tomadas de decisões, na assimilação de novas informações e na avaliação das situações sociais. Logo, essas representações são determinantes nas perspectivas assumidas pelas audiências expostas aos conteúdos mediáticos. Desta forma, encaminha-se ao estudo da *cultivation theory*, teoria dos efeitos, fortemente relacionada à perpetuação de estereótipos através dos media.

2.2.1.7 A Teoria do Cultivo

Originalmente proposta por Gerbner & Gross⁵⁶, nos Estados Unidos da América, nos anos de 1970, a teoria do cultivo (*cultivation theory*), um tipo específico de pesquisa de efeito dos media, afirma que os telespectadores regulares e que assistem à televisão por longos períodos de tempo, são mais suscetíveis às suas mensagens e à crença de que estas são reais e válidas. A hipótese central é que as pessoas que passam mais tempo assistindo à televisão têm maior probabilidade de perceber o mundo real da maneira

⁵⁶ 1976 – Living with television: The society profile. Journal of Communication, 26, 76.

mais comumente retratada nas mensagens televisivas, em comparação com aquelas que assistem menos à televisão, mas comparáveis em suas principais características demográficas (Stacks et al., 2015).

Como tal, as pessoas passam gradualmente a aceitar a visão do mundo retratada na televisão como uma verdadeira representação da realidade e adaptam suas esperanças, medos e entendimentos. O principal método de análise é mapear a *visão televisiva da realidade* dominante na ficção e nos noticiários e compará-la com os pontos de vista expressos pelos membros do público, de acordo com seu grau de exposição habitual (McQuail & Deuze, 2020).

Nesta perspectiva, a exposição repetida a conteúdos mediáticos que privilegiam determinadas visões de mundo leva o público a aceitar essas visões como naturais, influenciando assim as suas atitudes ao seu ambiente social, independentemente de haver ou não congruência entre as imagens mediáticas e o contexto da vida real (B. Lopes et al., 2023). A teoria do cultivo está ligada à perpetuação de estereótipos através dos media. Ocorre também que o telespectador desconhece até que ponto absorve os media, pois enxerga-se como um consumidor moderado, quando na verdade não o é.

Dentro desta teoria, os estudos sobre a violência na televisão são os mais conhecidos. No entanto, existem muitas pesquisas que vão além e abrangem gênero, demografia, representações culturais e atitudes políticas, entre muitos outros, podendo-se incluir a deficiência.

Quando as pessoas com deficiência são sistematicamente representadas nas transmissões televisivas e nos conteúdos de entretenimento como cumprindo determinados papéis sociais, tais papéis podem assumir uma condição de verdade, ganhando assim legitimidade dentro da economia normativa dos signos (B. Lopes et al., 2023).

Como as notícias procuram satisfazer as expectativas do público, a deficiência não pode ser descontextualizada de outros fatores culturais, económicos, sociais e políticos que interagem entre si para influenciar a percepção sobre o que está a ser transmitido. No processo, as visões hegemónicas previamente existentes são frequentemente reforçadas, por meio de conteúdos que reproduzam as crenças partilhadas pela audiência visada pelos meios de comunicação (B. Lopes et al., 2023), mantendo o *status quo*, ao invés de desafiá-lo.

2.3 Educação para os media

Por fim, de forma a fechar este capítulo, apresenta-se e relaciona-se os conteúdos aqui apresentados à educação para os media, uma abordagem cada vez mais importante no campo das ciências da comunicação contemporâneo, visto o consumo e a influência cada vez maior dos media nos processos quotidianos das sociedades.

A literacia mediática deve estimular o pensamento crítico e ajudar os cidadãos a perceberem como os media filtram as suas percepções e crenças, modelam a cultura popular e influenciam as escolhas pessoais (Macedo & Cabecinhas, 2012). Logo, refere-se à capacidade de se compreender e avaliar

criticamente diferentes aspetos envolvidos no sistema de comunicação, a produção, o conteúdo e o consumo e exposição mediática.

Portanto, é importante conceituar a literacia, com as diferenciações possíveis inerentes ao seu processo: a literacia mediática que centra o seu foco na capacidade de um cidadão aceder, analisar e produzir informação para resultados específicos; a literacia digital relacionada com a forma como as pessoas são capazes de se adaptar constantemente às novas tecnologias e a literacia noticiosa ou jornalística focada no envolvimento cívico dos cidadãos e na sua capacidade de encontrar, identificar, reconhecer notícias, portanto de as avaliar e analisar criticamente, bem como a capacidade de produzir notícias (Cardoso, 2023).

Nesta secção, abordar-se-á, principalmente, a última categoria supracitada, visto que está mais relacionada ao objetivo da presente tese, uma vez que trata da forma como os meios de comunicação agendam, priorizam e representam determinados temas e parcelas da população, como no caso das pessoas com deficiência e a própria deficiência.

Como já visto, os meios de comunicação possuem a capacidade de estabelecer e priorizar determinados conteúdos sociais em detrimento de outros, condicionando o agendar das principais temáticas visibilizadas na esfera pública. Conjuntamente, pode-se refletir até que ponto, por um lado, os media ao tentarem fazer representações realistas correm o risco de perpetuar estereótipos, da mesma forma que por outro, ao sugerir novas formas de representação, correm o risco de não irem ao encontro dos mapas cognitivos existentes e já adquiridos pela socialização. Esta perspetiva é reiterada em diversas investigações da área que não deixam de focar que “se numa primeira instância, os media são agentes de libertação enquanto transmissores de novos estilos de vida e identidades diferenciadas, não deixam também de ser agentes catalisadores de estereótipos, fixando identidades a certas imagens ontologicamente essencialistas,” (Álvares, 2007, p. 112).

Considera-se, então, como prioridade, um olhar crítico na forma como são veiculadas as representações, de forma que incorporem os princípios vigentes em diversas legislações, as quais têm incluídas questões referentes à diversidade, como o caso da deficiência, mas sem grandes reflexos na prática cotidiana dos meios de comunicação. Pois, os direitos consagrados em leis, precisam ser consagrados pelas próprias sociedades, incluindo os media.

Não obstante, não é possível desconsiderar, do lado dos media, factores que levam a privilegiar determinadas temáticas em detrimento de outras, apelando para representações sociais que garantam maiores audiências (Álvares, 2006; Cerqueira et al., 2011).

Isto posto, assinala-se a emergência de uma necessária abordagem da literacia mediática na produção e recepção de conteúdos, uma vez que a produção de conhecimento na área da deficiência deve ter reflexos visíveis nas práticas jornalísticas, assim como nas audiências (Cerqueira et al., 2011; Kellner, 1995). É necessário conscientizar os jornalistas e os futuros profissionais, no caso estudantes das escolas de formação das áreas dos media, de modo a integrarem às suas práticas uma perspetiva plural e diversificada. Do mesmo modo, deve-se estimular nas audiências uma perspetiva crítica em

relação aos conteúdos produzidos pelos media, sendo esta fundamental na descodificação das mensagens culturais apresentadas.

CAPÍTULO 3

Media e Deficiência

3.1 Os media e a construção da noção de deficiência

O presente capítulo aborda a temática dos media e da deficiência, uma intersecção importante entre a teoria da deficiência e a evolução da sociologia da deficiência, apresentadas no primeiro capítulo e o papel dos media na sociedade contemporânea enquanto parte integrante dos processos sociais e, para muitos, a principal provedora de informações e crenças sobre diversos grupos e culturas, tema tratado no segundo capítulo.

A atenção de ativistas e académicos à conexão entre a representação das pessoas com deficiência nos meios de comunicação e os preconceitos e discriminação sofridos pelas mesmas foi despertada, embora de forma tímida, na mesma altura do início do Movimento de Vida Independente norte-americano, nos anos de 1970, tendo sido posteriormente intensificada nos anos 80, com os movimentos por igualdades de direitos civis (Barnes, 1992).

Portanto, ao longo dos anos, as questões sobre os media e a deficiência tornaram-se um tópico crucial, despertando o interesse não apenas dos movimentos de pessoas com deficiência, mas também de seus teóricos.

3.1.1 A representação mediática da deficiência

Como já referido, os media refletem e reproduzem atitudes sociais e ideias, assim como são capazes de formar opiniões e moldar comportamentos, não sendo diferente em relação aos conceitos sobre a deficiência. Dada a sua relevância, a representação mediática da deficiência é objeto de cada vez mais pesquisas, pois consiste, para grande parte das pessoas, na única forma de aproximação com o tema da deficiência, assim como com as próprias pessoas com deficiência.

Diversos teóricos apontam a representação das pessoas com deficiência como problemática (Ellis, 2018; Hadley & McDonald, 2019; B. Haller & Zhang, 2014; M. Jeffress, 2022), apresentadas de forma estereotipada (Barnes, 1992a; Clogston, 1990, 1994; B. Haller, 1995) ou então invisibilizada (Walton & McKenzie, 2020). Na dramaturgia, por exemplo, são apresentadas como objetos de caridade, criminosos maldosos ou vítimas de doenças e acidentes trágicos. Personagens com deficiência são frequentemente retratados como tendo relacionamentos pessoais e profissionais malsucedidos (Farnall & Smith, 1999). A linguagem utilizada deixa evidente o entendimento da deficiência enquanto uma maldição: “vítima de”, “sofre de”, “desafortunado” ou “preso a uma cadeira de rodas”. Pode-se incluir, além dos media, as representações realizadas por diversos movimentos artísticos e culturais, que as relaciona ao trauma, à tragédia, à pena, ao terror ou, ao polo oposto, como seres inspiradores ou infantilizados.

Os media tendem a se focar na superação ou no insucesso das pessoas com deficiência e não em suas experiências reais. Desta forma, fomentam uma percepção da deficiência como algo a ser superado ou algo pelo que se é derrotado, afastando-se do sentido verdadeiro de um complexo processo social (Wood, 2012). Não é à toa, que fraudes, casos de caridade e superação constituem as representações tradicionais de identidades de pessoas com deficiência (Hadley & McDonald, 2019).

Especificamente sobre o estereótipo da superação, suas principais críticas giram em torno da elevação das expectativas sobre as pessoas com deficiência, pois seus sucessos são apresentados como possíveis de serem alcançados por todos, frutos da força de vontade individual (Abwao & Mishra, 2022). Igualmente, compromete sua autoestima, pois seu valor social passa a estar relacionado com o alcance dessa ação ou comportamento particulares. No ambiente esportivo, a narrativa da superação ou “*supercrip*” é amplamente utilizada, reforçando as compreensões capacitistas do esporte e da sociedade, marginalizando aqueles que não têm os mesmos recursos, a mesma capacidade ou o mesmo desejo em alcançar uma posição semelhante (Howe, 2008; Silva & Covaleski, 2018). Efetivamente, os atletas com deficiência são valorizados pelo sucesso em superar suas deficiências e não necessariamente por seus resultados esportivos (Lins et al., 2019; Marques et al., 2015).

Ainda sobre a narrativa paradportiva, estudos demonstram que vem sendo estabelecida uma hierarquia na representação das deficiências, em que os corpos deficientes que não se enquadram como os mais aceitáveis pela sociedade são marginalizados (McGillivray et al., 2019; Misener et al., 2019). Estudos sobre as coberturas de diversas competições constataram uma maior aceitação das deficiências físicas adquiridas em relação às congênicas e às intelectuais, havendo ainda a considerar questões de gênero, equipamentos utilizados e até mesmo a adaptação da modalidade esportiva (Hilgemberg et al., 2020; Pullen et al., 2019, 2020).

Os dados encontrados nos trabalhos supracitados evidenciam, por exemplo, maior cobertura e interesse por parte dos media às provas de atletismo. De tal forma, destaca-se que há um maior interesse dos media em provas e modalidades que apresentam atletas com corpos mais semelhantes aos corpos normatizados. Assim como se evidencia o gosto cada vez maior das audiências para as tecnologias, incluindo as próteses e cadeiras de rodas cada vez mais desenvolvidas. Em relação ao gênero, exemplificou-se com a celebração de algumas atletas olímpicas presentes na competição Glasgow–Jogos da Commonwealth (2014), um evento esportivo integrado entre atletas com e sem deficiência. As atletas olímpicas Samantha Kinghorn e Megan Dawson-Farrell (ambas do atletismo), medalhistas olímpicas em Londres, foram apresentadas dentro de estereótipos femininos, buscando aspectos mercadológicos de suas imagens na cobertura das provas, artigos e material de divulgação do “*Team Scotland*” (McGillivray et al., 2019).

A jornalista e ativista da deficiência Stella Young cunhou a expressão “*inspiration porn*”, em 2012, um conceito que traz uma importante reflexão sobre as representações da deficiência enquanto motivos de superação e inspiração. A construção social da deficiência enquanto inspiração seria pornográfica,

pois objetificaria um grupo de pessoas para satisfazer e beneficiar outro grupo (Cameron et al., 2022). Para a ativista, as ações cotidianas das pessoas com deficiência seriam representadas, de forma aliviar as tensões e as dificuldades das vidas de pessoas sem deficiência. Shakespeare (1994) complementa esta ideia, afirmando que os seres “normais” projetariam seus medos de imperfeições e da própria morte nas pessoas com deficiência, sendo estas as representantes de todas as dificuldades da existência humana.

Do mesmo modo, Tanya Titchkosky (2020) categorizou de “*imagine disability*” as reportagens nas quais o leitor é convidado a comparar sua vida normal às dificuldades e problemas das pessoas com deficiência, exemplificando este ‘gênero’ com o artigo publicado no tabloide britânico *Daily Mail*: “Can you imagine changing a nappy with your TEETH? Disabled mother who can’t use her arms or legs reveals how she copes with two young children”⁵⁷ (2020, p. 14). As dificuldades são continuamente simbolizadas pela deficiência e vice-versa e estão presentes em narrativas de ações cotidianas assim como de feitos extraordinários, quando são conjuntamente atreladas ao estereótipo “*supercrip*”.

Por fim, há ainda artigos que apresentam um deslocamento do foco das questões sociais da deficiência, mas são centrados nas possibilidades proporcionadas pelas tecnologias assistivas, principalmente as de comunicação, apresentadas como a “solução” ao “problema”. Os artigos privilegiam as tecnologias e não se aprofundam nas muitas questões que envolvem a sua utilização (custo, literacia digital, público-alvo, acessibilidade), além de muitas vezes deslegitimar outras formas de comunicação desenvolvidas pelas próprias pessoas com deficiência (Haller, 2015).

Haller (2010) destaca que as representações sobre as pessoas com deficiência provêm de uma crença social dominante baseada numa cultura capacitista, em que as habilidades físicas de um corpo não-deficiente dominam as definições e classificações da deficiência. Centrar as abordagens no corpo deficiente despolitiza as causas da deficiência, tornando-as meramente infortúnios pessoais (Shakespeare, 1994). Para Ellis, Goggin, Haller e Curtis “a forma como os media enquadram, fazem circular e representam a deficiência seja na imprensa, no entretenimento e para audiências online afeta diretamente muitas das nossas ideias e crenças centrais”⁵⁸ (2020, p. 2).

É importante destacar também que estas representações definem, muitas vezes, a percepção social da deficiência assim como a própria identidade das pessoas com deficiência, definindo o acesso ao poder e as autoridades institucionais em qualquer sociedade (Hadley & McDonald, 2019). Haller e Zhang (2010), em um estudo sobre o impacto dos meios de comunicação de massa sobre a identidade de pessoas com deficiência, concluíram que as representações positivas, mesmo quando não realistas, têm

⁵⁷ Ruth Styles “Can You Imagine Changing a Nappy with Your TEETH? Disabled Mother Who Can’t Use Her Arms or Legs Reveals How She Copes with Two Young Children,” *Daily Mail*, March 26, 2013, www.dailymail.co.uk/femail/article-2299358/Disabled-mother-use-arms-legs-reveals-cope-young-children.html#ixzz3Ysw0DpVO.

⁵⁸ No original: what is evident is that how the media frames, circulates and enacts disability for news, entertainment and online audiences directly affects many of our central ideas and beliefs (Ellis et al, 2020, p. 2) (Ellis et al., 2020, p. 2).

impacto positivo enquanto as representações negativas levam à negação da deficiência pelas próprias pessoas com deficiência.

A forma como os meios de comunicação representam as pessoas com deficiência mantém a deficiência marginalizada, pois os enquadramentos jornalísticos priorizam a construção da realidade baseada numa representação humana da capacidade e habilidade de seus corpos (McGillivray et al., 2019). Titchkosky (2020, p. 16) destaca que “os media noticiosos representam uma produção cultural vinculada a uma ordem normativa produzida pelas estruturas sociais capitalistas neoliberais contemporâneas⁵⁹”. Logo, uma vez que as pessoas com deficiência não são representadas de forma precisa ou genuína, o público, isto é, as pessoas que formam as sociedades continuarão sem as entender, a desconhecer seus direitos e a promover estereótipos e a agir de maneira discriminatória (M. Jeffress, 2022).

Não obstante, faz-se necessário afirmar que alguns estudos, todos longitudinais, apresentaram uma perspectiva otimista a aspectos como a linguagem utilizada para se referir às pessoas com deficiência (Devotta et al., 2013; Haller et al., 2006), os enquadramentos sobre a sensibilização da sociedade (Neca & Castro, 2012b) ou as melhores atitudes em relação às pessoas com deficiência, nestes casos especificamente na Roménia e Canadá (Ciot & Van Hove, 2010; Devotta et al., 2013).

3.1.1.1 Modelos de enquadramento de Representação Mediática da Deficiência

Dentre os teóricos dos media e deficiência, destacam-se nesta secção John Clogstone, Beth Haller e Colin Barnes, cujos estudos estabeleceram modelos de enquadramentos, amplamente utilizados nos estudos das representações mediáticas da deficiência.

Clogston (1990, 1994) e Haller (1995) são amplamente citados, sendo indiscutível a relevância de seus modelos para a análise das representações da deficiência nos mais diversos meios de comunicação. Apesar de Clogstone (1990, 1993) considerar as críticas à cobertura jornalística da deficiência por parte de ativistas da deficiência como pertinentes, defendeu que as análises de conteúdo de publicações dos media de massa não deixavam de ser uma forma particularmente adequada para se determinar o que é que os jornalistas estadunidenses escreviam diariamente sobre as pessoas com deficiência. Para isso, desenvolveu os modelos e categorias que seguem abaixo, criando um sistema de análise de enquadramentos. Posteriormente, Haller (1995) desenvolveu e acrescentou categorias ao trabalho de Clogston.

Segundo Clogston (1990, 1994), a cobertura mediática da deficiência pode ser dividida em dois tipos: “tradicional”, que foca as diferenças das pessoas com deficiência como indivíduos dentro da

⁵⁹ No original: the news media represents a cultural production tied to a normative order produced by the contemporary neoliberal capitalist societal structures (Titchkosky, 2020, p. 16).

sociedade, e “progressista”, que se centra em como a sociedade lida com pessoas com diversas deficiências.

A perspectiva tradicional apresenta as pessoas com deficiência como disfuncionais dentro de um contexto médico e/ou econômico. Devido à sua incapacidade (real ou percebida) em funcionar física, social e produtivamente em ambientes desenhados por pessoas sem deficiência, as pessoas com deficiência devem ser cuidadas (medicamente e/ou economicamente) pela sociedade. Seus enquadramentos podem ser categorizados dentro dos modelos médico, de patologia social e/ou econômica e *supercrip*.

Já a lógica progressista apresenta os modelos de direitos civis e de pluralismo cultural em relação às pessoas com deficiências. Essas visões colocam a disfuncionalidade não sobre os indivíduos, mas sobre as sociedades que não são habilitadas ou não dispostas a se adaptar física, social e economicamente e acomodar todos os diferentes indivíduos da população.

Posteriormente, Haller (1995), que investigava a representação da deficiência à época do estabelecimento do *American Disability Act*, incluiu mais três categorias, ampliando as dimensões de análise tradicional (incluiu o modelo de negócios) e progressista (incluiu o modelo legal e o modelo de consumidor). Para uma melhor compreensão, os modelos estão compilados no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Modelos de Representação Mediática da Deficiência

| Modelo/Categoria | Enquadramento |
|---|---|
| Modelo médico (tradicional) | A deficiência é apresentada como um problema individual, uma doença ou mau funcionamento do corpo. As PcD são apresentadas como indivíduos passivos, dependentes de profissionais de saúde para a cura ou a reabilitação de suas deficiências. (Clogston, 1990) |
| Modelo de patologia social ou econômico (tradicional) | As PcD são apresentadas como desfavorecidas e recorrem ao Estado ou à sociedade para obter apoio social e econômico, o que é considerado uma concessão e não um direito. (Clogston, 1990) |
| Modelo <i>supercrip</i> (tradicional) | As PcD são retratadas como "super-humanos" ou "especiais". Reforça a ideia de que as pessoas com deficiência são desviantes – e suas realizações são incríveis para pessoas com deficiência. (Clogston, 1994) |
| Modelo de negócios (tradicional) | As PcD são apresentadas como custosas para a sociedade e, principalmente para as empresas. Tornar a sociedade acessível é custoso e sobrecarrega a economia. (Haller, 1995) |

| | |
|--|---|
| Modelo de minorias / direitos civis (progressista) | As PcD têm direitos civis pelos quais devem lutar. Uma sociedade acessível é um direito e não uma dádiva. (Clogston, 1990) |
| Modelo legal (progressista) | As PcD têm direitos e as legislações foram criadas como ferramentas para prevenir a discriminação. (Haller, 1995) |
| Modelo de pluralismo cultural (progressista) | As PcD são uma população multifacetada e suas características devem ser retratadas como as de todos os outros indivíduos. (Clogston, 1990) |
| Modelo de consumidor (progressista) | As PcD são representadas como um grupo de consumidores inexplorado. Tornar a sociedade acessível gera lucros e beneficia a economia, diminuindo as necessidades de apoios sociais. (Haller, 1995) |

Complementarmente aos modelos supracitados, destaca-se o estudo *Disabling imagery and the media: an exploration of the principles for media representations of disabled people*, de Colin Barnes (1992), o qual apresenta as representações estereotipadas de pessoas com deficiência nos media e uma série de recomendações para uma adequada representação. Sua relevância para os estudos dos media e deficiência permanece evidente mesmo após mais de 20 anos de publicação (Cameron et al., 2022).

São ainda a destacar, conforme assinalado no Quadro 3.2, as representações de estereótipos utilizadas de forma recorrente, até aos dias de hoje, nos meios de comunicação. Para Barnes (1992), os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência ficam a dever-se à invisibilização do modo como a “discriminação institucional e que as distorções dos media relativas à experiência da deficiência contribuem significativamente para o processo discriminatório”⁶⁰, (p. 5). Barnes descreveu onze representações estereotipadas e as consequências negativas decorrentes da continuidade dos seus usos, tanto para pessoas com deficiência como para a sociedade. As representações centram-se na representação do indivíduo com deficiência como motivo de pena e dramatismo; objeto de violência; mau e causador de medo; exótico ou objeto de curiosidade; extraordinário ou com “superpoderes”; objeto de piada e ridículo; com tendência para a autocomiseração, tornando-se no seu pior e único

⁶⁰ No original: that the problems they encounter are due to institutional discrimination and that media distortions of the experience of disability contribute significantly to the discriminatory process (Barnes, 1992, p. 5).

inimigo; um fardo; sexualmente anormal; incapaz de participar plenamente da vida comunitária como uma pessoa “normal” sem deficiência (Barnes, 1992, pp. 7–19)⁶¹.

Quadro 3.2 – Estereótipos utilizados pelos media para representar as pessoas com deficiência (Barnes, 1992)

| Estereótipo | Características |
|--|---|
| Digno de pena ou dramatismo | Merece a pena das pessoas faces às dificuldades ou aos preconceitos. A representação mais recorrente é utilizada sobretudo em contextos de caridade. |
| Objeto de violência | Representa a PcD como mais vulnerável à violência: roubos, vandalismo, agressões, abuso sexual. Decisões violentas (eugênicas) são apresentadas em alguns contextos como a solução “natural” para a deficiência. |
| Pessoa má ou amedrontadora | Personagens más ou com características sobrenaturais são representadas nas artes como pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência mental (cognitiva ou psicossocial) são por vezes retratadas como não confiáveis, perigosas, devendo ser segregadas. |
| Pessoa extraordinária ou com superpoderes – “ <i>supercrip</i> ” | As realizações ou o sucesso das PcD são caracterizados como feitos extraordinários. A superação da deficiência recebe mais destaque do que a competência e o sucesso. Uma representação recorrente é a narrativa de inspiração. |
| Motivo de piada ou de ridículo | A deficiência é motivo de riso ou piada. Durante os séculos XVII e XVIII, as pessoas com deficiência eram mantidas como objetos de humor ou como entretenimento em visitas às instituições para doentes mentais. |
| | |

⁶¹ No original: the disabled person as pitiable and pathetic; the disabled person as an object of violence; the disabled person as sinister and evil; the disabled person as atmosphere or curio; the disabled person as super cripple; the disabled person as an object of ridicule; the disabled person as their own worst and only enemy; the disabled person as burden; the disabled person as sexually abnormal; the disabled person as incapable of participating fully in community life and the disabled person as normal. (Barnes, 1992, pp. 7–19)

| | |
|----------------------------------|--|
| Único inimigo de si mesmo | A PcD é representada como incapaz de “ultrapassar” a deficiência, pois tem pena de si mesma, não é positiva e não “enfrenta o desafio”. É a culpada pela sua incapacidade. |
| Fardo social | A PcD é representada como desamparada, precisando de ser cuidada por alguém sem deficiência. As necessidades das PcD são representadas como muito diferentes do restante da sociedade, precisam de extraordinários recursos, o que as transformam num inaceitável gasto para a sociedade. |
| Sexualmente anormal | As PcD são representadas por polos opostos em relação às suas vidas sexuais. São completamente inativas sexualmente ou sexualmente degeneradas, relaciona a deficiência mental à perversão sexual. |
| Incapaz de uma vida em sociedade | As PcD raramente são representadas como membros integrais e produtivos, como pais, estudantes, professores ou médicos. A falta destas representações alimenta a crença de que as PcD são inferiores. |
| Normal | As PcD são representadas como “normais”, especialmente na dramaturgia e na publicidade. Embora, tenha um valor importante para a inclusão e para o fim da discriminação, não promove a discussão e a reflexão sobre a experiência da deficiência em uma sociedade que não está preparada para aceitá-la. |

Destaca-se ainda, dois fenômenos apontados por Barnes como recorrentes nas representações midiáticas. A associação entre dois estereótipos, principalmente na caracterização de personagens em obras fictícias: a pessoa com deficiência aparece como uma “pessoa má” e como uma “pessoa sexualmente anormal”. E a interseccionalidade de preconceitos, ou seja, quando uma pessoa com deficiência está inserida em mais de um grupo marginalizado, levando-as a vivenciar uma discriminação mais complexa e com consequências ainda mais incapacitantes (Barnes, 1992).

3.2 Estudos empíricos de representação mediática da deficiência: uma revisão longitudinal da literatura

Após apresentar os principais pontos discutidos por estudiosos dos media e da deficiência e apontar dois dos mais importantes modelos de enquadramento da representação de pessoas com deficiência, verificou-se a necessidade de relatar os resultados encontrados nos últimos quinze anos.

A investigação empírica sobre a forma como as pessoas com deficiência e a própria deficiência são representadas nos media é de extrema importância para a verificação da construção social da deficiência. Por conseguinte, possibilita ainda perceber se tem havido ações de sensibilização através dos meios de comunicação, conforme previsto no artigo oitavo da CDPD da ONU. O referido artigo da Convenção procura fomentar os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, assim como combater preconceitos e estereótipos que as prejudiquem ou as impossibilitem de participarem plenamente em todos os aspectos da vida em sociedade.

A presente seleção de estudos empíricos sobre a representação mediática da deficiência iniciou-se em dezembro de 2019 e estendeu-se até junho de 2022. Para tal, primeiramente pesquisou-se através dos portais agregadores de conteúdos como a *b-on*, EBSCO e Scielo, buscando investigações a respeito da representação da deficiência nos media, por meio de palavras e expressões, sozinhas ou combinadas, como: deficiência, pessoas com deficiência, visibilidade, representação, representação nos media, representação social, modelos de deficiência nos media, estereótipos sociais, análise de imprensa e análise de conteúdo. Acrescentou-se a esta forma de pesquisa, indicações bibliográficas de centros de pesquisa acerca da deficiência, como o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos da Universidade de Lisboa – ODDH, o Centro de Estudos Sociais – CES, da Universidade de Coimbra, *International Centre for Evidence in Disability* e *Disability Evidence Portal*, ambos vinculados a *London School of Hygiene & Tropical Medicine*, entre outros, assim como das páginas de autores como Beth Haller e Tom Shakespeare e de revistas como *Disability & Society* e *Disability Studies Quarterly*. Os textos de Clogston foram conseguidos por meio do contato direto com Haller, assim como foram indicadas pela mesma uma lista complementar de referências.

De tal modo, foram selecionados por meio dos títulos e palavras-chave, 64 trabalhos, incluindo os publicados em seis coletâneas. Elegeu-se o *software Mendeley*, acessado pelo e-mail da presente pesquisadora, por meio das versões *desktop* ou *web*, para a seleção, a leitura e a análise dos *papers* e capítulos de livros.

Posteriormente, por meio da leitura dos resumos, aplicou-se três critérios de elegibilidade para os trabalhos nomeados nesta secção: artigos científicos⁶² (*papers* ou capítulos de livros) que apresentem resultados de pesquisas empíricas, publicados nos últimos quinze anos, referentes aos meios de comunicação informativos – imprensa. O critério de corte do tempo de publicação dos trabalhos teve em consideração o ano de 2008, pois é o início do período investigado na análise de conteúdo da presente tese. A escolha pelos meios informativos, prioritariamente a imprensa, vai ao encontro do

⁶² O termo artigo científico (scientific article ou paper em inglês) diz respeito à unidade de informação do periódico científico (Pereira, 2012).

objeto da presente tese. De tal modo, selecionou-se os 21 artigos científicos (*papers* ou capítulos de livros) constantes no Quadro 3.3.

Porém, faz-se necessário mencionar que embora não integrem a listagem abaixo, alguns trabalhos publicados em anos anteriores ou referentes a outros meios de comunicação constaram da presente revisão de literatura, pois configuravam-se como importantes estudos deste campo de pesquisa.

Quadro 3.3 – Estudos Empíricos de Representação Mediática da Deficiência

| <i>Paper</i> ou cap. de livro | Autoria | Ano | Universidade/ Instituição | Local do Estudo | Abordagem | Técnica quanto ao intervalo de tempo |
|--|---|------------|---|------------------------|------------------|---|
| Representations of autism in Australian print media | Jones, Sandra C.; Harwood, Valerie. | 2009 | Universidade de Wollongong, Austrália; | Austrália | Quantitativa | Longitudinal |
| Romanian approach to media portrayals of disability | Ciot, Melania-Gabriela; Van Hove, Geert | 2010 | Universidade Técnica de Cluj-Napoca, Romania; Universidade Gent, Belgium. | Romênia | Quantitativa | Longitudinal |
| A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia online do Brasil e de Portugal | Novais, Rui Alexandre; Figueiredo, Tatiane Hilgemberg | 2010 | Universidade do Porto | Portugal Brasil | Mista | Transversal |
| Representações da deficiência na imprensa portuguesa: | Neca, Patrícia; Castro, Paula | 2012 | ISCTE – Instituto Universitário | Portugal | Quantitativa | Longitudinal |

| | | | | | | |
|---|--|------|--------------------------------------|---------------|--------------|--------------|
| hegemonia e emancipação | | | de Lisboa, Portugal | | | |
| A media frames analysis of the legacy discourse for the 2010 Winter Paralympic Games | Misener, Laura | 2013 | Universidade de Western Canadá | Canadá | Qualitativa | Transversal |
| Representations of disability in the Canadian news media: A decade of change? | Devotta, Kimberly Wilton, Robert; Yiannakoulis, Niko | 2013 | Universidade McMaster, Canadá | Canadá | Quantitativa | Longitudinal |
| Reporting disability in the age of austerity: the changing face of media representation of disability and disabled people in the United Kingdom and the creation of new 'folk devils' | Briant, Emma;; Watson, Nick; Philo, Gregory. | 2013 | Universidade de Glasgow, Reino Unido | Reino Unido | Quantitativa | Longitudinal |
| A qualitative and quantitative | Wardell, S.; | 2014 | Universidade de Otago, New Zealand; | Nova Zelândia | Misto | Longitudinal |

| | | | | | | |
|--|--|------|--|-------------------------------------|--------------|--------------|
| analysis of the New Zealand media portrayal of Down syndrome | Fitzgerald, R. P.; Legge, M; Clift, K.. | | Mayo Clinic, Minnesota, EUA | | | |
| The politics of representing disability: exploring news coverage of the Americans with Disabilities Act and the National Disability Insurance Scheme | Burns, Shawn; Haller, Beth | 2015 | Universidade de Wollongong, Austrália; Universidade Towson, EUA | Austrália Estados Unidos da América | Quantitativo | Longitudinal |
| Recognition and Moral Progress: A Case Study about Discourses on Disability in the Media | Maia, Rousiley C.M.; Vimieiro, Ana Carolina. | 2015 | Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Universidade de Tecnologia Queensland, Austrália | Brasil | Misto | Longitudinal |
| Framing disability in the Indian news media: a political economy analysis of representation | Bendukurthi, Nookaraju; Raman, Usha. | 2016 | Universidade de Hyderabad, Índia. | Índia | Qualitativo | Longitudinal |

| | | | | | | |
|--|--|------|--|---------------------------|-------------|--------------|
| Reframing Impairment? Continuity and Change in Media Representations of Disability Through the Paralympic Games | Beacom, Aaron; French, Liam; Kendall, Scott. | 2016 | Universidade de St. Mark and St. John, Reino Unido | Reino Unido | Qualitativo | Transversal |
| Representações mediáticas da deficiência: um estudo longitudinal na imprensa | Cunha, Maria João; Pinto, Paula Campos. | 2017 | Universidade de Lisboa, Portugal | Portugal | Misto | Longitudinal |
| Hold your traditional discourses! A study exploring newspaper and web news reporting of New York's Inaugural Disability Pride Parade | Mellifont, Damian. | 2017 | The University of Sydney, Austrália | Estados Unidos da América | Qualitativo | Transversal |
| Exclusionary visual depiction of disabled persons in Malaysian news photographs | Soo Ang, Pei; Lee Yeo, Siang. | 2018 | Universidade de Malaya, Malásia | Malásia | Qualitativo | Longitudinal |

| | | | | | | |
|--|---|------|---|------------------|--------------|--------------|
| The representation of people with disabilities in an official newspaper in China: a longitudinal study of the people's daily from 2003 to 2013 | Ye, Wen; Zeldes, Geri Alunit. | 2019 | Universidade Xiamen, China; Michigan State University, EUA | China | Misto | Longitudinal |
| Repurposing the (super)crip: media representations of disability at the Rio 2016 Paralympic Games | McGillivray, David; O'Donnell, Hugh; McPherson, Gayle; Misener, Laura | 2019 | Universidade de West of Scotland, Reino Unido; Universidade Glasgow Caledonain, Reino Unido; Universidade Western, Canadá | Reino Unido | Qualitativo | Transversal |
| The education of children with disabilities in South African online news reports | Walton, Elizabeth ; McKenzie, Judith | 2020 | Universidade de Nottingham, Reino Unido; Universidade de Cidade do Cabo, África do Sul | África do Sul | Qualitativa | Longitudinal |
| The Spectacularization of Disability Sport: | Hilgemberg, Tatiane; Ellis, Katie; | 2020 | Universidade Federal de Roraima, Brasil; | Brasil Austrália | Quantitativa | Transversal |

| | | | | | | |
|---|--------------------------------|------|---|--------|--------------|--------------|
| Brazilian and Australian Newspaper Photographs of 2012 London Paralympic Athletes | Maglady, Madison | | Universidade Curtin, Austrália; | | | |
| Representations of autism in Ontario Newsroom: a critical content analysis of online government press releases, media advisories, and bulletins | Rensburg, Margaret G Janse Van | 2022 | Universidade Carleton, Canadá | Canadá | Qualitativa | Longitudinal |
| Media, culture, and news framing of disability in Kenya's Daily Nation newspaper | Abwao, Mauryne; Mishra, Suman | 2022 | Universidade do Kansas, EUA; Universidade Southern Illinois Edwardsville, EUA | Quênia | Quantitativo | Longitudinal |

Uma das características da presente seleção foi apresentar resultados de diferentes regiões e centros de pesquisa no mundo – Austrália, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos da América, Portugal, Brasil, Índia, África do Sul, Bélgica, China, Malásia, Nova Zelândia, Quênia e Romênia – possibilitando reflexões mais amplas no que se concerne a diferentes espaços geográficos e sociais.

Os estudos, todos constituídos por análises de conteúdo, recorrem a jornais e revistas impressos ou plataformas de notícias online, com duas exceções: uma pesquisa que incluiu além dos meios citados, material televisivo e uma que analisou os comunicados governamentais à imprensa. Publicados de 2009 a 2022, os *papers* e capítulos de livros totalizaram quinze pesquisas longitudinais e seis transversais, oito de abordagem qualitativa, oito de abordagem quantitativa e cinco de abordagem mista.

Embora todos os trabalhos centrem-se na representação das pessoas com deficiência, procurou-se agrupar as publicações com maiores especificidades e semelhanças, de forma a assegurar a seguinte cobertura: dez trabalhos referentes à representação das pessoas com deficiência em um determinado país em determinado intervalo de tempo; seis trabalhos referentes à representação da deficiência em grandes eventos, sejam esportivos (jogos olímpicos de verão e inverno) ou do próprio movimento PcD; três pesquisas sobre a representação de uma deficiência específica, sendo elas: síndrome de Down e perturbação do espectro autista; e dois trabalhos em relação a uma temática específica: a educação e as leis afirmativas.

Assim, por meio dos resultados das publicações, buscou-se verificar as representações mediáticas da deficiência por meio da imprensa encontradas maioritariamente a partir dos anos 2000, no entanto, foram analisados trabalhos com análises de conteúdo de 1960 a 2008 (Maia & Vimieiro, 2015) e dos anos de 89 e 90 e 2003 (Ciot & Van Hove, 2010). De tal modo, apontam-se os principais resultados em comum, sem inseri-los numa perspectiva quási-causal, uma vez que se tratam de pesquisas com diferentes amostras e abordagens e realizadas em diferentes tempos e espaços sociais.

Assim como o esperado e indo ao encontro dos discursos dos teóricos da deficiência, ficaram evidenciados o pouco espaço e a pouca relevância atribuídos pela imprensa às questões da deficiência (Cunha & Pinto, 2017; Neca & Castro, 2012; Ye & Zeldes, 2019), havendo como consequência o afastamento das pessoas com deficiência dos espaços públicos de debate (Neca & Castro, 2012; Walton & McKenzie, 2020; Abwao & Mishra, 2022). A deficiência foi apresentada de forma homogênea e por meio de um discurso muitas vezes abstrato, sem levar em consideração as particularidades existentes dentro deste grande universo, levando às generalizações (Abwao & Mishra, 2022; Neca & Castro, 2012; Soo Ang & Lee Yeo, 2018).

As deficiências físicas foram as que apresentaram maior visibilidade, seguidas das deficiências mentais e cognitivas (Cunha & Pinto, 2017; Devotta et al., 2013). As deficiências cognitivas foram as mais estigmatizadas, sendo associadas ao estereótipo da incompetência, à exclusão social (Neca & Castro, 2012) ou ainda à caridade (Soo Ang & Lee Yeo, 2018). As pessoas com deficiência foram representadas como desfavorecidas e dependentes social e economicamente, porém esses apoios foram denotados como benesses e não direitos (Burns & Haller, 2015). Em pesquisa realizada sobre os artigos publicados em jornais online acerca da educação de crianças na África do Sul, foi possível verificar como os discursos apresentados não promoveram as questões e direitos das pessoas com deficiência, mas sim reforçaram os modelos médicos e de caridade, por meio da representação da tragédia individual e do sensacionalismo (Walton & McKenzie, 2020).

Notou-se ainda um predomínio dos enquadramentos tradicionais, especialmente dos modelos médico, patológico social e *supercrip* (Abwao & Mishra, 2022; Burns & Haller, 2015; Cunha & Pinto, 2017; Devotta et al., 2013; Ye & Zeldes, 2019). Houve ainda dois trabalhos que demonstraram como as políticas econômicas refletiram na forma como a deficiência foi enquadrada, alinhando-se também ao

modelo de negócios. No *paper* sobre a realidade indiana (Bendukurthi & Raman, 2016), as pessoas com deficiência foram representadas como uma nova e subforça de trabalho, com habilidades a serem integradas ao mercado de trabalho. Já no caso britânico (Briant et al., 2013), a crise econômica e as consequentes medidas de austeridade levaram a uma mudança no enquadramento da deficiência, assistindo-se a um significativo aumento de artigos noticiosos, porém culpando as pessoas com deficiência por fraudes em benefícios sociais e classificando-os como fardos econômicos.

Embora ainda pouco preponderantes, alguns estudos apontaram para o crescimento dos enquadramentos progressistas e neutros (Devotta et al., 2013; Maia & Vimieiro, 2015), demonstrando um avanço positivo na representação da deficiência. É possível notar alguns discursos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, assim como iniciativas de sensibilização, preconizados pela CDPD, abrindo espaço para um maior debate e a transformação da opinião pública (Neca & Castro, 2012). O *paper* de Mellifont (2017) demonstrou como a cobertura da primeira Parada do Orgulho da Pessoa com Deficiência realizada em Nova Iorque teve um enquadramento prioritariamente progressista, evidenciando uma abordagem da temática de forma ética e reforçando um trabalho jornalístico contrário às abordagens tradicionais.

Maia e Vimieiro (2015) apresentaram um importante trabalho no qual foi possível verificar o progresso da representação da deficiência na imprensa brasileira. Ao longo de 40 anos, evoluiu-se desde o entendimento da deficiência como um defeito individual a um discurso de inclusão e de integração em resposta à segregação. Esta mudança conduziu vários artigos sobre acessibilidade, educação, vida social ativa e qualidade de vida. Todavia, os artigos noticiosos que apresentaram as pessoas com deficiência enquanto titulares de direitos são ainda minoritários, demonstrando que o maior reconhecimento das pessoas com deficiência enquanto cidadãos não resolveu as tensões e conflitos sociais a respeito do tema.

No estudo romeno (Ciot & Van Hove, 2010) foi possível verificar a transição política vivida no país (comunismo/pós-comunismo) através de três fases de representação: 1989 – socialmente negados, 1990 – vítimas, 2003 – profissionalmente ajudados. Os autores referiram também a adequação necessária do país aos parâmetros exigidos à entrada na UE, suscitando diversas medidas de inclusão de pessoas com deficiência, como: políticas públicas, legislações afirmativas e a criação de instituições para e de pessoas com deficiência (Ciot & Van Hove, 2010).

É importante mencionar que dois *papers* trataram especificamente da representação das pessoas com deficiência na imprensa portuguesa (Cunha & Pinto, 2017; Neca & Castro, 2012), apontando a lacuna existente nos estudos de representação da deficiência nos media portugueses. As duas pesquisas, uma de abordagem quantitativa e a outra de abordagem mista, evidenciaram, por meio de uma baixa representatividade, o local marginal do tema da deficiência nos media portugueses corroborando a própria marginalização das pessoas com deficiência na sociedade (Cunha & Pinto, 2017). Há ainda uma escassa problematização nos jornais sobre as questões da deficiência, especialmente sobre temas

relevantes de direitos e cidadania, como emprego, educação, discriminação e envelhecimento. Os dois trabalhos demonstraram, apesar de realizados em períodos e meios diversos, que não existe uma representação hegemônica da deficiência na imprensa portuguesa.

Ambos os estudos analisaram os artigos dentro de uma dimensão bibliográfica, isto é, com variáveis relacionadas a aspectos jornalísticos, como tipo de notícia, secção do jornal encontrada, dimensão e abrangência. Foi demonstrado nos dois estudos, que independentemente do tipo da notícia, suas dimensões são sempre pequenas, com gêneros jornalísticos que evidenciaram pouca profundidade nos assuntos. Este fato também foi apontado no *paper* sobre os media canadenses (Devotta et al., 2013). Outra variável que demonstrou o pouco destaque recebido foi a localização das notícias nos jornais, Cunha e Pinto (2017) apontaram haver equilíbrio entre as páginas pares e as ímpares, e não haver nenhuma capa no período e meios analisados.

Outras categorias de grande importância foram as fontes e vozes da deficiência. No estudo de Neca e Castro (2012), que analisa o período de 2004 a 2009, apenas a categoria voz foi analisada. Em 85% dos artigos foi dada voz a alguém, sendo os políticos (28.3%) e outros (28.3%) e as instituições de pessoas com deficiência (26.2%) a falarem aos periódicos. As pessoas com deficiência ou seus familiares foram ouvidos em apenas 17.1% dos artigos. O trabalho de Cunha e Pinto (2017) demonstrou que em 64% dos artigos alguém falou pelas pessoas com deficiência, nomeadamente médicos (17.8%), instituições (13.1%) e família (9.4%), correspondendo a voz dos próprios a 19.7%. Maia e Vimieiro (2015) enfatizaram a importância de haver, cada vez mais, um número maior de vozes na arena pública, de forma a expandir as contestações de marginalização, discriminação e desrespeito.

Em relação aos quatro estudos que analisaram a linguagem utilizada para se referir às pessoas com deficiência ou à deficiência, três apresentaram uma evolução positiva, com o uso de uma linguagem mais neutra e afirmativa, a chamada *person-first or people-first*, (Beacom et al., 2016; Ciot & Van Hove, 2010; Devotta et al., 2013), tendo sido ultrapassado o emprego de palavras como “vítimas”, “sofrer de”, “preso a” ou aleijado”. Cabe destacar mais uma vez a perspectiva de Ciot e Van Hove (2010) acerca da mudança de perspectiva da representação da deficiência na Romênia, quando além das mudanças de regime (anos 1989-1990), houve também uma necessidade de se adequar a condições impostas pelo processo de ingresso na União Europeia. Assim, percebeu-se uma maior cobertura do tema pela imprensa, assim como a utilização de palavras e expressões preconizadas pelas Nações Unidas. Porém, também foi destacado que por uma questão semântica do idioma romeno houve dificuldade em encontrar palavras para substituir “handicapped” ou “invalidity”, por exemplo, assim como não haver um termo equivalente para “disability”.

A esse cenário, acrescenta-se os resultados de um trabalho linguístico não listado, porém de grande importância, no qual Haller, Dorris e Rahn (2006) apresentaram o progresso na forma que os jornais estadunidenses se referiam às pessoas com deficiência, deixando de fazer uso de termos como *handicapped* e *crippled* e preferindo *disabled* ou *person with disabilities/ people with disabilities*. Cabe

ainda citar, sobre o uso da linguagem, os manuais de boas práticas de imprensa utilizados em grandes eventos pelos Comitês Esportivos nacionais ou internacionais, de forma a orientar os jornalistas sobre os termos e palavras adequados para se referirem às pessoas com deficiência e à deficiência (Beacom et al., 2016).

Contudo, o estudo de Briant, Watson e Philo (2013), já mencionado, apresentou um cenário diferente, em virtude da crise econômica de 2010/2011 no Reino Unido. Naquela situação, o que se viu foi a construção de uma campanha pública, muito amparada pelos meios de comunicação, na qual as pessoas com deficiência foram representadas como “defraudadores de benefícios”, “fardos econômicos para o Estado” e “pedintes”. Os artigos deixaram de ser simpáticos às pessoas com deficiência, recorrendo à linguagem pejorativa e preconceituosa para culpá-las pelas medidas de austeridade econômica.

Dentre os estudos selecionados, três centraram-se na representação de deficiências específicas: um na síndrome de Down (Wardell et al., 2014) e dois na perturbação do espectro autista (Rensburg, 2022). Os resultados dos três estudos demonstraram que embora diversas, as representações foram enquadradas prioritariamente dentro do modelo médico, segundo o qual as pessoas estariam sujeitas a curas, tratamentos e reabilitações. Mesmo sustentadas por discursos médicos, Jones e Harwood (2009) notaram que houve poucas informações úteis para esclarecer o autismo.

Outro ponto em comum foi que as três pesquisas apontaram que as deficiências menos perceptíveis, como as mentais (intelectuais e cognitivas), são as mais estigmatizadas e com menor visibilidade no espaço midiático. No caso da síndrome de Down e do autismo, a representação classificou-as como responsáveis por uma vida de menor valor, um fardo para a pessoa e familiares, enquadrando-as também dentro de um modelo caritativo, no qual as crianças, devido à idade, apresentam mais possibilidades de respostas aos processos de reabilitação, adequando-se posteriormente a padrões estabelecidos socialmente.

Demonstrando a importância dos grandes eventos esportivos, houve, entre os estudos selecionados, quatro especificamente sobre os Jogos Paralímpicos, um que comparou a representação jornalística de medalhistas Olímpicos e Paralímpicos, e ainda outros três que citaram certos aspectos da representação das pessoas com deficiência durante suas realizações. A predominância do enquadramento *supercrip*, como já mencionado, foi um achado comum, sendo apontada ainda a falta de uma abordagem mais crítica em relação às questões da deficiência (Misener, 2013). Os enquadramentos das notícias demonstraram a deficiência como um problema médico, logo individual, sendo enfatizado o triunfo do atleta sobre as adversidades da vida, caracterizando-os como super-humanos (Novais & Figueiredo, 2010). Os discursos encontraram-se prioritariamente centrados na tragédia pessoal e não nas habilidades esportivas dos atletas, com os membros das equipes de saúde ocupando espaços fundamentais na representação dos processos de reabilitação (Beacom et al., 2016).

Pôde-se concluir desta forma que em relação à cobertura dos grandes eventos esportivos, os discursos culturais já estabelecidos moldaram as representações mediáticas, evidenciando a dificuldade em quebrar um ciclo e estabelecer-se novas representações sociais.

Dentro de uma perspectiva longitudinal, pôde-se notar, além da manutenção do discurso *supercrip*, o seu reaproveitamento e conexão com o discurso militar. Se antes a origem dos jogos paralímpicos, atribuída a um evento militar nos anos de 1960, era mencionada em segundo plano, McGillivray, O'Donnell, McPherson e Misener (2019) notaram um crescente número de atletas veteranos de guerra, “defendendo”⁶³ países ocidentais que sofreram grandes baixas nos conflitos no Iraque e no Afeganistão. Logo, os artigos analisados pelos autores demonstraram que o discurso de superpoderes dos atletas se conectou ao heroísmo dos veteranos de guerra. Evidenciou-se ainda uma “ciborguificação”⁶⁴ devido à crescente importância de próteses e cadeiras de rodas de alta performance, inclusive no campo imagético.

Não obstante, Beacom, French e Kendall evidenciaram o esforço do Comitê Paralímpico Internacional, assim como do Comitê Paralímpico Britânico, nos Jogos de Londres 2012 e de Sochi 2014, em direcionar as coberturas para as conquistas esportivas dos atletas, retirando o enquadramento de tragédia pessoal assim como de questões mais políticas (Beacom et al., 2016). Misener (2013) chamou atenção para, pela primeira vez, o possível legado social e económico dos Jogos Vancouver 2010 ser tratado na vertente específica paralímpica. Os estudos de impacto dos jogos concentraram-se na cobrança de mais acessibilidade e qualidade de vida para as pessoas com deficiência. Misener buscou verificar a representação destes temas na cobertura mediática sobre a competição (Misener, 2013).

Hilgemberg, Ellis e Magladry (2020), por meio de um estudo das fotografias de jornais australianos e brasileiros dos Jogos Paralímpicos de Londres 2012, demonstraram uma evolução em relação a estudos da década de 1990, que apontavam para um fotojornalismo que buscava esconder a deficiência. As autoras demonstraram que as fotografias tornaram as deficiências visíveis (60% no Brasil e 49% na Austrália), sendo as deficiências físicas e sensoriais as mais representadas (amputados, deficientes visuais e usuários de cadeira de rodas). A aparência e o vigor físico do corpo de atletas em cadeiras de rodas e/ou amputados, mais próximos do corpo ideal de atletas não-deficientes, seriam a justificativa para esta priorização. Destaca-se também, como o gênero masculino foi mais visibilizado nas representações dos atletas (75% no Brasil e 66% na Austrália), repetindo o padrão observado nos Jogos Olímpicos.

Ainda dentro de uma observação longitudinal, que inclui os Jogos Paralímpicos de 2010 a 2016, foi possível verificar a manutenção do discurso *supercrip*, apresentando novas nuances de nacionalismo e militarização. Do ponto de vista positivo, assistiu-se ao aumento do número de profissionais de

⁶³ No *paper* “Reframing Impairment? Continuity and Change in Media Representations of Disability Through the Paralympic Games”, os autores utilizam o subtítulo “Representing Versus Defending One’s Country”, para realçar por meio dos verbos “representar” e “defender” a condição dos atuais atletas como ex-combatentes nas Forças Armadas de seus países (Beacom et al., 2016).

⁶⁴ No original: cyborgification (Beacom et al., 2016, p. 18).

comunicação presentes, do tempo/espaço de cobertura mediática e de uma produção de artigos mais politizados, ampliando as discussões sobre as desigualdades e as negligências cotidianas sofridas pelas pessoas com deficiência (Beacom et al., 2016; McGillivray et al., 2019; Misener, 2013).

É de destacar que onze dos 21 trabalhos listados mencionaram o pouco conhecimento dos jornalistas e das próprias instituições de comunicação no tratamento da temática da deficiência⁶⁵. As pesquisas destacaram o papel dos media na construção da realidade e como as representações estigmatizadas e equivocadas prejudicam o empoderamento social de minorias como as pessoas com deficiência. Vale ressaltar que no capítulo anterior, sobre os estudos dos media, abordou-se a importância da educação para os profissionais de comunicação, como produtores de conteúdo, e importantes responsáveis pelo processo de construção das representações sociais das pessoas com deficiência.

Vimeiro e Maia (2015) exemplificaram o desconhecimento dos jornalistas sobre o conceito de inclusão, sendo frequente a utilização do termo integração como sinônimo. As autoras definiram ainda que muitas questões ligadas à deficiência são tratadas a partir do senso comum. Soo Ang e Lee Yeo (2018) apontaram a necessidade de se advertir os jornalistas quanto às representações homogeneizantes, excludentes e opressivas, que apenas se focam nos aspectos incapacitantes da deficiência.

Desta forma, indicou-se que uma melhor instrução e preparação dos profissionais e das instituições de comunicação possibilitariam representações mais próximas da vivência real, especialmente relacionadas à diversidade e aos direitos, proporcionando alterações nas percepções sociais da deficiência (Bendukurthi & Raman, 2016; Cunha & Pinto, 2017; S. Jones & Harwood, 2009; Misener, 2013; Rensburg, 2022).

Durante os Jogos Paraolímpicos de Londres 2012 e de Sochi 2014, o Comitê Internacional Paralímpico (IPC) criou um guia para a imprensa, com instruções de palavras e frases apropriadas e/ou inadequadas à representação dos atletas. Houve também um manual de imprensa para os atletas, com instruções sobre a utilização dos media sociais como uma oportunidade pessoal de divulgação (Beacom et al., 2016). Este movimento exemplifica a necessidade de preparar os profissionais de comunicação para o entendimento da deficiência, assim como das particularidades do paradesporto (Misener, 2013).

Burns e Haller (2015a) chamaram a atenção para a responsabilidade das escolas de formação de jornalistas em aumentar a conscientização sobre a diversidade na sociedade, assim como em demonstrar aos seus alunos o papel que os meios de comunicação exercem em manter e/ou desafiar os estereótipos e as representações tradicionais de membros mais vulneráveis da sociedade. Defendeu-se que a partir de uma formação mais atenta, e também com um tratamento mais cuidadoso dos órgãos de comunicação, é possível que a questão da deficiência seja tratada de uma forma mais progressista, com representações relacionadas com os direitos civis, as minorias e o pluralismo (Mellifont, 2017). Abwao e Mishra (2022)

⁶⁵ Sendo eles: (Abwao & Mishra, 2022; Beacom et al., 2016; Bendukurthi & Raman, 2016; Burns & Haller, 2015; Cunha & Pinto, 2017; S. Jones & Harwood, 2009; Maia & Vimeiro, 2015; Mellifont, 2017; Misener, 2013; Soo Ang & Lee Yeo, 2018; Ye & Zeldes, 2019)

ênfatizam ainda o papel do educador dos media, evidenciando por meio das suas representações as dificuldades das pessoas com deficiência e suscitando reflexões ao nível da sociedade mais alargada.

Demonstrando o possível dinamismo de uma pesquisa acadêmica em ciências sociais, acrescentaram-se também os *papers* e capítulos de livros constantes no Quadro 3.4, os quais trataram da realidade do mercado de trabalho de comunicação e sua relação com a deficiência. A reflexão sobre a pertinência da inclusão dos referidos trabalhos deu-se durante o processo de seleção e leitura dos trabalhos sobre a representação das pessoas com deficiência. Não houve um processo específico para buscá-los, visto não fazer parte dos objetivos iniciais da presente tese seleccioná-los. Porém, notou-se a formação de um conjunto de sete *papers* com uma temática diferente, mas relacionada e pertinente à discussão da representação.

Quadro 3.4 – Estudos sobre as PcD e a atuação e o mercado de produção mediática

| Paper ou Capítulo de Livro | Autoria | Ano | Universidade/Instituição |
|--|------------------------------------|------------|--|
| Diversity and journalism pedagogy: Exploring news media representation of disability | Burns, Shawn | 2016 | University of Wollongong, Australia |
| Researching media participation by listening to people with disability | Stewart, Kim; Spurgeon, Christina | 2019 | Queensland University of Technology, Australia |
| Dropping the disability beat: why specialized reporting doesn't solve disability (mis)representation | Jones, Chelsea Temple | 2020 | Ryerson and York University, Canada |
| Disability advocacy in BBC's Ouch and ABS's Ramp Up | Burns, Shawn | 2020 | University of Wollongong, Australia |
| What's it all worth? The Political Economy of Disability Representation in Indian Media | Bendukurthi, Nookaraju Raman, Usha | 2020 | Central University of Kashmir, Índia University of Hyderabad, Índia |
| Disabled media creators in Afghanistan, China and Somalia | Chadwick, Patricia | 2020 | Disability Social History Project, USA |

| | | | |
|-----------------------|---------------------------------------|------|---|
| Disability media work | Ellis, Katie; Merchant, Melissa | 2020 | Curtin University, Australia; Murdoch University, Australia |
|-----------------------|---------------------------------------|------|---|

Nota-se que os artigos científicos sobre a inserção de pessoas com deficiência nas empresas de media são mais recentes, talvez por se tratar de uma discussão sobre um direito constante na CDPD (artigo 27º) e fruto de legislações afirmativas que passaram a garantir a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, como o caso do Decreto-lei 29/2001 e a Lei 4/2019 do Estado Português.

Os estudos, todos qualitativos, foram realizados nos últimos sete anos (2016-2020) – um em 2016, um em 2019 e cinco em 2020 –, abrangendo países desenvolvidos e em desenvolvimento, tanto na questão de autoria e centros de pesquisa – Austrália, Canadá, Estados Unidos e Índia – como no local de realização dos estudos – Afeganistão, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Índia e Somália. Esta situação demonstra a crescente tomada de consciência social, em nível global, sobre o imperativo de se refletir sobre como lidar com a deficiência.

Para além da temática central sobre a questão profissional nos media, duas categorias foram identificadas: a realidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho dos *media* (Bendukurthi & Raman, 2020; Burns, 2020; Chadwick, 2020; Ellis & Merchant, 2020; C. T. Jones, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019) e a abordagem da temática da deficiência na formação de profissionais da comunicação (Burns, 2016; C. T. Jones, 2020). A importância da inserção das pessoas com deficiência, como produtores de conteúdo, nas instituições mediáticas, jornalísticas ou de entretenimento, foi o assunto com a maior ocorrência. Ter voz, bem como auxiliar os outros a terem voz, demonstrou ser uma importante ferramenta de empoderamento para as pessoas com deficiência, assim como a relevância de serem as próprias pessoas com deficiência a apontar os assuntos mais urgentes, e a forma mais ética de serem representadas (Burns, 2020; Chadwick, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019). As pesquisas tiveram em comum a defesa do envolvimento das pessoas com deficiência nas diferentes etapas da produção mediática, pressupondo-se que, por meio das suas vivências, se garantiria uma adequada representação (Bendukurthi & Raman, 2020; Chadwick, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019).

Foi verificado que na Índia, por exemplo, não há políticas específicas para a contratação de pessoas com deficiência, o que explicaria a marginalização desse grupo no processo de produção de notícias assim como a sua representação (Bendukurthi & Raman, 2020). A partir de três estudos de caso, no Afeganistão, na China e na Somália, Chadwick (2020) demonstrou a necessidade de as pessoas com deficiência estarem intimamente envolvidas no processo e na tomada de decisões relativas à produção, a representação e ao acesso aos media.

Um caminho mais amplo para esta participação foi possibilitado pela internet, abrindo espaços para conteúdos especializados, como as *webséries* e sites de notícias especializados em deficiência, feitos

para e por pessoas com deficiência (Burns, 2020; Ellis & Merchant, 2020). Em países como Afeganistão, China (Chadwick, 2020) e Austrália (Stewart & Spurgeon, 2019), as instituições em defesa de pessoas com deficiência participaram da produção de programas de rádio, incluindo a atuação em rádios comunitárias (Austrália).

Isto se dá, em parte, pois a comunicação em rede oferece a oportunidade dos públicos não esperarem pelas mediações vindas dos representantes estabelecidos do interesse público, e sim, falarem por si próprios. O sujeito assume, alternadamente, papéis de recetor e emissor, de consumidor e produtor de conteúdos e dados (Cardoso, 2023).

Para minorias, como as pessoas com deficiência, esta é uma importante forma de visibilidade mediática, pois além de comunicar a diversidade, muitas destas iniciativas são também um caminho alternativo para o mercado de trabalho. Muitos atores com deficiência declararam terem tido raras oportunidades de atuação ou mesmo de audições em produções dos media de entretenimento tradicionais, como os canais de televisão e produtores de cinema (Ellis & Merchant, 2020).

No entanto, Burns (2020) chama a atenção de que a internet deve possibilitar a produção de conteúdo especializado, mas também deve inserir os assuntos sobre a deficiência nas discussões gerais da sociedade, por meio dos sites tradicionais de notícias, como qualquer outro tema sociopolítico.

Quatro pesquisas focaram-se na experiência das pessoas com deficiência inseridas nos processos de produção mediática (Bendukurthi & Raman, 2020; Chadwick, 2020; Ellis & Merchant, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019), havendo duas pesquisas sobre as percepções dos empregadores em relação à contratação e ao desenvolvimento das atividades dos colaboradores com deficiência (Bendukurthi & Raman, 2020; Ellis & Merchant, 2020).

Alguns resultados demonstraram que as questões de acessibilidade, tanto física como tecnológica, continuam a ser um grande entrave à inserção das pessoas com deficiência nos mercados de trabalho (Bendukurthi & Raman, 2020; Ellis & Merchant, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019). Tanto os trabalhadores quanto os empregadores disseram que a contratação de pessoas com deficiência era tratada como uma questão de caridade ou responsabilidade social e não como uma questão de direitos, levando-os a enfrentar problemas em relação à igualdade de oportunidades e emprego (Bendukurthi & Raman, 2020; Ellis & Merchant, 2020). As pesquisas também evidenciaram preconceitos a respeito da suposta falta de habilidade para funções de campo, como a reportagem, levando-as a exercerem funções administrativas e internas, e em vagas não preenchidas por pessoas sem deficiência (Bendukurthi & Raman, 2020). Estes preconceitos resultaram em que muitos candidatos não mencionassem suas incapacidades em seus currículos ou tentassem disfarçá-las durante o exercício de suas funções (Bendukurthi & Raman, 2020; C. T. Jones, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019).

Um outro enfoque, como já citado, foi a importância da discussão da deficiência na formação dos estudantes da área de comunicação e *media*. Uma das pesquisas apresentou especificamente um estudo de caso com universitários de jornalismo, no qual se discutiu se estar próximo de uma pessoa com

deficiência e debater sobre sua realidade em sala de aula modificava a vida dos alunos e sua forma de agir, posteriormente, como profissionais (Burns, 2016). Os resultados encontrados demonstraram que o contacto com a pessoa com deficiência e a discussão sobre o assunto ampliaram o entendimento da deficiência entre os alunos, os quais viriam a tornar-se jornalistas, levando essa conscientização quer para a vida quotidiana, quer para o ambiente de trabalho (Burns, 2016).

A abordagem sobre minorias, e especificamente nesse caso sobre deficiência, foi relatada como influenciadora de boas práticas nas redações, assim como de adequados tratamentos à diversidade (Burns, 2016). Três dos sete trabalhos selecionados revelaram como a convivência com pessoas com deficiência no ambiente universitário aprimoraria as relações interpessoais e sociais, assim como o enfoque dado às questões da deficiência no exercício da profissão (Bendukurthi & Raman, 2020; Burns, 2016; C. T. Jones, 2020).

Desta forma, encerra-se a revisão da literatura de trabalhos empíricos sobre a representação da deficiência, tendo-se ainda tido a oportunidade de estender esse estudo para uma reflexão sobre as vantagens e possibilidades de inserção das próprias pessoas com deficiência no processo produtivo desta representação.

3.3 Estudos empíricos de recepção: dos media às percepções públicas

Conjuntamente com a pesquisa sobre a representação da deficiência, buscou-se reunir estudos que demonstrassem como a deficiência e as pessoas com deficiência são percebidas pelos vários públicos. É importante mencionar que num primeiro momento, ainda na fase do projeto da tese, planejou-se uma fase empírica, por meio de *focus group*, na qual se intencionava verificar como as pessoas com deficiência percebiam-se representadas na imprensa portuguesa. Porém, por se tratar de uma pesquisa com restrito apoio financeiro (contou com uma bolsa parcial do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa por 20 meses), e conseqüentemente com limitações de tempo e de recursos, decidiu-se apenas executar a fase de análise de conteúdo. Salienta-se que o júri do projeto já havia observado com preocupação o extenso trabalho empírico constante no projeto de tese, aconselhando que fosse revisto. Não obstante, julgou-se importante manter a presente revisão da literatura, de forma a mapear os estudos de recepção realizados dentro da temática.

Desta forma, à pesquisa bibliográfica pormenorizada sobre a representação da deficiência, foi acrescida uma segunda etapa: separar os estudos de recepção dentre aqueles resultados encontrados. De modo a ampliá-la, realizou-se um processo de busca exclusivo para a presente categoria, utilizando-se a combinação de palavras-chaves como: representação mediática, efeitos de media e audiência com deficiência, pessoas com deficiência e incapacidade. Aplicou-se o mesmo corte de tempo dos estudos de representação às datas de publicação dos *papers* e capítulos de livros – quinze anos.

Depois da leitura dos resumos, reuniram-se apenas oito trabalhos, porém, a partir de uma leitura pormenorizada verificou-se que três deles tratavam de uma mesma pesquisa original. Apresentam-se, de seguida, os seis trabalhos do Quadro 3.5, chamando-se a atenção para a presença de um mesmo trabalho nas listagens de representação e de recepção, assim como de um na seleção de produção de conteúdo e na de recepção.

Quadro 3.5 – Percepção da Representação Mediática da Deficiência

| Paper ou Capítulo de livro | Autoria | Ano | Universidade/Instituição |
|---|--|------------|---|
| Consuming image: how mass media impact the identity of people with disabilities | Zhang, Lingling; Haller, Beth. | 2013 | Towson University, USA. |
| Reporting disability in the age of austerity: the changing face of media representation of disability and disabled people in the United Kingdom and the creation of new 'folk devils' | Briant, Emma;; Watson, Nick; Philo, Gregory. | 2013 | University of Glasgow, Glasgow, United Kingdom |
| A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: perspectivas de atletas portugueses | Marques, Renato; <i>et al</i> | 2015 | Universidade de São Paulo, Brasil Universidade Lusófona, Portugal Universidade de Campinas, Brasil |
| Imaginários sobre a deficiência: mobilização de afetos cotidianos em campanhas publicitárias | Pessoa, Sônia Caldas; Brandão, Vanessa Cardozo; Mantovani, Camila Maciel Campolina Alves | 2019 | Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil |
| Watching disability: UK audience perceptions of the Paralympics, equality and social change | Pullen, Emma; Jackson, Daniel; Silk, Michael. | 2020 | Loughborough University, UK; Bournemouth University, UK |

| | | | |
|---|------------------------------------|------|--|
| What's it all worth? The Political Economy of Disability Representation in Indian Media | Bendukurthi, Nookaraju Raman, Usha | 2020 | Central University of Kashmir, Índia University of Hyderabad, Índia |
|---|------------------------------------|------|--|

Os *papers* ou capítulos de livros, cinco de abordagem qualitativa e um de abordagem quantitativa, foram publicados nos últimos onze anos - dois em 2013, um em 2015, um em 2019 e dois em 2020 – desenvolvidos em centros de pesquisas do Brasil, Índia, Estados Unidos, Portugal e Reino Unido, fruto de pesquisas empíricas desenvolvidas nos mesmos países referidos.

Pontua-se que dos seis trabalhos, dois centraram-se nos jogos paralímpicos, demonstrando mais uma vez a relevância social da cobertura mediática de grandes eventos esportivos.

Embora, as pesquisas sobre media e deficiência venham ganhando espaço, grande parte dos estudos referem-se a pesquisas de representação, conforme demonstrado pelo reduzido número de estudos de recepção selecionados. Porém, destaca-se aqui o trabalho sobre a realidade portuguesa, desenvolvido em parceria entre universidades brasileiras e uma universidade portuguesa (Marques, 2015). Como efeito, novamente aponta-se para uma significativa lacuna na análise das possíveis consequências das representações mediáticas às percepções sociais da deficiência (Haller & Zhang, 2013).

Os seis estudos demonstraram que as percepções dos diversos tipos de públicos foram ao encontro das representações construídas pelos media, reforçando as evidências de Haller, Dorris e Rahn (2006) de que a identidade das pessoas com deficiência “continua a ser construída, transformada e mantida por meio de representações mediáticas da deficiência” (p. 320)⁶⁶. Embora não listada acima, por estar fora do critério período de publicação, a pesquisa de Farnall e Smith (1999) já demonstrava que assistir a representações positivas e realistas na televisão e, especialmente, no cinema poderia influenciar as percepções de discriminação contra as pessoas com deficiência, assim como criar reações positivas à deficiência.

A primeira pesquisa selecionada, realizada nos Estados Unidos em 2013, exclusivamente com pessoas com deficiência, demonstrou que os entrevistados acreditavam que as representações dos media estadunidenses sobre pessoas com deficiência eram estigmatizantes e irrealistas, sendo aquelas habitualmente enquadradas como vítimas, doentes, dependentes de apoio social e econômico, ou então alvo de narrativas *supercrips* (Zhang & Haller, 2013)

Muito embora se discuta entre os teóricos e ativistas da deficiência a relação da narrativa *supercrip* com os estereótipos da superação e da criação de uma expectativa de superioridade entre as pessoas com deficiência, pesquisa de Zhang e Haller (2013) demonstrou que as pessoas com deficiência as percebiam como favoráveis, afetando suas identidades positivamente.

⁶⁶ No original: Studies have found that disability community identity continues to be constructed, transformed, and maintained through news media representations of disability. (B. Haller, Dorris, et al., 2006, p. 320)

Também foi revelado que a cobertura mediática afetava diretamente as identidades de pessoas com deficiência, salientando a responsabilidade dos meios de comunicação em representá-los. Efetivamente, as coberturas positivas ajudavam a equilibrar positivamente sua identidade, enquanto as negativas tinham efeito contrário, influenciando negativamente a sua autoestima (Zhang & Haller, 2013).

Da mesma forma, pode-se afirmar que as representações mediáticas impactam as percepções sociais sobre a deficiência. No Reino Unido, as medidas de austeridade económica, efeitos da crise financeira mundial nos anos de 2007 e 2008, levaram o governo a cortar gastos sociais para enquadrar-se nas metas fiscais europeias. Demonstrou-se que uma campanha noticiosa sobre fraudes nos benefícios sociais de apoio à deficiência foi criada, inclusive com o uso alargado de nomes pejorativos em referência às pessoas com deficiência. Não somente houve um aumento da hostilidade às pessoas com deficiência, vistas como uma das grandes causadoras pelos cortes dos subsídios, como uma mudança na percepção social da deficiência no Reino Unido, inclusive da parte das próprias pessoas com deficiência que passaram a sentir-se ameaçadas (Briant et al., 2011, 2013).

Outra vertente apontada pelos estudos de recepção selecionados diz respeito à cobertura de grandes eventos esportivos, nomeadamente os jogos paralímpicos. Entre os cinco anos que separam as publicações das duas pesquisas aqui selecionadas (Marques et al., 2015; Pullen et al., 2020), notou-se uma valorização do paradesporto, resultante de mais espaço midiático dedicado à competição. Consequentemente, foi revelada uma maior consciência e percepção dos direitos das pessoas com deficiência (Pullen et al., 2020).

Porém, manteve-se a hierarquização de algumas modalidades na própria cobertura mediática, como futebol e atletismo, justificadas por apresentarem padrões estéticos que geram maior identificação com o público (Howe, 2008; Marques et al., 2015). Pullen, Jackson e Silk (2020, p. 12) demonstraram ainda a evolução desta hierarquização para o corpo deficiente auxiliado por próteses de altas tecnologias, no que se traduziria em atletas supercapazes, consequentemente ainda mais valorizados (Elcessor, 2017).

Nota-se que as narrativas *supercrips*, sejam representadas pela superação das dificuldades sejam pelos resultados extraordinários, geraram uma dupla reação por parte dos atletas portugueses: alguns incomodaram-se por ter o foco de suas atuações esportivas deslocadas para a superação, porém outros viram-na como oportunidade de valorização. Houve ainda a posição de atletas que defenderam que as duas perspectivas deveriam se complementar, ampliando a divulgação do esporte adaptado (Marques et al., 2015).

Deslocando-se a abordagem da deficiência para a dramaturgia e para a publicidade, Pessoa, Brandão e Mantovani apontaram a normalização, a partir da construção de histórias baseadas no sentimento ambíguo entre “o heroico e o cotidiano” (Pessoa et al., 2019, p. 189), nas quais as pessoas com deficiência eram responsáveis pela gestão das suas próprias vidas, de maneira autônoma. A pesquisa demonstrou como a publicidade utilizou a técnica de *storytelling* para gerar identificação com o público, evocando sentimentos positivos pelas personagens (Pessoa et al., 2019).

Embora as duas narrativas – da normalização assim como a *supercrip* – gerem identificação positiva no público (Pessoa et al., 2019), assim como nas próprias pessoas com deficiência (Marques et al., 2015; Zhang & Haller, 2013), alguns teóricos e ativistas classificam-nas como representações estereotipadas (Barnes, 1992; Clogston, 1994; Haller, 1995).

Bendukurthi e Raman (2020), em trabalho centrado no mercado de trabalho indiano, indicaram, por parte dos empregados com deficiência e dos empregadores de diversos setores dos media, que a inclusão esteve relacionada com a responsabilidade social, ainda dentro de um modelo caritativo, e não numa ótica de direitos. Porém, para o público com deficiência, a inclusão foi percebida como uma aceitação social da diferença, também sendo apontada como possível geradora de mudanças de atitudes em relação às capacidades produtivas das pessoas com deficiência (Bendukurthi & Raman, 2016). Como referido no *paper* em questão, o estudo de recepção foi a segunda fase de uma pesquisa na qual se incluiu uma análise de conteúdo (Bendukurthi & Raman, 2016), em que foi possível observar um alinhamento entre as percepções sociais e a representação mediática.

Embora de maneira restrita, buscou-se, na presente secção, verificar as percepções sociais da deficiência a partir das representações visibilizadas pelos media, não tendo sido possível restringirmo-nos à imprensa devido ao pequeno número de estudos encontrados. Mais uma vez, afirma-se que por se tratarem de pesquisas com diferentes abordagens, realizadas com diferentes amostras e em diferentes contextos sociais, apenas se apontaram os principais temas e resultados, sem os relacionar entre si.

CAPÍTULO 4

Objeto empírico e metodologia

4.1 A imprensa e a pessoa com deficiência

Integrando a presente investigação o estudo das representações da deficiência e das pessoas com deficiência na imprensa portuguesa, importa compreender primeiramente a definição de deficiência em Portugal, assim como a caracterização da pessoa com deficiência perante o Estado português. Do mesmo modo, apresenta-se a justificativa pela escolha do estudo da imprensa como a unidade de análise escolhida.

4.1.1 Conceituação e enquadramento das pessoas com deficiência em Portugal

Em seguimento à caracterização do objeto de pesquisa da presente tese, é importante apresentar mais uma vez, a definição instituída por Portugal na principal lei que define as bases gerais do regime jurídico e versa sobre as pessoas com deficiência (Lei 38/2004)⁶⁷. Tal definição segue o paradigma relacional, o também seguido atualmente pela OMS e pela ONU:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas. (Assembleia da República, 2004, p. 1)

Relembra-se também a definição que figura na CDPD, ratificada pelo estado português: “As pessoas com deficiência incluem aqueles que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efectiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros, (ONU, 2007, p. 4)”.

A análise de conteúdo da imprensa portuguesa exigiu atenção às variáveis usadas para distinguir os tipos de deficiências. Conforme a lei, elas denotam incapacidades duradouras, congênitas ou adquiridas, físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. Essas incapacidades podem resultar de doenças crônicas, raras ou autoimunes.

Os teóricos defensores do modelo relacional justificam que tanto as deficiências como as incapacidades, colocam limite às atividades, influenciando cada aspecto da vida das pessoas com

⁶⁷ O capítulo 1 da presente tese apresenta o enquadramento teórico da deficiência, inserido no campo de estudo da sociologia da deficiência.

deficiência. Logo, a deficiência deve ser pensada como a interação existente entre o corpo deficiente e a opressão social na qual se vive (Crow, 1992, p. 6; Shakespeare, 2006, p. 200; Williams, 1999, p. 812).

Dito isso, e considerando que, em Portugal, as pessoas com deficiência precisam passar por uma junta médica para serem juridicamente enquadradas como tal, com a comprovação de 60% ou mais de incapacidades, torna-se importante relacionar essas definições aos direitos e benefícios legais que lhes são devidos, assim como aos seus familiares e/ou tutores legais. Uma vez constatada a deficiência, emite-se o atestado médico de incapacidade multiuso, amparando-as juridicamente para receberem os apoios e benefícios providos pelo Estado português. Esse processo é atualmente regulado pelo Decreto-lei 291/2009, no qual consta a Tabela Nacional de Incapacidades. Tal procedimento, evidencia como a deficiência é ainda, em Portugal, fundamentada em processos médicos e, na autoridade dos profissionais de saúde.

É importante esclarecer que as deficiências psicossociais, frequentemente categorizadas como mentais, derivam de condições psiquiátricas estabilizadas. Elas resultam em limitações permanentes e danos às funções mentais do indivíduo. Algumas doenças raras ou doenças crônicas como o cancro, a diabetes ou a SIDA, foram incluídas na variável “tipo de deficiência” dos Estudos 2 e 3, pois podem gerar incapacidades, adquiridas e duradouras, em determinados graus. Essas deficiências, associadas às barreiras sociais, podem limitar ou impedir as atividades dessas pessoas, levando à perda de igualdade em várias esferas da vida em comparação com os demais cidadãos.

4.1.2 As notícias sobre pessoas com deficiência na imprensa portuguesa

A notícia é o resultado pretendido do processo jornalístico de produção de informação, de tal forma a ser o principal resultado da produção jornalística (Cruz, 2014). O jornalista, enquanto ser humano e profissional capacitado com técnicas específicas para essa produção, apenas reconstrói a realidade por meio da sua percepção, organização cognitiva e expressão discursiva. Contudo, essa reconstrução é sempre influenciada por um conjunto de valores provenientes de sua história pessoal e profissional (Cruz, 2014), além de ser orientada por regras e códigos inerentes à profissão.

Logo, a produção noticiosa é sempre um discurso representacional, simbólico e significativo — consciente ou não — ao resultar de um trabalho ativo de selecionar (ou excluir), apresentar, estruturar, hierarquizar, valorar e moldar os factos (Cunha & Cruz, 2018).

É por meio da notícia que os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na construção social da realidade. Tuchman (1983) destaca o processo pelo qual, de forma simultânea, um evento é transformado em acontecimento, e este, em relato informativo. Esse processo não apenas confere visibilidade, mas também define e recorta publicamente as próprias ocorrências, atribuindo-lhes detalhes específicos que se tornam acessíveis à audiência. Assim, a informação, enquanto construtora da realidade social, tem sua origem numa ampla rede informativa e é modelada, enquanto notícia, pelas estruturas internas das organizações emissoras.

A teoria do agendamento esclarece o processo pelo qual os media influenciam as audiências, desempenhando um papel fundamental na introdução de temas na esfera pública mediática (Portela, 2019). Assim, os media orientam as audiências sobre o que pensar, ao selecionar e destacar determinados tópicos entre os inúmeros possíveis de serem apresentados num dado momento.

Conforme já visto, e relacionado à teoria do agendamento, especificamente à imprensa, destaca-se o fenômeno do *intermedia agenda-setting*. Estudos demonstram que a imprensa tradicional e seus jornalistas continuam a exercer um grande poder de agendamento sobre outros meios, influenciando os demais noticiários. Exemplifica-se esta força com uma prática comum do meio jornalístico que é a revisão diária das principais notícias dos jornais impressos (especialmente a capa) nos noticiários televisivos e radiofônicos (Thesen *et al.*, 2013), demonstrando a importância destes na definição da agenda, ao debater as histórias selecionadas e seus enquadramentos (Cushion *et al.*, 2018). Além disso, reforça o papel central desempenhado por órgãos e agências de notícias tradicionais e de referência, como a Associated Press, *The New York Times*, *The Guardian*, entre outros (Cushion *et al.*, 2018; Esser & Strömbäck, 2014; Parmelee, 2014; Weaver & Shaw, 2014).

Adicionalmente, de forma a justificar a escolha da imprensa como objeto de estudo, mesmo em um contexto de exponencial consumo de media digitais, destaca-se o lugar que a imprensa escrita ocupa no controle, na análise e na consequente mediatização dos contextos político-sociais (Esser & Strömbäck, 2014), sendo um dos meios que oferece maior contextualização e profundidade dos factos no processo jornalístico. Acrescenta-se que os media tradicionais continuam a ser responsáveis pela comunicação de mensagens para um grande número de pessoas em diversas partes do mundo (Catalan-Matamoros & Peñafiel-Saiz, 2019). Esses meios desempenham um papel significativo na etapa de conscientização e interesse por bens ou serviços (Belch & Belch, 2014), além de assegurarem às marcas, aos políticos e às instituições uma atenção pública ampla e proeminente (McQuail & Deuze, 2020).

É importante citar também os resultados de alguns estudos sobre a confiança nas notícias. Embora muito se discuta sobre uma gradativa queda na confiança das notícias, o estudo *Trust in Media 2022*⁶⁸ demonstrou que há uma diferença nos níveis de confiança das notícias publicadas pelos diferentes media, especialmente entre os online e os meios de comunicação tradicionais e que essa lacuna tende a ser crescente. Deste modo, a maioria da população europeia confia nos meios de comunicação tradicionais enquanto apresenta baixa confiança na internet e nos media sociais. Mesmo que os valores de confiança na imprensa, nas estações de rádio e nas redes de televisão tenham oscilado nos últimos anos, o estudo apresenta índices positivos para os mesmos. Portugal, especificamente, detém um alto grau de confiança na imprensa, com um índice de 69% da população a confiar nos órgãos de imprensa escrita e com um crescimento de confiança na imprensa no período entre 2017 e 2022.

⁶⁸ Disponível em: https://www.ebu.ch/publications/research/login_only/report/trust-in-media

Embora o Reuters Digital News Report de 2024 aponte uma queda na confiança da população portuguesa nas notícias nos últimos anos — de 66% em 2015 para 56% em 2024 —, os índices permanecem elevados em comparação com os restantes mercados de media mundiais (6º lugar entre 47 mercados em 2024; 3º lugar entre 46 mercados em 2023). Além disso, os dados do Eurobarómetro (2022)⁶⁹ também destacam a confiança dos portugueses nos meios de comunicação tradicionais, com a imprensa sendo a segunda fonte noticiosa mais confiável (incluindo as suas versões online), ficando atrás apenas dos serviços públicos de rádio e televisão. A imprensa foi ainda citada como um dos meios mais utilizados para aceder a notícias, tanto na sua versão online quanto na imprensa escrita⁷⁰.

Por fim, destaca-se que a maior parte dos estudos sobre a representação da deficiência e das pessoas com deficiência, em diversas partes do mundo, concentra-se na análise da imprensa. No contexto académico português, observa-se uma lacuna considerável nessa área, que a presente tese busca minimizar.

4.2 Metodologia

O percurso teórico que fundamenta o conhecimento científico desta tese foi realizado. Agora prossegue-se para a explicitação do processo metodológico adotado. Aqui esclarece-se a natureza da investigação e as técnicas de produção do conhecimento. No entanto, primeiramente, como parte de uma abordagem ampla de pesquisa (Creswell, 2014), que envolve a interseção de filosofia, desenhos de pesquisa e métodos específicos, é preciso enquadrar em qual paradigma a presente tese se enquadra. Ao planejar uma pesquisa, os investigadores devem ponderar as suposições filosóficas que se inserem no estudo. É necessário também considerar o desenho da pesquisa baseado nessa visão de mundo e os métodos específicos que traduzem a abordagem em prática.

4.2.1 Abordagem e método de pesquisa

Esta tese enquadra-se no paradigma transformativo. Trata-se de questões ligadas às experiências de indivíduos marginalizados na sociedade. Aborda também temas de poder, justiça social, discriminação e opressão, tais como as questões das pessoas com deficiência. Este paradigma surgiu, durante as décadas de 1980 e 1990, a partir de indivíduos que sentiram que as suposições pós-positivistas impunham leis e teorias estruturais que não se encaixavam nas experiências de indivíduos marginalizados. A perspectiva transformativa, própria dos estudos sobre direitos humanos e justiça social, entende que as múltiplas realidades devem ser consideradas nas pesquisas. É uma lente para analisar um problema, reconhecendo a não-neutralidade do conhecimento, a influência pervasiva dos

⁶⁹ Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2832>

⁷⁰ Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3153>

interesses humanos e questões como poder e relações sociais. A abordagem transformativa se aplica a pessoas que sofrem discriminação e opressão, incluindo, mas não se limitando, a raça/etnia, deficiência, imigrantes, conflitos políticos, orientação sexual, pobreza, gênero e idade (Mertens, 2010).

Mertens (2005) ainda destaca que o paradigma transformativo enfatiza a influência de valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, de gênero e deficiência na construção da realidade. Logo, o que parece “real” podem ser estruturas tidas como reais por causa de situações históricas. Assim, o que é considerado real precisa ser examinado criticamente, por meio de uma crítica ideológica de seu papel na perpetuação de estruturas e políticas sociais opressivas (Barreto dos Anjos & Amaro, 2023).

Na concepção de Mertens (2018), o paradigma transformativo orienta o pensamento sobre as questões de desigualdades de poder, o impacto do privilégio e as consequências disso para alcançar a justiça social. A lente transformadora na avaliação pode ser usada em combinação com várias teorias críticas, uma prática que leva a fazer diferentes tipos de perguntas sobre suportes culturais e estruturais para a discriminação. Os entendimentos resultantes dessa abordagem fornecem subsídios para mudanças estruturais e sistêmicas que podem reduzir a discriminação e a opressão e aumentar a justiça social (Barreto dos Anjos & Amaro, 2023).

Adotou-se como estratégia de investigação (Hannes *et al.*, 2022) uma abordagem de métodos mistos, combinando técnicas quantitativas e qualitativas com o intuito de interpretar os dados e de fornecer a melhor compreensão do problema de pesquisa traçado. As técnicas de métodos mistos incluem a coleta e a análise de dados, de forma quantitativa e qualitativa, em um único estudo. Os resultados obtidos por meio de um método podem auxiliar no desenvolvimento ou na orientação do outro método (Greene *et al.*, 1989). Segundo (Creswell, 2014, p. 32), o método misto permite, “uma compreensão mais completa de um problema de investigação do que qualquer uma das abordagens isoladamente” (p.34), abrindo “as portas para vários métodos, diferentes visões de mundo e suposições diferentes, bem como diferentes formas de coleta e análise de dados” (p.40). Também Bryman considera “viável e desejável” (2012, p. 631) a possibilidade de se combinarem estratégias quantitativas com a qualitativa e vice-versa.

Assim, o presente desenho de pesquisa integrou o modelo de métodos explicativos sequenciais mistos. Uma vez inserido dentro do paradigma transformativo, este modelo básico foi então usado numa estratégia de método misto mais avançada (Creswell, 2014), isto é, o método misto transformativo fazendo uso de uma lente teórica derivada da justiça social com uma perspectiva abrangente dentro de um desenho que contém dados quantitativos e qualitativos. Os dados, nesse tipo de estudo, foram organizados de forma sequencial, com cada etapa construindo-se sobre a anterior (Creswell, 2014).

É igualmente importante mencionar que Sweetman *et al.* (2010) estabeleceram critérios que se alinham à abordagem transformativa e que devem ser considerados na avaliação de um estudo de métodos mistos. Esses critérios incluem: abordar abertamente um problema relacionado a uma comunidade de interesse; declarar uma lente teórica transformativa; redigir algumas perguntas de

pesquisa com uma perspectiva de defesa; incluir, na revisão de literatura, discussões sobre diversidade e opressão; discutir a rotulagem apropriada da comunidade em questão; assegurar que a coleta de dados e os resultados beneficiem a comunidade; garantir que os resultados esclareçam as relações de poder e promovam mudanças sociais; e declarar explicitamente o uso de uma abordagem transformativa. Por fim, o estudo deve ser concluído com uma defesa clara de mudanças para ajudar a população estudada e abordar a questão em foco.

Embora baseada na abordagem transformativa, a presente tese apresentou, como limitação relacionada a esta abordagem, por se tratar de uma pesquisa individual e sem financiamento, a possibilidade de a presente doutoranda proceder a uma investigação emancipatória (Barnes, 1992), contando com a colaboração das próprias pessoas com deficiência durante o processo investigativo. Por meio da investigação emancipatória, o investigador, comprometido com o modelo social da deficiência, estabelece um “diálogo viável” entre a comunidade científica e as pessoas com deficiência, de modo a se comprometer “com a elisão das estruturas que marginalizam e silenciam as experiências das pessoas com deficiência (Martins *et al.*, 2012).

De qualquer forma, a questão de pesquisa segue o paradigma transformativo, pois se foca na importância de se estudar as questões de discriminação e opressão e de reconhecer a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência como um grupo marginalizado e desfavorecido. Segue ainda a busca por um tratamento respeitoso à questão, por meio da coleta e posterior divulgação de resultados que levam a mudanças nos processos e nos relacionamentos sociais.

A presente investigação utilizou uma análise documental, pois os dados foram recolhidos de jornais generalistas. A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos, a partir de questões e hipóteses de interesse (Junior *et al.*, 2021). Diferentes documentos podem ser utilizados (leis, fotos, imagens, revistas, jornais, filmes, vídeos, postagens e media sociais) e devem considerar o contexto, a utilização e a função desses documentos (Flick, 2009).

Os dados foram recolhidos a partir de artigos de jornais generalistas impressos e realizaram-se análises de conteúdo categorial, dentro de uma abordagem quantitativa. Posteriormente, desenvolveu-se, numa parte selecionada do corpus, uma análise de conteúdo qualitativa. Segundo Bryman (2012), os dados provenientes dos meios de comunicação de massa são geralmente explorados sob uma forma quantitativa de análise de dados, mas tais fontes também podem ser examinadas para que sua natureza qualitativa seja preservada. Desta forma, os dados qualitativos conseguem ajudar a explicar com mais detalhes os resultados quantitativos encontrados (Creswell, 2014).

A pesquisa caracterizou-se por um estudo longitudinal, visto que procurou verificar a representação da deficiência e das pessoas com deficiência como próprias condições sociais estruturantes desta população. A escolha por um desenho longitudinal pode permitir algumas percepções sobre a ordem temporal das variáveis e, portanto, ser capaz de permitir que inferências causais sejam feitas (Bryman, 2012).

Apresenta-se o seguinte quadro abaixo com a metodologia empregada, as técnicas e procedimentos de análise utilizados, e suas relações com os objetivos específicos desdobrados do objetivo geral da presente tese.

Quadro 4.1: Metodologia, técnicas e procedimentos de análise utilizadas na investigação, de acordo com os objetivos específicos.

| Objetivo específico | Metodologia | Técnicas de análise de dados / Procedimentos de análise de dados |
|---|--------------------|---|
| Medir a noticiabilidade sobre deficiência e/ou sobre pessoas com deficiência na imprensa portuguesa (2008-2018 e Covid-19) | Quantitativa | Análise de conteúdo / Análise categorial |
| Verificar como a deficiência e/ou as pessoas com deficiência foram representadas nas notícias da imprensa portuguesa (2008-2018 e Covid-19) | Quantitativa | Análise de conteúdo / Análise categorial |
| Verificar se as pessoas com deficiência exerceram o papel de principal fonte e voz sobre esta temática (2008-2013 e Covid-19). | Quantitativa | Análise de conteúdo / Análise categorial |
| Investigar as representações mediáticas da deficiência e/ou das pessoas com deficiência durante o confinamento português (Covid-19) | Qualitativa | Análise Temática |
| Examinar o papel, enquanto “voz”, das pessoas com deficiência nas representações da imprensa durante a pandemia do Covid-19 | Qualitativa | Análise Temática |

4.2.2 Técnicas de pesquisa quantitativa

4.2.2.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise, marcada por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Para Bardin (2011), qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo. Tem como finalidade a classificação e a categorização de qualquer tipo de conteúdo, reduzindo as suas características a elementos-chave, de modo a poderem ser comparáveis e a permitir fazer inferências, identificando objetiva e sistematicamente as características da mensagem.

Por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permite ao analista não somente descrever os dados após tratados, mas deduzir saberes de naturezas diversas (psicológica, sociológica, histórica, econômica), pondo em evidência a finalidade implícita ou explícita da respetiva análise: “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 2011, p. 44).

É possível destacar determinadas características indissociáveis da análise de conteúdo, designadamente: a objetividade, a sistematicidade e a sua replicabilidade (Romão *et al.*, 2021). Procura conhecer aquilo que está por trás das palavras, isto é, outras realidades além do conteúdo explícito das mensagens, atingindo um sentido em segundo plano, “uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados” (Bardin, 2011, pp. 47–48).

Vala (1999) destaca a vantagem de que a análise de conteúdo pode ser exercida sobre um material que não foi produzido para servir a uma investigação. Assim, visa medir, nos documentos previamente selecionados, um conjunto de categorias predeterminadas, de forma sistemática e replicável (Bryman, 2012). Com técnicas analíticas e procedimentos sistemáticos, aplicou-se uma grelha de análise com categorias de registo e unidades de análise. O objetivo foi avaliar o conteúdo das mensagens e inferir conhecimentos sobre suas condições de produção. Logo, a análise de conteúdo permite conhecer a frequência com que determinados objetos aparecem nos textos, assim como ainda possibilita analisar a relação entre eles.

Os pesquisadores podem identificar tópicos e questões que são objeto de debate ou preocupação pública e explorar discursos rastreando a frequência e o domínio de certas ideias e mensagens. A característica não intrusiva do método (Macnamara, 2018) permite aos pesquisadores analisarem artigos dos media sem o contato direto com os autores ou outras pessoas.

Assim, por meio da análise de conteúdo, examinaram-se os principais jornais generalistas impressos portugueses entre 2008 e 2018, período que marcou uma década desde que Portugal se tornou signatário da CDPD da ONU. Além disso, analisou-se o jornal *Público* durante o primeiro confinamento português na pandemia do coronavírus (março, abril e maio de 2020). Optou-se por uma análise de conteúdo clássica, com um quadro categorial que privilegiou a repetição e frequência dos temas (Bardin,

2011). A análise categorial temática é amplamente utilizada pelos investigadores, por sua rapidez, eficácia e aplicabilidade (Bardin, 2011; Moura *et al.*, 2021).

Caracterizando-se como um estudo longitudinal, pretendeu-se verificar as representações da deficiência na imprensa portuguesa no período supracitado, enquanto indícios da própria condição social desta população. No caso específico do confinamento pandémico, buscou-se verificar de que forma as pessoas com deficiência e a condição de deficiência foram representadas em um momento de emergência sanitária, realizando-se também uma etapa qualitativa.

Ademais, justifica-se ainda a escolha da análise de conteúdo por ser uma técnica sistematicamente utilizada em estudos de representações nos media, especialmente em estudos sobre a cobertura de jornais (Neuendorf, 2002). Desta forma, pretendeu-se conhecer os conteúdos publicados, não só em termos das características bibliográficas e jornalísticas dos artigos de imprensa, como também na caracterização social da deficiência e das pessoas com deficiência.

Assim, a análise de conteúdo surge como uma técnica apropriada já que não só permite conhecer a frequência com que determinados objetos surgem no material analisado, como também possibilita a análise de relações entre esses objetos. Porém, é importante registar que a validação do material a integrar o *corpus* e a elaboração dos indicadores, etapas da pré-análise (Bardin, 2011), referentes às décadas de 2008 a 2018,⁷¹ foram realizadas previamente pelas equipas do Projeto Indicadores Sociais para a Monitorização dos Direitos Humanos da Deficiência e do Projeto de Representações Mediáticas de Públicos Sensíveis (2014-2021), do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa. O tratamento estatístico dos dados, com o apoio do software SPSS, e as interpretações contextuais do referido material (Krippendorff, 2019) foram executados posteriormente pela presente autora.

Segundo Bardin (2011), as formulações das hipóteses e dos objetivos também constam da fase de pré-análise, não havendo uma ordem cronológica obrigatória. Os objetivos podem ser definidos com base nos documentos disponíveis, e as hipóteses podem ser criadas na presença de determinados índices. Em relação ao material referente ao primeiro confinamento português durante a pandemia do coronavírus, especificamente os artigos do jornal *Público*, as etapas de pré-análise foram realizadas pela presente autora, contando também com o posterior apoio do software SPSS para o tratamento estatístico dos dados.⁷²

4.2.2.1.1 Técnica de Análise Descritiva

É muito difícil captar intuitivamente informações relevantes por meio da observação direta dos dados brutos coletados. É necessário, portanto, que as informações sejam resumidas até ao ponto em que

⁷¹ Referentes aos Estudo 1 e Estudo 2.

⁷² Referente ao Estudo 3.

possam ser interpretadas mais claramente. Desta forma, ao proceder-se à análise dos dados recolhidos, recorreu-se à estatística descritiva univariada, alinhados aos objetivos descritos no quadro 4.1. De forma a aprofundar um pouco mais os resultados encontrados, efetuou-se a análise descritiva bivariada, cruzando algumas variáveis bibliográficas e da deficiência.

A estatística descritiva organiza os dados, de forma a descrevê-los, e as conclusões que são extraídas têm como aplicação os elementos sob análise. Reis define a estatística descritiva como um processo que “consiste na recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos” (2008, p. 15). Na estatística univariada resume-se ou descreve-se uma única variável e, no caso da bivariada, descreve-se a associação de duas variáveis.

4.2.2.1.2 Corpus da análise

O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para ser submetido aos procedimentos analíticos. A constituição implica escolhas, seleções e regras de pertinência, exaustividade e homogeneidade (Bardin, 2011).

O presente estudo foi dividido em três corpus de análise, denominados aqui como Estudo 1, Estudo 2 e Estudo 3. O material relativo à década de 2008 a 2018 foi gentilmente cedido pela Universidade de Lisboa e encontrava-se dividido em dois bancos de dados, de cinco anos cada e com algumas diferenças nas categorias de análise⁷³. As grelhas de análise foram construídas com o objetivo de monitorar a representação mediática de pessoas com deficiência.

O Estudo 1 teve como base de dados os três principais órgãos de comunicação em termos de circulação nacional, representando o segmento da imprensa de referência nas categorias: semanário (*Expresso*), jornal diário (*Diário de Notícias - DN*) e revista (*Visão*). A escolha se deu a partir de critérios de meio, circulação e tiragem ao longo do período do estudo (segundo semestre de 2008 ao primeiro semestre de 2013), consultado no sítio da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (www.apct.pt) em setembro de 2013. Desta forma, o Estudo 1 compreendeu 213 notícias selecionadas, a partir de um universo de aproximadamente 150 mil notícias publicadas no referido período.

O Estudo 2 abrangeu a totalidade de notícias da imprensa portuguesa (diários, semanários e revistas de informação) nos primeiros semestres de 2014 a 2018. Optou-se por este corte temporal para não introduzir um viés derivado de datas comemorativas típicas do segundo semestre, fato que desvia o padrão de normalidade em termos de critérios de noticiabilidade. Regista-se que o *jornal I* foi o único jornal português a não ser integrado, por ter uma natureza mais opinativa e o objetivo era mensurar a presença de assuntos relativos à deficiência noticiosa. Logo, destacaram-se os jornais diários de referência *Público* e *Diário de Notícias*, os jornais diários mais populares *Jornal de Notícias* e *Correio*

⁷³ As categorias de análise podem ser consultadas em detalhe na secção Anexos.

da Manhã, o semanário de referência *Expresso* e o semanário *Sol*, mais popular; as revistas *Visão*, de referência, e *Sábado*, mais popular.

Por tratar-se da totalidade da imprensa portuguesa e de um estudo longitudinal, não foi possível contabilizar o total de notícias publicadas no período. Com uma base de dados mais alargada, somando 1062 artigos selecionados, pretendeu-se no Estudo 2 verificar como o tema estava distribuído pela totalidade dos meios impressos informativos portugueses. É importante frisar que o Estudo 2 teve como público-alvo os públicos sensíveis portugueses, entre os quais se incluem as pessoas com deficiência e os doentes crónicos, o que ampliou significativamente as unidades de registo (valores).

O Estudo 3 englobou a totalidade das notícias publicadas por um só jornal, o Jornal *Público*, totalizando 109 artigos selecionados no período do primeiro confinamento português do contexto da pandemia do Coronavírus, de março a maio de 2020.

A escolha do jornal *Público* foi motivada por considerá-lo um dos diários generalistas de referência portuguesa (Quintero, 1996) e, desta forma aproximar-se do sentido de serviço público em relação à informação. Esta motivação se deu, pois, a pandemia se revelou um momento especialmente importante no que toca à difusão da informação de qualidade. Por imprensa de referência entende-se a imprensa de âmbito nacional, que privilegia o tratamento de temas políticos (nacionais e internacionais), sociais, económicos ou culturais e em que os géneros jornalísticos predominantes são os que dão primazia à reflexão (comentários e estudos). Em termos de estilo, tanto ao nível do grafismo quanto da escrita, a imprensa de referência distingue-se pela sobriedade e pelo distanciamento (Mesquita & Rebelo, 1994). Sublinha-se também que o referido jornal ocupou o terceiro lugar em circulação paga impressa e o primeiro em circulação paga digital nos anos de 2020 e 2021, estando atrás dos impressos *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias*, jornais portugueses de cariz mais popular.

Para a análise, primeiramente foram realizadas as leituras de todos os exemplares publicados no período, totalizando 92 edições do jornal *Público* (incluindo os 92 cadernos principais de Lisboa e do Porto, 14 cadernos P2 Porto, 14 cadernos P2 Lisboa, 12 cadernos Fugas, 12 cadernos Inimigo e 12 cadernos Ipsilon). Os exemplares foram salvos em formato PDF por meio de *download* do próprio site do jornal, com acesso permitido por meio de assinatura eletrônica. Após a minuciosa leitura e a primeira seleção dos artigos, foi realizada uma segunda pesquisa eletrônica, através do Adobe Acrobat Reader, com palavras-chave ligadas à deficiência, como: deficiência, incapacidade, deficiente, necessidade e por forma a atingir um melhor resultado final.

É importante destacar que os critérios para as unidades de análise, ou seja, “o segmento mais largo de conteúdo que o analista examina” (Vala, 1999, p. 114) foram as notícias (artigos) sobre a deficiência ou com a presença de pessoas com deficiência. A seleção das notícias obedeceu aos mesmos critérios nos três estudos: identificar uma pessoa com deficiência ou um assunto relacionado à deficiência, tendo como parâmetro a definição de deficiência da CDPD. Excluíram-se os obituários, eventos da comunidade, índices e informações sobre planos de seguros de invalidez. Os três estudos trataram de

universos, uma vez que todas as notícias acerca da temática da deficiência nos períodos propostos foram analisadas.

4.2.2.1.3 Categorias de análise e unidades de registo

Conforme já mencionado, os dois primeiros estudos foram realizados a partir de banco de dados previamente recolhidos e codificados por projetos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa.

O instrumento de codificação da análise de conteúdo do Estudo 1⁷⁴ foi desenvolvido e pré-testado pelo Projeto Indicadores Sociais para a Monitorização dos Direitos Humanos da Deficiência: Um Estudo Exploratório (2013-2014)⁷⁵, do ODDH (ISCSP – Universidade de Lisboa), a partir da utilização e expansão da metodologia desenvolvida em âmbito do projeto internacional, Disability Rights Promotion International (DRPI)⁷⁶, aplicado em diversos países, tendo sido adaptado à realidade portuguesa.

O instrumento de codificação da análise de conteúdo do Estudo 2 foi desenvolvido e pré-testado pelo Projeto de Representações Mediáticas de Públicos Sensíveis (2014-2021)⁷⁷, realizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) do ISCSP, da Universidade de Lisboa. Os públicos considerados pelo projeto referido foram os nomeados pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social como sensíveis⁷⁸, tendo sido incluídos deste modo as pessoas com deficiência.

Os Estudos 1 e 2 foram coletados em meios de comunicação e períodos de tempo diferentes e obedecendo a critérios, ainda que na generalidade semelhantes, com alguns pontos distintos.

As unidades de registo, ou seja, o “segmento determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria” (Vala, 1999, p. 114), são de natureza semântica, o que significa que são temas ou unidades de informação que reportam às variáveis analisadas.

Nos três estudos, as categorias foram divididas entre variáveis bibliográficas e variáveis da deficiência/pessoa com deficiência.⁷⁹ Sendo bibliográficas, as categorias relacionadas com o fazer jornalístico, ou seja, características dos artigos, nomeadamente: secção (lugar do jornal em que aparece a notícia, ou seja, secção de política ou economia), ênfase ou *highlight* (tipo de páginas em que a

⁷⁴ Possível de ser consultado na secção Anexos, assim como os demais instrumentos de codificação, nomeados de grelha categorial e os livros de códigos de cada um dos estudos.

⁷⁵ Projeto coordenado pela Dra. Paula Campos Pinto, investigadora do CIEG, coordenadora do ODDH e professora associada do ISCSP. <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/projetos/indicadores-sociais-para-a-deficiencia>

⁷⁶ O referido projeto identifica a pessoa com deficiência a partir da definição da CDPD da ONU.

⁷⁷ Projeto coordenado por Dra. Maria João Cunha, investigadora integrada do CIEG e professora assistente do ISCSP e Dra. Carla Cruz, investigadora auxiliar do CIEG e professora auxiliar do ISCSP. <http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/investigacao/projetos/projetos-em-curso/item/512-representacoes-mediaticas-de-genero-e-publicos-sensiveis>

⁷⁸ São considerados públicos sensíveis, os que encontram, por motivos de ordem política, económica ou social, por incapacidades cognitivas ou por vulnerabilidade física, dificuldade em aceder ao espaço público e exercer plenamente a sua cidadania (http://www.erc.pt/documentos/Conf_08/EMCS/EMCS-Intr.pdf).

⁷⁹ As categorias e variáveis encontram-se pormenorizadas nas grelhas categoriais de análise de conteúdo e nos dicionários de categorias da análise de conteúdo, incluídos na secção Anexos.

notícia foi colocada, *i.e.* capa, páginas pares), tipo de item do jornal (reportagem, coluna, breves), existência de ilustração, dimensão das notícias, localização geográfica e a proeminência da deficiência nas notícias.

Faz-se necessário esclarecer brevemente alguns conceitos jornalísticos para o melhor entendimento de determinadas variáveis. O termo “notícias quentes” seriam referentes àquelas com prioridades de publicação, por se tratarem de notícias com maior urgência na publicação, maior ineditismo e gerarem maior impacto no leitor. As notícias frias seriam as que podem aguardar mais tempo para ser publicadas (Erbolato, 1991; Lunkes & Silmara, 2019). No Estudo 2, buscou-se verificar se as histórias apresentaram continuidade em suas coberturas, ou se trataram de casos isolados. Essa variável investigou o comportamento da imprensa em relação às histórias relacionadas à deficiência. Uma história com publicação contínua explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior e, por vezes, demonstra o compromisso do veículo com uma história contada do começo ao fim, com todas as suas nuances.

Da mesma forma, esclarece-se que a localização geográfica das notícias pode revelar uma tendência mediática de concentração das notícias nos grandes centros (Cruz, 2008), uma tendência portuguesa em destacar as regiões de Lisboa e Porto. Atentar à ênfase das notícias é perceber como a distribuição nas páginas dos impressos revela a ênfase que cada história recebe da redação. Naturalmente, as páginas da capa, contracapa, página 3 e páginas centrais são as de maiores destaques na hierarquização de destaques nos impressos. As páginas ímpares abrigam os artigos de maior destaque, pois atraem mais a atenção do olhar do leitor quando comparadas com as páginas pares (Cruz, 2008).

As variáveis sobre a deficiência no Estudo 1 incluíram as categorias tipos de deficiência, os principais tópicos abordados, as fontes de informação sobre a deficiência e as principais vozes da deficiência nas notícias (quem mais expressa o ponto de vista das pessoas com deficiência) e referência a casos quentes (que tenham sido muitas vezes referidos).

No Estudo 2, a grelha de análise foi elaborada a partir da utilizada no Estudo 1, porém com algumas adaptações, uma vez que foi desenvolvida para uma base de dados mais alargada, destinada à recolha de informações de vários grupos sensíveis, para além das pessoas com deficiência. As dimensões analisadas incluíram as variáveis bibliográficas, como no Estudo 1, e as variáveis de cada um dos públicos, porém aqui unicamente trabalhadas na esfera da deficiência.

O Estudo 3 teve sua grelha de análise desenvolvida a partir das que foram utilizadas nos Estudos 1 e 2, com alterações realizadas antes e durante o processo de pré-análise e exploração do material. Similarmente às grelhas de análise dos Estudos 1 e 2, as dimensões analisadas foram relativas às variáveis bibliográficas e às variáveis sobre a deficiência. Recolheram-se também os títulos das notícias e os *leads*, isto é, seus primeiros parágrafos, visando a utilização deste material para posterior análise qualitativa.

Foram incluídas algumas unidades de registo a mais em algumas categorias (ênfase, foto/ilustração, tipo de deficiência, assunto, fonte e voz da deficiência), visto a necessidade de uma

classificação com valores diferentes dos já existentes, de forma a ir ao encontro a uma classificação mais adequada ou com a relação entre a teoria abordada e a análise de conteúdo. No caso da categoria ênfase, incluiu-se o valor de página dupla, pois havia artigos que ocupavam mais de uma página, sem necessariamente estarem na página central. No caso da categoria Foto/ilustração, os valores foram alterados de forma a demonstrar não apenas se havia fotografias, mas sobretudo se elas se relacionavam com a deficiência ou com a pessoa com deficiência em questão.

Nas categorias das variáveis da deficiência, houve um maior detalhamento dos tipos de deficiência, incluindo a diferenciação entre a deficiência mental e a deficiência cognitiva/intelectual bem como a inclusão dos valores de doenças raras, malformações e outras/geral e múltiplas. Porém, as principais alterações dizem respeito às categorias de registo relativas à fonte e à participação das pessoas com deficiência nos artigos (voz da deficiência). As análises aproximaram-se um pouco mais à grelha do Estudo 1, pois ambas as categorias visaram verificar o papel da pessoa com deficiência enquanto fonte e voz. Procurou-se um maior detalhamento sobre quem teve a oportunidade de aparecer nas notícias, expressando seus pontos de vista sobre a temática da deficiência. Por se tratar também de um estudo realizado acerca de uma crise sanitária, com a magnitude de uma pandemia, procurou-se pormenorizar a posição institucional/social das pessoas que atuaram como fonte (por exemplo, Primeiro-Ministro, Diretora-Geral de Saúde, ministros de Estado, Organização Mundial de Saúde). No entanto, posteriormente, durante a análise, percebeu-se que as unidades de registo poderiam ter sido mais gerais, de forma a aglutinar alguns valores, evitando que houvesse uma dispersão de resultados com taxas residuais (por exemplo, instituições governamentais portuguesa e instituições/órgãos internacionais). De qualquer forma, devido à possibilidade do SPSS realizar esta operação de aglutinação de valores de registo, não houve prejuízos causados aos resultados da pesquisa, havendo, todavia, ainda a possibilidade de utilização dos resultados de ambas as formas.

Seguem-se, na secção Anexos, as grelhas de análise e os livros de códigos de forma a apresentar de forma mais pormenorizada os critérios utilizados para o tratamento das notícias e as categorias e unidades de registo.

4.2.3 Técnicas de pesquisa qualitativa

4.2.3.1 Análise temática

A análise temática é um método amplamente utilizado na análise de dados qualitativos, porém sem estar atrelado a uma teoria particular (Braun & Clarke, 2013; Bryman, 2012), sendo muitas vezes inserida entre os tipos possíveis da análise de conteúdo (Junior *et al.*, 2021). Pode ser utilizada a serviço de diferentes epistemologias e questões de pesquisa, o que proporciona flexibilidade, acessibilidade e eficácia tanto em banco de dados pequenos ou grandes. Alguns autores identificam-na como a abordagem ideal para investigadores iniciantes (Braun & Clarke, 2006; Reses & Mendes, 2021; Souza,

2019), pois possibilita o desenvolvimento de habilidades que os auxiliam em outras formas de pesquisa qualitativa.

A falta de um documento que demarcasse e descrevesse a análise temática enquanto método levou Braun e Clarke a publicarem, em 2006, o artigo científico “*Using thematic analysis in psychology*”, no qual definem e apresentam um conjunto de procedimentos, vocabulários e orientações claras e concisas a serem seguidos para a realização de uma análise temática metodologicamente sólida (Reses & Mendes, 2021).

Posto isto, optou-se por seguir, na análise qualitativa da presente tese, o método de Análise Temática de Braun e Clarke (2006, 2013; 2013), que o descrevem como “... um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro de dados. Organiza e descreve o conjunto de dados em riqueza de detalhes. No entanto, muitas vezes vai além disso, e há a interpretação de vários aspectos da pesquisa,”⁸⁰ (Braun & Clarke, 2006, p. 6). O método, amplamente aplicado a uma variedade de experiências de pesquisa, envolve um processo sistemático de seis etapas para a realização prática da análise temática. Por não estar vinculado a uma teoria específica, pode ser utilizado em diferentes enquadramentos teóricos (Braun & Clarke, 2013).

Nesse sentido, a análise temática pode apresentar uma abordagem indutiva ou dedutiva. A abordagem indutiva é baseada nos dados, ou seja, os temas identificados estão diretamente associados aos dados. Logo, ela não parte de uma estrutura pronta de categorias ou temas para desenvolver a análise dos dados. Já na abordagem dedutiva, a análise parte de um conjunto de categorias ou temas predeterminados, sendo orientada pelo interesse teórico do investigador e sendo necessário um maior engajamento prévio com a literatura que fundamenta o estudo (Braun & Clarke, 2006; Souza, 2019).

O ponto principal da análise temática é a identificação dos temas e dos códigos. Um tema representa a identificação no banco de dados de um significado padronizado, isto é, algo relevante sobre os dados em relação à pergunta de pesquisa (Braun & Clarke, 2006). Já os códigos irão capturar ideias ou aspectos diferentes, que se combinam para formar temas (Braun & Clarke, 2013).

As autoras destacam que não há uma medida exata para determinar a prevalência de um tema, ou seja, não existe uma proporção de dados necessária para comprovar sua evidência e considerá-lo, de fato, um tema: “a ‘chave’ de um tema não depende necessariamente de medidas quantificáveis – mas em termos de capturar algo importante em relação à questão geral da pesquisa” (Braun & Clarke, 2006, p. 11). O julgamento do pesquisador é que define o que constitui um tema, bem como será sua a responsabilidade ativa de análise para formulá-lo: “Nesse sentido, os temas são construídos, criados, gerados, em vez de serem simplesmente emergentes” (Reses & Mendes, 2021, p. 22). Assim como em outras técnicas de análise qualitativa, o processo envolve um movimento constante de recuo e avanço

⁸⁰ No original: Thematic analysis is a method for identifying, analysing, and reporting patterns (themes) within data. It minimally organises and describes your data set in (rich) detail. However, it also often goes further than this, and interprets various aspects of the research topic. (Braun & Clarke, 2006, p.6)

durante a codificação, além da necessidade de registrar notas, esquemas e comentários ao longo das etapas.

De acordo com Braun e Clarke (2006), a análise temática é conduzida em seis fases: familiarização com os dados, criação de códigos iniciais (de acordo com os próprios dados ou a partir do quadro teórico estudado, ampliando-os e escolhendo os extratos relacionados com cada código), busca por temas (aglutinar os diferentes códigos dentro de temas), revisão dos temas (verificar se os temas fazem sentido em relação aos extratos dos dados codificados e em relação a todos os dados, e gerar um mapa de análise), definição e nomeação dos temas (rever os temas originais e o seu enquadramento na análise global, refinando-os assim como as suas definições) e elaboração do relatório (escrever a análise dos dados, utilizando os extratos mais relevantes para a apresentação dos resultados) (Braun & Clarke, 2006). As autoras salientam a importância das anotações constantes durante todo o processo de análise, propiciando movimentos constantes para frente e para trás. A fase de definição e nomeação de temas é um ponto fulcral, pois deve assegurar que foi identificado a sua “essência” e, conseqüentemente, a escolha de um nome conciso, adequado e que possibilite facilmente a identificação sobre aquilo que o tema se refere.

Uma das possíveis limitações da presente tese, que se estende também à fase quantitativa, é o fato de a pesquisa ter sido conduzida por apenas uma investigadora, sem a participação de outros investigadores nos processos de codificação e análise.

4.2.3.1.1 Corpus de análise

A análise qualitativa da presente tese realizou-se a partir do Estudo 3. Regista-se que durante a fase quantitativa, no momento da leitura dos artigos selecionados e suas categorizações, separou-se, já prevendo a fase qualitativa, os artigos nos quais a temática da deficiência apresentava destaque e as pessoas com deficiência foram citadas. Posteriormente, a partir dos 109 artigos jornalísticos analisados, selecionaram-se vinte artigos, obedecendo a dois critérios: doze artigos nos quais a pessoa com deficiência teve voz (diretamente ou parafraseada) e oito artigos, que embora versassem sobre assuntos variados, tiveram na deficiência sua ênfase central. Houve três artigos selecionados pelos dois critérios, totalizando, deste modo, um conjunto de dados de dezassete artigos.

Para clarificar as nomenclaturas utilizadas na análise temática de Braun e Clarke (2006), considera-se: o extrato como um segmento individual codificado de dados, identificado e extraído a partir de um item; o item, por sua vez, é cada parte individual dos dados recolhidos, que juntos formam um corpus de dados (todos os dados coletados) ou um conjunto de dados (os dados do corpus utilizados em uma análise). Por fim, as unidades de análise, normalmente mais abrangentes do que os dados codificados, correspondem aos temas.

4.2.3.1.2 Códigos e temas

Como já mencionado, optou-se por analisar a representação da deficiência durante a pandemia do Coronavírus, nos três meses do primeiro confinamento português, como forma de verificar como a deficiência foi abordada num contexto de emergência sanitária. Para tal, utilizou-se o software MaxQDA Plus 2022, com a licença de utilização institucional do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa.

A codificação ocorreu através da rotulação e nomeação de extratos (segmentos de texto) dentro de cada item (artigo), tendo os códigos sido posteriormente aglutinados por semelhança, buscando formar um tema abrangente, organizados em grupos temáticos. Braun e Clarke (2006) destacam que alguns códigos iniciais podem formar temas principais, subtemas e outros podem até mesmo ser descartados. Posteriormente, na fase de revisão de temas, pode-se ainda agrupá-los, dividi-los ou eliminá-los completamente: “Os temas aperfeiçoados devem representar os dados e possuir relação entre si, sendo que, para passar à fase seguinte, o investigador deve sentir satisfação com o alcançado” (Reses & Mendes, 2021, p. 21).

Assim como já havia sido feito no estudo quantitativo, organizou-se de uma forma macro a análise entre códigos relacionados ao fazer jornalístico e aos códigos relacionados à deficiência/pessoa com deficiência.⁸¹ Dessa forma, os dois temas (jornalístico e deficiência) revelaram aspectos significativos dos dados perante a pergunta de pesquisa (estudo da imprensa e representação da deficiência, respetivamente) (Clarke & Braun, 2013).

Os relacionados diretamente com as características jornalísticas de cada artigo, estabelecidos a partir de uma abordagem indutiva, foram aglutinados em subtemas, a partir de grupos temáticos: Covid-19, localização geográfica e assunto principal. Separaram-se ainda os dados bibliográficos como os textos da manchete de capa, do título, do subtítulo, do *lead*, da legenda da fotografia/ilustração e dos destaques de textos, todos para uma possível análise lexical, e a autoria da reportagem.

Da mesma forma, os códigos referentes à deficiência foram aglutinados por grupos temáticos, originando os temas: enquadramentos, estereótipos e retóricas visuais.

A classificação de enquadramentos das notícias respeitou os modelos de representação mediática da deficiência de Clogston e Haller (Clogston, 1994; Haller, 1995). Os mesmos são divididos entre tradicionais e progressistas. Os tradicionais caracterizam a deficiência de forma negativa, sendo especificamente classificados em: modelo médico, modelo social, modelo de patologia social ou económico, modelo *supercrip* e modelo de negócios. Os progressistas caracterizam a deficiência de forma positiva, sendo especificamente classificados como: modelos de minorias/direitos civis, modelo legal, modelo de pluralismo cultural, modelo de consumidor.

A representação mediática de estereótipos, no contexto da pandemia, foi baseada na classificação definida por Barnes (1992): pena/dramatismo, objeto de violência, violento/amedrontador, exotismo ou

⁸¹ Optou-se por apresentar os temas, os subtemas e os códigos, de forma pormenorizada, nos livros de códigos da análise qualitativa, incluídos na secção Anexos.

curiosidade, extraordinário/*supercrip*, piada/ridículo, pena de si, fardo social, sexualmente anormal, incapaz socialmente/anormal, normal. Procurou-se analisar o enquadramento e os estereótipos presentes nas notícias e também nos títulos de cada um dos artigos.

O modelo de análise de fotografias e ilustrações foi elaborado a partir da “taxonomia de quatro retóricas visuais primárias da deficiência”, de Garland-Thomson (2002): maravilhoso, sentimental, exótico e realista. A partir das categorias referentes à fotografia e ilustração utilizadas nas análises de conteúdo elaboraram-se os códigos: a pessoa com deficiência / deficiência é ocultada, não relacionada com a deficiência, sem fotografia ou ilustração. Procurou-se também identificar o tipo de deficiência em cada fotografia.

Por fim, analisou-se a presença da pessoa com deficiência nos artigos. O tema dar voz à deficiência incluiu códigos elaborados a partir de uma abordagem indutiva e dedutiva, suscitando a divisão por subtemas: voz da pessoa com deficiência, quem fala na notícia, o gênero da pessoa com deficiência que fala e o gênero da pessoa que fala sobre a deficiência na notícia. Houve também a análise, a partir do quadro teórico de Clogston (1994) e Haller (1995), do alinhamento do discurso (tradicional ou progressista de representação mediática da deficiência).

Uma vez apresentados os procedimentos metodológicos aplicados nas fases quantitativa e qualitativa, parte-se para a apresentação e para a discussão dos resultados nos dois capítulos que se seguem.

CAPÍTULO 5

Caracterização da representação mediática da deficiência na imprensa portuguesa

5.1 Agenda mediática da deficiência na imprensa portuguesa

Quando se propôs pesquisar sobre a representação das pessoas com deficiência na imprensa portuguesa, primeiramente, pensou-se em verificar a representatividade das notícias sobre esta temática durante o tempo pesquisado. A partir dos dados recolhidos para o Estudo 1, foi possível apurar que, dentro de 149.246 notícias publicadas em três meios impressos de referência, no período de cinco anos (2008 a 2013), apenas 213 foram selecionadas dentro dos critérios estabelecidos. Desta forma, a representatividade foi bem menor que 1% de todas as notícias.

Em relação ao Estudo 2 não foi exequível para o Projeto de Representações Mediáticas de *Públicos Sensíveis* realizar tal verificação, uma vez que a base de dados era muito alargada.

Por sua vez, houve uma limitação de recursos e equipe no Estudo 3, por se tratar de parte de uma tese individual de doutoramento. Contudo, relativamente ao jornal *Público*, estimou-se que fossem publicadas de 90 a 100 notícias por dia, totalizando 8.550 notícias no período estudado. Ainda assim, a representatividade da temática da deficiência manteve-se em cerca de 1%.

Logo, tendo como base o Estudo 1 e o Estudo 3, assim como outras pesquisas semelhantes de análise de conteúdo (Briant et al., 2013; Burns & Haller, 2015; Cunha & Pinto, 2017; Gilbert et al., 1997; Haller et al., 2006; Ye & Zeldes, 2019), localizados em diversos contextos e espaços geográficos, pode-se inferir que a representatividade na imprensa portuguesa mantém-se muito baixa, com atenção e visibilidade bastante marginais, ainda que se mude os tempos e os meios em análise.

5.1.1 Estudo 1: A Representação mediática das pessoas com deficiência e da deficiência imprensa portuguesa de referência, *Diário de Notícias*, semanário *Expresso* e revista *Visão* entre 2008 e 2013

No Estudo 1, foram analisados o jornal diário *Diário de Notícias*, o semanário *Expresso* e a revista *Visão*, no período compreendido entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2013. Os dados do Estudo 1 demonstraram que, no período de cinco anos (2008 a 2013), a distribuição das notícias relacionadas à deficiência variou de forma considerável entre os anos. Os anos de 2009, 2010 e 2012 concentraram aproximadamente 25% dos artigos cada, correspondendo a 51, 52 e 54 artigos, respectivamente. Por outro lado, o ano de 2011, também analisado na totalidade, apresentou apenas 5% do total de artigos (12 notícias). Nos anos de 2008 e 2013, em que apenas um semestre foi analisado, a distribuição ficou em 14% (29 artigos) e 7% (15 artigos), respectivamente. Esses resultados podem ser observados na Figura 5.1.

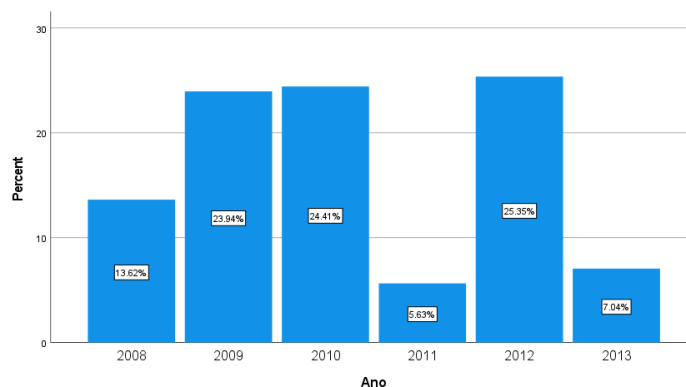


Figura 5.1 – Distribuição das notícias entre os anos (2008 e 2013)

Contudo, chama atenção o fato de que o ano de 2011, também analisado inteiramente, tenha concentrado apenas cerca de 5% dos artigos (12). Nos anos em que apenas um semestre foi analisado (2008 e 2013), a distribuição ficou em 14% (29) e 7% (15), respectivamente.

As 213 notícias selecionadas encontravam-se distribuídas da seguinte forma (ver Figura 5.2), de acordo com as três publicações analisadas: 75% no diário *Diário de Notícias*, 15% no semanário *Expresso* e 10% na revista *Visão* (com periodicidade semanal).

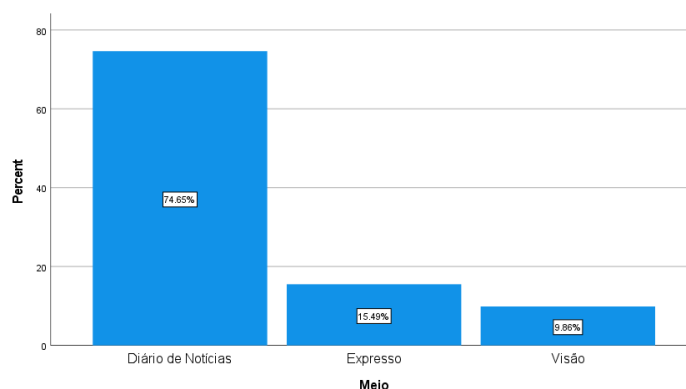


Figura 5.2 – Distribuição das notícias por meio impresso (2008/2013)

Os resultados das categorias analíticas jornalísticas (variáveis bibliográficas) possibilitaram verificar como as notícias foram apresentadas nos meios impressos e, conseqüentemente, o destaque que o tema da deficiência recebeu nos mesmos (ver Quadro 5.1). As diversas escolhas editoriais estiveram relacionadas aos valores-notícia no processo produtivo do fazer jornalístico, refletindo-se nos resultados das categorias aqui analisadas.

Em relação à ênfase das notícias, ou seja, do espaço que a temática ocupa, não houve nenhuma notícia que tenha sido publicada na capa no período estudado. A contracapa e a página 3, que junto com a capa representam as zonas privilegiadas dos impressos, representaram 0,5% e 0,9% das publicações, respectivamente. As notícias ocuparam predominantemente as páginas pares (48%), porém, não estão

muito distantes do número de notícias nas ímpares (44%), tendo sido verificado ainda que 13% estiveram nas páginas centrais.

Quadro 5.1 – Grelha com as categorias analíticas jornalísticas do Estudo 1 (2008/2013)

| Variáveis Bibliográficas | | N | % |
|--|----------------------------------|------|-------|
| Enfatização | Capa - manchete | 0 | 0,0% |
| | Capa - destaque | 0 | 0,0% |
| | Pág. 3 | 2 | 0,9% |
| | Outras páginas ímpares | 93 | 43,7% |
| | Páginas Centrais | 14 | 6,6% |
| | Contra-capas | 1 | 0,5% |
| Secção | Páginas pares | 103 | 48,4% |
| | Política | 8 | 3,8% |
| | Economia | 2 | 0,9% |
| | Desporto | 23 | 10,8% |
| | Cultura/Artes | 2 | 0,9% |
| | Sociedade | 139 | 65,3% |
| | Nacional | 9 | 4,2% |
| Tipo | Internacional | 3 | 1,4% |
| | Outro | 27 | 12,7% |
| | Reportagem | 126 | 59,2% |
| | Opinião | 1 | 0,5% |
| | Coluna/Breve | 51 | 23,9% |
| | Editorial | 5 | 2,3% |
| | Correio do leitor | 3 | 1,4% |
| | Notícia de agência nacional | 21 | 9,9% |
| Foto/ilustração | Notícia de agência internacional | 3 | 1,4% |
| | Entrevista | 3 | 1,4% |
| Proeminência (da referência de deficiência) | Não | 44 | 20,7% |
| | Sim | 169 | 79,3% |
| Local da história | Não | 65 | 30,5% |
| | Sim | 148 | 69,5% |
| | Nacional n.e. | 32 | 15,0% |
| | Grande Lisboa | 62 | 29,1% |
| | Grande Porto/Norte | 42 | 19,7% |
| | Coimbra/Centro | 14 | 6,6% |
| | Algarve/Sul | 7 | 3,3% |
| | Internacional n.e. | 3 | 1,4% |
| | Europa | 15 | 7,0% |
| | EUA | 9 | 4,2% |
| | China | 14 | 6,6% |
| Madeira | 2 | 0,9% | |
| Dimensão da notícia | Missing system | 13 | 6,1% |
| | Breve / Pequena notícia | 79 | 37,1% |
| | Notícia média | 117 | 54,9% |
| | Reportagem/Grande notícia | 17 | 8,0% |

A secção que reuniu a maior parte das notícias foi Sociedade (65%), seguida de Outro (13%) e de Desporto (11%), sendo um assunto sempre de muito destaque, especialmente ao que se refere aos Jogos Paralímpicos. É importante explicitar que a secção Sociedade concentra assuntos sobre saúde, educação, trabalho, ciência e tecnologia, alimentação e bem-estar. Alguns desses temas podem apresentar uma abordagem um pouco mais leve, sem grande discussão sobre a temática e os direitos das pessoas com deficiência.

Em relação ao tipo das notícias, 59% foram reportagens, seguidas de 24% de colunas e breves e 10% de notícias de agências. Porém, relacionando-se com o critério de dimensão das notícias, 37% delas

seriam de pequenas dimensões (até 300 palavras, reunindo breves e pequenas notícias), 55% de dimensões médias (de 300 a 1000 palavras) e 8% de grandes dimensões (mais de mil palavras, reunindo grandes notícias e reportagens). Acrescenta-se também que 73% das notícias apresentavam fotoilustrações e em 70% a referência à deficiência era proeminente. A localização das notícias predominantemente na Grande Lisboa (31%) e no Grande Porto (21%) reforçou a concentração da cobertura mediática nos grandes centros. Houve ainda 16% de notícias nacionais em que a localidade não foi especificada.

Um último dado analisado demonstra como os jornalistas que cobrem a temática da deficiência não têm especialização no assunto. Dos 213 artigos analisados, 87 jornalistas diferentes assinaram os artigos e, 87 artigos não apresentam referência à autoria. O Diário de Notícias foi o jornal que concentrou mais artigos nas mãos dos mesmos jornalistas: Patrícia Jesus escreveu sete artigos, seguida de Hélder Robalo com cinco.

Os resultados das categorias analíticas da deficiência (variáveis da deficiência) encontram-se no Quadro 5.2. As principais deficiências representadas nas notícias são mobilidade (33%), mental (16%), não especificada (13%), cognitiva/intelectual (12%) e visual (11%). Chama-se atenção para o número de notícias em que o tipo de deficiência não é especificado (13%), demonstrando que as pessoas com deficiência são muitas vezes tratadas e, neste caso, representadas como pertencentes a um grupo homogêneo e indiferenciado (Neca & Castro, 2012).

Sobre o tópico principal tratado nas notícias, percebe-se uma grande pulverização em diversos assuntos, porém os dados reforçam como o desporto atrai grandemente os meios de comunicação, tendo concentrado 16% das notícias. Em seguida, têm-se crianças com deficiência (13%), financiamento governamental/privado (13%) e acesso/custos a cuidados de saúde (10%). É importante destacar que os temas de transportes e envelhecimento não foram tratados nas notícias, assim como a pouca relevância dada aos tópicos de trabalho/emprego (3%), educação (5%), mobilidade/acessibilidade (6%) e discriminação (6%). Assuntos que demonstrariam o importante papel social dos meios de comunicação em relação a garantia e reivindicação destes direitos.

Em relação à principal fonte de informação da deficiência nas notícias, registaram-se os grupos ou associações de pessoas com deficiência (22%), a própria pessoa com deficiência (16%) ou a família, amigo ou prestador de cuidados da pessoa com deficiência (11%). Logo, pode-se dizer que 49% das fontes de informação relacionavam-se diretamente às pessoas com deficiência. Sendo possível inferir que os meios de comunicação têm feito um movimento para ouvir a principal parte relacionada com a temática da deficiência, porém ainda temos 51% de fontes nas publicações que não se relacionam diretamente com a pessoa com deficiência. Dá-se ainda grande importância à palavra do médico ou dos profissionais de saúde, representando 10% das fontes de informação.

Estes dados podem ainda ser reforçados pelo resultado da categoria Voz da Deficiência (quem mais expressa o ponto de vista da pessoa com deficiência no artigo), na qual encontrou-se 18% desses profissionais falando pelas pessoas com deficiência, seguidos das instituições (13%) e das famílias

(10%). Somente 20% das notícias abriram espaço para a própria pessoa com deficiência, tendo 36% das matérias sem ninguém expressar o ponto de vista das pessoas com deficiência.

Quadro 5.2 – Grelha com as categorias analíticas da deficiência do Estudo 1 (2008/2013)

| Variáveis da Deficiência | | N | % |
|----------------------------------|----------------------------|-------|-------|
| Tipo de deficiência | Mobilidade | 70 | 32,9% |
| | Visual | 24 | 11,3% |
| | Cognitiva/intelectual | 26 | 12,2% |
| | Auditiva | 4 | 1,9% |
| | Mental | 35 | 16,4% |
| | Médica (doenças crônicas) | 1 | 0,5% |
| | Referência geral | 28 | 13,1% |
| | Múltiplas | 16 | 7,5% |
| | Outra específica | 9 | 4,2% |
| Assunto | Crianças com deficiência | 29 | 13,6% |
| | Financiamento gov./privado | 29 | 13,6% |
| | Educação | 11 | 5,2% |
| | Cuidados/custos de Saúde | 21 | 9,9% |
| | Discriminação | 12 | 5,6% |
| | Trabalho/emprego | 6 | 2,8% |
| | Envelhecimento/idosos | 0 | 0,0% |
| | Recreação/desportos | 34 | 16,0% |
| | Mobilidade/acessibilidade | 12 | 5,6% |
| | Transporte | 0 | 0,0% |
| | Vida independente | 16 | 7,5% |
| | Benefícios | 11 | 5,2% |
| | Outro | 32 | 15,0% |
| | Fonte | PcD | 34 |
| Grupo/Associação de deficiência | | 46 | 21,6% |
| Família/amigo/prest. de cuidados | | 23 | 10,8% |
| Profissionais de saúde | | 21 | 9,9% |
| Governo | | 20 | 9,4% |
| Governo local/regional | | 2 | 0,9% |
| Governo internacional | | 3 | 1,4% |
| Oposição política | | 1 | 0,5% |
| Advogados de saúde | | 0 | 0,0% |
| Tribunais | | 5 | 2,3% |
| Líder de opinião | | 5 | 2,3% |
| Individual | | 10 | 4,7% |
| Celebridade | | 3 | 1,4% |
| Negócios | | 6 | 2,8% |
| Perito | | 0 | 0,0% |
| Investigador médico | | 3 | 1,4% |
| Educador | | 1 | 0,5% |
| Outro | 30 | 14,1% | |
| Voz da deficiência | Sem citação da PcD | 76 | 35,7% |
| | PcD | 42 | 19,7% |
| | Família | 20 | 9,4% |
| | Advogados da PcD | 3 | 1,4% |
| | Médicos/terapeutas | 38 | 17,8% |
| | Associação | 28 | 13,1% |
| Outro | 6 | 2,8% | |
| Casos quentes | Não | 186 | 87,0% |
| | Jogos Paralímpicos | 20 | 9,0% |
| | Outros | 7 | 4,0% |

Por fim, verificou-se que as matérias sobre deficiência eram intemporais e/ou casuísticas (87%), ou seja, tratavam de assuntos que não estavam acontecendo naquele exato momento (casos quentes) ou que não tiveram cobertura continuada. Os casos quentes foram prioritariamente os relacionados ao desporto, especificamente aos Jogos Paralímpicos (9%).

Com o intuito de verificar a evolução da noticiabilidade sobre a deficiência através do marco temporal da realização do estudo (2008-2013), efetuaram-se as análises descritivas cruzadas de determinadas categorias (ênfase, assunto, seção, fonte e voz), de acordo com os anos os quais foram publicados os artigos. Optou-se por apresentar os resultados em tabelas, pois conseguiu-se melhor visualização.

Em relação à ênfase dos artigos (ver Quadro 5.3), destaca-se a ausência de publicações na capa como manchete ou destaque. Além disso, houve raras publicações em páginas de destaque, como a

página 3 ou a contracapa. Apenas um artigo foi publicado na página 3 durante todo o período, no ano de 2009, e outro na contracapa, no ano de 2008. Não se observou uma evolução no destaque dado à temática analisando a variável de ênfase.

Quadro 5.3 – Ênfase dada à representação mediática da deficiência em cada ano (2008/2013)

| Ênfase | | | | | |
|--------|--------|------------------------|------------------|--------------|---------------|
| Ano | Pág. 3 | Outras páginas ímpares | Páginas Centrais | Contra-capas | Páginas pares |
| 2008 | 0 | 9 | 2 | 1 | 17 |
| 2009 | 2 | 24 | 3 | 0 | 22 |
| 2010 | 0 | 22 | 4 | 0 | 26 |
| 2011 | 0 | 7 | 0 | 0 | 5 |
| 2012 | 0 | 26 | 5 | 0 | 23 |
| 2013 | 0 | 5 | 0 | 0 | 10 |
| Total | 2 | 93 | 14 | 1 | 103 |

Ao avaliar o tópico principal, também não se identificou um aumento de atenção para assuntos relevantes, como trabalho e emprego, discriminação e vida independente (ver Quadro 5.4). Nota-se, entretanto, que nos anos paralímpicos houve um aumento de artigos sobre desporto. Propõe-se a reflexão de como a falta de constância e crescimento na publicação de determinados assuntos, pode significar, por parte dos órgãos de imprensa analisados, negligência com temáticas essenciais para a vida das pessoas com deficiência.

Quadro 5.4 – Assunto principal das notícias sobre deficiência em cada ano (2008/2013)

| Ano | Tópico Principal | | | | | | | | | | |
|-------|--------------------------|--------------------------------------|----------------------|-----------------------------------|---------------|-------------------|-----------|----------------------------|-------------------|------------|-------|
| | Crianças com deficiência | Financiamento governamental/ privado | Assuntos de educação | Acesso a cuidados de saúde/custos | Discriminação | Trabalho/ emprego | Desportos | Mobilidade/ acessibilidade | Vida independente | Benefícios | Outro |
| 2008 | 3 | 1 | 2 | 3 | 0 | 2 | 13 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 2009 | 10 | 6 | 2 | 6 | 7 | 0 | 2 | 3 | 2 | 1 | 12 |
| 2010 | 5 | 5 | 5 | 4 | 2 | 2 | 7 | 2 | 7 | 4 | 9 |
| 2011 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 2012 | 5 | 11 | 0 | 7 | 1 | 1 | 10 | 6 | 5 | 2 | 6 |
| 2013 | 5 | 3 | 2 | 1 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 29 | 29 | 11 | 21 | 12 | 6 | 34 | 12 | 16 | 11 | 32 |

Quanto à secção (ver Quadro 5.5), ficou evidente a consistência da concentração de artigos na secção Sociedade ao longo dos anos.

Quadro 5.5 – A representação mediática da deficiência por secção dos impressos em cada ano (2008/2013)

| Secção | | | | | | | | |
|--------|----------|----------|----------|---------------|-----------|----------|---------------|-------|
| Ano | Política | Economia | Desporto | Cultura/Artes | Sociedade | Nacional | Internacional | Outro |
| 2008 | 0 | 1 | 12 | 0 | 10 | 5 | 0 | 1 |
| 2009 | 0 | 0 | 2 | 0 | 47 | 0 | 0 | 2 |
| 2010 | 3 | 0 | 6 | 0 | 27 | 0 | 2 | 14 |
| 2011 | 1 | 1 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 4 |
| 2012 | 2 | 0 | 3 | 2 | 38 | 2 | 1 | 6 |
| 2013 | 2 | 0 | 0 | 0 | 11 | 2 | 0 | 0 |
| Total | 8 | 2 | 23 | 2 | 139 | 9 | 3 | 27 |

Ao analisar-se a distribuição das fontes ao longo dos cinco anos estudados (ver Quadro 5.6), verificou-se que as fontes próximas das pessoas com deficiência (a própria pessoa com deficiência, as associações de pessoas com deficiência e a família/amigos/cuidadores) subiram de 39% no ano de 2009 a 65% no ano de 2012. Nos anos de 2010 e 2013, teve-se cerca de 45% das fontes próximas às pessoas com deficiência como fonte.

Quadro 5.6 – As fontes da deficiência nas notícias em cada ano (2008/2013)

| Ano | Fonte | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------|------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------------------|---------|------------------------|-----------------------|-------------------|-----------|----------------------------|------------------|-------------|--------|---------------------|----------|-------|
| | Individual (PcD) | Grupo/Assoc. de deficiência | Família/amigo/cuidador | Fornecedor de cuidados de saúde | Governo | Governo local/regional | Governo Internacional | Oposição política | Tribunais | Líder de opinião dos media | Indiv. (não PcD) | Celebridade | Perito | Investigador médico | Educador | Outro |
| 2008 | 9 | 3 | 3 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| 2009 | 3 | 7 | 10 | 9 | 9 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 2 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| 2010 | 10 | 10 | 3 | 6 | 3 | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 2 | 0 | 10 |
| 2011 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| 2012 | 10 | 22 | 3 | 1 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 0 | 2 | 1 | 0 | 5 |
| 2013 | 2 | 2 | 3 | 3 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 34 | 46 | 23 | 21 | 20 | 2 | 3 | 1 | 5 | 5 | 10 | 3 | 6 | 3 | 1 | 30 |

Complementou-se com a avaliação da variável Voz da Deficiência distribuída ano a ano (ver Quadro 5.7). Percebe-se uma diminuição de artigos nos quais não houve a voz representativa da pessoa com deficiência. Da mesma forma, os profissionais de saúde perderam espaço e, por sua vez, as associações de pessoas com deficiência ganharam mais visibilidade. A participação da pessoa com deficiência manteve-se constante.

Quadro 5.7 – A Voz de deficiência nas notícias em cada ano (2008/2013)

| Voz da Deficiência | | | | | | | |
|--------------------|--------------------|-----|---------|-----------|--------------------|------------|--------|
| Ano | Sem citação da PcD | PcD | Família | Advogados | Médicos/terapeutas | Associação | Outros |
| 2008 | 9 | 11 | 2 | 0 | 3 | 3 | 1 |
| 2009 | 35 | 8 | 4 | 1 | 2 | 1 | 0 |
| 2010 | 6 | 10 | 3 | 1 | 26 | 4 | 2 |
| 2011 | 3 | 0 | 3 | 0 | 3 | 2 | 1 |
| 2012 | 15 | 9 | 6 | 1 | 3 | 18 | 2 |
| 2013 | 8 | 4 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Total | 76 | 42 | 20 | 3 | 38 | 28 | 6 |

Procurando ainda demonstrar o padrão de noticiabilidade determinado por cada publicação em análise, efetuou-se a análise descritiva bivariada, onde o meio foi cruzado com as variáveis: ênfase, tipo, tópico principal, voz da deficiência e fonte. Todos os resultados encontrados demonstraram-se estatisticamente significativos, pois no teste Qui-quadrado de Pearson obtiveram $p \leq 0,05$.

A análise do meio e da ênfase (ver Figura 5.3) demonstrou que no semanário *Expresso* a maior parte das matérias foram publicadas nas páginas ímpares, porém nenhuma das matérias ocupou a capa, a contracapa ou a página três. Já o *Diário de Notícias*, apesar de publicar a maioria das notícias nas páginas pares, abriu espaço nestas áreas de maior destaque para os impressos. A revista *Visão* seguiu a mesma tendência, com a maior parte nas páginas pares. Embora não tenha publicado nas páginas 3 ou contracapa, abriu espaço em suas páginas centrais, área de grande destaque em revistas.

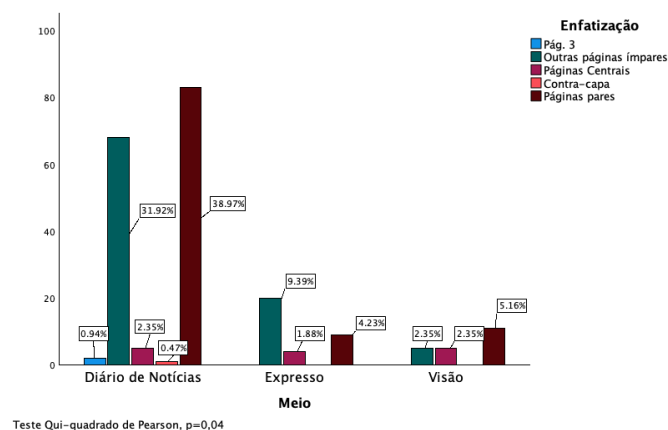


Figura 5.3 – A representação mediática da deficiência em função da ênfase dada em cada meio entre 2008 e 2013

Na análise de meio e tipo de matéria (ver Figura 5.4), verificou-se que o *Diário de Notícias* priorizou a reportagem como formato de conteúdo, demonstrando um aprofundamento maior sobre o tema, seguido de notícias breves ou colunas e notícias de agência nacional. O grande número de notícias de agência nacional chamou a atenção, pois demonstram que não houve a priorização ou interesse do veículo em cobrir o assunto, publicando-o por meio de material produzido por outro. Como o veículo que mais utilizou esse artifício foi o jornal diário, pode denotar maior necessidade de volume de material para publicação.

No *Expresso*, a maioria das publicações adotou o formato de colunas ou breves seguidas de reportagens. A revista *Visão* também publicou em sua maioria reportagens, o formato mais típico para o seu perfil editorial, seguido de breves ou colunas. Porém, percebeu-se que não houve artigos de opinião, também característico deste perfil.

Tratando-se do Assunto principal (ver Figura 5.5), verificou-se que o Jornal *Diário de Notícias* foi o que apresentou a maior gama de assuntos cobertos, dando maior ênfase nos tópicos sobre esportes, crianças com deficiência, financiamento governamental ou privado. O semanário *Expresso* teve como a saúde o tópico de maior cobertura, e posteriormente Esportes, Benefícios, Financiamento e Vida Independente. A revista *Visão* destacou-se em crianças com deficiência, seguido de Vida Independente e um equilíbrio de Desporto, Acessibilidade/mobilidade e Benefícios.

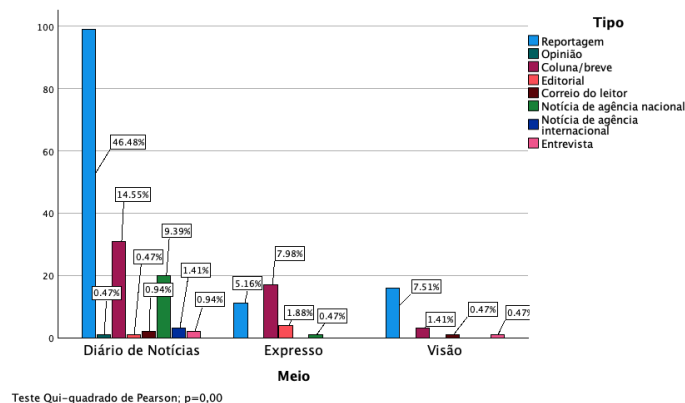


Figura 5.4 – A representação mediática da deficiência em função do tipo jornalístico em cada meio entre 2008 e 2013

Chama-se atenção para a pouca abordagem sobre o tópico de Educação, somente aparecendo no *Diário de Notícias*, embora seja tão importante para a temática da deficiência, por se relacionar diretamente com a inclusão social e consequentemente com o tema Trabalho e Emprego.

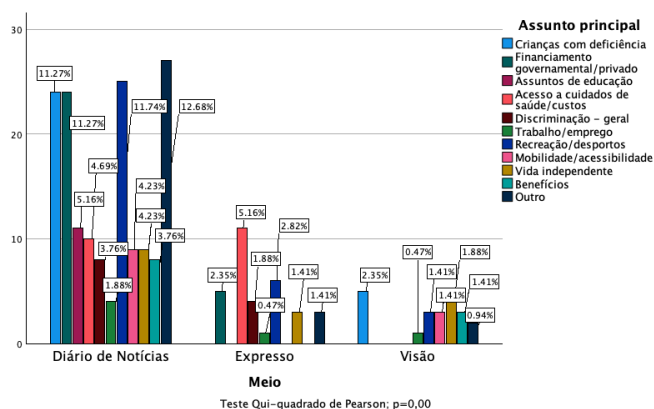


Figura 5.5 – A representação mediática da deficiência em função do assunto em cada meio entre 2008 e 2013

Em seguida, as análises bivariadas de meio e fonte e meio e voz da deficiência (ver Figuras 5.6 e 5.7) chamam a atenção para critérios importantes na produção das notícias e também na visibilidade da temática da deficiência. No *Diário de Notícias* percebe-se uma maior diversidade de fontes relacionadas à temática. Isoladamente a pessoa com deficiência é a maior fonte de informação neste órgão, porém quando aglutinamos as fontes relacionadas diretamente às pessoas com deficiência (pessoa com deficiência, instituições e amigos ou familiares) e as não-relacionadas, percebe-se que as não-relacionadas ainda representam mais da metade das fontes de informação. Já no *Expresso*, as fontes relacionadas às pessoas com deficiência são bem superiores às não relacionadas, porém verifica-se que a pessoa com deficiência não é a principal, mas sim as associações de representação da deficiência. Na

Visão, verifica-se que os indivíduos sem deficiência são as principais fontes, enquanto às pessoas com deficiência ou fontes relacionadas a elas estão em número bem menor. Desta forma, como já mencionado na análise descritiva de cada variável, reforça-se o peso dado, pela imprensa, aos profissionais de saúde, às instituições governamentais e aos indivíduos sem deficiência como fontes de informação.

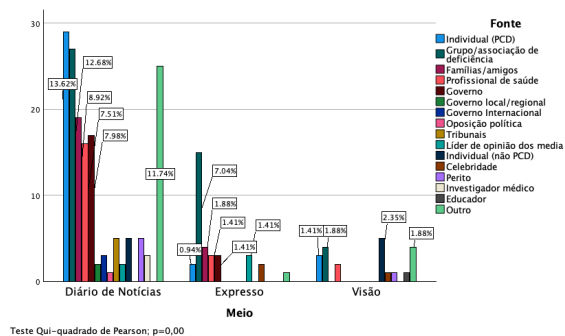


Figura 5.6 – A representação mediática da deficiência em função da fonte em cada meio entre 2008 e 2013

A voz da deficiência representada em cada meio demonstra como no *Diário de Notícias* e na revista *Visão*, na maioria dos artigos não há citações da própria pessoa com deficiência. No *DN*, os profissionais de saúde (médicos e terapeutas) são as principais vozes da deficiência enquanto na *Visão*, são as associações. No semanário *Expresso*, observa-se uma maior possibilidade de participação nas notícias por parte das pessoas com deficiência, tendo as Associações como principal voz da deficiência.

Procurar-se-á refletir sobre fonte, vozes representativas da deficiência, assim como a relação com o princípio de autodeterminação da pessoa com deficiência e o código de ética e deontológico dos jornalistas no próximo capítulo, dedicado à discussão dos resultados.

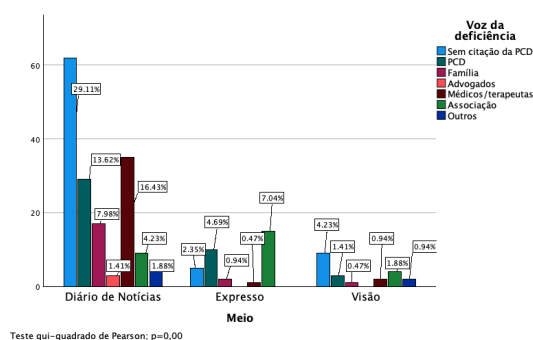


Figura 5.7 – A representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência em cada meio entre 2008 e 2013

No mais, para verificar se haveria uma maior proeminência de algum tipo deficiência com determinada temática, cruzou-se também o tipo de deficiência com a variável assunto e com a variável secção (ver Quadros 5.8 e 5.9).

Quadro 5.8 – A representação mediática da deficiência em função do tipo da deficiência em cada secção entre 2008 e 2013

| | | Secção | | | | | | | | Total |
|---------------------|-----------------------|----------|----------|----------|---------------|-----------|----------|---------------|-------|-------|
| | | Política | Economia | Desporto | Cultura/Artes | Sociedade | Nacional | Internacional | Outro | |
| Tipo de Deficiência | Mobilidade | 0 | 0 | 20 | 1 | 35 | 3 | 0 | 11 | 70 |
| | Visual | 0 | 0 | 0 | 1 | 20 | 1 | 0 | 2 | 24 |
| | Cognitiva/intelectual | 0 | 1 | 2 | 0 | 20 | 1 | 0 | 2 | 26 |
| | Auditiva | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | Mental | 0 | 0 | 0 | 0 | 28 | 3 | 1 | 3 | 35 |
| | Médica | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Referência geral | 6 | 1 | 1 | 0 | 12 | 1 | 2 | 5 | 28 |
| | Múltiplas | 2 | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 2 | 16 |
| Outra específica | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 2 | 9 | |
| Total | | 8 | 2 | 23 | 2 | 139 | 9 | 3 | 27 | 213 |

Teste Qui-quadrado de Pearson; p = 0,00

Chama-se atenção para as ocorrências da deficiência de mobilidade na secção de desporto e assunto desporto, e da deficiência cognitiva/intelectual com o assunto educação e crianças com deficiência.

Quadro 5.9 – A representação mediática da deficiência em função do tipo da deficiência e o assunto entre 2008 e 2013

| | | Assunto | | | | | | | | | | | Total |
|---------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|----------------------|-----------------------------------|---------------|------------------|--------------------|---------------------------|-------------------|------------|-------|-------|
| | | Crianças com deficiência | Financiamento gov/priv | Assuntos de educação | Cuidados de saúde (custos/acesso) | Discriminação | Trabalho/emprego | Recreação/deportes | Mobilidade/acessibilidade | Vida independente | Benefícios | Outro | |
| Tipo de Deficiência | Mobilidade | 3 | 3 | 0 | 6 | 3 | 2 | 24 | 8 | 7 | 6 | 8 | 70 |
| | Visual | 1 | 0 | 1 | 3 | 1 | 0 | 2 | 3 | 4 | 1 | 8 | 24 |
| | Cognitiva/intelectual | 11 | 4 | 4 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 | 26 |
| | Auditiva | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| | Mental | 5 | 8 | 1 | 5 | 2 | 1 | 3 | 0 | 1 | 1 | 8 | 35 |
| | Médica | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Referência geral | 0 | 11 | 2 | 5 | 2 | 2 | 1 | 0 | 0 | 2 | 3 | 28 |
| | Múltiplas | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | 3 | 1 | 0 | 16 |
| Outra específica | 5 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 9 | |
| Total | | 29 | 29 | 11 | 21 | 12 | 6 | 34 | 12 | 16 | 11 | 32 | 213 |

Teste Qui-quadrado de Pearson; p = 0,00

Por fim, apresenta-se a análise sobre a noticiabilidade do desporto relacionado à temática da deficiência. É importante lembrar que os Jogos Paralímpicos de Verão e de Inverno, grandes eventos que atraem sempre muita atenção da imprensa, aconteceram nos anos de 2008, em Pequim (Verão), 2010 em Vancouver (Inverno) e em 2012 (Verão), em Londres.

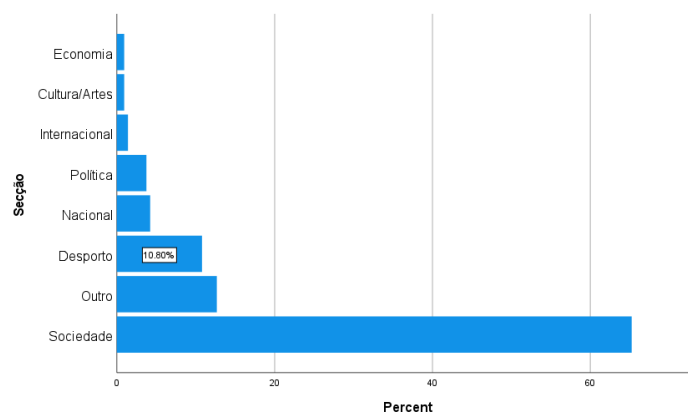


Figura 5.8 – As notícias publicadas na secção desporto na representação mediática da deficiência entre 2008 e 2013

Foram analisadas as categorias: secção, com 11% de artigos em desporto (ver Figura 5.8); assunto, com 16% de artigos com o assunto principal sobre recreação/desporto (ver Figura 5.9); casos quentes, com 9% dentre os casos quentes publicados foram sobre os Jogos Olímpicos (ver Figura 5.10); e, o cruzamento das variáveis de casos quentes por ano (ver Figura 5.11).

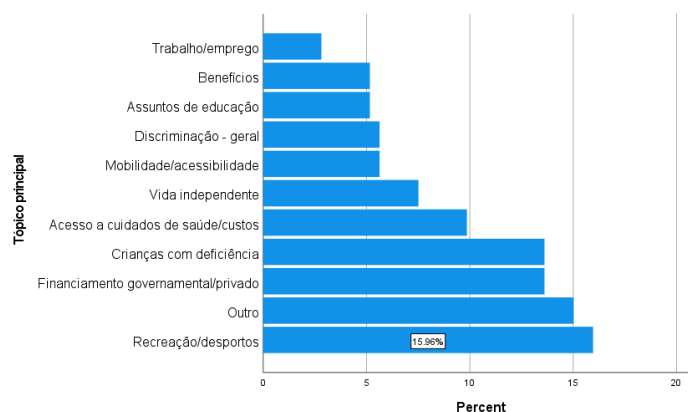


Figura 5.9 – O assunto desporto na representação mediática da deficiência nas notícias publicadas entre 2008 e 2013

Os resultados demonstraram o forte interesse dos meios de comunicação pelos assuntos esportivos neste período (2008 a 2013), tendo sido o principal tópico abordado sobre a deficiência nos cinco anos analisados, assim como o caso quente com o maior destaque

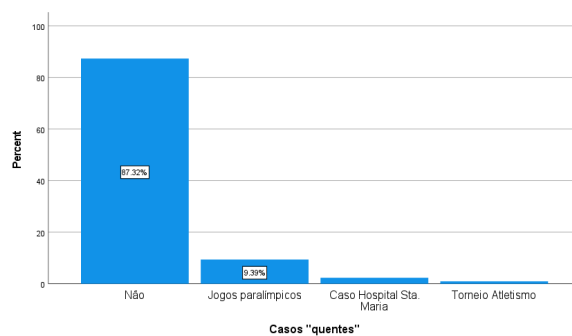


Figura 5.10 – Casos quentes publicados sobre desporto entre 2008 e 2013

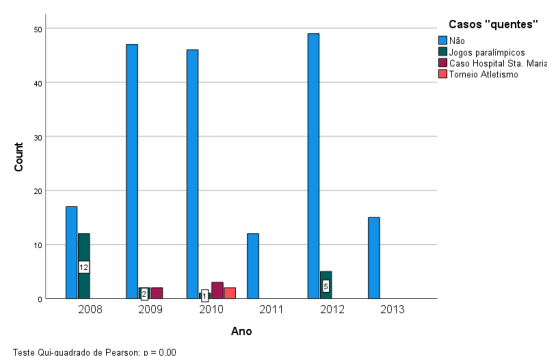


Figura 5.11 – A representação mediática da deficiência em função dos casos quentes publicados em cada ano

5.1.2 Estudo 2: A Representação mediática das pessoas com deficiência e da deficiência na imprensa portuguesa entre 2014 e 2018

O estudo 2 compreendeu 1062 artigos publicados nos primeiros semestres dos anos de 2014 a 2018 (ver Figura 5.12), nos jornais diários *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*, no semanário *Expresso* e no semanário *Sol* e nas revistas *Visão* e *Sábado*.

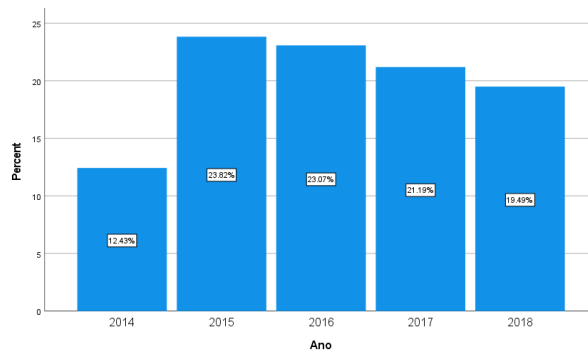


Figura 5.12 - Distribuição das notícias por ano (2014/2018)

O ano de 2014 reuniu 12% das notícias sobre a temática, o menor número do período. Os demais anos reuniram entre 24% e 20%, podendo-se observar uma diminuição gradual de notícias.

Os jornais diários, podendo ser justificados por suas periodicidades, foram os que mais publicaram sobre a temática: *Correio da Manhã* e o *Jornal de Notícias*, ambos com um perfil editorial mais popular, com 30%, *O Público* 17% e o *Diário de Notícias* 11%, também eles com uma linha editorial próxima, no caso considerados de referência. Dentre os meios de periodicidade semanal, a revista *Sábado* foi a que mais publicou (4%) seguida da revista *Visão* com 3%, do jornal *Expresso* (3%) e do jornal *Sol* (2%) (ver Figura 5.13). Em relação ao perfil dos jornais, temos 66% das publicações em jornais de cunho mais popular e 34% em jornais de uma linha editorial de referência.

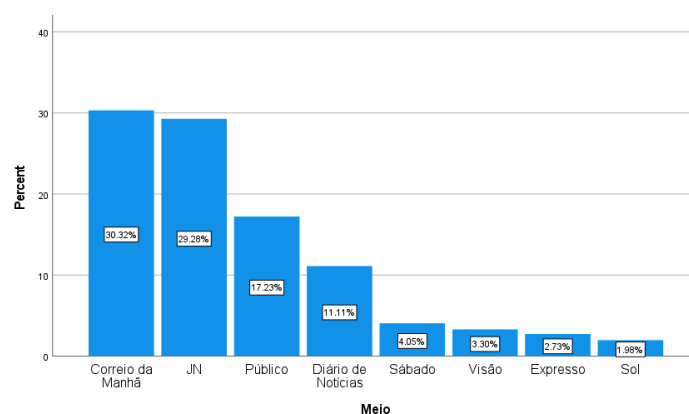


Figura 5.13 – Distribuição das notícias por meio impresso (2014/2018)

Da mesma forma que no Estudo 1, no Estudo 2 as categorias analíticas jornalísticas (variáveis bibliográficas) permitiram verificar como os meios de comunicação organizaram as publicações e como estas decisões refletiram os valores-notícias conferidos pelos jornalistas e pelos meios impressos à temática da deficiência (ver Quadro 5.10).

As publicações ocuparam prioritariamente as páginas pares com 49% enquanto as ímpares representaram 36%. Nestes anos, a temática já apareceu na capa dos jornais, em 10% das publicações do período (7% com destaque e 3% com manchete) e como no período anterior também recebeu pouca ênfase em partes de destaque dos jornais como a contracapa (1%), a página 3 (1%) e as páginas centrais (3%).

Novamente, as notícias apareceram majoritariamente na secção de Sociedade (91%). Seguidamente, observou-se Cultura (2,5%), Desporto (2%), Internacional (1,5%), Política (1%) e Economia (1%).

As reportagens também se mantiveram como o principal formato publicado (54%), seguidas de Colunas/Breves (30%) e de Notícias de agência nacional (8%). Na análise das dimensões das notícias encontrou-se 88% de notícias pequenas (com até 300 palavras), 8,5% de notícias médias (de 300 a 999 palavras) e somente 3% de reportagens ou grandes notícias (com mais de 1000 palavras).

Quadro 5.10 – Grelha com as categorias analíticas jornalísticas do Estudo 2 (2014/2018)

| Variáveis Bibliográficas | | N | % |
|--|----------------------------------|-----|-------|
| Enfatização | Capa - manchete | 29 | 2,7% |
| | Capa - destaque | 75 | 7,1% |
| | Pág. 3 | 6 | 0,6% |
| | Outras páginas ímpares | 384 | 36,2% |
| | Páginas Centrais | 30 | 2,8% |
| | Contra-capa | 13 | 1,2% |
| | Páginas pares | 525 | 49,4% |
| Secção | Política | 15 | 1,4% |
| | Economia | 10 | 0,9% |
| | Sociedade | 968 | 91,1% |
| | Cultural/Artes | 27 | 2,5% |
| | Desporto | 26 | 2,4% |
| | Internacional | 3 | 1,5% |
| Tipo | Cartoon | 1 | 0,1% |
| | Reportagem | 577 | 54,3% |
| | Opinião | 28 | 2,6% |
| | Coluna/Breve | 312 | 29,4% |
| | Editorial | 4 | 0,4% |
| | Correio do leitor | 2 | 0,2% |
| | Notícia de agência nacional | 86 | 8,1% |
| | Notícia de agência internacional | 3 | 0,3% |
| | Entrevista | 47 | 4,4% |
| | Crónica | 2 | 0,2% |
| Foto/ilustração | Sim - explícita | 577 | 54,3% |
| | Sim - não explícita | 235 | 22,1% |
| | Não | 249 | 23,4% |
| Proeminência (da referência da deficiência) | Sim | 757 | 71,3% |
| | Não | 305 | 28,7% |
| Espaço | Nacional | 851 | 80,1% |
| | Internacional | 211 | 19,9% |
| Local da história | Grande Lisboa | 173 | 16,3% |
| | Grande Porto | 99 | 9,3% |
| | Interior Norte | 54 | 5,1% |
| | Litoral Norte | 32 | 3,0% |
| | Interior Centro | 21 | 2,0% |
| | Litoral Centro | 21 | 2,0% |
| | Alentejo | 14 | 1,3% |
| | Algarve/Sul | 9 | 0,8% |
| | Açores | 5 | 0,5% |
| | Madeira | 0 | 0,0% |
| | Misto Nacional | 61 | 5,7% |
| | Geral (Portugal) | 363 | 34,2% |
| | Espanha | 7 | 0,7% |
| | Europa Ocidental / EU | 35 | 3,3% |
| | Europa Leste | 2 | 0,2% |
| | Europa Central | 8 | 0,8% |
| | EUA | 56 | 5,3% |
| | PALOP África | 3 | 0,3% |
| | África (outros) | 4 | 0,4% |
| | Brasil | 13 | 1,2% |
| | América Latina | 9 | 0,8% |
| | Oriente | 1 | 0,1% |
| | Médio Oriente | 1 | 0,1% |
| | Países Árabes | 1 | 0,1% |
| | Sudeste Asiático | 4 | 0,4% |
| | Oceania | 33 | 3,1% |
| | Caraibas | 0 | 0,0% |
| | Misto Internacional | 31 | 2,9% |
| | Geral (Internacional) | 33 | 3,1% |
| | Missing system | 2 | 0,2% |
| Dimensão da notícia | Breve/Notícia pequena | 938 | 88,3% |
| | Notícia média | 90 | 8,5% |
| | Reportagem / Grande notícia | 33 | 3,1% |

Logo, muito embora as reportagens sejam maioria, as pequenas dimensões dos artigos demonstram o pouco aprofundamento em cada um deles. Em 76% das publicações havia fotografias e em 71% a deficiência era abordada de maneira explícita, sendo prioritariamente de assuntos localizados em Portugal (80%). Na maioria das notícias, a localidade dentro do país não foi mencionada (34%), tendo, como habitualmente, maior cobertura para os assuntos das regiões da Grande Lisboa (16%) e Grande Porto (9%).

Assim, pode-se inferir, a partir dos resultados bibliográficos dos Estudos 1 e 2, uma padronização de noticiabilidade dada à temática da deficiência na imprensa portuguesa.

Seguidamente, as variáveis da deficiência relativas ao Estudo 2 (ver Quadro 5.11) foram verificadas. As deficiências com maiores ocorrências foram cancro (36%), mental (13%), motora (12%), doenças autoimunes (9%) e doenças cardiovasculares (8%). Lembra-se que esta base de dados incorporou como variáveis algumas doenças crónicas, uma vez que as mesmas podem causar incapacidades (duradouras e permanentes), com comprometimento de mais de 60%, levando as pessoas à condição de pessoas com deficiência.

Os artigos abordaram o assunto saúde (67%) na maior parte das notícias, seguido de tecnologia/ciência e casos pessoais (todos com 7%), Estado e esportes (ambos com 3%). Mais uma vez, notou-se a pouca cobertura para educação (2%) e trabalho em 0,5%.

Também como no Estudo 1, na maior parte das notícias sobre deficiência, as pessoas com deficiência aparecem em 1º plano (61%), mas as notícias não costumam ser continuadas (66%). Estes dois dados trazem reflexões importantes, complementando a evidência da pouca representatividade da temática já apresentada. Conclui-se que a imprensa costuma noticiar casos isolados, sem o devido acompanhamento posterior das pautas em busca de soluções ou respostas para os problemas apresentados.

Sobre as fontes de informação, registaram-se as próprias pessoas com deficiência (21%), associações representantes (20%) e família ou amigos (10%) como as principais fontes de informação sobre a temática, totalizando 51%. Fontes não relacionadas às pessoas com deficiência (principalmente, profissionais de saúde – 17%, líderes de opinião – 7%, outros – 7% e peritos académicos – 6%) totalizaram 49%, invertendo o número do Estudo 1 e confirmando o percurso positivo dos meios de comunicação de buscarem informações sobre deficiência com os próprios ou pessoas relacionadas a elas.

Em relação à voz, isto é, quem expressa-se pela pessoa com deficiência, verificou-se a própria pessoa com deficiência (22%), seguida de profissionais de saúde (14%), associações representantes (16%) e da família (11%). No entanto, o número de publicações em que não houve citações do ponto de vista da pessoa com deficiência foi de 24%, podendo ser justificado pelo pouco espaço dedicado à temática e ao não aprofundamento das notícias.

Por fim, sobre o enfoque utilizado houve 43% de artigos com enfoque negativo, 41% com enfoque positivo e 15% de artigos neutros.

Quadro 5.11 – Grelha com as categorias analíticas da deficiência do Estudo 2 (2014/2018)

| Variáveis da Deficiência | | N | % |
|--------------------------|-------------------------------|-------|-------|
| Tipo de deficiência | Motora | 124 | 11,7% |
| | Visual | 38 | 3,6% |
| | Mental | 140 | 13,2% |
| | Surdez | 15 | 1,4% |
| | Paralisia cerebral | 25 | 2,4% |
| | Cancro | 378 | 35,6% |
| | Esclerose múltipla | 22 | 2,1% |
| | Fibromialgia | 0 | 0,0% |
| | Paramiloidose | 2 | 0,2% |
| | Diabéticos tipo 1 | 32 | 3,0% |
| | D. Cardiovasculares | 81 | 7,6% |
| | Seropositividade/SIDA | 44 | 4,1% |
| | Doenças auto-imunes | 97 | 9,1% |
| | Obesidade mórbida | 34 | 3,2% |
| Missing System | 30 | 2,8% | |
| Assunto | Estado | 28 | 2,6% |
| | Partidos | 6 | 0,6% |
| | Autarquias | 8 | 0,8% |
| | Banca/Finanças | 6 | 0,6% |
| | Seg. pública | 4 | 0,4% |
| | Trabalho | 5 | 0,5% |
| | Dramas Sociais | 27 | 2,5% |
| | Manifestações | 10 | 0,9% |
| | Criminalidade | 18 | 1,7% |
| | Tribunais | 3 | 0,3% |
| | Festividades | 5 | 0,5% |
| | Artes/espectáculos | 11 | 1,0% |
| | Educação | 19 | 1,8% |
| | Saúde | 707 | 66,6% |
| | Tecnologia/Ciência | 76 | 7,2% |
| | Religião | 2 | 0,2% |
| | Act. desportivas | 31 | 2,9% |
| | Media | 5 | 0,5% |
| | Gastronomia | 3 | 0,3% |
| Casos Pessoais | 74 | 7,0% | |
| Insólitos | 14 | 1,3% | |
| Protagonismo | 1º plano | 650 | 61,2% |
| | 2º plano | 412 | 38,8% |
| Continuidade | Sim | 359 | 33,8% |
| | Não | 703 | 66,2% |
| Fonte | PcD | 227 | 21,4% |
| | Associação/Representantes PcD | 207 | 19,5% |
| | Família / Amigos/Cuidador | 110 | 10,4% |
| | Profissionais de saúde | 185 | 17,4% |
| | Gov. local/regional | 57 | 5,4% |
| | Gov. Internacional | 12 | 1,1% |
| | Oposição política | 3 | 0,3% |
| | Tribunais | 8 | 0,8% |
| | Líder de opinião dos media | 78 | 7,3% |
| | Individual | 20 | 1,9% |
| | Celebridade | 8 | 0,8% |
| | Perito (académico) | 67 | 6,3% |
| | Educador | 2 | 0,2% |
| | Outro | 77 | 7,3% |
| Missing System | 1 | 0,1% | |
| Voz da deficiência | Sem citação da PcD | 257 | 24,2% |
| | PcD | 228 | 21,5% |
| | Família / Amigos | 112 | 10,5% |
| | Advogados da PcD | 9 | 0,8% |
| | Médicos/terapeutas | 149 | 14,0% |
| | Associação | 171 | 16,1% |
| Outro | 136 | 12,8% | |
| Direção / Enfoque | Positivo | 440 | 41,4% |
| | Negativo | 458 | 43,1% |
| | Neutro | 164 | 15,4% |

Assim como no Estudo 1, com o objetivo de investigar a evolução da noticiabilidade sobre a deficiência através do tempo da realização do estudo (os anos de 2014 e 2018), efetuaram-se as análises

descritivas cruzadas de determinadas categorias (ênfase, tópico principal, secção, fonte e voz) com os anos nos quais foram publicados os artigos. Optou-se por apresentar os resultados em tabelas, pois conseguiram-se melhores visualizações dos resultados.

Em relação à ênfase dos artigos (ver Quadro 5.12), já foi possível ver um maior destaque da temática da deficiência em artigos de capa manchete e capa destaque. Da mesma forma, houve mais artigos nas páginas de maior destaque jornalístico, como a página 3 e a contracapa. Porém, não foi verificada uma evolução temporal com o passar dos anos, como seria expectável. Ainda se manteve uma pequena maioria dos artigos nas páginas pares, porém sem diferença expressiva das outras páginas ímpares, além dos locais de destaque mencionados anteriormente.

Quadro 5.12 – Ênfase dada à representação mediática da deficiência em cada ano (2014/2018)

| Ênfase | | | | | | | |
|--------|-------------------|-------------------|-------|-------------------|---------------|-------------|-------------|
| Ano | Capa/ Manchete | Capa/ Destaque | Pág.3 | Outras pág.ímp | Pag. centrais | Contra-capa | Pág.s pares |
| 2014 | 0 | 8 | 0 | 39 | 2 | 5 | 78 |
| 2015 | 8 | 12 | 5 | 98 | 12 | 5 | 113 |
| 2016 | 6 | 7 | 1 | 106 | 7 | 0 | 118 |
| 2017 | 8 | 17 | 0 | 75 | 7 | 1 | 117 |
| 2018 | 7 | 31 | 0 | 66 | 2 | 2 | 99 |
| Total | 29 | 75 | 6 | 384 | 30 | 13 | 525 |

A distribuição dos artigos pelas secções (ver Quadro 5.13) de acordo com os anos não demonstrou mudanças significativas, mantendo o padrão de maior concentração de publicações na secção sociedade.

Quadro 5.13 – A representação mediática da deficiência por secção dos impressos em cada ano (2014/2018)

| Secção | | | | | | |
|--------|----------|----------|-----------|---------------|----------|---------------|
| Ano | Política | Economia | Sociedade | Cultura/Artes | Desporto | Internacional |
| 2014 | 0 | 0 | 129 | 0 | 1 | 2 |
| 2015 | 0 | 0 | 244 | 7 | 1 | 1 |
| 2016 | 5 | 9 | 223 | 2 | 4 | 2 |
| 2017 | 9 | 1 | 184 | 13 | 14 | 4 |
| 2018 | 1 | 0 | 188 | 5 | 6 | 7 |
| Total | 15 | 10 | 968 | 27 | 26 | 16 |

Quando se verifica o assunto (ver Quadro 5.14), surge saúde como o tema com a maior ocorrência, porém é possível observar certa diminuição nos valores absolutos nos últimos anos do estudo. A manutenção da criminalidade e a diminuição de dramas sociais também foram observadas. Houve também um aumento em assuntos de Estado, autarquias, ciência, educação e casos pessoais. Em relação aos desportos, pode-se verificar que parece não haver certas regras para sua cobertura por parte da imprensa, sendo esta motivada por determinadas casualidades. Os anos de Paralimpíadas poderiam ser

uma dessas casualidades, pois não se verificou como uma regra ter um número expressivo de artigos nos anos paralímpicos, como nos cinco anos anteriormente analisados (2008-2013). Salienta-se, mais uma vez, que se tratam de amostras diferentes, realizadas em meios diferentes, logo, as análises aqui realizadas consideraram este fato e não podem ser comparadas diretamente.

Quadro 5.14 – Assunto principal das notícias sobre deficiência em cada ano (2014/2018)

| Ano | Estado | Partidos | Assunto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------|--------|----------|------------|----------|--------------|----------|----------------|---------------|---------------|-----------|--------------|-------|----------|-------|--------------|----------|----------|-------|-------------|----------------|-----------|
| | | | Aitaraquis | Finanças | Seg. pública | Trabalho | Dramas Sociais | Manifestações | Criminalidade | Tribunais | Festividades | Artes | Educação | Saúde | Ciência/Tec. | Religião | Desporto | Media | Gastronomia | Casos Pessoais | Insólitos |
| 2014 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 9 | 0 | 6 | 0 | 3 | 1 | 2 | 86 | 11 | 0 | 1 | 1 | 1 | 6 | 0 |
| 2015 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 240 | 8 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 2016 | 15 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 13 | 1 | 5 | 0 | 1 | 1 | 8 | 197 | 31 | 0 | 6 | 3 | 0 | 14 | 8 |
| 2017 | 9 | 5 | 6 | 1 | 0 | 3 | 3 | 8 | 5 | 2 | 1 | 7 | 2 | 106 | 12 | 1 | 15 | 1 | 1 | 33 | 4 |
| 2018 | 3 | 0 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 7 | 138 | 14 | 1 | 8 | 0 | 1 | 20 | 2 |
| Total | 28 | 6 | 8 | 6 | 4 | 5 | 27 | 18 | 18 | 3 | 5 | 11 | 19 | 707 | 76 | 2 | 31 | 5 | 3 | 74 | 14 |

Em relação às variáveis Fonte e Voz da Deficiência, pode-se dizer que houve progressos. Quando se verifica que a própria pessoa com deficiência passou a exercer o papel de fonte dos artigos, observa-se um número crescente expressivo (ver Quadro 5.15). Também se nota uma boa evolução nos números desse papel exercido pelas associações de pessoas com deficiência, assim como da família e cuidadores. Ainda se observa os Fornecedores de cuidados (médicos e terapeutas) e o Estado como importantes fontes sobre a temática da deficiência.

Quadro 5.15 – As fontes das notícias sobre deficiência em cada ano (2014/2018)

| Ano | Fonte | | | | | | | | | | | | | |
|-------|-------|-------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------|----------|-----------|---------------|----------------------|-------------|--------|----------|-------|
| | PcD | Grupo/ Associação | Família/ Cuidador / Prestador | Fornecedor cuidados | Gov. local /Regional | Gov. Internacional | Oposição | Tribunais | Líder Opinião | Individual (não PcD) | Celebridade | Perito | Educador | Outro |
| 2014 | 19 | 11 | 5 | 22 | 7 | 5 | 0 | 1 | 35 | 3 | 0 | 9 | 1 | 14 |
| 2015 | 46 | 31 | 35 | 70 | 20 | 4 | 0 | 2 | 3 | 0 | 3 | 13 | 0 | 26 |
| 2016 | 42 | 76 | 19 | 29 | 21 | 2 | 0 | 2 | 0 | 9 | 1 | 30 | 1 | 12 |
| 2017 | 49 | 64 | 20 | 27 | 8 | 0 | 3 | 3 | 20 | 4 | 4 | 12 | 0 | 11 |
| 2018 | 71 | 25 | 31 | 37 | 1 | 1 | 0 | 0 | 20 | 4 | 0 | 3 | 0 | 14 |
| Total | 227 | 207 | 110 | 185 | 57 | 12 | 3 | 8 | 78 | 20 | 8 | 67 | 2 | 77 |

No mesmo caminho, verificou-se uma curva descendente de artigos sem a citação do ponto de vista da pessoa com deficiência (ver Quadro 5.16). A própria pessoa com deficiência foi mais citada, assim como família, amigos e Associações. Da mesma forma da análise da variável Fonte, destaca-se a importância dada à “voz” dos profissionais de saúde.

Quadro 5.16 – A Voz da deficiência nas notícias em cada ano (2014/2018)

| Voz da Deficiência | | | | | | | |
|--------------------|-------------|-----|-----------------|-----------|---------------------|-------------|--------|
| Ano | Sem citação | PcD | Família/ Amigos | Advogados | Médicos/ Terapeutas | Associações | Outros |
| 2014 | 75 | 15 | 16 | 4 | 13 | 4 | 5 |
| 2015 | 81 | 48 | 19 | 1 | 36 | 23 | 45 |
| 2016 | 31 | 42 | 22 | 1 | 48 | 73 | 28 |
| 2017 | 35 | 49 | 24 | 2 | 30 | 49 | 36 |
| 2018 | 35 | 74 | 31 | 1 | 22 | 22 | 22 |
| Total | 257 | 228 | 112 | 9 | 149 | 171 | 136 |

Assim como no Estudo 1, buscou-se verificar a noticiabilidade de cada meio impresso, cruzando-os com as categorias de ênfase, formato jornalístico, fonte e voz da deficiência. Todos os resultados encontrados revelaram-se estatisticamente significativos, obtendo no teste Qui-quadrado de Pearson $p \leq 0,05$.

A relação entre os meios e a ênfase (ver Figura 5.14 e Quadro 5.17), isto é, a ênfase dada a cada notícia a partir da área do jornal que ocupou, demonstrou que apenas no semanário *Sol* as notícias ocuparam a maioria das páginas ímpares, salvo algumas exceções. A revista *Visão* já equilibrou a disposição das notícias em páginas pares e ímpares.

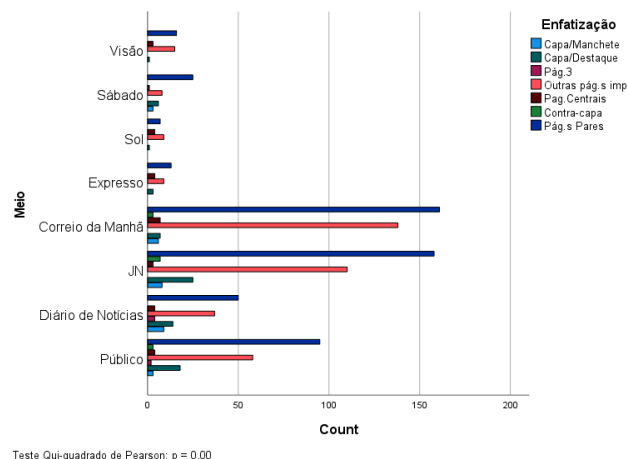


Figura 5.14 – A representação mediática da deficiência em função da ênfase dada em cada meio entre 2014 e 2018

Nos jornais diários, essa diferença foi mais visível, sendo superiores as publicações nas páginas pares, mas com maior destaque nas capas e contracapas, considerados espaços nobres dos jornais.

Quadro 5.17 – A representação mediática da deficiência em função da ênfase dada em cada meio entre 2014 e 2018

| Meio | Ênfase | | | | | | | Total |
|--------------------|---------------|---------------|-------|------------------|--------------|--------------|-------------|-------|
| | Capa/Manchete | Capa/Destaque | Pág.3 | Outras pág.s imp | Pag.Centrais | Contra-capas | Pág.s Pares | |
| Público | 3 | 18 | 2 | 58 | 4 | 3 | 95 | 183 |
| Diário de Notícias | 9 | 14 | 4 | 37 | 4 | 0 | 50 | 118 |
| JN | 8 | 25 | 0 | 110 | 3 | 7 | 158 | 311 |
| Correio da Manhã | 6 | 7 | 0 | 138 | 7 | 3 | 161 | 322 |
| Expresso | 0 | 3 | 0 | 9 | 4 | 0 | 13 | 29 |
| Sol | 0 | 1 | 0 | 9 | 4 | 0 | 7 | 21 |
| Sábado | 3 | 6 | 0 | 8 | 1 | 0 | 25 | 43 |
| Visão | 0 | 1 | 0 | 15 | 3 | 0 | 16 | 35 |
| Total | 29 | 75 | 6 | 384 | 30 | 13 | 525 | 1062 |

Na análise de meio com o formato jornalístico (ver Figura 5.15 e Quadro 5.18), a reportagem apareceu como predominante na maior parte dos meios analisados, tendo como exceção o jornal diário

Correio da Manhã. Neste caso, as colunas e notícias breves foram os formatos mais utilizados. Entre os jornais que mais publicaram, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*, verificou-se que o último fez o maior uso de notícias da agência LUSA (tratamento em 2ª mão). A revista *Sábado* chamou também a atenção pelos 21% de sua noticiabilidade sobre a temática provirem da entrevista.

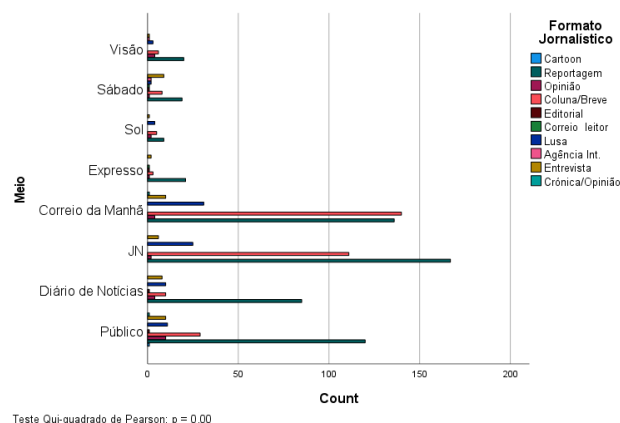


Figura 5.15 – A representação mediática da deficiência em função do tipo jornalístico em cada meio entre 2014 e 2018

Como já mencionado, o formato jornalístico evidencia o destaque que os meios dão à temática, uma vez que cada formato tem uma forma de elaboração e um subsequente impacto na percepção pública.

Quadro 5.18 - A representação mediática da deficiência em função do tipo jornalístico em cada meio entre 2014 e 2018

| Meio | Formato Jornalístico | | | | | | | | | | Total |
|--------------------|----------------------|------------|---------|--------------|-----------|----------------|------|--------------|------------|-----------------|-------|
| | Cartoon | Reportagem | Opinião | Coluna/Breve | Editorial | Correio leitor | Lusa | Agência Int. | Entrevista | Crônica/Opinião | |
| Público | 1 | 120 | 10 | 29 | 1 | 0 | 11 | 0 | 10 | 1 | 183 |
| Diário de Notícias | 0 | 85 | 4 | 10 | 1 | 0 | 10 | 0 | 8 | 0 | 118 |
| JN | 0 | 167 | 2 | 111 | 0 | 0 | 25 | 0 | 6 | 0 | 311 |
| Correio da Manhã | 0 | 136 | 4 | 140 | 0 | 0 | 31 | 0 | 10 | 1 | 322 |
| Expresso | 0 | 21 | 1 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 29 |
| Sol | 0 | 9 | 2 | 5 | 0 | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 | 21 |
| Sábado | 0 | 19 | 1 | 8 | 1 | 1 | 2 | 2 | 9 | 0 | 43 |
| Visão | 0 | 20 | 4 | 6 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 35 |
| Total | 1 | 577 | 28 | 312 | 4 | 2 | 86 | 3 | 47 | 2 | 1062 |

Em relação ao cruzamento entre as variáveis meio e fonte das notícias (ver Figura 5.16 e Quadro 5.19), verificou-se que os dois jornais que mais publicaram sobre a temática, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*, utilizaram prioritariamente a própria pessoa com deficiência como fonte, assim como a revista *Sábado*. No *Jornal de Notícias*, as associações de pessoas com deficiência são a segunda maior fonte, seguidas dos profissionais de saúde, como médicos e terapeutas. No *Correio da Manhã*, esses profissionais ocupam o segundo lugar, seguidos das associações. Nos dois jornais, utilizaram-se também com frequência as famílias e líderes de opinião como fonte. Nos jornais *Público*, *Diário de*

Notícias, Expresso e na revista *Visão*, a fonte principal foram as associações. No semanário *Sol*, as associações e os profissionais de saúde tiveram o mesmo número de ocorrências.

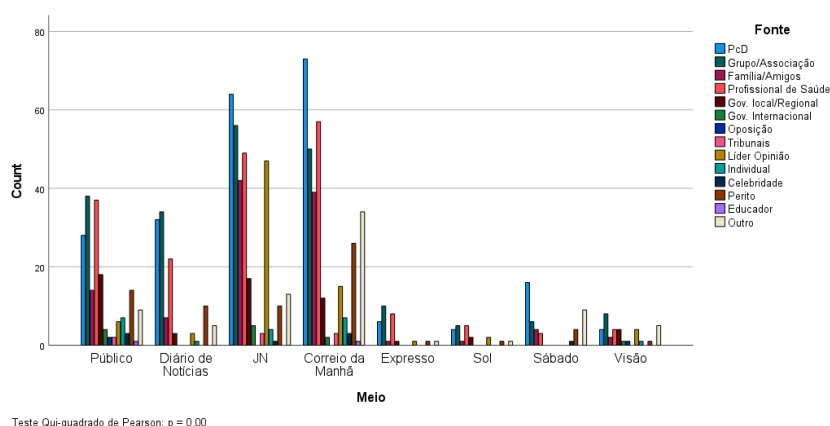


Figura 5.16 – A representação mediática da deficiência em função da fonte em cada meio entre 2014 e 2018

Pode-se associar o uso das próprias pessoas com deficiência como fonte pelos jornais de cariz mais popular e sensacionalistas, uma vez que há um predomínio da personalização como valor-notícia. Assim, histórias pessoais tendem a ser mais apelativas e emotivas, gerando maior interesse do público-alvo dessas publicações. Enquanto que as publicações de referência, mais direcionadas pelo interesse público, tendem a buscar como fonte as associações de pessoas com deficiência, por apresentarem um discurso mais oficial e representativo da posição das pessoas com deficiência enquanto grupo. Há também que se considerar que os jornalistas desses meios apresentam um maior rigor pelo código ético e deontológico da profissão, no que se refere à preocupação com a exposição de possíveis fragilidades em primeiro plano das pessoas com deficiência. Ainda, completa-se que, como a saúde é o assunto mais evidenciado em todos os jornais, os profissionais de saúde são também as fontes mais recorrentes.

Quadro 5.19 – A representação mediática da deficiência em função da fonte em cada meio entre 2014 e 2018

| Meio | Pessoa com Deficiência | Fonte | | | | | | | | | | | | | Total |
|--------------------|------------------------|------------------|--------------------|---------------------|---------------------|--------------------|----------|-----------|---------------|------------|-------------|-------|----------|-------|-------|
| | | Grupo/Associação | Prestador Cuidados | Fornecedor cuidados | Gov. local/Regional | Gov. Internacional | Oposição | Tribunais | Líder Opinião | Individual | Celebridade | Penit | Educador | Outro | |
| Público | 28 | 38 | 14 | 37 | 18 | 4 | 2 | 2 | 6 | 7 | 3 | 14 | 1 | 9 | 183 |
| Diário de Notícias | 32 | 34 | 7 | 22 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 10 | 0 | 5 | 117 |
| JN | 64 | 56 | 42 | 49 | 17 | 5 | 0 | 3 | 47 | 4 | 1 | 10 | 0 | 13 | 311 |
| Correio da Manhã | 73 | 50 | 39 | 57 | 12 | 2 | 0 | 3 | 15 | 7 | 3 | 26 | 1 | 34 | 322 |
| Expresso | 6 | 10 | 1 | 8 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 29 |
| Sol | 4 | 5 | 1 | 5 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 21 |
| Sábado | 16 | 6 | 4 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | 0 | 9 | 43 |
| Visão | 4 | 8 | 2 | 4 | 4 | 1 | 1 | 0 | 4 | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 | 35 |
| Total | 227 | 207 | 110 | 185 | 57 | 12 | 3 | 8 | 78 | 20 | 8 | 67 | 2 | 77 | 1061 |

Ainda foram cruzadas as variáveis meio e voz da deficiência (ver Figura 5.17). Verificou-se que os dois jornais diários com maior número de publicações acerca da deficiência, *Jornal de Notícias* e o *Correio da Manhã*, não apresentaram, na maior parte das matérias, citações de pessoas com deficiência

ou alguém que expressasse seu ponto de vista. No *Jornal de Notícias*, a tríade pessoa com deficiência, família, amigos e associações representativas foram as principais vozes, enquanto no *Correio da Manhã*, destacaram-se as pessoas com deficiência, os profissionais de saúde e as associações. A revista *Sábado* foi o meio de comunicação que, proporcionalmente, mais deu voz à pessoa com deficiência.

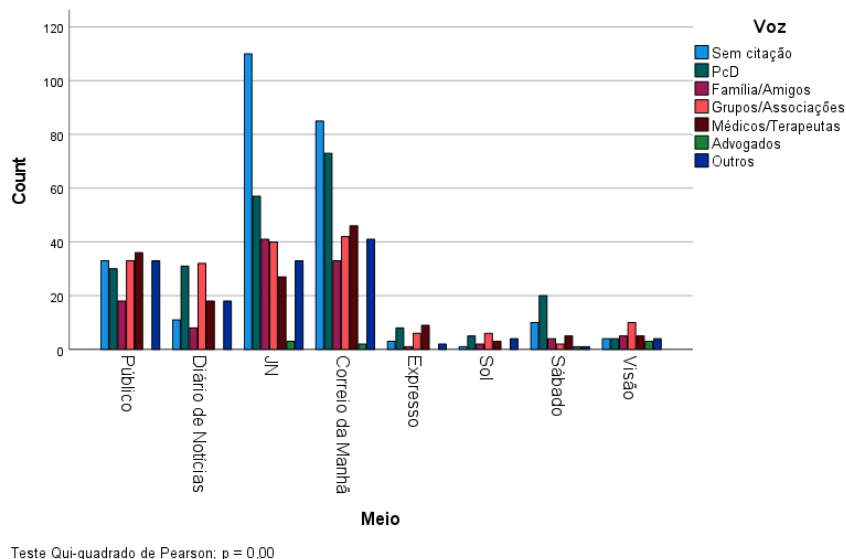


Figura 5.17 – A representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência em cada meio entre 2014 e 2018

Quadro 5.20 - A representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência em cada meio entre 2014 e 2018

| Meio | Voz | | | | | | | Total |
|--------------------|-------------|--------------|----------------|-----------|--------------------|--------------------|--------|-------|
| | Sem citação | Protagonista | Família/Amigos | Advogados | Médicos/Terapeutas | Grupos/Associações | Outros | |
| Público | 33 | 30 | 18 | 0 | 36 | 33 | 33 | 183 |
| Diário de Notícias | 11 | 31 | 8 | 0 | 18 | 32 | 18 | 118 |
| JN | 110 | 57 | 41 | 3 | 27 | 40 | 33 | 311 |
| Correio da Manhã | 85 | 73 | 33 | 2 | 46 | 42 | 41 | 322 |
| Expresso | 3 | 8 | 1 | 0 | 9 | 6 | 2 | 29 |
| Sol | 1 | 5 | 2 | 0 | 3 | 6 | 4 | 21 |
| Sábado | 10 | 20 | 4 | 1 | 5 | 2 | 1 | 43 |
| Visão | 4 | 4 | 5 | 3 | 5 | 10 | 4 | 35 |
| Total | 257 | 228 | 112 | 9 | 149 | 171 | 136 | 1062 |

Ainda se cruzou, do mesmo modo que o Estudo 1, as variáveis do tipo de deficiência com secção e assunto. O intuito, mais uma vez, foi verificar a maior ou menor ocorrência de determinadas deficiências em secções específicas e em alguns assuntos (ver Quadros 5.21 e 5.22). Chama-se a atenção para a ocorrência da deficiência mental (que incluiu neste estudo a psicossocial e a cognitiva/intelectual) em assuntos relacionados com segurança e criminalidade e da deficiência motora em assuntos ligados ao desporto.

Quadro 5.21 – A representação mediática da deficiência em função do tipo da deficiência em cada secção entre 2014 e 2018

| | | Secção | | | | | | |
|---------------------|---------------------|----------|----------|-----------|---------------|----------|---------------|-------|
| | | Política | Economia | Sociedade | Cultura/Artes | Desporto | Internacional | Total |
| Tipo de Deficiência | Motora | 0 | 0 | 113 | 1 | 8 | 2 | 124 |
| | Visual | 1 | 0 | 36 | 0 | 1 | 0 | 38 |
| | Mental | 2 | 1 | 122 | 5 | 4 | 6 | 140 |
| | Surdez | 1 | 0 | 13 | 0 | 0 | 1 | 15 |
| | Paralisia cerebral | 0 | 1 | 23 | 0 | 1 | 0 | 25 |
| | Caneco | 1 | 3 | 357 | 13 | 4 | 0 | 378 |
| | Esclerose múltipla | 0 | 0 | 20 | 0 | 1 | 1 | 22 |
| | Paramiloidose | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Diabéticos tipo 1 | 1 | 0 | 30 | 0 | 0 | 1 | 32 |
| | D. Cardiovascular | 0 | 0 | 73 | 4 | 4 | 0 | 81 |
| | HIV/SIDA | 2 | 2 | 35 | 1 | 1 | 3 | 44 |
| | Doenças auto-imunes | 0 | 0 | 94 | 2 | 0 | 1 | 97 |
| Obesidade mórbida | 0 | 0 | 32 | 1 | 0 | 1 | 34 | |
| Total | | 8 | 7 | 950 | 27 | 24 | 16 | 1032 |

Teste Qui-quadrado de Pearson: $p = 0,00$

Quadro 5.22 – A representação mediática da deficiência em função do tipo da deficiência e o assunto entre 2014 e 2018

| | | Assunto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|---------------------|---------|----------|-------------|----------|--------------|----------|------------------|---------------|---------------|-----------|--------------|-------|----------|-------|--------------------|----------|----------|-------|-------------|----------------|-----------|-------|
| | | Estado | Partidos | Antarquitas | Financas | Seg. pública | Trabalho | Direitos Sociais | Manifestações | Criminalidade | Tribunais | Festividades | Artes | Educação | Saúde | Tecnologia/Ciência | Religião | Desporto | Media | Gastronomia | Casos Pessoais | Insólitos | Total |
| Tipo de Deficiência | Motora | 3 | 0 | 3 | 1 | 2 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 1 | 124 |
| | Visual | 4 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 16 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 4 | 0 | 38 |
| | Mental | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 2 | 9 | 1 | 12 | 0 | 2 | 4 | 4 | 0 | 13 | 1 | 5 | 2 | 1 | 0 | 4 | 140 |
| | Surdez | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 15 |
| | Paralisia cerebral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 25 |
| | Caneco | 3 | 1 | 0 | 4 | 1 | 0 | 3 | 2 | 1 | 1 | 3 | 2 | 5 | 286 | 28 | 0 | 3 | 2 | 0 | 30 | 1 | 378 |
| | Esclerose múltipla | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 10 | 4 | 0 | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 22 |
| | Paramiloidose | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Diabéticos tipo 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 29 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 32 |
| | D. Cardiovasculares | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 38 | 7 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 81 |
| | HIV/SIDA | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 32 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 44 |
| | Doenças auto-imunes | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 31 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 97 |
| Obesidade mórbida | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24 | 3 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 34 | |
| Total | | 19 | 1 | 8 | 6 | 4 | 5 | 27 | 10 | 17 | 3 | 5 | 11 | 16 | 699 | 75 | 2 | 28 | 5 | 3 | 34 | 14 | 1032 |

Teste Qui-quadrado de Pearson: $p = 0,00$

Por fim, assim como no Estudo 1, efetuou-se a análise da noticiabilidade dos grandes eventos esportivos do período: Jogos Olímpicos de Inverno de Sóchi (Rússia 2014), Jogos Olímpicos de Verão do Rio de Janeiro (Brasil 2016) e Jogos Olímpicos de Inverno de PyeongChang (Coreia do Sul 2018) e da temática desportiva relacionada à deficiência. Porém, faz-se necessário lembrar que os jogos de verão ocorreram nos meses de agosto e setembro enquanto os de inverno no mês de fevereiro e que o *corpus* de análise do presente estudo foi recolhido nos primeiros semestres dos referidos anos. Logo, essa diferença entre o *corpus* de análise foi decisiva para a diferença entre a apresentação da temática desportiva nos impressos.

Porém, por meio das categorias de registo ‘secção’ (ver Figura 5.18) e ‘assunto’ (ver Figura 5.19), aferiu-se que as categorias relacionadas ao desporto obtiveram maiores números em relação a questões como trabalho, emprego, educação e direitos (ver Quadro 5.10), confirmando-se o destaque e a importância social do paradesporto.

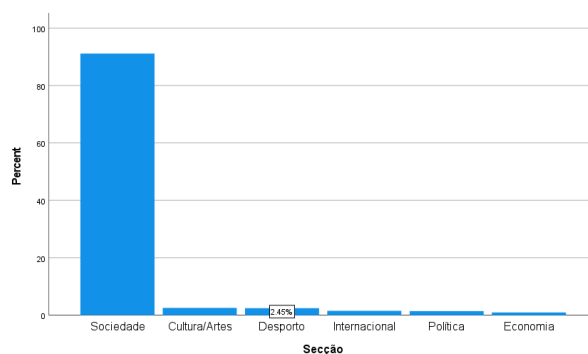


Figura 5.18 – As notícias publicadas na secção desporto na representação mediática da deficiência entre 2014 e 2018

Em relação ao tipo de deficiência relacionado ao desporto (ver Quadros 5.21 e 5.22), 30% dos artigos eram sobre deficiência motora, indo ao encontro com estudos que demonstram esse facto. Uma vez que as deficiências motoras atraem mais a atenção do público, e também de suas relações com aparatos ligados à deficiência como cadeiras de rodas e próteses (B. Haller, 2000; Pullen et al., 2019, 2020).

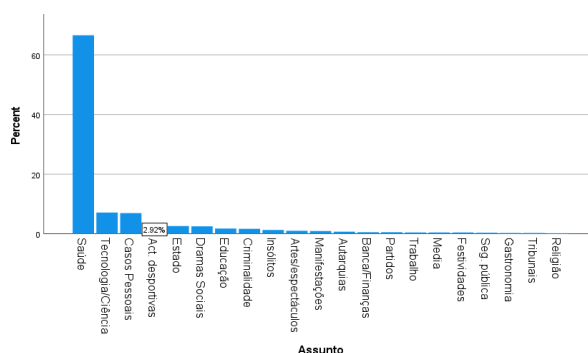


Figura 5.19 – O assunto desporto na representação mediática da deficiência das notícias publicadas entre 2014 e 2018

5.1.3 Estudo 3: A Representação mediática das pessoas com deficiência e da deficiência no jornal Público no primeiro confinamento português devido a pandemia do coronavírus

Foram analisados no Estudo 3 todos os exemplares impressos do jornal Público nos meses de março, abril e maio de 2020, período do primeiro confinamento português durante a pandemia do Coronavírus, incluindo os suplementos jornalísticos e excluídos quaisquer conteúdos publicitários. O objetivo foi analisar se, por se tratar de um grave acontecimento de saúde pública, tendo atingido econômica e socialmente toda a população mundial, os meios de comunicação dedicariam maior atenção às demandas – sociais, econômicas e de saúde – da população com deficiência, considerada população mais

vulnerável devido à possibilidade de maiores comorbilidades relacionadas à saúde e à própria deficiência (Shakespeare, 2022).

Assim, foram selecionados 109 artigos, distribuídos da seguinte forma: 23 notícias em março (21%), 49 em abril (45%) e 37 em maio (34%) (ver Figura 5.20). O número menor de artigos no mês de março pode ser justificado pelo início da pandemia. Sendo: 99 artigos publicados no caderno principal (sendo dois apenas exclusivos da edição Porto) e dez artigos nos suplementos (sete no P2 e três no Ipsilon).

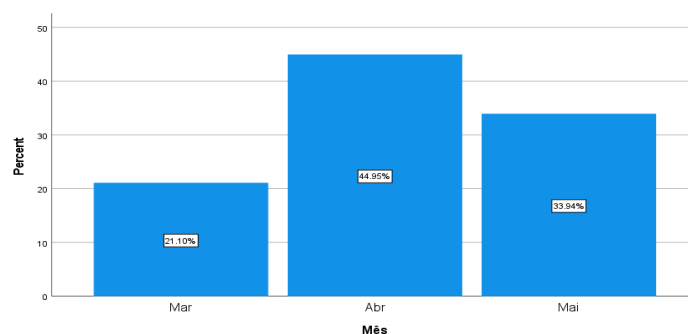


Figura 5.20 – Distribuição dos artigos sobre deficiência entre os meses do primeiro confinamento português

Os resultados das categorias analíticas jornalísticas (variáveis bibliográficas) possibilitaram verificar como as notícias foram apresentadas e o destaque que o tema da deficiência recebeu durante o primeiro confinamento nas páginas do impresso (ver Quadro 5.23).

Em relação à ênfase das notícias, foram publicadas 11% das notícias na capa, sendo 4% nas manchetes e 7% em destaques. A contracapa e a página 3, que junto com a capa, representam as zonas privilegiadas dos impressos, representaram 2% e 8% das publicações, respetivamente. Os artigos nas páginas centrais, que no formato do jornal Público também representa uma zona de destaque, ocuparam 3%. Os artigos foram publicados predominantemente nas páginas ímpares (28%), nas páginas duplas (24%) e nas páginas pares (24%).

A secção do diário que concentrou a maior parte dos artigos foi Sociedade (84%) que abrange as temáticas de ciência, saúde e educação. Por tratar-se do início da pandemia, é fácil perceber os motivos que levaram a esta forte concentração de informações nesta secção. Depois, com 6% surge a secção de Cultura e Artes, seguida de 5% de notícias de Economia. A secção de Desporto concentrou 3% das notícias e Internacional 2%. É importante destacar que não houve notícias na secção de Política.

Em relação ao formato jornalístico, 68% foram reportagens, 15% de opinião e 9% de colunas/breves. As notícias de agência nacional, no caso português a agência Lusa, concentraram 5%, seguidas de entrevistas com 4%. Relacionando-se com o critério de dimensão das notícias, 55% dos

Quadro 5.23 – Grelha com as categorias analíticas jornalísticas do Estudo 3 (Covid-19)

| Variáveis Bibliográficas | | N | % |
|--|-----------------------------|------|-------|
| Enfatização | Capa - manchete | 4 | 3,7% |
| | Capa - destaque | 8 | 7,3% |
| | Pág. 3 | 9 | 8,3% |
| | Outras páginas ímpares | 31 | 28,4% |
| | Páginas Centrais | 3 | 2,8% |
| | Contra-capa | 2 | 1,8% |
| | Páginas Pares | 26 | 23,9% |
| | Páginas Duplas | 26 | 23,9% |
| Secção | Economia | 2 | 1,8% |
| | Desporto | 3 | 2,8% |
| | Cultura/Artes | 7 | 6,4% |
| | Sociedade | 95 | 87,2% |
| | Internacional | 2 | 1,8% |
| Formato Jornalístico | Reportagem | 74 | 67,9% |
| | Opinião | 16 | 14,7% |
| | Coluna/Breve | 10 | 9,2% |
| | Notícia de agência nacional | 5 | 4,6% |
| | Entrevista | 4 | 3,7% |
| Foto/ilustração | Relacionada explícita | 13 | 11,9% |
| | Relacionada não-explicita | 13 | 11,9% |
| | Não Relacionada | 55 | 50,5% |
| | Não | 28 | 25,7% |
| Proeminência (da referência de deficiência) | Não | 36 | 33,0% |
| | Sim | 73 | 67,0% |
| Espaço | Nacional | 91 | 83,5% |
| | Internacional | 18 | 16,5% |
| Local da história | Grande Lisboa | 9 | 8,3% |
| | Grande Porto/Norte | 7 | 6,4% |
| | Interior Norte | 3 | 2,8% |
| | Interior Centro | 1 | 0,9% |
| | Misto Nacional | 1 | 0,9% |
| | Geral (Portugal) | 70 | 64,2% |
| | Espanha | 1 | 0,9% |
| | União Europeia | 5 | 4,6% |
| | EUA | 4 | 3,7% |
| | África | 2 | 1,8% |
| | Brasil | 1 | 0,9% |
| | Reino Unido | 1 | 0,9% |
| | Índia | 1 | 0,9% |
| Geral (Internacional) | 3 | 2,8% | |
| Dimensão da notícia | Pequena | 13 | 11,9% |
| | Média | 60 | 55,0% |
| | Grande notícia / Reportagem | 36 | 33,0% |

artigos foram de médias dimensões (de 300 até 1000 palavras), 33% de grandes dimensões (mais de mil palavras) e 12% de pequenas (até 300 palavras, reunindo breves e pequenas notícias). Acrescenta-se também que 74% das notícias apresentavam foto/ilustrações, das quais somente 24% relacionavam-se à deficiência, 26% dos artigos não apresentaram fotografia. Por perceber que muitos artigos continham fotografias e/ou ilustrações, porém não se relacionavam com a temática, procurou-se, neste estudo, detalhar mais a questão das fotografias e ilustrações, aumentando as possibilidades de respostas desta variável (relacionada explícita, relacionada não-explicita, não relacionada e sem fotografias e/ou ilustrações).

Em apenas 33% dos artigos seleccionados a temática da deficiência foi proeminente. Em relação ao espaço geográfico, 84% das notícias eram nacionais, localizando-se nos grandes centros urbanos

(Grande Lisboa e Grande Porto com 8% e 6%, respectivamente), muito embora 64% das notícias não mencionaram a localização específica dentro do território nacional. Internacionalmente destacou-se a União Europeia (5%), os Estados Unidos da América (4%) e as notícias sem especificação de localização (3%).

Os resultados das categorias analíticas da deficiência (variáveis da deficiência) possibilitaram verificar como as notícias foram apresentadas e o destaque que o tema da deficiência recebeu durante o primeiro confinamento nas páginas do impresso (ver Quadro 5.24).

Houve o predomínio de notícias sobre as deficiências múltiplas (29%) e outras/geral (não especificada) (25%), além das psicossociais (sequela em decorrência de um transtorno mental) com 7%. Como já mencionado, por se tratar de um período de pandemia, as notícias concentravam-se, em sua maioria, em assuntos de saúde e, conseqüentemente, possíveis comorbidades associadas. Desta forma, muitas notícias abordaram a deficiência de uma forma geral ou mais de uma deficiência no mesmo artigo. Semelhantemente, as doenças crônicas obtiveram muito espaço editorial, sendo o caso do cancro (11%) e das diabetes (7%). As deficiências psicossociais também podem ter tido mais evidência, uma vez que o confinamento provocou muitas considerações sobre a saúde mental das pessoas.

No período investigado, 72% das notícias com a temática da deficiência relacionavam-se com a pandemia do coronavírus, porém apenas 36% das matérias selecionadas apresentaram a deficiência em primeiro plano, e somente 2% de matérias foram continuções de anteriores. A deficiência foi retratada com um enfoque negativo em 51% das notícias, 32% com enfoque neutro e apenas 17% de forma positiva.

O assunto que teve maior destaque foi o da saúde (54%), seguido de 10% sobre o Estado, educação representou 8%, artes e ciência/tecnologia 6% cada. Estes assuntos podem também justificar-se primeiramente pela crise sanitária, e por suas conseqüências como o fechamento das escolas e de estabelecimentos culturais e, conseqüentemente, a transferência das atividades educativas para o ensino à distância.

O Governo (23%) foi a principal fonte de informação no período, seguido dos peritos ou acadêmicos (17%), dos profissionais de saúde com 12%, família ou cuidadores com 11%. As próprias pessoas com deficiência foram as fontes principais em somente 7% dos artigos. Observa-se que em apenas 23% dos artigos, as pessoas com deficiência ou pessoas mais próximas (família/amigos/cuidadores e/ou associações) representaram a principal fonte de informação. É importante chamar a atenção que inicialmente se contabilizou as fontes oficiais separadamente, mas cada uma delas apresentava números sem grande representatividade. Desta forma, decidiu-se aglutiná-las de forma a demonstrar a importância dada às fontes oficiais no período. Assinala-se também o papel da OMS com 4%.

A variável Voz da pessoa com deficiência nos Estudos anteriores (1 e 2) verificou se havia a expressão do ponto de vista da pessoa com deficiência. No Estudo 3, procurou especificamente averiguar

se a pessoa com deficiência falava no artigo (direto ou parafraseada), e também examinar quais eram as principais vozes nos artigos.

Quadro 5.24 – Grelha com as categorias analíticas da deficiência (Covid-19)

| Variáveis da Deficiência | | N | % |
|-------------------------------|-------------------------------|-------|-------|
| Tipo de deficiência | Motora | 4 | 3,7% |
| | Visual | 2 | 1,8% |
| | Surdez | 2 | 1,8% |
| | Cognitiva/Intelectual | 4 | 3,7% |
| | Psicossocial | 8 | 7,3% |
| | Cancro | 12 | 11,0% |
| | Paralisia Cerebral | 1 | 0,9% |
| | Diabetes | 8 | 7,3% |
| | Seropositividade/SIDA | 2 | 1,8% |
| | Doenças Raras | 2 | 1,8% |
| | Malformações | 5 | 4,6% |
| | Múltiplas | 32 | 29,4% |
| | Outras/Geral | 27 | 24,8% |
| Assunto | Casos Pessoais | 2 | 1,8% |
| | Estado | 11 | 10,1% |
| | Violência | 1 | 0,9% |
| | Seg. pública | 1 | 0,9% |
| | Dramas Sociais | 5 | 4,6% |
| | Criminalidade | 1 | 0,9% |
| | Artes/espectáculos | 7 | 6,4% |
| | Educação | 9 | 8,3% |
| | Saúde | 59 | 54,1% |
| | Tecnologia/Ciência | 7 | 6,4% |
| | Act. desportivas | 3 | 2,8% |
| | Media | 1 | 0,9% |
| | Insólitos | 1 | 0,9% |
| Meteorologia | 1 | 0,9% | |
| Casos Covid-19 | Sim | 79 | 71,6% |
| | Não | 31 | 28,4% |
| Protagonismo | 1º plano | 39 | 35,8% |
| | 2º plano | 70 | 64,2% |
| Continuidade | Sim | 2 | 1,8% |
| | Não | 107 | 98,2% |
| Fonte | PcD | 8 | 7,3% |
| | Associação/Representantes PcD | 5 | 4,6% |
| | Família / Amigos/Cuidador | 12 | 11,0% |
| | Profissionais de saúde | 13 | 11,9% |
| | Gov. local/regional | 2 | 1,8% |
| | Gov. Internacional | 2 | 1,8% |
| | Tribunais | 2 | 1,8% |
| | Líder de opinião dos media | 4 | 3,7% |
| | Celebridade | 1 | 0,9% |
| | Perito/Especialista | 19 | 17,4% |
| | Educador | 1 | 0,9% |
| | Outro | 8 | 7,3% |
| | OMS | 4 | 3,7% |
| | Partidos Políticos | 3 | 2,8% |
| | Governo | 25 | 22,9% |
| Voz da Pessoa com Deficiência | Sem citação da PcD | 97 | 89,0% |
| | PcD | 12 | 11,0% |
| Voz da Deficiência | Sem citação | 32 | 29,4% |
| | PcD | 10 | 9,2% |
| | Família / Amigos | 8 | 7,3% |
| | Médicos/terapeutas | 14 | 12,8% |
| | Associação | 6 | 5,5% |
| | Peritos/Pesquisadores | 13 | 11,9% |
| Outros | 26 | 23,9% | |
| Direção / Enfoque | Positivo | 19 | 17,4% |
| | Negativo | 55 | 50,5% |
| | Neutro | 35 | 32,1% |

No período investigado, 72% das notícias com a temática da deficiência relacionavam-se com a pandemia do coronavírus, porém apenas 36% das matérias selecionadas apresentaram a deficiência em primeiro plano, e somente 2% de matérias foram continuações de anteriores. A deficiência foi retratada com um enfoque negativo em 51% das notícias, 32% com enfoque neutro e apenas 17% de forma positiva.

O assunto que teve maior destaque foi o da saúde (54%), seguido de 10% sobre o Estado, educação representou 8%, artes e ciência/tecnologia 6% cada. Estes assuntos podem também justificar-se primeiramente pela crise sanitária, e por suas consequências como o fechamento das escolas e de estabelecimentos culturais e, conseqüentemente a transferência das atividades educativas para o ensino à distância.

O Governo (23%) foi a principal fonte de informação no período, seguido dos peritos ou acadêmicos (17%), dos profissionais de saúde com 12%, família ou cuidadores com 11%. As próprias pessoas com deficiência foram as fontes principais em somente 7% dos artigos. Desta forma, observa-se que em apenas 23% dos artigos, as pessoas com deficiência ou pessoas mais próximas (família/amigos/cuidadores e/ou associações) representaram a principal fonte de informação. É importante chamar a atenção que inicialmente se contabilizaram as fontes oficiais separadamente, mas cada uma delas apresentaram números sem grande representatividade. Desta forma, decidiu-se aglutiná-las de forma a demonstrar a importância dada às fontes oficiais no período⁸². Assinala-se também o papel da OMS com 4%.

A variável Voz das pessoas com deficiência demonstrou se havia a expressão do ponto de vista da pessoa com deficiência nos Estudos anteriores (1 e 2). No Estudo 3, ela foi dividida em duas: uma procurou especificamente se a pessoa com deficiência falava no artigo (direto ou parafraseada), e a outra, demonstrar quais eram as principais vozes nos artigos. Desta forma, verificou-se que 89% dos artigos não continham citação das próprias pessoas com deficiência. Na sequência, verificou-se que em 29% dos artigos não foi expresso o ponto de vista da deficiência e as próprias pessoas com deficiência só foram ouvidas como voz principal em 9% dos artigos. Outros expressaram-se em 24% dos artigos, seguidos dos profissionais de saúde (médicos e terapeutas) com 13% e dos peritos e especialistas (12%). Os familiares e cuidadores representaram 7% da voz principal e as Associações representativas 6%.

Assim como nos Estudos 1 e 2, buscou-se aprofundar os resultados efetuando-se análises bivariadas. No Estudo 3, mostrou-se relevante examinar por meio de referências cruzadas, as variáveis Seção, Assunto, Fonte e Voz Principal com os artigos que trataram especificamente dos casos Covid-19. Os resultados encontrados demonstraram-se estatisticamente significativos, obtendo no teste Qui-quadrado de Pearson $p \leq 0,05$.

⁸² Os valores inicialmente categorizados como Primeiro-Ministro, o Ministro da Saúde, a Diretora-Geral da Saúde e outros ministérios foram transformados no valor Governo. Assim como Assembleia da República e partidos políticos foram transformados em Políticos.

Ao cruzar-se os Casos Covid-19 com a Secção (ver Figura 5.21), foi possível identificar que a ampla maioria dos artigos sobre a pandemia encontrava-se na secção sociedade, seguido de economia, cultura/artes, internacional e desporto. Enquanto no caso de artigos que não se referiam ao coronavírus, a segunda secção com mais matérias foi cultura/artes, seguida por desporto e economia. Não havendo nenhum artigo na secção internacional.

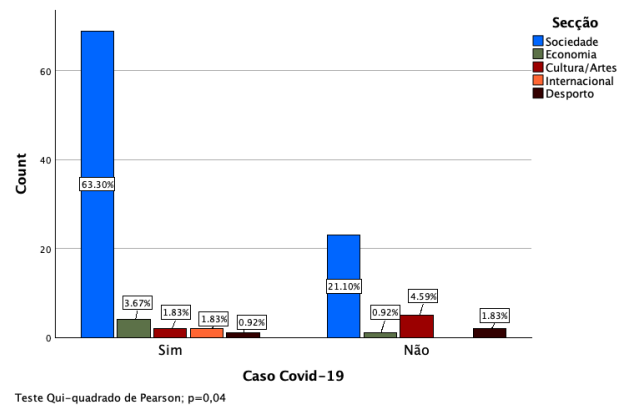


Figura 5.21 – A representação mediática da deficiência em função da secção das notícias publicadas sobre Covid-19 ou generalistas

Ao cruzar Casos Covid-19 com a variável Assunto (ver Figura 5.22), confirmou-se a predominância de temas que diziam respeito à secção Sociedade no jornal impresso. Nos artigos que se referiam à pandemia, obteve-se a predominância dos assuntos de saúde, Estado, educação, dramas sociais, tecnologia/ciência, casos pessoais, atividades desportivas e artes e espetáculo. Saúde também apareceu como preponderante nas matérias não específicas da Covid-19, seguido por artes/espetáculos, tecnologia/ciências, educação, Estado e desportos.

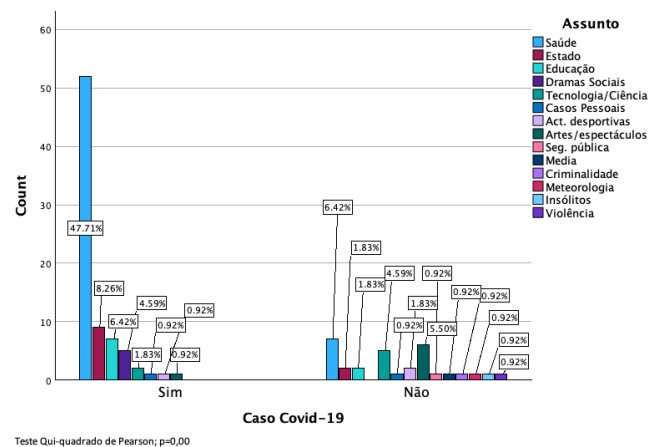


Figura 5.22 – A representação mediática da deficiência em função do assunto das notícias publicadas sobre Covid-19 ou generalistas

Ao cruzar casos Covid-19 com fonte (ver Figura 5.23), tem-se o Governo como a principal fonte, seguido de profissionais de saúde, família/ amigos, peritos/especialistas e somente depois a própria pessoa com deficiência. Este resultado confirmou a tendência de buscar as fontes oficiais do governo ou profissionais de saúde para falar sobre a pandemia. Em relação aos artigos que não diziam respeito à Covid-19, os peritos/especialistas foram os mais ouvidos, seguidos de outros e do governo.

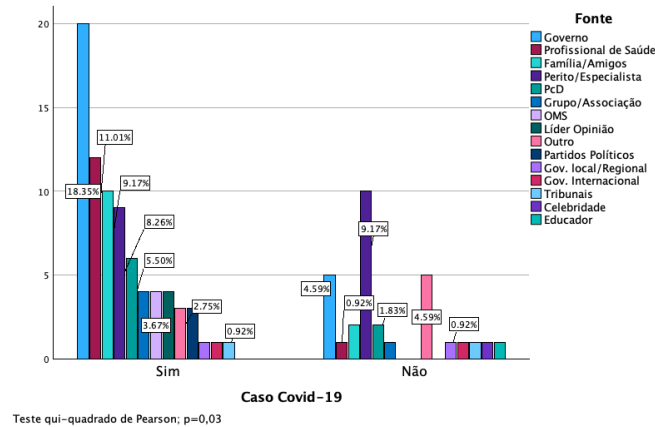


Figura 5.23 – A representação mediática da deficiência em função da fonte das notícias publicadas sobre Covid-19 ou generalistas

Por fim, ao cruzar-se os casos Covid-19 com a variável Voz Principal (ver Figura 5.24), verificou-se que, nos artigos sobre Covid-19, predominava a ausência de vozes a expressar o ponto de vista da deficiência. A categoria mais representada foi outros, seguida de médicos e terapeutas e, por fim, da própria pessoa com deficiência. Nos artigos que não abordavam a pandemia, a categoria peritos e investigadores foi predominante, seguida de artigos em que não havia qualquer pessoa a falar, e depois das categorias outros, família/amigos e pessoa com deficiência.

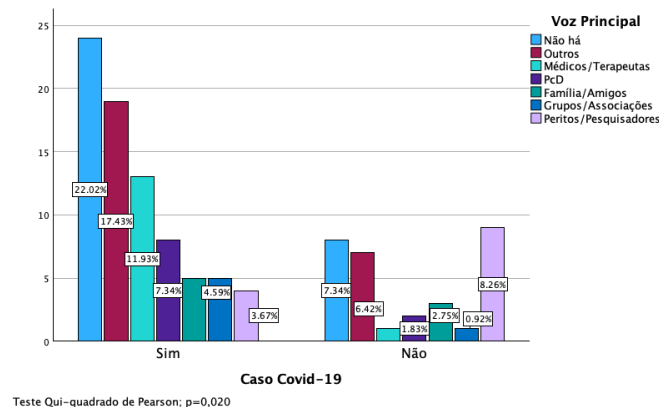


Figura 5.24 – A representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência das notícias publicadas no confinamento Covid-19

As referências cruzadas permitiram confirmar que a percepção da deficiência enquanto condição médica continua bastante presente, estando associada ao modelo individual/médico da deficiência. Com a pandemia, esta compreensão tornou-se ainda mais evidente, conforme demonstrado pelos resultados. Outra observação relevante é o facto de a pessoa com deficiência permanecer silenciada na imprensa, sendo prioritariamente atribuída a outros atores sociais a capacidade de expressão e representação.

5.1.4 Estudo 3: Análise temática da representação mediática das pessoas com deficiência e da deficiência no primeiro confinamento português devido a pandemia do coronavírus

Como mencionado no capítulo 4, o corpus da presente análise qualitativa foi composto por dezassete artigos do jornal *Público*, publicados durante os três meses do primeiro confinamento em Portugal (março, abril e maio de 2020). Os artigos foram selecionados por incluírem declarações (diretas ou parafraseadas) de pessoas com deficiência ou por terem a deficiência como tema central. Regista-se, mais uma vez, que o reduzido número de artigos num jornal diário de referência como o *Público* evidencia não apenas a pouca representatividade, mas também a escassa atenção que a deficiência recebeu na imprensa portuguesa, mesmo durante o período pandémico.

Relembra-se que a codificação desta análise temática foi dividida em códigos relacionados ao fazer jornalístico, abrangendo as características do texto enquanto produto noticioso, e em códigos relacionados à deficiência. Organizados, assim, entre temas jornalísticos e temas da deficiência, procurou-se aprofundar a investigação sobre as representações da deficiência e das pessoas com deficiência na imprensa portuguesa, já iniciada na fase quantitativa, bem como examinar o seu papel enquanto fonte e “voz”. Ao todo, foram codificados 1450 extratos nos dezassete artigos selecionados (ver Quadro 5.25).

Quadro 5.25 – Matriz de códigos da análise temática da representação mediática da deficiência no confinamento Covid-19

| Code System | Public... | P2-20... | P2-20... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | SUM | |
|--|-----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----|------|
| > Jornalísticos - Bibliográficos | 9 | 5 | 5 | 6 | 7 | 11 | 6 | 9 | 8 | 8 | 7 | 6 | 10 | 10 | 7 | 9 | 6 | 129 |
| > Jornalísticos - Assunto / Tema principa | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 17 |
| > Jornalísticos - Covid-19 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 17 |
| > Jornalísticos - Lugar da história | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 17 |
| > Deficiência - Tipo Deficiência | 5 | 2 | 1 | 3 | 1 | 1 | 2 | 2 | 6 | 3 | 3 | 1 | 4 | 1 | 4 | 2 | 2 | 43 |
| > Deficiência - Enquadramento | 11 | 13 | 3 | 31 | 22 | 23 | 6 | 7 | 22 | 3 | 17 | 13 | 2 | 37 | 10 | 6 | 2 | 228 |
| > Deficiência - Estereótipo | 12 | 7 | 9 | 13 | 18 | 18 | 8 | 6 | 27 | 3 | 11 | 9 | 3 | 18 | 8 | 4 | 2 | 176 |
| > Deficiência - Voz da Deficiência | 109 | 15 | 11 | 104 | 130 | 64 | 44 | 20 | 56 | 10 | 30 | 21 | 6 | 106 | 27 | 14 | 10 | 777 |
| > Deficiência - Fotografia / Ilustração | 4 | 2 | 1 | 4 | 6 | 4 | 2 | 4 | 4 | 1 | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 1 | 3 | 46 |
| SUM | 153 | 47 | 33 | 164 | 187 | 124 | 71 | 51 | 126 | 31 | 73 | 55 | 29 | 178 | 61 | 39 | 28 | 1450 |

Os códigos jornalísticos, criados a partir de uma abordagem indutiva, foram organizados com o objetivo de evidenciar as características dos textos enquanto peças jornalísticas. Assim, nem todos os códigos foram analisados de forma isolada, sendo que alguns serviram como suporte na análise dos temas e subtemas relacionados à deficiência.

Como ponto de partida para a análise temática, realizou-se, a partir dos temas jornalísticos, uma análise de frequências de palavras, utilizando a codificação feita no subtema bibliográfico, que incluiu títulos, subtítulos, leads e outros segmentos dos artigos.

Primeiramente, analisaram-se os dezassete artigos do período (ver Figura 5.25), totalizando 10.355 palavras. Excluíram-se numerais e algumas palavras que poderiam distorcer os resultados, como: “de”, “para”, “a”, “não”, “já”, “até”, “anos”, “ser”, “estar”, “março”, “abril”, “maio”, nomes próprios, entre outras. Também foram excluídas palavras diretamente associadas ao contexto da pandemia, como “Covid-19”, “pandemia”, “hospital” e “saúde”. Adicionalmente, optou-se por excluir a palavra “Público”, uma vez que fazia referência ao nome do jornal analisado e aparecia em todos os documentos, configurando um enviesamento. Contudo, reconhece-se que o termo, com o significado de “acessível a todos” ou “relativo ao povo”, poderia ter pertinência para a temática analisada.



Figura 5.25 – Nuvem de palavras da representação mediática da deficiência no confinamento Covid-19

De modo semelhante, excluíram-se as palavras “pessoa” e “pessoas”, pois poderiam estar associadas tanto a pessoas com deficiência quanto a outras categorias. É relevante mencionar que a análise de frequência foi realizada com base nas páginas onde os artigos estavam publicados, o que, em alguns casos, incluiu partes de outros textos não selecionados. Por isso, sublinha-se a importância da cuidadosa exclusão, pela investigadora, de palavras irrelevantes para a pesquisa.

Foi também identificado um problema técnico no MaxQDA durante a codificação de caracteres extraídos de arquivos em PDF. A letra “f” assumia formas incorretas, resultando em variações como: “deficiência” (6 ocorrências), “deæciência” (32 ocorrências) e “deäciência” (3 ocorrências). Para solucionar o problema, realizou-se uma verificação manual dessas variações, corrigindo a tabela de frequências. Contudo, não foi possível corrigir essa inconsistência na geração da nuvem de palavras.

As palavras com maior frequência foram: “deficiência”, “trabalho”, “direitos”, “apoio”, “intelectual”, “associação”, “pertença” e “alunos” (ver Quadro 5.25). Além disso, a palavra “deficiências” teve duas ocorrências, enquanto “deficiente” e “deficientes” somaram sete ocorrências no total.

Quadro 5.25 – Frequência de palavras das notícias da análise temática – Covid-19

| Palavra | Frequência | Posição | Documentos |
|----------------|------------|---------|------------|
| deficiência | 41 | 1 | 13 |
| trabalho | 39 | 2 | 12 |
| direitos | 37 | 3 | 15 |
| apoio | 35 | 4 | 11 |
| intelectual | 32 | 5 | 14 |
| associação | 29 | 6 | 9 |
| pertença | 29 | 6 | 14 |
| alunos | 28 | 8 | 6 |
| acessibilidade | 24 | 9 | 3 |
| medo | 24 | 9 | 8 |
| risco | 24 | 9 | 5 |
| país | 23 | 11 | 10 |
| situação | 23 | 11 | 10 |
| cuidados | 22 | 13 | 6 |
| mãe | 22 | 13 | 8 |
| coronavírus | 21 | 15 | 11 |
| problema | 21 | 15 | 10 |
| serviço | 21 | 15 | 10 |
| cinema | 20 | 18 | 1 |
| infectados | 20 | 18 | 6 |
| Covid-19 | 19 | 20 | 5 |
| escolas | 19 | 20 | 5 |
| famílias | 19 | 20 | 7 |
| necessidades | 19 | 20 | 7 |

Na análise dos leads, ou seja, dos textos introdutórios dos artigos, foram examinadas 508 palavras (ver Figura 5.26).



Figura 5.26 – Nuvem de palavras dos *leads* das notícias sobre deficiência no confinamento Covid-19

As palavras “sozinho” apareceram seis vezes, “deficiência” quatro vezes e “apoio”, “autismo”, “mãe” e “normalidade” três vezes cada (ver Quadro 5.26).

Quadro 5.26 – Frequência de palavras dos *leads* das notícias da análise temática – Covid-19

| Palavras | Frequência | Posição | Documentos |
|----------------|------------|---------|------------|
| sozinho | 6 | 1 | 3 |
| deficiência | 4 | 2 | 3 |
| apoio | 3 | 3 | 3 |
| autismo | 3 | 3 | 3 |
| mãe | 3 | 3 | 3 |
| normalidade | 3 | 3 | 3 |
| actividades | 2 | 7 | 2 |
| avaliação | 2 | 7 | 1 |
| causa | 2 | 7 | 2 |
| equipada | 2 | 7 | 2 |
| medo | 2 | 7 | 2 |
| ocupacionais | 2 | 7 | 2 |
| portugal | 2 | 7 | 2 |
| trabalho | 2 | 7 | 2 |
| acessibilidade | 1 | 15 | 1 |
| acessível | 1 | 15 | 1 |
| acompanhando | 1 | 15 | 1 |
| acreditar | 1 | 15 | 1 |
| adquirida | 1 | 15 | 1 |
| adversária | 1 | 15 | 1 |

Posteriormente, com o objetivo de refinar a análise, analisaram-se os títulos dos artigos (ver Figura 5.27), totalizando 46 palavras.



Figura 5.27 – Nuvem de palavras dos títulos das notícias sobre deficiência no confinamento Covid-19

A palavra “deficientes” registou três ocorrências. Já as palavras “deficiência”, “acessibilidade”, “diferente”, “especiais”, “exclusão” e “incapacidade” apresentaram apenas uma ocorrência cada (ver Quadro 5.27). Por outro lado, ao considerar exclusivamente as manchetes de capa, a palavra “deficientes” registou um total de duas ocorrências.

Quadro 5.27 – Frequência de palavras dos títulos das notícias da análise temática – Covid-19

| Palavras | Frequência | Posição | Documentos |
|----------------|------------|---------|------------|
| deficientes | 3 | 1 | 3 |
| acessibilidade | 1 | 2 | 1 |
| actividades | 1 | 2 | 1 |
| alunos | 1 | 2 | 1 |
| cego | 1 | 2 | 1 |
| centros | 1 | 2 | 1 |
| cinema | 1 | 2 | 1 |
| cuidar | 1 | 2 | 1 |
| deficiência | 1 | 2 | 1 |
| diferente | 1 | 2 | 1 |
| digital | 1 | 2 | 1 |
| escolas | 1 | 2 | 1 |
| especiais | 1 | 2 | 1 |
| específico | 1 | 2 | 1 |
| exclusão | 1 | 2 | 1 |
| famílias | 1 | 2 | 1 |
| incapacidade | 1 | 2 | 1 |
| irmão | 1 | 2 | 1 |

A pesquisa quantitativa já havia demonstrado a descontinuidade na cobertura sobre a deficiência, evidenciando a publicação de artigos de forma isolada, sem gerar repercussões posteriores. Na análise qualitativa, procurou-se verificar como a autoria das reportagens poderia refletir essa ausência de tratamento contínuo da temática por parte da imprensa, bem como a falta de especialização dos jornalistas no tema. Os resultados indicaram que sete jornalistas assinaram as quinze reportagens analisadas (ver Quadro 5.28). A repórter Ana Cristina Pereira destacou-se como a que mais abordou a temática, sendo responsável por seis artigos, incluindo aqueles relacionados às consequências da Covid-19 para as pessoas com deficiência. Além disso, houve duas repórteres que produziram três e dois artigos cada, mas esses textos tratavam exclusivamente da Covid-19 numa perspectiva de saúde/doença, sem um enfoque na deficiência. Clara Viana, repórter especializada em educação no Público, foi responsável pelo único artigo sobre educação especial publicado durante o período analisado.

Quadro 5.28 – Jornalistas responsáveis pelos artigos sobre deficiência no confinamento português

| Títulos | Jornalista | Assunto |
|--|--------------------------------|--------------------------------------|
| Tem 98% de incapacidade e desenvolveu método de acessibilidade digital | Ana Cristina Pereira | Ciência |
| Lar de deficientes em Vila do Conde tem 83 infectados entre os 94 residentes | Ana Cristina Pereira | Saúde |
| Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo | Ana Cristina Pereira | Dificuldades inerentes à deficiência |
| Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão | Ana Cristina Pereira | Condição social econômica |
| Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte | Ana Cristina Pereira | Respostas sociais |
| Leónia, a paratleta de jiu-jitsu que devia estar no Mundial | Ana Cristina Pereira | Desporto |
| No hospital de Loures a Covid-19 ainda não deu descanso | Ana Maia | Saúde |
| Quando o meu irmão é diferente | Carolina Viana | Família |
| Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais, mas escolas estão a trabalhar | Clara Viana | Educação |
| Com lágrimas e medo, numa missão invisível: “Temos de limpar. É o nosso trabalho” | Cristiana Faria Moreira | Saúde |
| Surto no bairro da Jamaica: “Se sairmos daqui, para onde vamos?” | Cristiana Faria Moreira | Saúde |
| “Tenho mais medo de andar nos transportes do que no hospital” | Cristiana Faria Moreira | Saúde |
| O “voo” da Joana | Júlia Serpa Pimentel (Opinião) | Inclusão |
| Ser cego, sem tacto: como um vírus encolheu o mundo de quem não vê | Mariana Correia Pinto | Dificuldades inerentes à deficiência |
| Cuidar do Porto invisível, a sonhar a mudança: a missão da Benéfica | Mariana Correia Pinto | Respostas Sociais |
| Prioridade à Covid-19 põe em risco doentes não urgentes | Patrícia Carvalho | Saúde |
| Cinema para surdos? Há um estúdio a tratar disso em Portugal | Sofia Matos Silva | Cultura |

A falta de proximidade com a temática e o desconhecimento mais aprofundado das legislações portuguesas por parte dos repórteres, em especial da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, tornam-se evidentes ao longo da edição dos textos. Embora seja possível afirmar que os artigos não adotam um enquadramento estritamente tradicional, certos excertos ainda perpetuam estereótipos sobre as pessoas com deficiência. Contudo, os enquadramentos encontrados serão apresentados posteriormente.

Dos dezassete artigos selecionados, doze abordaram a temática da Covid-19. Como esperado, metade desses artigos focou-se na área da saúde. Observou-se uma atenção significativa aos doentes crónicos, sendo este o tipo de deficiência mais recorrente no corpus analisado, o que pode ser explicado pelos riscos acrescidos de comorbidades associados à Covid-19. Os restantes artigos trataram de temas diversos, como respostas sociais, educação especial e desporto. É também relevante sublinhar a ausência de artigos com um tom sensacionalista ou insólito, o que era esperado dado o carácter de referência do jornal Público.

Ao analisar o corpus completo, evidenciou-se a ausência de temas cruciais para as pessoas com deficiência, sobretudo no contexto pandémico, como a situação dos trabalhadores com deficiência ou os prejuízos ao programa do Modelo de Apoio à Vida Independente. Apenas um artigo sobre educação foi publicado, em 17 de abril, numa altura em que todas as escolas e respostas sociais estavam encerradas há mais de um mês. Até ao fim do confinamento, em 31 de maio, não foram publicadas outras peças que dessem continuidade ao assunto ou cobrassem o Estado sobre esta questão tão relevante para os alunos com deficiência.

O artigo intitulado “Não há um ‘plano específico’ para alunos com necessidades especiais, mas escolas estão a trabalhar” utilizou como fontes familiares, representantes de instituições para pessoas com deficiência, professores de educação especial e o Ministério da Educação (ver Quadro 11). Contudo, o texto restringiu a análise ao contexto escolar, quase exclusivamente às crianças. A mãe consultada tinha dois filhos na pré-escola e no 2.º ano do 1.º ciclo. Assim, a reportagem não avançou para os alunos mais velhos, adolescentes e jovens, incluindo os estudantes do ensino superior.

Não houve, no período estudado, qualquer artigo que questionasse o Estado português sobre a acessibilidade para estudantes com necessidades educativas especiais ou as medidas implementadas (ou inexistentes) antes e durante a pandemia. Consequentemente, o artigo falhou em dar voz às pessoas com deficiência, retratando apenas crianças nesta condição.

Quadro 5.29 – A representação mediática da deficiência no único artigo sobre educação no período do confinamento português

| |
|---|
| Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais, mas escolas estão a trabalhar |
|---|

| |
|------------------------------------|
| Jornalista Clara Vianna - 20200417 |
|------------------------------------|

| |
|--|
| “Francisco e o irmão Santiago, de oito anos e também com perturbações do espectro do autismo, estavam integrados em turmas regulares.” |
| “Sara conta que tanto a educadora de infância do Francisco como a professora do 2.º ano de Santiago têm mantido contacto regular com eles enviando trabalhos e actividades, mas por agora não houve qualquer oferta de um apoio mais direccionado às dificuldades de ambos.” |
| “refere Helena Sabino, uma das responsáveis da Associação Pais em Rede, que reúne famílias de pessoas com deficiência. “Sabemos, no entanto, pelos vários relatos que as famílias nos fazem chegar, que tem sido uma tarefa hercúlea manter os filhos em casa, sem as rotinas e terapias a que estavam habituados. Os pais estão a ficar exaustos, com crises de ansiedade e com dificuldades em controlar ‘as crises’ dos filhos.”” |
| “Podia ser só uma manhã ou uma tarde por dia, mas isso ajudava-os a libertar energias, a manter rotinas de socialização que são muito importantes para eles, e dava um espaço aos pais, que bem estão a precisar.” |

As características jornalísticas associadas aos locais onde as histórias se desenrolavam também foram analisadas (ver Quadro 5.30). As narrativas concentraram-se predominantemente na Grande Lisboa, no Grande Porto ou em locais não especificados (codificados como “lugar indeterminado”). Esta característica reflete uma tendência latente na imprensa generalista portuguesa, que privilegia os dois maiores centros urbanos do país, situados no litoral: Lisboa e Porto.

Quadro 5.30 – A representação mediática da deficiência no confinamento português em função do local da história

| Títulos | Local da história |
|--|-------------------|
| No hospital de Loures a Covid-19 ainda não deu descanso | Grande Lisboa |
| Surto no bairro da Jamaica: “Se sairmos daqui, para onde vamos?” | Grande Lisboa |
| “Tenho mais medo de andar nos transportes do que no hospital” | Grande Lisboa |
| Cuidar do Porto invisível, a sonhar a mudança: a missão da Benéfica | Grande Porto |
| Lar de deficientes em Vila do Conde tem 83 infectados entre os 94 residentes | Grande Porto |
| Leónia, a paratleta de jiu-jitsu que devia estar no Mundial | Grande Porto |
| Cinema para surdos? Há um estúdio a tratar disso em Portugal | Grande Porto |
| Ser cego, sem tacto: como um vírus encolheu o mundo de quem não vê | Grande Porto |
| Prioridade à Covid-19 põe em risco doentes não urgentes | Indeterminado |
| Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo | Indeterminado |
| Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão | Indeterminado |
| Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte | Indeterminado |
| Quando o meu irmão é diferente | Indeterminado |
| Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais, mas escolas estão a trabalhar | Indeterminado |
| O “voo” da Joana | Indeterminado |
| Com lágrimas e medo, numa missão invisível: “Temos de limpar. É o nosso trabalho” | Múltiplos |

Os “lugares indeterminados” referem-se a artigos que não identificam um local específico, mas utilizam Portugal como pano de fundo. Observou-se uma correlação entre os artigos classificados como “lugares indeterminados” e a apresentação da deficiência de forma genérica e descontextualizada (ver Quadro 5.31). Esta abordagem pode evidenciar uma perceção da deficiência e das pessoas com deficiência enquanto grupo homogéneo, desprovido de particularidades e individualidades, negando-lhes características específicas que poderiam enriquecer a narrativa.

Quadro 5.31 – A representação mediática da deficiência no confinamento português em função do tipo não especificado da deficiência e do local indeterminado da notícia

| |
|---|
| Título: Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo - 20200413 |
| Subtítulo: Além de escolas, fecharam centros de actividades ocupacionais e outras respostas para pessoas com deficiência. Crianças e adultos passam agora o dia em casa |
| Tipo da deficiência: não especificado |
| Lugar da história: indeterminado |
| Título: Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais, mas escolas estão a trabalhar - 20200417 |
| Subtítulo: Plano referido por António Costa não é conhecido por professores e pais. Escolas tentam ultrapassar dificuldades |
| Tipo da deficiência: não especificado |
| Lugar da história: indeterminado |
| Título: Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão - 20200426 |
| Subtítulo: “Tudo indica que a seguir a esta crise sanitária vem uma crise económica. Há um risco de subir a pobreza e a exclusão”, alerta Rui Coimbra, representante do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência |
| Tipo da deficiência: não especificado |
| Lugar da história: indeterminado |
| Título: Quando o meu irmão é diferente - 20200503 |
| Subtítulo: Crianças com necessidades educativas especiais precisam de mais atenção por parte dos pais, sobretudo nesta experiência de telescola/escola virtual. Por isso mesmo, os irmãos sem dificuldades são forçados a ser mais autónomos, acabando por vezes por experienciar sentimentos de isolamento, solidão ou perda |
| Tipo da deficiência: não especificado |
| Lugar da história: indeterminado |
| Título: Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte - 20200517 |

| |
|---|
| Subtítulo: Nas unidades residenciais foram infectadas 192 pessoas com deficiência: 119 recuperaram, oito morreram |
| Tipo da deficiência: não especificado |
| Lugar da história: indeterminado |
| Título: Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte - 20200517 |
| Subtítulo: Nas unidades residenciais foram infectadas 192 pessoas com deficiência: 119 recuperaram, oito morreram |
| Tipo da deficiência: não especificado |
| Lugar da história: indeterminado |

Ao abordar o tema da deficiência, a análise dos enquadramentos foi conduzida com base nos modelos de análise de representação mediática da deficiência propostos por Clogston (1990, 1994) e Haller (1995). Foram codificados 204 extratos, distribuídos entre enquadramentos tradicionais (80), progressistas (106) e sem enquadramento (18). A análise dos títulos e das manchetes foi realizada separadamente, com 24 extratos codificados, mas utilizando os mesmos critérios de codificação: tradicionais (6), progressistas (8) e sem enquadramento (10) (ver Figura 5.32).

É importante destacar que a análise dos enquadramentos considerou os textos publicados, ou seja, aqueles que passaram pelo processo de edição pelos jornalistas. Mesmo as declarações dos interlocutores são seleccionadas e editadas, integrando um processo de escolhas editoriais que, por sua vez, configuram enquadramentos.

Quadro 5.32 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função do enquadramento

| Code System | Public... | P2-20... | P2-20... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | SUM |
|--------------------------------------|-----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----|
| Deficiência - Enquadramento | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Progressista Consumidor | | | | 1 | | | | | | | | | 1 | | | | 2 |
| Progressista Pluralismo Cultural | | | | 2 | 7 | 2 | | | 1 | | | | | 16 | | | 28 |
| Progressista Legal | | | | | | | | | 2 | | | | 3 | | | | 12 |
| Progressista Minorias/Direitos Civi | 1 | 8 | | 13 | 6 | | | | 6 | | 10 | 9 | | 5 | 6 | | 64 |
| Tradicional Médico/Individual | 2 | 2 | 2 | 5 | 2 | 5 | 2 | 5 | 4 | | | 3 | | | | | 32 |
| Tradicional Patologia Social / Econc | 7 | | | | 3 | 4 | 2 | | | | 6 | | 2 | | | | 24 |
| Tradicional Supercrip - Superação | | 2 | | 7 | 1 | 7 | | | | | | | | 5 | | 1 | 23 |
| Tradicional Negócios | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Sem enquadramento | | | | | 1 | 4 | 1 | | 2 | 2 | | | 1 | 1 | 2 | 4 | 18 |
| Enquadramento Título | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Sem enquadramento | 1 | | | | | 1 | 1 | 2 | | 1 | | | 1 | | | 2 | 10 |
| Progressista Consumidor | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Progressista Pluralismo Cultura | | | | | 2 | | | | | | | | | 2 | | | 4 |
| Progressista Legal | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Progressista Minorias / Direitos | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | 2 | | 4 |
| Tradicional Negócios | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Tradicional Patologia Social / Ec | | | | | | | | | 1 | | | 1 | | | | | 2 |
| Tradicional Médico / Individual | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Tradicional - Supercrip | | 1 | 1 | 2 | | | | | | | | | | | | | 4 |
| SUM | 11 | 13 | 3 | 31 | 22 | 23 | 6 | 7 | 22 | 3 | 17 | 13 | 2 | 37 | 10 | 6 | 228 |

Verificou-se também (ver Quadro 5.33) que um mesmo artigo podia conter enquadramentos tradicionais e progressistas. Isso deve-se, principalmente, à presença de noções socialmente estabelecidas sobre a deficiência, como sendo um problema médico (enquadramento tradicional médico), um objeto de caridade da sociedade e do próprio Estado (enquadramento tradicional de

patologia social) ou ainda a forte ideia de superação e inspiração (enquadramento tradicional *supercrip*). Assim, mesmo quando os artigos apresentavam posições favoráveis à defesa de direitos ou contrárias à discriminação, alguns trechos acabavam por reproduzir enquadramentos tradicionais.

Quadro 5.33 – A representação mediática da deficiência em função dos enquadramentos da deficiência (Clogston, 1990, 1994; B. Haller, 1995)

| |
|--|
| Artigo: Cuidar do Porto invisível, a sonhar a mudança: a missão da Benéfica (sem enquadramento) – 20200531 |
| "... quando um cancro na próstata lhe encolheu a esperança e a alegria de viver foi também nela que Júlio Oliveira se apoiou." |
| Enquadramento tradicional de patologia social/económico |
| "Cabelos brancos, voz determinada, a mulher de 85 anos resume a sua chegada à cadeira de rodas: “Um dia estava com dificuldades em respirar, sentei-me no sofá. Fui parar ao hospital... Nunca mais fui a mesma...” O diagnóstico de um problema nos rins veio com prescrição de hemodiálise para o resto da vida." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "A intervenção social, aponta a presidente da associação, não deve ser assistencialista, mas transformadora." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "As pessoas já viviam sozinhas e ficaram ainda mais sós por causa da pandemia. Há muito medo e muita necessidade." |
| Enquadramento tradicional de patologia social/económico |
| "Depois de três AVC, a mulher ficou com mobilidade reduzida: não caminha nem toma banho sozinha. E só se movimenta com cadeira de rodas. Só os bombeiros a podem retirar da casa, com escadas, mas cobram 45 euros por deslocação. A equipa da Benéfica vai lá todos os dias: faz a higiene, muda-lhe a roupa, passa-a para a cadeira. Pelo meio-dia leva o almoço". |
| Enquadramento tradicional médico/individual // Enquadramento tradicional patologia social/económico |
| Artigo: Estar bem (opinião) – O voo da Joana (Opinião) (enquadramento <i>supercrip</i>) – 20200308 |
| "... todo o percurso da Joana mostra que ela tem sido um exemplo de superação e de integração, e a “prova incrível” que a destacou na televisão foi apenas mais uma das suas conquistas." |
| Enquadramento tradicional <i>supercrip</i> |
| "... profissionais que a apoiam ..." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "... a Joana não é a única artista com deficiência, já que o objetivo desta academia é promover um ambiente de verdadeira inclusão e aprendizagem mútua..." |

| |
|---|
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "A participação da mãe e do pai da Joana na Pais-em-Rede, associação de apoio aos pais para a inclusão de pessoas com todo o tipo de incapacidades e deficiências, e na qual me incluo desde 2009, poderá ter dado, a esta e a outras famílias, apoio para lutar pelos direitos dos seus filhos. A Pais-em-Rede existe para capacitar os pais e mudar comunidades." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Todos os elementos da família da Joana são facilitadores da sua inclusão. Porque não admitem que seja de outra forma, porque exigem em todos os contextos que seja tratada como pessoa e não como pessoa com Trissomia 21." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Porque embora espelhada na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007, ratificada por Portugal em 2009, bem como em muitos outros diplomas internacionais e na legislação Portuguesa, em 2020, a inclusão está ainda longe de ser uma realidade." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| Artigo: Estar bem (Opinião) – Quando o meu irmão é diferente (enquadramento <i>supercrip</i>) – 20200503 |
| "E se na fratria existe um irmão diferente? Um irmão com uma perturbação que influência a aprendizagem?" |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "Algumas das preocupações que surgem relacionadas com a culpa são a possível responsabilidade pelo problema, a culpa por não ser o próprio a ter um problema, por sentir que tem mais competências, por ocasionalmente ter sentimentos negativos face ao irmão ou por existirem conflitos entre os dois." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| Artigo: Tem 98% de incapacidade e desenvolveu método de acessibilidade digital (enquadramento <i>supercrip</i>) – 20200302 |
| "Define-se como um “tipo todo torto que insiste em ter uma vida normal”. Tese de doutoramento, aprovada com nota máxima pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, resultou numa proposta de método para desenvolver software acessível." |
| Enquadramento progressista pluralismo cultural |
| "João Sousa Silva mencionaria a imensidão crescente de pessoas com algum grau de incapacidade, temporária ou definitiva, congénita ou adquirida. Mais tarde ou mais cedo, a menos que tenha muita sorte ou muito azar, toda a gente precisará de algum produto ou serviço com acessibilidade digital." |
| Enquadramento progressista de consumidor |

| |
|--|
| "João nada vê, tem uma mão que de pouco ou nada lhe serve, mal se equilibra em pé. Diagnosticaram-lhe neurofibromatose de tipo II, uma doença rara, genética, que lhe tem provocado inúmeros tumores no crânio, na medula espinhal e nos nervos periféricos, levando-lhe as faculdades pouco a pouco." |
| Enquadramento tradicional médico / individual |
| "A acessibilidade digital é um conjunto de recursos que facilitam actos como ler, escrever ou conversar através do computador ou do smartphone. E isso não é útil só para pessoas com alguma deficiência ou doença incapacitante, como ele." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Para que esse potencial de inclusão se concretize, produtos e serviços deverão respeitar alguns princípios, quer no hardware (equipamentos), quer no software (programas e aplicações informáticas). Há que ir além de transpor directivas da União Europeia, como Portugal tem feito." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Os entrevistados também reconheceram falta de sensibilidade para este problema. Revelaram-se convencidos de que o público-alvo se reduz às pessoas com deficiência. E julgavam ser preciso muito tempo." |
| Enquadramento tradicional de negócios |
| "João nasceu em Leiria, há 36 anos. Mudou-se para Inglaterra em 2017, para ficar perto do Centro de Medicina Genética dos Hospitais Universitários de Manchester Central, uma referência no tratamento da doença que lhe foi diagnosticada aos 12 anos." |
| Enquadramento tradicional médico / individual |
| "Não é habitual ver pessoas com multideficiência a fazer carreira académica e isso talvez explique essa incerteza." |
| Enquadramento tradicional de superação |
| "Afinal, fazer este doutoramento foi a forma que encontrou de contribuir para que o software se torne todo acessível a pessoas com diversidade funcional, como ele." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias // Enquadramento progressista de pluralismo cultural |
| Artigo: Ser cego, sem tacto: como um vírus encolheu o mundo de quem não vê (enquadramento de pluralismo cultural) – 20200406 |
| "Henrique Santos já morou na mesma urbanização de Marlene — mas isso foi antes de uma revolução na sua vida, antes de perder um emprego de anos como revisor de livros em braile, de se divorciar e apartar da família. Hoje, vive sozinho num quarto de uma pensão, paga 10 euros por dia. Ao Rendimento Social de Inserção e à Prestação Social para a Inclusão, junta esmolas angariadas na estação de São Bento durante o dia e na Rua das Galerias de Paris à noite. Mas sem gente a circular, “esse rendimento desapareceu.” |
| Enquadramento tradicional de patologia social/económico |

| |
|--|
| |
| "... a subtração do tacto na vida destas pessoas traz enormes problemas, a distância de segurança é difícil de cumprir, o uso de transportes, numa população impossibilitada de usar veículo próprio, é mais perigoso." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| |
| "Por isso, mesmo com o atendimento presencial cancelado, tem psicólogos, terapeutas e outros profissionais em teletrabalho a contactar os associados." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| |
| "À porta do seu pequeno apartamento sem varanda, Marlene Brandão indica a dois trabalhadores de uma empresa de transportes onde podem colocar a bicicleta de cycling cedida, para estes dias, pelo seu ginásio. Sem as aulas de natação na piscina de Campanhã nem os jogos de Goalball, jogo praticado por atletas com deficiência visual, faz o possível para manter o corpo são. Embora o tecto em vez do céu seja a antítese da sua existência." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| |
| "Henrique sai com um saco na mão. O “conduto” ficará para o jantar, ao almoço comerá sopa e um pão. Por estes dias, perdeu o restaurante de preços económicos onde enganava o estômago e teve de atalhar outras soluções. Desce a Rua de Passos Manuel, vira à esquerda em Sá da Bandeira, inicia a caminhada pela íngreme 31 de Janeiro." |
| Enquadramento tradicional de patologia social/económico |
| Artigo: Leónia, a paratleta de jiu-jitsu que devia estar no Mundial (enquadramento de pluralismo cultural) – 20200411 |
| “Numa sexta-feira de 2000, ia ela numa algazarra passar o fim-de-semana em casa de uma colega em Viseu, saltou para o comboio já em andamento. Caiu na linha. Perdeu parte de um pé.” |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| |
| Leónia é a única amputada em Portugal a fazer jiu-jitsu de competição. (...) sente-se uma igual no tapete." |
| Enquadramento progressista de pluralismo cultural |
| |
| "O gosto por aquela arte, que implica um certo domínio e equilíbrio do corpo, foi em crescendo. Arriscou competir com pessoas com duas pernas e dois braços. Ganhou a medalha de prata no Portugal Grand Slam 2018, em Matosinhos." |
| Enquadramento tradicional supercrip |
| |
| "... explicaram-lhe que podia requerer uma prótese ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. (...) ir ao centro de emprego ver se a ajudavam a encontrar “alguma coisa” que lhe permitisse trabalhar mais sentada." |
| Enquadramento tradicional de patologia social/económico |
| Artigo: Lar de deficientes em Vila do Conde tem 83 infectados entre os 94 (sem enquadramento) – 20200412 |

| |
|---|
| "O contágio está generalizado. Dos 94 residentes testados, 83 acusaram Covid-19. Esses permanecem quase todos no lar, que ocupa dois edifícios, um com cinco unidades, outro com uma. Até agora, apenas um seguiu para uma unidade de saúde." |
| Sem enquadramento |
| "A menina tem Covid-19." "É complicado para ela entender o que está a acontecer ali dentro", concede Duarte. "Ela tem uma debilidade mental. Como não se sente doente, para ela é muito confuso." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "São homens e mulheres, quase todos com deficiência mental, todos já adultos, a maior parte na meia-idade, alguns a rondar os 60 anos." |
| Enquadramento tradicional de patologia social/económico |
| Artigo: Prioridade à Covid-19 põe em risco doentes não urgentes (sem enquadramento) – 20200413 |
| "Todas as terapias da Mariana, que tem autismo, pararam, e a mãe teme que seja preciso voltar ao início, no trabalho de desenvolvimento de algumas competências" (...) Foi difícil explicar à filha, que não fala (é "não verbal", como descreve a mãe) o que estava a acontecer. Ela "não reagiu mal", até porque os tratamentos têm-na ajudado a ter mais autocontrolo." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "Na casa de Raquel Rocha, 46 anos, toda a estrutura de apoio à filha Mariana, uma menina com autismo de 13 anos, desapareceu de um dia para o outro. O encerramento da escola, onde a criança frequenta o centro de apoio à aprendizagem, deixou-a sem terapia da fala, hipoterapia e a natação adaptada. O alastrar da pandemia, o encerramento de serviços e o receio de contágio, acabaram também com as visitas da psicóloga e as sessões de neurofeedback." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| Artigo: Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo (enquadramento patológico-social) – 20200413 |
| "Para aliviar as famílias, um pouco por todo o país, organizações procuram redireccionar parte dos serviços que prestavam para dentro de cada casa. Há muitos aspectos a acautelar, a começar pelos mais básicos, já que a pobreza está mais presente." |
| Enquadramento tradicional patológico-social |
| "Quando o mundo não andava torto, Rosário levava Pedro para o CAO ao princípio da manhã e ia buscá-lo ao final da tarde. Aproveitava para tratar da casa dela e de casas alheias. Agora, aquele T2+1 é o mundo quase todo. O que lhe pesa não é o trabalho — embora o filho mais velho, com síndrome de Wolf-Hirschhorn, uma doença raríssima que lhe provoca um forte défice — precise dela para tudo. Afinal, deixou de ter casas alheias para limpar. O que lhe pesa é a necessidade de atenção permanente." |
| Enquadramento tradicional patológico-social/económico |

| |
|---|
| "Um medo paira sobre incontáveis famílias de pessoas com deficiência intelectual. O medo de os ventiladores não chegarem para todos e de haver quem ache que a vida daquela pessoa vale menos..." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "O filho mais novo, Bernardo, de dez anos, tem microcefalia. Não vê, não fala, não lava as mãos sozinho, não percebe que tem de tossir ou espirrar para o braço ou cotovelo ou lenço de papel descartável." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "Prevenção é a palavra de ordem." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| Artigo: Com lágrimas e medo, numa missão invisível: “Temos de limpar. É o nosso trabalho” (sem enquadramento) - 20200416 |
| Sem enquadramento |
| Artigo: Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais, mas escolas estão a trabalhar (enquadramento patológico-social) – 20200417 |
| "Francisco, com cinco anos, tem perturbações do espectro do autismo, associadas a outras patologias." |
| Enquadramento tradicional médico/individual |
| "Da escola onde frequentava o pré-escolar, onde a avaliação foi realizada, informavam que irá precisar do apoio de um professor da educação especial a partir de Setembro." |
| Enquadramento tradicional patológico-social/económico |
| "... não houve qualquer oferta de um apoio mais direccionado às dificuldades de ambos. E no que lhe diz respeito não tem conhecimento de um “plano específico” para alunos com necessidades especiais, referenciado pelo primeiro-ministro, António Costa, quando, na quinta-feira, dia 12, anunciou as medidas para o 3.º período, que continuará a ser feito à distância para a maioria dos estudantes." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Já Sara Domingues tem a propor ao Governo algo de muito mais concreto e que poderia fazer toda a “diferença” para estes alunos e as suas famílias. À semelhança do que tem sido feito para os filhos dos profissionais considerados essenciais (saúde, forças de segurança, etc.), porque não escolher também escolas que pudessem acolher, neste período, alunos com dificuldades e patologias mais severas?" |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| Artigo: Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão (enquadramento de direitos civis/minorias) – 20200426 |
| "Em Portugal, como em toda a União Europeia, as pessoas com deficiência têm maior probabilidade de viver no desemprego e na pobreza do que as outras. Em plena pandemia de Covid-19 e a antecipar uma crise económica, Rui Coimbra, representante do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, pede que não se deixe estas pessoas para trás e que, pelo contrário, se consolidem as medidas antes tomadas." |

| |
|--|
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Segundo o relatório anual do Fórum Europeu, lançado esta semana, encontravam-se em risco de pobreza e exclusão 28,7% dos adultos com deficiência que em 2018 viviam no espaço comunitário, 7,1 % acima da população global. Os valores oscilavam entre os 18,4% da Eslováquia e os 49,4% da Bulgária. Portugal estava mesmo em cima da média europeia. A última crise económica teve efeitos devastadores dos quais muitos ainda não recuperaram. Estónia, Luxemburgo, Alemanha, Suécia, Irlanda, República Checa, Lituânia, Itália, Holanda, Malta e Espanha ostentam taxas piores do que em 2010." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Por outro, estas pessoas suportam custos adicionais relacionados com o facto de sociedade não estar preparada para si." |
| Enquadramento progressista legal |
| "Em 2017, criou-se em Portugal a prestação social para a inclusão (90.886 beneficiários). Em 2018, arrancou o Modelo de Apoio à Vida Independente. Em 2019, foi aprovada uma nova legislação que obriga empresas a cumprir quotas mínimas (1% a 2%) de trabalhadores com deficiência. Na última década, têm crescido as vagas em centros de actividades ocupacionais (15.448) e lares residenciais (6660). Há mais alunos com necessidades especiais a frequentar escolas de ensino regular, ensino profissional e ensino superior." |
| "Em 2019, foi aprovada uma nova legislação que obriga empresas a cumprir quotas mínimas (1% a 2%) de trabalhadores com deficiência." |
| Enquadramento progressista legal |
| "A evolução no mercado de trabalho tem sido muito lenta. Como já mostrava o relatório Pessoas com Deficiência em Portugal — Indicadores de Direitos Humanos 2019, do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, “entre 2009 e 2018 o número de desempregados com deficiência registados nos centros de emprego [até] aumentou 41% (em 2009 eram 8622, e em 2018 eram 12.135)”. Isso mostra, também, uma ânsia de mudança. Um caminho estava a ser trilhado: subiu o número de colocações feitas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (de 646 em 2009 para 1564 em 2018), cresceu o número de pessoas a trabalhar tanto no sector público como no privado. No público, somavam 17.607 em 2018, o que significava 2,58% do total de trabalhadores da administração pública, muito abaixo da quota de 5%. No privado, 11.657 em 2017. O problema não se esgota na incapacidade e no preconceito. O relatório do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência refere outros factores, como a inexistência de assistentes pessoais ou a existência de regras restritivas sobre quanto tempo podem dedicar a prestar assistência a uma pessoa com deficiência que dela precisa para trabalhar, mas tudo começa com a educação..." |
| Progressista Minorias/Direitos Civis |
| "O problema não se esgota na incapacidade e no preconceito." |
| Enquadramento progressista legal |

| |
|---|
| Artigo: “Tenho mais medo de andar nos transportes do que no hospital” (sem enquadramento) – 20200428 |
| Sem enquadramento |
| Artigo: Cinema para surdos? Há um estúdio a tratar disso em Portugal (enquadramento de pluralismo cultural) – 20200506 |
| "No secundário, quis entrar para um curso de Cine-vídeo da Escola Artística Soares dos Reis, mas foi “impedido”, pelo que teve de escolher outro curso antes que as candidaturas fechassem. A situação repetiu-se quando quis entrar em Cinema na Escola Superior Artística do Porto. Entretanto, escolheu frequentar a Licenciatura em Tecnologias de Comunicação Multimédia (vertente de Audiovisual) no Instituto Universitário da Maia (ISMAI), onde finalmente encontrou um estabelecimento de ensino superior que o aceitou de braços abertos." |
| Enquadramento progressista legal |
| "Ao longo dos anos, os obstáculos foram uma constante. E houve, claro, o espírito de “vendedor ambulante”, de alguém “que anda em todo o lado e nunca desiste”. Recorda que fez muitos desvios à conta de preconceitos e que teve de os enfrentar para regressar ao percurso que sempre quis seguir." |
| Enquadramento tradicional <i>supercrip</i> |
| "Foi até Viena, trabalhou uns tempos na plataforma de notícias Gebärdensprache.tv, e regressou a Portugal. Já realizou vários documentários e curtas-metragens, entre os quais se contam títulos como Hemilton, Registo Inédito ou O Nome Gestual, mas o verdadeiro sonho é chegar às longas." |
| Enquadramento progressista pluralismo cultural |
| "Só que ficou surdo aos dois anos devido a uma meningite." |
| Enquadramento tradicional médico |
| "Lamenta que existam tantos “obstáculos, barreiras de comunicação, falta de informação e de igualdade de oportunidades”. A GestoFilmes nasceu como manifestação cultural, mas também para colmatar lacunas objectivas. “Não há actores surdos profissionais. Não há legendas em filmes nacionais. Não há língua gestual portuguesa (LGP) nos filmes. Não se aborda um contexto social que fale das pessoas surdas, apesar de elas fazerem parte da sociedade desde os primórdios.” |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "Dark Social, a sua curta-metragem mais recente, está “em pós-produção”. Teve uma primeira exibição no Festival Nacional de Arte Surda (FNAS) em Fevereiro." |
| Enquadramento progressista pluralismo cultural |
| "O país não dá grandes oportunidades ao cinema, quanto mais às pessoas surdas. Se calhar, é porque ainda está a evoluir lentamente e, como somos um país pequeno, o mercado não é forte o suficiente. Mas não é só cá, vários países têm esse problema.” |
| Enquadramento tradicional de consumidor |

| |
|---|
| "Recorda um episódio num festival de cinema português onde foi convidado a exhibir uma curta, e ao qual se deslocou com uma intérprete paga por si, apenas para perceber que os espectadores não tinham sido informados de que o filme não tinha som e que a organização tinha ido jantar. Desde então, ainda não recuperou “a confiança para participar nos festivais de cinema portugueses”, apesar de tencionar voltar a fazê-lo no futuro." |
| Enquadramento progressista legal |
| Artigo: Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte (enquadramento de direitos civis/minorias) – 20200517 |
| "Ana Perro ameaça ir para a porta do Palácio de Belém, se o filho se mantiver “muito mais tempo confinado” ao lar residencial. Não lhe parece que Francisco, que tem autismo, vá perceber a razão pela qual não pode sair quando, mesmo ao lado, entram e saem os colegas do centro de actividades ocupacionais (CAO) que vivem com a família." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| "O Plano de Desconfinamento prevê que os CAO, encerrados por causa da pandemia de Covid-19, comecem a abrir amanhã. Até ao dia 1, os CAO têm de abrir as portas." |
| Enquadramento progressista de direitos civis/minorias |
| Artigo: Surto no bairro da Jamaica: “Se sairmos daqui, para onde vamos?” (sem enquadramento) – 20200527 |
| Sem enquadramento |
| Artigo: No hospital de Loures, a Covid-19 ainda não deu descanso (sem enquadramento) – 20200528 |
| "Durante 39 anos foi repórter de imagem e como se não fosse suficiente a batalha que já trava contra o cancro, ainda tem de enfrentar a Covid-19." |
| Enquadramento tradicional de superação |

Sendo assim, embora nesta tese sejam apresentados trechos de enquadramentos de forma isolada, é importante recordar que a análise qualitativa permite uma reflexão sobre o artigo como um todo, bem como sobre partes destacadas dentro do contexto geral.

Os enquadramentos progressistas foram predominantes nos extratos codificados, especialmente no que se refere ao enquadramento de direitos e minorias. Isso demonstra, como já mencionado, que, embora ainda existam conceitos pré-estabelecidos em relação à deficiência, observa-se uma evolução na compreensão dos direitos das pessoas com deficiência. Acompanhando o enquadramento de direitos, destacou-se também o enquadramento legal, que reflete um melhor entendimento da discriminação como prática proibida por lei (Lei 46/2006, de 28 de agosto) e a percepção da existência de um quadro legal que regulamenta os direitos das pessoas com deficiência.

Apenas dois extratos foram codificados no enquadramento consumidor, o que sugere uma visão limitada das pessoas com deficiência como cidadãos economicamente produtivos e como parte relevante do mercado consumidor. Isso está relacionado à presença significativa do enquadramento de patologia

social, no qual a deficiência é vista como dependente de apoios do Estado ou de instituições de solidariedade social. Ressalta-se que esses apoios são frequentemente interpretados como concessões e não como direitos.

Os enquadramentos tradicionais, como já referido, evidenciam a forte presença do modelo médico ou individual da deficiência (Oliver, 1990), bem como os enquadramentos *supercrip* e de patologia social, amplamente observados nas representações mediáticas. Estas representações ainda refletem um padrão mediático predominante, no qual a deficiência é definida como “a ausência de função que resulta em dificuldade”, negando implicitamente às pessoas com deficiência o direito de viverem de forma plena (Titchkosky, 2020, p. 16).

Houve também três artigos sem enquadramentos claros, todos relacionados à Covid-19, com semelhanças quanto ao conteúdo, abordando situações de maior vulnerabilidade social no contexto do confinamento: trabalhadores que necessitavam de utilizar transportes *Públicos*, funcionários de limpeza hospitalar e surtos em bairros sociais. Ressalta-se que esses artigos foram incluídos no corpus de análise porque apresentavam pessoas com deficiência (nesses casos, doentes crónicos) como fonte de declarações.

Os estereótipos da deficiência foram analisados com base nos modelos estabelecidos por Barnes (1992). Foram codificados 151 extratos ao longo dos dezassete artigos (ver Quadro 5.34).

Quadro 5.34 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função do estereótipo

| Code System | Public... | P2-20... | P2-20... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | SUM |
|-------------------------------------|-----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----|
| Deficiência - Estereótipo | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Sem estereótipo | | | | | | | | | 1 | 2 | 6 | 7 | 1 | 7 | 2 | 2 | 1 | 29 |
| Pena ou Drama | 6 | 1 | 1 | 1 | 7 | 8 | 2 | | 9 | | | | 2 | 2 | | | | 39 |
| Objeto de violência | | | | | | | | | 4 | | | | | | | | | 4 |
| Pessoa má ou amedrontadora | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Pessoa exótica ou curiosidade | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Superação / Inspiração/ Exemplo / : | | 3 | | 8 | | 5 | | | | | | | 6 | | | | | 22 |
| Motivo de piada ou ridículo | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Pena de si | 2 | | | 1 | 2 | 2 | | | | | | | | | | | | 7 |
| Fardo Social | 3 | 2 | 4 | | 6 | 2 | 2 | 2 | 7 | | 4 | | | | 1 | | | 33 |
| Sexualmente anormal | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Inabilidade social | | | 3 | | | | 3 | 2 | 5 | | | | 1 | 1 | | | | 15 |
| Normal | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Estereótipo Título | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Pessoa exótica ou curiosidade | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | | | | 2 |
| Pena ou Drama | | | | | | | | | | | | 2 | | | 2 | | | 4 |
| Superação / Inspiração/ Exemp | | 1 | | 2 | | | | | | | | | | | | | | 3 |
| Fardo Social | | | | | | | | | 1 | | 1 | | | | | | | 2 |
| Sem estereótipo | 1 | | | | 2 | 1 | 1 | 2 | | 1 | | | 2 | 1 | | 2 | 1 | 14 |
| SUM | 12 | 7 | 9 | 13 | 18 | 18 | 8 | 6 | 27 | 3 | 11 | 9 | 3 | 18 | 8 | 4 | 2 | 176 |

Os estereótipos mais recorrentes foram os de pena ou drama social, fardo social e *supercrip*. Além disso, investigou-se a presença de estereótipos nos títulos e manchetes dos artigos, com a codificação de 25 extratos: dezassete não apresentaram estereótipos, três foram classificados como *supercrip*, dois como pena ou drama social, dois como curiosidade/exótico e um como fardo social.

Tal como acontece com os enquadramentos, os estereótipos não são exclusivos, ou seja, um mesmo extrato pode conter mais de um estereótipo relacionado à apresentação da pessoa com deficiência ou da deficiência em si. Assim, um mesmo extrato foi frequentemente associado a múltiplos estereótipos (ver Quadro 5.35).

Quadro 5.35 – A representação mediática da deficiência em função dos estereótipos da deficiência (Barnes, 1992)

| |
|--|
| <p>Artigo: Cuidar do Porto invisível, a sonhar a mudança: a missão da Benéfica (sem estereótipo) - 20200531</p> |
| <p>Estereótipo de pena ou drama:</p> <p>"O silêncio do homem de 74 anos é mistura de tristeza e solidão."</p> <p>"(...) quando um cancro na próstata lhe encolheu a esperança e a alegria de viver."</p> |
| <p>Estereótipo de fardo social:</p> <p>"A 'equipa Covid-19' da Benéfica foi a sua 'salvação'".</p> <p>"Depois de três AVC, a mulher ficou com mobilidade reduzida: não caminha nem toma banho sozinha. E só se movimenta com cadeira de rodas. Só os bombeiros a podem retirar da casa, com escadas, mas cobram 45 euros por deslocação. A equipa da Benéfica vai lá todos os dias: faz a higiene, muda-lhe a roupa, passa-a para a cadeira. Pelo meio-dia leva o almoço."</p> |
| <p>Estereótipo de pena de si:</p> <p>"Vivo sozinho, não tenho ninguém."</p> |
| <p>Artigo: Estar bem – O voo da Joana (Opinião) (estereótipo de superação) - 20200308</p> |
| <p>Estereótipo de superação (<i>supercrip</i>):</p> <p>"Uma dupla emocionante e uma atuação memorável. As frases de incentivo acumulam-se nas redes sociais para descrever o momento protagonizado por Joana Cruz, 25 anos, bibliotecária no ISPA — Instituto Universitário, e por Celso Jumpe, de 28, artista de circo contemporâneo, na primeira emissão do Got Talent Portugal de 2020. Quem assistiu poderá ter-se interrogado como foi possível esta dupla ter chegado ao programa e se o botão dourado teria sido pressionado, entre lágrimas do júri e aplausos de pé, se Joana não tivesse Trissomia 21."</p> <p>"E é aqui que entra a extraordinária família da Joana."</p> |
| <p>Estereótipo de pena ou drama:</p> <p>"Faço-o porque o testemunho da mãe sempre foi inspirador, mesmo quando parecia que apenas ela acreditava nas competências da filha"</p> |
| <p>Artigo: Estar bem – Quando o meu irmão é diferente (Opinião) (estereótipo de pessoa exótica/curiosidade) – 20200503</p> |
| <p>Estereótipo de inabilidade social:</p> <p>"As aulas online podem expor as dificuldades ou comportamentos por vezes bizarros que algumas crianças apresentam."</p> <p>"(...) tentar modelar um comportamento de aceitação mais apropriado".</p> |
| <p>Estereótipo de fardo social:</p> <p>"Crianças com necessidades educativas especiais precisam de mais atenção por parte dos pais, sobretudo nesta experiência de telescola/escola virtual."</p> |

Artigo: Tem 98% de incapacidade e desenvolveu método de acessibilidade digital (estereótipo de superação / inspiração / exemplo) - 20200302

Estereótipo de pena ou drama:

"João nada vê, tem uma mão que de pouco ou nada lhe serve, mal se equilibra em pé."

Estereótipo de superação (*supercrip*):

"Não é habitual ver pessoas com multideficiência a fazer carreira académica e isso talvez explique essa incerteza."

"Desde que iniciara o doutoramento, em 2013, fizera quatro cirurgias ao crânio e uma a uma perna."

"Há uns anos, nem os seus amigos mais próximos imaginavam um dia assim."

Estereótipo de pessoa exótica:

"O homem nem suspeitava da existência de um atestado médico multiusos a atribuir uma incapacidade de 98% ao candidato, mas viu-lhe os óculos escuros, o cabelo verde espetado para cima, o casaco de couro todo abotoado, a mulher de um lado, o cão do outro."

Artigo: Ser cego, sem tacto: como um vírus encolheu o mundo de quem não vê (sem estereótipo) - 20200406

Estereótipo de pena ou drama:

"Um glaucoma congénito, a ausência de íris e cataratas nos dois olhos seriam travão a fundo nesse futuro."

"(...) gente como Maria da Costa, gorro de Portugal e mochila fluorescente de menina de primária a contrastar com os seus 75 anos."

"Desempregada e sozinha em casa, abraça "Brandão", um cão de peluche que é "companhia de guerra", como se amansasse o mundo áspero. E procura visitar os dias felizes, as vivas "memórias visuais" guardadas na mente".

Estereótipo de motivo de piada ou ridículo:

"Ouvii dizê-lo nos noticiários das suas emissoras de preferência, a TSF e a Antena 1, companhias fiéis num rádio a pilhas que traz pendurado no sobretudo cinza."

Estereótipo de fardo social:

"Ao Rendimento Social de Inserção e à Prestação Social para a Inclusão, junta esmoladas na estação de São Bento durante o dia e na Rua das Galerias de Paris à noite. Mas sem gente a circular, "esse rendimento desapareceu".

"Para cumprir a ordem de distanciamento, tem de contar com a acção de outros: "Se me aproximar de alguém que está em silêncio, não sei que estou a fazê-lo". Nos autocarros, por exemplo, corre o risco de entrar e sentar-se junto a alguém. "

"Henrique sai com um saco na mão. O "conduto" ficará para o jantar, ao almoço comerá sopa e um pão. Por estes dias, perdeu o restaurante de preços económicos onde enganava o estômago e teve de atalhar outras soluções."

Estereótipo de pena de si:

"Henrique Santos já morou na mesma urbanização de Marlene — mas isso foi antes de uma revolução na sua vida, antes de perder um emprego de anos como revisor de livros em braile, de se divorciar e apartar da família. Hoje, vive sozinho num quarto de uma pensão, paga 10 euros por dia. Ao Rendimento Social de Inserção e à Prestação Social para a Inclusão, junta esmolas angariadas na estação de São Bento durante o dia e na Rua das Galerias de Paris à noite. Mas sem gente a circular, “esse rendimento desapareceu”."

Artigo: Leónia, a paratleta de jiu-jitsu que devia estar no Mundial (sem estereótipo) – 20200411

Estereótipo de pena ou drama:

"(...) a dor passou a fazer parte da sua vida."

"Em 2016, desesperada, encostou os médicos à parede. Amputaram-lhe a perna abaixo do joelho.

"Nem uma lágrima por aquele pedaço de perna. Era uma libertação."

"As peças quebraram-se uma a uma. Não apareceu quem com ela competisse em Roma. Não chegou a ir a Londres. Não está em Abu Dhabi"

Estereótipo de pena de si:

“Perdi a conta às operações que fiz. Só contei até dez. A partir daí, deixei de contar. Andei 16 anos com infecções.”

Caso complexo, o dela, diziam-lhe. Uma infecção crónica num osso. “Por mais raspagens que fizessem, nunca ficava limpo. Para ficar limpo, era preciso cortar por uma zona segura.” Muito pediu que o fizessem. “Diziam-me que era muito nova.” Irritava-se. “Sou nova para amputar e não sou nova para estar sempre a sofrer?””

Estereótipo de superação (*supercrip*):

"Leónia sente-se uma igual no tapete. A essência são posições que imobilizam o adversário. E isso coloca mais desafios a quem não tem parte de uma perna."

"Neste fim-de-semana de Páscoa, com o país fechado em casa, o vírus à solta a provocar ondas de dor, uma crise económica a caminho, tudo parece incerto e assustador. Não deixou de treinar, mesmo assim. Para manter o corpo e o espírito em equilíbrio, sobe e desce as escadas do prédio, levanta e baixa dois garrações de água, faz flexões, faz abdominais, salta ao mesmo tempo de abre as pernas e os braços, ensaia movimentos de jiu-jitsu. Sozinha, no seu pequeno apartamento, com os pais lá longe, na ilha das Flores, afasta o tédio e mantém vivo o sonho de ir a Abu Dhabi."

"O gosto por aquela arte, que implica um certo domínio e equilíbrio do corpo, foi em crescendo. Arriscou competir com pessoas com duas pernas e dois braços. Ganhou a medalha de prata no Portugal Grand Slam 2018, em Matosinhos."

Estereótipo de fardo social:

"(...) ir ao centro de emprego ver se a ajudavam a encontrar “alguma coisa” que lhe permitisse trabalhar mais sentada."

Artigo: Lar de deficientes em Vila do Conde tem 83 infectados entre os 94 (sem estereótipo) – 20200412

Estereótipo de pena ou drama:

Estereótipo de fardo social:

"São homens e mulheres, quase todos com deficiência mental, todos já adultos, a maior parte na meia-idade, alguns a rondar os 60 anos."

"A menina tem Covid-19." "É complicado para ela entender o que está a acontecer ali dentro", concede Duarte. "Ela tem uma debilidade mental. Como não se sente doente, para ela é muito confuso."

Estereótipo de inabilidade social:

"Estas pessoas têm muita dificuldade em expressar-se. São as mais frágeis das mais frágeis."

"São homens e mulheres, quase todos com deficiência mental, todos já adultos, a maior parte na meia-idade, alguns a rondar os 60 anos."

Artigo: Prioridade à Covid-19 põe em risco doentes não urgentes (sem estereótipo) – 20200413

Estereótipo de inabilidade social:

"Foi difícil explicar à filha, que não fala (é "não verbal", como descreve a mãe) o que estava a acontecer. Ela "não reagiu mal", até porque os tratamentos têm-na ajudado a ter mais autocontrolo."

Estereótipo de fardo social:

"Estávamos a começar a estimular mais a parte da linguagem e quase de certeza que vai ter de voltar ao início. Ela está a começar a verbalizar algumas coisas, com alguns sons, e tenho receio que isso se iniba um bocadinho, porque não está a ter o estímulo necessário. Também estava a trabalhar mais a parte da motricidade e da escrita e comigo ela resiste, porque não vê na mãe o papel do professor e só com muito custo consigo pô-la a fazer algum exercício. Nisso sei que vai estagnar muito, por muito que eu esteja a tentar."

"Na casa de Raquel Rocha, 46 anos, toda a estrutura de apoio à filha Mariana, uma menina com autismo de 13 anos, desapareceu de um dia para o outro. O encerramento da escola, onde a criança frequenta o centro de apoio à aprendizagem, deixou-a sem terapia da fala, hipoterapia e a natação adaptada. O alastrar da pandemia, o encerramento de serviços e o receio de contágio, acabaram também com as visitas da psicóloga e as sessões de neurofeedback."

Artigo: Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo (estereótipo de fardo social) – 20200413

Estereótipo de pena ou drama:

"Pedro Viana deixou de comer sozinho. Um tormento, as primeiras semanas de confinamento. Não conhecia dias assim. Não percebia por que não havia de sair de casa, de ir ao centro de actividades ocupacionais, de abraçar e beijar quem ama. Está melhor, mas não voltou a comer sozinho. Comer era a única coisa que o rapaz, de 24 anos, fazia sozinho."

"Um medo paira sobre incontáveis famílias de pessoas com deficiência intelectual. O medo de os ventiladores não chegarem para todos e de haver quem ache que a vida daquela pessoa vale menos."

Estereótipo de inabilidade social:

"Pedro Viana deixou de comer sozinho. Um tormento, as primeiras semanas de confinamento. Não conhecia dias assim. Não percebia por que não havia de sair de casa, de ir ao centro de actividades ocupacionais, de abraçar e beijar quem ama. Está melhor, mas não voltou a comer sozinho. Comer era a única coisa que o rapaz, de 24 anos, fazia sozinho."

“Está sempre em cima de mim.” Só tem descanso quando o filho mais novo, estudante universitário, entretém o irmão. Mesmo assim, prefere não ter ninguém em casa esta viúva de 62 anos. “No início, estava muito cansada, porque ele não comia, dormia mal, andava agitado, agressivo. Já está melhor”.

Estereótipo de fardo social:

"Sobra para quem está em casa, o que não é bom."

"Temos famílias em que a alimentação das pessoas com deficiência é garantida no CAO. Com os filhos em casa, a alimentação não chega para toda a gente."

"Quando o mundo não andava torto, Rosário levava Pedro para o CAO ao princípio da manhã e ia buscá-lo ao final da tarde. Aproveitava para tratar da casa dela e de casas alheias. Agora, aquele T2+1 é o mundo quase todo. O que lhe pesa não é o trabalho — embora o filho mais velho, com síndrome de Wolf-Hirschhorn, uma doença raríssima que lhe provoca um forte défice — precise dela para tudo. Afinal, deixou de ter casas alheias para limpar. O que lhe pesa é a necessidade de atenção permanente."

Estereótipo de objeto de violência:

"Um medo paira sobre incontáveis famílias de pessoas com deficiência intelectual. O medo de os ventiladores não chegarem para todos e de haver quem ache que a vida daquela pessoa vale menos."

"Viram todas as notícias vindas dos Estados Unidos. O Estado do Alabama decidiu que as pessoas com deficiência intelectual grave são candidatas improváveis aos ventiladores."

Artigo: Com lágrimas e medo, numa missão invisível: “Temos de limpar. É o nosso trabalho” (sem estereótipo) - 20200416

Sem estereótipo

Artigo: Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais mas escolas estão a trabalhar (estereótipo de fardo social) – 20200417

Estereótipo de fardo social:

"(...) tem sido uma tarefa hercúlea manter os filhos em casa, sem as rotinas e terapias a que estavam habituados. Os pais estão a ficar exaustos, com crises de ansiedade e com dificuldades em controlar ‘as crises’ dos filhos."

"“Não paro de trabalhar um minuto.””

Artigo: Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão (estereótipo de drama ou pena) – 20200426

Sem estereótipos

Artigo: “Tenho mais medo de andar nos transportes do que no hospital” (sem estereótipo) - 20200428

Sem estereótipos

Artigo: Cinema para surdos? Há um estúdio a tratar disso em Portugal (estereótipo de curiosidade / pessoa exótica) – 20200506

Estereótipo de superação (*supercrip*):

"Ao longo dos anos, os obstáculos foram uma constante. E houve, claro, o espírito de “vendedor ambulante”, de alguém “que anda em todo o lado e nunca desiste”. Recorda que fez muitos desvios à conta de preconceitos e que teve de os enfrentar para regressar ao percurso que sempre quis seguir."

"Com a força e o optimismo de alguém habituado a enfrentar adversidade."

| |
|--|
| "E é aqui que Zé Luís e a sua história se tornam especiais." |
| Estereótipo de pena ou drama: "Só que ficou surdo aos dois anos devido a uma meningite, e o seu estúdio dedica-se a produzir filmes com legendas e língua gestual." |
| Estereótipo de inabilidade social: "O país não dá grandes oportunidades ao cinema, quanto mais às pessoas surdas. Se calhar, é porque ainda está a evoluir lentamente e, como somos um país pequeno, o mercado não é forte o suficiente. Mas não é só cá, vários países têm esse problema." |
| Artigo: Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte (estereótipo de pena/drama) – 20200517 |
| Estereótipo de fardo social: "a secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, que “os pais vão voltar ao trabalho e mesmo os que não trabalham, ao fim de dois meses, 24 horas sobre 24 horas, a cuidar de pessoas com deficiências moderadas ou severas, a maioria com multideficiência, então a entrar em ruptura” |
| Estereótipo de pena ou drama: "Há muitos lá que choram diariamente pelos pais. Será que as pessoas entendem o sofrimento que isto causa?" |
| Artigo: Surto no bairro da Jamaica: “Se sairmos daqui, para onde vamos?” (sem estereótipo) – 20200527 |
| Sem estereótipo |
| Artigo: No hospital de Loures, a Covid-19 ainda não deu descanso (sem estereótipo) - 20200528 |
| Sem estereótipo |

Foi também observada uma relação intrínseca entre os estereótipos e os enquadramentos. Certos modelos de estereótipos foram mais prevalentes em determinados enquadramentos, como o *supercrip* (associado a superação ou pessoa exótica) e o patológico-social (associado a fardo social, drama ou pena, e pena de si) (ver Quadro 5.36).

Os estereótipos, muitas vezes, estão incorporados na caracterização que descreve a situação ou as personagens, estando intrinsecamente ligados à visão de mundo dos jornalistas ou à linha editorial do meio de comunicação analisado.

Quadro 5.36 – A relação entre enquadramentos e estereótipos na representação mediática da deficiência

| |
|---|
| Enquadramento: Tradicional Médico / Tradicional <i>Supercrip</i> Estereótipo: Pessoa exótica; Pessoa extraordinária; Drama Secção Sociedade - Ciência |
|---|

“Talvez lhes bastasse vê-lo, perante um júri, num auditório da Universidade de Trás-os-Montes de Alto Douro (UTAD), em Vila Real, a defender uma tese de doutoramento em informática. Uma imagem impossível se não houvesse um software de leitura de ecrã que converte texto em voz. João nada vê, tem uma mão que de pouco ou nada lhe serve, mal se equilibra em pé. Diagnosticaram-lhe neurofibromatose de tipo II, uma doença rara, genética, que lhe tem provocado inúmeros tumores no crânio, na medula espinhal e nos nervos periféricos, levando-lhe as faculdades pouco a pouco”. (Público - 20200302)

Enquadramento: Tradicional *Superscrip*

Estereótipo: Pessoa extraordinária

Secção Cultura - Cinema

“Ao longo dos anos, os obstáculos foram uma constante. E houve, claro, o espírito de ‘vendedor ambulante’, de alguém ‘que anda em todo o lado e nunca desiste’. Recorda que fez muitos desvios à conta de preconceitos e que teve de os enfrentar para regressar ao percurso que sempre quis seguir. ‘Sempre me desviei do meu caminho e tive de correr atrás para o encontrar e não voltar a perdê-lo; tive de segurá-lo, voltar a pôr-me nele, de novo e de novo’. (...) E é aqui que Zé Luís e a sua história se tornam especiais”. (Público - 20200506)

Enquadramento: Tradicional Patologia social

Estereótipo: Fardo Social; Pena de Si; Pena

Secção Local

“Henrique Santos já morou na mesma urbanização de Marlene — mas isso foi antes de uma revolução na sua vida, antes de perder um emprego de anos como revisor de livros em braile, de se divorciar e apartar da família. Hoje, vive sozinho num quarto de uma pensão, paga 10 euros por dia. Ao Rendimento Social de Inserção e à Prestação Social para a Inclusão, junta esmolas angariadas na estação de São Bento durante o dia e na Rua das Galerias de Paris à noite. Mas sem gente a circular, ‘esse rendimento desapareceu’”. (Público - 20200406)

Enquadramento: Tradicional Patologia social

Estereótipo: Fardo Social; Inabilidade social

Secção: Destaque - Coronavírus

"São homens e mulheres, quase todos com deficiência mental, todos já adultos, a maior parte na meia-idade, alguns a rondar os 60 anos." (Público - 20200412)

Enquadramento: Tradicional Médico/Individual

Estereótipo: Pena/Drama; Inabilidade Social

“A menina tem Covid-19.” “É complicado para ela entender o que está a acontecer ali dentro”, concede Duarte. “Ela tem uma debilidade mental. Como não se sente doente, para ela é muito confuso.” (Público - 20200412)

Enquadramento: Tradicional Médico / Tradicional Patologia social

Estereótipo: Pena ou Drama / Inabilidade social / Fardo Social

"“Estas pessoas têm muita dificuldade em expressar-se. São as mais frágeis das mais frágeis.”" (Público - 20200412)

Outro aspeto da análise temática foi o estudo das vozes das pessoas com deficiência nos artigos, considerando a sua presença, o protagonismo, a quem foi facultado o direito de expressão e o tipo de discurso utilizado. Adicionalmente, analisou-se se os artigos faziam referência à pandemia do coronavírus (ver Figura 5.37).

Quadro 5.37 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência, da presença da pessoa com deficiência, do protagonismo da deficiência ou pessoa com deficiência na notícia, do discurso e do Covid-19

| Code System | Public... | P2-20... | P2-20... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | Public... | SUM |
|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Journalísticos - Covid-19 | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Sim | 1 | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 12 |
| Não | | 1 | 1 | 1 | | | | | | | 1 | | 1 | | | | 5 |
| Deficiência - Voz da Deficiência | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Presença do tema da deficiência | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| PcD/deficiência é protagonista | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 11 |
| PcD/deficiência não é protagon | 1 | | | | | | 1 | | 1 | | 1 | | | | 1 | 1 | 6 |
| Presença da PcD no artigo | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| A PcD fala no artigo | 1 | | | 1 | 1 | 1 | | | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 10 |
| A PcD é parafraseada | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | 1 |
| Não dá voz a PcD | | 1 | 1 | | | | 1 | 1 | 1 | | 1 | | | | 1 | | 7 |
| De quem é a voz? Quem fala? | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| PcD | 9 | | | 15 | 23 | 16 | | | | 2 | 2 | 1 | 25 | | 3 | 2 | 98 |
| Familia da PcD | 2 | | | | | | 1 | 4 | 9 | | 2 | | | 3 | | | 21 |
| Amigos da PcD | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | 4 |
| Associação de PcD | 1 | | | | 9 | | 1 | 4 | | 1 | 3 | | | | | | 19 |
| Especialistas (Prof Saúde/Pesq | | | 1 | 7 | | | | 1 | 4 | | 5 | | | | | | 18 |
| Representantes Estado/Político | 11 | | | | | | 3 | | 1 | | 2 | 1 | | 3 | | | 21 |
| Trabalhador Instituição IPSS ou | 7 | | | | | | 9 | | | | | | | | | | 16 |
| Outros | | 3 | | 2 | | 1 | | | | | | | | | | | 6 |
| Não relacionado à Deficiência | 12 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | 13 |
| Discurso | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Tradicional | 10 | | 5 | 5 | 2 | 3 | 2 | 4 | 7 | | 2 | | | 2 | | | 42 |
| Progressista | 10 | 4 | 1 | 11 | 13 | 2 | | | 8 | | 7 | 7 | | 15 | 5 | | 83 |
| Neutro | 9 | | | 6 | 9 | 5 | 4 | | 3 | | | 1 | 2 | 2 | | | 41 |
| Não relacionado com a deficiêr | 4 | | | 7 | 9 | 3 | 8 | | 1 | 2 | | | 7 | | 3 | 2 | 46 |
| SUM | 77 | 11 | 10 | 60 | 68 | 33 | 31 | 12 | 40 | 7 | 22 | 16 | 5 | 55 | 17 | 9 | 480 |

Ao explorar com mais detalhes as vozes presentes no corpus de análise, foram codificados 216 extratos de personagens que tiveram a oportunidade de se expressar. Desses, as pessoas com deficiência foram responsáveis por 98 extratos. Contabilizaram-se também 44 extratos de pessoas diretamente relacionadas às pessoas com deficiência (familiares, amigos e representantes de instituições de e para PcD), 51 extratos de pessoas não relacionadas diretamente (especialistas, profissionais de saúde, representantes de instituições de solidariedade social, do Governo e outros) e 13 extratos não relacionados à deficiência.

Ao analisar o número de vezes em que as pessoas com deficiência se expressaram, verificou-se que, em dez dos dezassete artigos, a pessoa com deficiência teve a oportunidade de falar. Contudo, é importante destacar que, em apenas cinco desses artigos, a pessoa com deficiência ou a deficiência apareceram como protagonistas.

Quando se considerou a relação com a pandemia de coronavírus (12 artigos de um total de 17), constatou-se que a deficiência figurou como protagonista em apenas metade desses artigos. Assim, embora em mais da metade dos textos as pessoas com deficiência tenham tido voz — um dos critérios para a inclusão no corpus de análise — essas expressões não garantiram protagonismo nem visibilidade significativa à deficiência.

Além disso, os seis artigos relacionados à Covid-19 que não apresentaram a deficiência como tema central focaram, em sua maioria, em personagens que eram doentes crónicos (diabéticos, pessoas com doenças cardiovasculares ou cancro) (ver Quadro 5.38). As exceções foram a “voz” da mãe de uma menina com transtorno do espectro do autismo em um artigo que incluía outros doentes crónicos, e uma mulher com mobilidade reduzida em consequência de um AVC. Esses artigos reforçaram abordagens de cunho médico (enquadramento tradicional médico), associadas ao maior risco de comorbidades devido à Covid-19 e às dificuldades enfrentadas pela interrupção de cuidados e tratamentos de reabilitação.

Quadro 5.38 – Matriz de códigos da representação mediática da deficiência em função do protagonismo da pessoa com deficiência ou deficiência e o tipo da deficiência

| Code System | Jornalísticos - Covid-19 | Sim | Não | PcD/deficiência é protagonista | PcD/deficiência não é protagonista | SUM |
|------------------------------------|--------------------------|-----------|-----------|--------------------------------|------------------------------------|-----------|
| Cognitiva/Intelectual | | 4 | 1 | 4 | 1 | 10 |
| TEA | | 3 | | 2 | 1 | 6 |
| Trissomia 21 | | 1 | 1 | 2 | | 4 |
| D. Rara | | 1 | 1 | 2 | | 4 |
| Auditiva | | | 1 | 1 | | 2 |
| Mental (psicossocial) | | 1 | | 1 | | 2 |
| Visual | | 1 | 1 | 2 | | 4 |
| Motora/Física | | 2 | 1 | 2 | 1 | 6 |
| D. Crónica | | 5 | | | 5 | 10 |
| Cancro | | 2 | | | 2 | 4 |
| Diabétes | | 3 | | | 3 | 6 |
| D. Cardiovascular | | 2 | | | 2 | 4 |
| Geral | | 4 | 2 | 6 | | 12 |
| PcD/deficiência é protagonista | | 6 | 5 | | | 11 |
| PcD/deficiência não é protagonista | | 6 | | | | 6 |
| Σ SUM | 0 | 41 | 13 | 22 | 15 | 91 |

Os extratos foram codificados com base em Clogston (1990, 1994) e Haller (1995), classificando-os em discursos tradicionais, progressistas, neutros ou não relacionados com a deficiência. Abaixo, apresentam-se os excertos dos discursos das pessoas ouvidas, organizados segundo essa abordagem (ver Quadro 5.39).

Em cada artigo, destacou-se se a pessoa com deficiência foi ouvida e qual era a deficiência mencionada, seja pela própria pessoa, seja por outro interlocutor. Observou-se que a mesma pessoa pode, em momentos distintos, adotar um discurso tradicional ou progressista. Isso ocorre porque, apesar dos avanços, os preconceitos e estereótipos relacionados à deficiência permanecem profundamente enraizados na sociedade, dificultando a sua superação.

Por fim, é importante reiterar que os excertos destacados estão contextualizados dentro de cada artigo, e as codificações foram realizadas considerando o seu enquadramento geral e a lógica do texto como um todo.

Quadro 5.39 – A representação mediática da deficiência em função da voz da deficiência e do discurso quanto à abordagem

| Artigo: Cuidar do Porto invisível, a sonhar a mudança: a missão da Benéfica - 20200531 |
|---|
| * Deu voz à pessoa com deficiência |
| Voz: pessoa com deficiência (doença crónica - cancro) Discurso: neutro “Já fui muito falador”, afirma, máscara posta a tapar parte dos olhos, camisa amarela no corpo franzino. “Agora não... já falei quando era novo e trabalhava como vendedor.” “Vivo sozinho, não tenho ninguém” |
| Discurso: tradicional “Ainda hoje não me sinto bem. Sofro de ansiedade, tomo medicação, não durmo. Tenho medo” |
| Voz: trabalhador IPPS Discurso: tradicional “As pessoas já viviam sozinhas e ficaram ainda mais sós por causa da pandemia. Há muito medo e muita necessidade” |
| Voz: representante IPPS Discurso: progressista “As pessoas atiram pedras sem estudar a origem dos problemas, as vidas difíceis. É a sociedade que forma necessidades quando não tem respostas.” (...) “Não somos a favor da esmola, somos a favor de direitos iguais para todos.” |
| Artigo: Estar bem – O vôo da Joana (Opinião) - 20200308 |
| * Não dá voz a pessoa com deficiência |
| Voz: Instituição para pessoas com deficiência – trissomia 21 Discurso: tradicional “Quem assistiu poderá ter-se interrogado como foi possível esta dupla ter chegado ao programa e se o botão dourado teria sido pressionado, entre lágrimas do júri e aplausos de pé, se Joana não tivesse Trissomia 21. A minha intuição diz-me que não. Foi uma discriminação positiva, ainda necessária.” |
| Voz: Instituição para pessoas com deficiência Discurso: tradicional Na verdade, todo o percurso da Joana mostra que ela tem sido um exemplo de superação e de integração, e a “prova incrível” que a destacou na televisão foi apenas mais uma das suas conquistas. Discurso: Progressista |

“Foi assim na escola regular que sempre frequentou, onde a mãe exigiu (e conseguiu) que ela fosse a todas as aulas e não ficasse confinada à sala de apoio. Foi assim no teatro, num grupo amador onde era a única pessoa com deficiência. É assim no Centro de Documentação do ISPA, onde a Joana trabalha há dois anos.”

“Todos os elementos da família da Joana são facilitadores da sua inclusão. Porque não admitem que seja de outra forma, porque exigem em todos os contextos que seja tratada como pessoa e não como pessoa com Trissomia 21.”

Voz: outros

Discurso: tradicional

“há coisas na vida extraordinárias”: “Não tinha de ser tecnicamente perfeito, estava em causa a forma como vocês se conseguem relacionar. É simplesmente notável.”

Artigo: Estar bem – Quando o meu irmão é diferente – 20200503

* Não dá voz a pessoa com deficiência

Voz: especialista (profissional de saúde) – deficiência não especificada

Discurso: tradicional

“medo associado ao facto de crescer e poder adquirir características ou comportamentos semelhantes aos do irmão. “O que é que os colegas vão pensar?” Outro sentimento comum é a vergonha. As aulas online podem expor as dificuldades ou comportamentos por vezes bizarros que algumas crianças apresentam”.

Discurso: progressista

“vamos trabalhar a resiliência, a aceitação e a tolerância dentro da fratria e cultivar o bem-estar na família”.

Artigo: Tem 98% de incapacidade e desenvolveu método de acessibilidade digital - 20200302

*Deu voz à pessoa com deficiência

Voz: pessoa com deficiência (doença rara – deficiência visual e motora)

Discurso: progressista

“A academia não dá atenção a este tópico, pelo menos com a intensidade que deveria, então, os programadores não têm esse conhecimento, os gestores de projecto não têm esse conhecimento” (...) “O ideal, explicou, “é a acessibilidade estar presente em todo o ciclo de vida do software, como qualquer outra característica que se queira estrutural”.

Voz: especialista / académico

Discurso: progressista

“Se o Estado desse o seu exemplo no controlo da legislação que existe, muitas das coisas seriam acessíveis e não são”.

Discurso: tradicional

“Não só sobre o João. Sobre o João, sobre a Sofia, sobre o Lupi. Julgo que eles são exemplo de superação em permanência”.

Voz: amigo da pessoa com deficiência

| |
|---|
| <p>Discurso: tradicional</p> <p>“A condição de saúde acabava por trazer alguma incerteza sobre o futuro do João” (...) “Ele era um exemplo para os colegas devido à sua capacidade, ao seu querer, ao seu esforço.”</p> |
| <p>Artigo: Ser cego, sem tacto: como um vírus encolheu o mundo de quem não vê - 20200406</p> |
| <p>*Deu voz à pessoa com deficiência</p> |
| <p>Voz: pessoa com deficiência (deficiência visual)</p> <p>Discurso: progressista</p> <p>“A gente não vendo, vê”, tenta explicar, rosto virado ao sol. “Apenas vemos de outra maneira.” A cegueira não é apenas a falta de um sentido, mas também a ampliação e transformação de outros.”</p> |
| <p>Discurso: neutro</p> <p>“Queria ser camionista, como o meu pai. Ter uma empresa com ele e andarmos juntos na estrada.”</p> |
| <p>Discurso: tradicional</p> <p>“Para mim, foi muito importante ver como havia gente pior do que eu. A minha deficiência não é deficiência, é uma limitação.”</p> |
| <p>Voz: instituição de pessoa com deficiência</p> <p>Discurso: progressista</p> <p>“As mãos são os nossos olhos.” E os ouvidos “também ajudam”. (...) “Podem pedir por 90 dias, as licenças são gratuitas. É uma companhia e uma forma de se manterem mais informados.”</p> |
| <p>Artigo: Leónia, a paratleta de jiu-jitsu que devia estar no Mundial – 20200411</p> |
| <p>*Deu voz à pessoa com deficiência</p> |
| <p>Voz: pessoa com deficiência (deficiência física)</p> <p>Discurso: tradicional</p> <p>“Perdi a conta às operações que fiz. Só contei até dez. A partir daí, deixei de contar. Andei 16 anos com infecções.”</p> |
| <p>Discurso: progressista</p> <p>“Se uma pessoa for muito evoluída tecnicamente, isso acaba por não ser um impedimento para derrotar uma pessoa com as duas pernas.”</p> <p>“Enviei pedidos de patrocínios para vários sítios. Toda a gente me ignorou.”</p> |
| <p>Discurso: tradicional</p> <p>“Angariei o suficiente e mais um bocadinho.”</p> |
| <p>Voz: outros</p> <p>Discurso: progressista</p> <p>“Isso não é um problema. Tira a prótese e vem para o tapete”.</p> |
| <p>Artigo: Lar de deficientes em Vila do Conde tem 83 infectados entre os 94 – 20200412</p> |
| <p>* Não dá voz a pessoa com deficiência</p> |

| |
|---|
| <p>Voz: Trabalhador IPSS</p> <p>Discurso: não relacionado com a deficiência</p> <p>“Se aquela pessoa, sem febre, sem tosse, sem dificuldades respiratórias, tinha Covid-19, quem podia garantir que outras não teriam?”</p> <p>Discurso: neutro</p> <p>“Tem problemas associados. Como apareceu febril, enviámos para o hospital.”</p> |
| <p>Voz: família da pessoa com deficiência (deficiência cognitiva)</p> <p>Discurso: tradicional</p> <p>“É complicado para ela entender o que está a acontecer ali dentro”. “Ela tem uma debilidade mental. Como não se sente doente, para ela é muito confuso.”</p> |
| <p>Voz: Representante IPSS</p> <p>Discurso: tradicional</p> <p>“Estas pessoas têm muita dificuldade em expressar-se. São as mais frágeis das mais frágeis.”</p> |
| <p>Artigo: Prioridade à Covid-19 põe em risco doentes não urgentes – 20200413</p> |
| <p>* Não dá voz à pessoa com deficiência</p> |
| <p>Voz: família da pessoa com deficiência (perturbação do espectro do autismo)</p> <p>Discurso: tradicional</p> <p>“Noto que fica muito mais apática e aborrecida. A parte da interacção social também não é a mesma. Brinca com a irmã, de oito anos, quando lhe interessa a ela, mais nada.”</p> |
| <p>Voz: especialista de saúde</p> <p>Discurso: tradicional</p> <p>“Nenhum dos especialistas ouvidos pelo PÚBLICO recusou que o adiamento de terapêuticas terá consequências e que haverá muito a fazer quando for possível regressar à normalidade.”</p> |
| <p>Artigo: Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo – 20200413</p> |
| <p>*Não dá voz à pessoa com deficiência</p> |
| <p>Voz: família de pessoa com deficiência (doença rara)</p> <p>Discurso: tradicional</p> <p>“Vamos lá ver se quando isto passar ele volta a comer sozinho!”</p> |
| <p>Voz: especialista / académico</p> <p>Discurso: progressista</p> <p>Para lá de tudo o que fechou, há reajustes no serviço domiciliário e no apoio à vida independente. “Há pessoas que estão a ser privadas disso”, lamenta. Sobra para quem está em casa, o que não é bom. “Quando o cuidador está isolado e em sobrecarga excessiva, há um potencial risco de abuso, de violência, de negligência.”</p> |

“Se os professores já têm dificuldade, que dirão os pais? Estas plataformas são todas acessíveis a pessoas que têm baixa visão ou são cegas? São dúvidas que temos.”

“O medo de os ventiladores não chegarem para todos e de haver quem ache que a vida daquela pessoa vale menos”.

Voz: família de pessoa com deficiência (trisomia 21)

Discurso: progressista

“Ligámos para a Linha Saúde 24. Houve óptimo atendimento do ponto de vista humano, mas percebemos que não há orientações específicas para pessoas com síndrome de Down.”

“Estamos a apostar muito na terapia de intervenção precoce para que ela seja autónoma, realizada, feliz. Há um risco de retrocesso quando as pessoas com deficiência [intelectual] não estão activas. Estamos a tentar mantê-la activa com terapias e desafios à distância.”

Voz: família de pessoa com deficiência (doença rara)

Discurso: tradicional

“Assumimos este risco falando com a neurologista e trazendo os remédios SOS necessários, caso venha a ser preciso.”

Artigo: Com lágrimas e medo, numa missão invisível: “Temos de limpar. É o nosso trabalho” - 20200416

*Deu voz à pessoa com deficiência

Voz: pessoa com deficiência (doença crónica – diabética e hipertensa)

Discurso: Não relacionado com a deficiência

“Já vi muita coisa, mas esta é mais assustadora.” (...) “um hospital alegre”, diz Paula. Agora, “é um hospital fantasma”. “Não se vê ninguém.” Há poucas consultas, não há visitas aos internados. “É um mundo vazio lá dentro.”

Artigo: Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais, mas escolas estão a trabalhar – 20200417

*Não deu voz às pessoas com deficiência

Voz: instituições para pessoas com deficiência

Discurso: tradicional

“Sabemos, no entanto, pelos vários relatos que as famílias nos fazem chegar, que tem sido uma tarefa hercúlea manter os filhos em casa, sem as rotinas e terapias a que estavam habituados. Os pais estão a ficar exaustos, com crises de ansiedade e com dificuldades em controlar ‘as crises’ dos filhos.”

Voz: especialista em educação

Discurso: progressista

“não existe qualquer plano específico para o apoio aos alunos com necessidades especiais”. “O único documento emanado pela tutela é o que diz respeito às Orientações para o Trabalho das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva. “Que na verdade não traz nada de novo em relação ao que já estava a ser operacionalizado antes da suspensão das aulas presenciais.”

“No fundo, cada escola procura assegurar o acompanhamento dos alunos.” “O contexto actual de confinamento veio comprometer, de algum modo, o processo educativo destes alunos, agravando as vulnerabilidades que a escola procura atenuar e ultrapassar.”

Voz: família de pessoa com deficiência (perturbação do espectro do autismo)

Discurso: progressista

“Podia ser só uma manhã ou uma tarde por dia, mas isso ajudava-os a libertar energias, a manter rotinas de socialização que são muito importantes para eles, e dava um espaço aos pais, que bem estão a precisar”

Artigo: Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão – 20200426

*Deu voz à pessoa com deficiência

Voz: Instituição de pessoas com deficiência e pessoa com deficiência (paralisia cerebral)

Discurso: Progressista

“é muito importante que se consolide o que tem sido feito para combater a pobreza e a exclusão das pessoas com deficiência.”

“Tudo indica que a seguir desta crise sanitária vem uma crise económica. Há um risco de subir a pobreza e a exclusão e é preciso prestar atenção às pessoas com deficiência para não se deitar fora tudo o que se conquistou. Tenho estado em videoconferências internacionais e o slogan é: ‘No one left behind’. As pessoas com deficiência não podem ficar para trás.”

“entre 2009 e 2018 o número de desempregados com deficiência registados nos centros de emprego [até] aumentou 41% (em 2009 eram 8622, e em 2018 eram 12.135)”. Isso mostra, também, uma ânsia de mudança.”

“A educação de qualidade é um pré-requisito para entrar no mercado de trabalho, a exclusão da educação regular coloca as pessoas com deficiência numa enorme desvantagem.”

Artigo: “Tenho mais medo de andar nos transportes do que no hospital”

* Deu voz à pessoa com deficiência

Voz: pessoa com deficiência (doença crónica)

Discurso: neutro

O autocarro vai cheio de pessoas, não tem aquele espaço que pedem para dar. É um em cima do outro”, nota. Para ela, que tem “graves problemas de saúde”, o receio é maior. “Tenho lúpus, tenho diabetes, sou hipertensa. Agora com essa pandemia, é ter o máximo de cuidado.”

Artigo: Cinema para surdos? Há um estúdio a tratar disso em Portugal – 20200506

* Deu voz à pessoas com deficiência

Voz: pessoa com deficiência (deficiência auditiva)

Discurso: não relacionado com a deficiência

“Como era um miúdo, não sabia nada de cinema e ignorava que já tinham des-coberto a montagem há cem anos. Encontrei uma forma de juntar as cenas na câmara de filmar do meu pai.”

Discurso: tradicional

“Sempre me desviei do meu caminho e tive de correr atrás para o encontrar e não voltar a perdê-lo; tive de segurá-lo, voltar a pôr-me nele, de novo e de novo.”

Discurso: progressista

“Uma pessoa surda é capaz de tudo, menos de ouvir. E eu sou uma pessoa surda. Mas prefiro ser o Zé Luís.”

Lamenta que existam tantos “obstáculos, barreiras de comunicação, falta de informação e de igualdade de oportunidades”. “Não há actores surdos profissionais. Não há legendas em filmes nacionais. Não há língua gestual portuguesa (LGP) nos filmes. Não se aborda um contexto social que fale das pessoas surdas, apesar de elas fazerem parte da sociedade desde os primórdios.”

“a pandemia tem provocado uma viragem na realidade, para que todos olhem em redor, abram os olhos e vejam que somos todos iguais”.

“devemos juntos quebrar as barreiras e criar acessibilidade”. “Quem nunca foi surdo não faz ideia de como é ser surdo. Na rua, olhamos para a pessoa e não sabemos que ela é surda, até a contactarmos ou até ela começar a falar por gestos.” E “o preconceito cresce quando há falta de conhecimento.” Por isso é preciso “educar” o público logo desde a infância. “Quando falo, as pessoas não me percebem. Quem se esforça sou eu — tal como a maioria das pessoas surdas. Eu não tenho problemas em relacionar-me com as pessoas, ir até elas e falar. Por que não fazem o mesmo?”

Artigo: Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte – 20200517

* Não deu voz à pessoa com deficiência

Voz: representante do Estado

Discurso: progressista

“os pais vão voltar ao trabalho e mesmo os que não trabalham, ao fim de dois meses, 24 horas sobre 24 horas, a cuidar de pessoas com deficiências moderadas ou severas, a maioria com multideficiência, então a entrar em rutura.”

Voz: família de pessoa com deficiência (perturbação do espectro do autismo)

Discurso: progressista

“Mãe, queres ir para casa”, repete o filho de Ana Perro. “Ele fala assim. Está cheio de saudades. Há muitos lá que choram diariamente pelos pais. Será que as pessoas entendem o sofrimento que isto causa?”, pergunta. Contesta a equiparação a lares de idosos. “Esquecem-se de uma questão muito importante: existe uma parte que não tem família e não sai, mas há outra que sai aos fins-de-semana.”

Artigo: Surto no bairro da Jamaica: “Se sairmos daqui, para onde vamos?” – 20200527

* Deu voz à pessoa com deficiência

Voz: pessoa com deficiência (doença crónica – diabética e hipertensa)

Discurso: não relacionado com a deficiência

“Venha cá sábado ou domingo para ver como isto fica. Nós aqui não somos muito, mas vêm pessoas de fora.”
“Soube há coisa de 15 dias quando a câmara veio distribuir máscaras.”

Artigo: No hospital de Loures, a Covid-19 ainda não deu descanso - 20200528

* Deu voz à pessoa com deficiência

Voz: “Mas eu sou carvalho, sou forte”, brinca. “Quería ver se chegava aos 110 anos.” (...) “Fartou-se de chorar. É lógico, estamos casados há 56 anos. É daqueles casamentos antigos.”

Discurso: não relacionado com a deficiência

Para finalizar a investigação sobre a representação das pessoas com deficiência durante o primeiro confinamento português, conforme estabelecido nos objetivos da presente tese, realizou-se a análise visual dos artigos, com foco específico no estudo de todas as fotografias encontradas. Todos os artigos selecionados continham fotografias, com exceção de um, que apresentava uma ilustração. As imagens podem complementar as informações jornalísticas ou reforçar as mensagens publicadas.

A análise seguiu o exame das retóricas visuais propostas por Garland-Thomson (2002), complementada pela identificação do tipo de deficiência retratada nas imagens. Foi necessário acrescentar aos códigos de retóricas visuais a categoria de “ocultação da deficiência” (ver Quadro 5.40).

Os resultados revelaram 30 extratos codificados, sendo que cerca de 35% das imagens não estavam relacionadas com a deficiência, sobretudo em artigos que abordavam o coronavírus. Observou-se um equilíbrio entre as retóricas visuais associadas aos enquadramentos tradicionais – sentimental (6) e maravilhoso (1) – e as ligadas aos enquadramentos progressistas – realista (7). Contudo, identificaram-se quatro fotografias nas quais a deficiência foi ocultada.

A ocultação da deficiência é uma prática comum nos órgãos mediáticos. Embora frequentemente justificada como respeito ao código ético e deontológico da profissão, esta escolha reflete também uma decisão editorial. Essa ocultação simboliza, de certa forma, um “viver à sombra”, promovendo uma despersonalização. Nessas situações, o problema abordado não tem um rosto, não representa um sujeito ou um cidadão real. No artigo intitulado “Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão”, o protagonista Rui Coimbra, representante do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, não aparece na fotografia. A escolha editorial recaiu sobre uma imagem que mostra a sombra de uma pessoa em cadeira de rodas elétrica atravessando a rua, seguida pela sombra de uma pessoa sem deficiência. Essa ausência de rosto compromete a credibilidade e a humanidade das informações, reduzindo-as a números desprovidos de contexto humano.

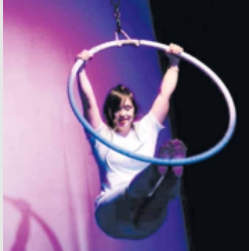



Os rostos, por outro lado, estiveram frequentemente associados às retóricas sentimentais. Na análise, estas retóricas acompanharam os enquadramentos tradicionais médico e de patologia social, bem como estereótipos de fardo social, pena, drama e inabilidade social. Visualmente, reforçaram a ideia da pessoa com deficiência enquanto dependente do cuidado do Estado (via prestações sociais) ou de terceiros (principalmente familiares), além de caracterizarem a deficiência como um problema médico que exige reabilitação e cuidados de saúde.






Apenas uma fotografia foi codificada como pertencente à retórica maravilhosa. Nela, uma menina com trissomia 21 aparece suspensa num arco de trapézio, evocando sentimentos de superação e admiração, alinhados ao enquadramento tradicional supercrip e ao estereótipo de pessoa extraordinária.

As fotografias com retóricas realistas estavam presentes em artigos onde as pessoas com deficiência ou a deficiência eram protagonistas, geralmente associados a enquadramentos progressistas, como direitos civis, legalidade e pluralismo cultural. No entanto, como já mencionado, as edições dos artigos mostram avanços em direção a uma abordagem baseada em direitos, mas ainda revelam trechos editados

segundo os modelos de superação, médico e de patologia social, assim como estereótipos de superação, drama e fardo social.

Quadro 5.40 – A representação da deficiência em função das retóricas visuais, dos enquadramentos e dos estereótipos presentes nas fotografias (Garland-Thomson, 2002; Soo Ang & Lee Yeo, 2018).

| Títulos | Retórica Visual | Fotografia |
|---|-----------------|--|
| O “voo” da Joana | Maravilhoso |  |
| Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão | Ocultadas |  |
| Centros de actividades reabrem, deficientes em lares ficam à parte | Ocultadas |  |
| Não há um “plano específico” para alunos com necessidades especiais mas escolas estão a trabalhar | Ocultadas |  |

| | | |
|---|--------------------|--|
| <p>Leónia, a paratleta de jiu-jitsu que devia estar no Mundial</p> | <p>Realista</p> |  |
| <p>Cinema para surdos? Há um estúdio a tratar disso em Portugal</p> | <p>Realista</p> |  |
| <p>Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo</p> | <p>Realista</p> |  |
| <p>Tem 98% de incapacidade e desenvolveu método de acessibilidade digital</p> | <p>Realista</p> |  |
| <p>Cuidar do Porto invisível, a sonhar a mudança: a missão da Benéfica</p> | <p>Sentimental</p> |  |

| | | |
|---|--------------------------------|---|
| <p>Ser cego, sem tacto: como um vírus encolheu o mundo de quem não vê</p> | <p>Sentimental</p> |  |
| <p>Prioridade à covid-19 põe em risco doentes não urgentes</p> | <p>Sentimental</p> |  |
| <p>Lar de deficientes em Vila do Conde tem 83 infectados entre os 94 residentes</p> | <p>Sentimental / Ocultados</p> |  |

5.2 Revisão das hipóteses

Os resultados apresentados permitiram confirmar ou refutar as hipóteses enunciadas no capítulo 4.

Hipótese 1: A quantidade de artigos sobre a temática da deficiência e/ou das pessoas com deficiência aumentou.

Refutada. Não foi possível identificar, nos dados recolhidos, um aumento linear no número de artigos publicados sobre a deficiência. No Estudo 1 (2008-2013), observou-se um aumento de +1,41 p.p. após 2008, mas com decréscimo no último ano analisado. No Estudo 2 (2014-2018), houve um crescimento significativo no primeiro ano (+11,39 p.p.), seguido por uma diminuição entre 2015 e 2018 (-4,33 p.p.).

Hipótese 2: A imprensa portuguesa deu mais destaque e visibilidade à temática da deficiência.

Parcialmente confirmada. A variável ênfase, entre as bibliográficas analisadas, mostrou uma evolução positiva. De um período sem capas ou destaques significativos, passou-se a 10% dos artigos em capas no Estudo 2. Contudo, esta evolução não foi linear ao longo do tempo. Apesar da ênfase, as variáveis tópico principal, assunto, tipo e dimensão das notícias confirmaram a hipótese apenas

parcialmente. Não houve avanços relevantes na abordagem de temas fundamentais como educação, trabalho, mobilidade, acessibilidade e vida independente. A dimensão dos artigos, majoritariamente médios e pequenos, evidenciou a superficialidade do tratamento, mesmo em reportagens.

Hipótese 3: As pessoas com deficiência aumentaram a participação como fonte e “vozes” dos artigos.

Confirmada. Houve um aumento expressivo no papel das pessoas com deficiência como fonte dos artigos. Verificou-se um número crescente de citações das próprias pessoas com deficiência, particularmente nos últimos cinco anos do estudo. Também se observou uma diminuição de artigos sem qualquer ponto de vista das pessoas com deficiência. Familiares, cuidadores e associações contribuíram significativamente.

Hipótese 4: As pessoas com deficiência tiveram visibilidade durante o primeiro confinamento português do coronavírus, uma vez que se tratavam de pessoas com mais desvantagens sociais, além do risco acrescido de comorbidades.

Refutada. A deficiência continuou a ser tratada de forma marginal na imprensa portuguesa, incluindo no jornal Público. Durante três meses, apenas 109 artigos mencionaram a deficiência ou pessoas com deficiência, mantendo a representatividade da temática em apenas 1%. Quanto à ênfase, os artigos seguiram o padrão dos últimos anos (2014-2018): 52% localizados em áreas de maior destaque, enquanto 55% tinham dimensão média e 12%, pequena. Além disso, 26% dos artigos não apresentavam fotografias, e 51% das imagens não estavam relacionadas à deficiência, evidenciando a falta de profundidade. Apenas 36% dos artigos colocaram a deficiência em primeiro plano, e 2% eram continuação.

Hipótese 5: A cobertura da deficiência durante o primeiro confinamento português esteve relacionada aos direitos das pessoas com deficiência.

Confirmada. As análises mistas demonstraram que, embora poucos artigos tenham abordado a deficiência de forma específica, os enquadramentos progressistas de direitos civis e legais prevaleceram. No entanto, os mesmos artigos também incluíram abordagens baseadas em enquadramentos tradicionais (médico, superação e patologia social) e estereótipos.

Hipótese 6: As pessoas com deficiência participaram dos artigos relacionados com a deficiência durante o primeiro confinamento português, atuando como principal fonte e “voz”.

Refutada. A pesquisa quantitativa mostrou que apenas 7% dos artigos utilizaram pessoas com deficiência como fonte direta, enquanto familiares e cuidadores somaram 23%. O Governo, peritos e profissionais de saúde foram as fontes mais consultadas. Além disso, apenas 9% dos artigos incluíram citações ou paráfrases de pessoas com deficiência, predominando as vozes de médicos e especialistas.

A pesquisa qualitativa também evidenciou que, dos dezassete artigos selecionados, apenas em dez as pessoas com deficiência tiveram voz, sendo protagonistas em apenas cinco.

CAPÍTULO 6

Discussão dos resultados

Os resultados apresentados anteriormente serão discutidos no presente capítulo, tendo como objetivo dar resposta à questão de partida “Como a deficiência e as pessoas com deficiência são representadas pela imprensa portuguesa?”. Para responder a esta questão foram identificados objetivos e hipóteses que orientaram a investigação, conforme apresentado no capítulo 4.

Mais uma vez, recorda-se que os Estudos 1, 2 e 3 foram realizados a partir de três bancos de dados com corpus distintos e algumas diferenças nas grelhas de análise. Optou-se por analisá-los e apresentar os resultados de cada estudo independentemente, conforme visto no capítulo anterior. Portanto, os debates levantados aqui levaram em conta essas diferenças de tempo, de corpo e da própria estrutura dos dados de cada um. No entanto, foi possível fazer inferências ligadas aos resultados de várias pesquisas sobre media e deficiência conduzidas em várias partes do mundo, incluindo Portugal, conforme discutido no capítulo 3.

Ao longo deste capítulo, os resultados serão discutidos e organizados de acordo com os objetivos específicos definidos: a noticiabilidade e as características jornalísticas dos artigos, a representação das pessoas com deficiência e o papel dessas pessoas como fontes e vozes nos artigos analisados.

6.1 Observatório da deficiência na imprensa portuguesa

A noticiabilidade da deficiência entre os anos de 2008 e 2018, década subsequente à assinatura por Portugal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi analisada nos principais jornais impressos do país, por meio de dois bancos de dados independentes, cedidos por projetos de pesquisa da Universidade de Lisboa.⁸³ O período do confinamento português, ocasionado pelo coronavírus, foi analisado a partir de um banco de dados recolhido, tratado e analisado pela presente autora, tendo como base as grelhas dos Estudos 1 e 2, salvo algumas adaptações. Todas as edições impressas do Público, jornal diário de referência, no período estendendo-se de 1 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, foram analisadas. Utilizou-se, para tal, pesquisa de métodos mistos com análise de conteúdo e análise temática.

6.1.1 A noticiabilidade da deficiência (2008-2018 e Covid-19)

⁸³ O Projeto Indicadores Sociais para a Monitorização dos Direitos Humanos da Deficiência: Um Estudo Exploratório (2013-2014), do ODDH (ISCSP – Universidade de Lisboa) e Projeto de Representações Mediáticas de Públicos Sensíveis (2014-2021), realizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

Como foi demonstrado nos resultados (Estudo 1 e Estudo 3), a temática da deficiência manteve-se com uma representatividade muito baixa, próxima de um 1% dos artigos publicados. Desta maneira, Portugal acompanhou a tendência de todos os estudos consultados para a presente investigação, incluindo alguns de mais de 25 anos (Barnes, 1992; Gilbert et al., 1997; Shakespeare, 1994) e outros bem recentes (Rensburg, 2022; Ye & Zeldes, 2019), com a deficiência a receber atenção marginal e a gerar uma permanente subrepresentação mediática.

É sabido que os media moldam muitas das percepções sociais, participando na construção das representações sociais. Uma maior representatividade mediática das pessoas com deficiência poderia aumentar a conscientização e conhecimento sobre a deficiência, estimulando os debates sobre os pressupostos normativos que fundamentam essas representações (Titchkosky, 2020). Além disso, representaria uma oportunidade para compreender a deficiência de forma diferente relativa ao modo como “a sociedade nos criou e acredita que somos” (Stiker, 1997, p. 51).

Para minorias, como as pessoas com deficiência, a representação mediática significa um poderoso meio de acesso e inclusão social. Logo, quando não são suficientemente representadas, como vem a acontecer ao longo dos anos, permanecem invisíveis. Para agravar a situação, enquanto não forem representadas de forma adequada, a sociedade continuará a compreendê-las de maneira equivocada, a ignorar sua relevância, a desconhecer os seus direitos, a reforçar estereótipos e, conseqüentemente, a agir de forma discriminatória (Jeffress, 2022).

As questões levantadas, concomitantemente, dizem respeito às características jornalísticas da imprensa portuguesa, resultantes de escolhas editoriais que projetam a visibilidade de determinados assuntos. Desta forma, a atenção marginal dedicada à deficiência fica evidente quando se analisa os resultados da caracterização das notícias, indo ao encontro do estudo de Devotta et al. (2013). Os resultados demonstraram que a temática da deficiência não ocupou espaço de destaque jornalístico. O Estudo 1 apontou que no período entre julho de 2008 e junho de 2013 não houve publicações na capa de três jornais impressos com grande expressividade em Portugal, enquanto as publicações nas páginas 3 e contra-capas ficaram abaixo de 1%, com a maioria dos artigos a concentrar-se nas páginas pares. Nos cinco anos seguintes, já foi possível verificar alguma evolução com as pessoas com deficiência a ocupar 10% das capas, embora ainda distantes de outras áreas de destaque, como a página 3 e a contracapa. Durante o período da Covid-19, as capas também registraram cerca de 10% das publicações, com a maioria concentrada nas páginas ímpares (28%). No entanto, a urgência da temática da pandemia foi um fator determinante para essa pseudo-evolução, refletida nos 8% dos artigos que ocuparam a página 3 e nos 24% publicados em páginas duplas.

Em continuidade, outras variáveis demonstraram como a temática da deficiência manteve-se invisibilizada. Embora, as reportagens se tenham mantida perto dos 55%, a dimensão dos artigos pode evidenciar a pouca profundidade trabalhada. Entre 2008 e 2013, a maioria dos textos era de média dimensão (55%), mas, entre 2014 e 2018, houve um aumento significativo de notícias pequenas, até 300 palavras, que passaram a representar 88%.

É sabido que a diminuição das dimensões dos artigos pode também demonstrar uma mudança dos próprios formatos jornalísticos ao longo dos anos. Porém, não deixa de suscitar preocupação com a conhecida simplificação e superficialidade com que a temática da deficiência é tratada (Jeffress, 2022). Mais uma vez, reafirma-se a importância de informar o público geral sobre a deficiência, pois os media são uma das únicas formas de contacto com esta realidade. As muitas barreiras sociais impostas impedem a inclusão de pessoas com deficiência no cotidiano social (Haller et al., 2006), o que agrava a situação de exclusão e dificulta a quebra de estereótipos, bem como a conscientização de direitos.

No período pandêmico, 68% dos artigos analisados foram reportagens, representando um aumento na dimensão das notícias, com 55% classificadas como de média dimensão e 33% como de grande dimensão. Esse crescimento pode ser explicado pela relevância e pelo impacto das notícias relacionadas à Covid-19, que exigiram maior aprofundamento no tema e um esforço redobrado para informar a população.

Os artigos ocuparam maioritariamente a secção sociedade nos três estudos, com poucos artigos, por exemplo, nas secções de política, economia ou cultura. A CDPD por si só representaria um guia de pautas essenciais e relevantes para a garantia plena e igualitária de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, assim como a promoção do respeito à sua dignidade inerente. Uma importante discussão como a participação na vida pública e política, deveria ser pautada e discutida (Ogundola, 2020), assim como o acesso à cultura e ao lazer, programas de habitação, aposentação, crédito financeiro entre outros. A ratificação da CDCP por vários países, a partir do início do século XXI, provocou a expectativa em ativistas e estudiosos da deficiência de uma maior visibilidade e cobrança dos direitos previstos na Convenção por parte da imprensa (Burns & Haller, 2015). Porém, os estudos vêm demonstrando que a realidade de invisibilidade mediática se mantém.

Os Estudos 2 e 3 permitiram também constatar que as histórias abordadas não têm continuidade, ou seja, não há, nas publicações subsequentes, um acompanhamento do desenvolvimento daquela informação, o que, no jornalismo, é denominado de follow up. Da mesma forma, o Estudo 1 demonstrou que poucos “casos quentes” foram publicados (apenas 13%), sugerindo uma posição editorial de não acompanhamento dos acontecimentos do momento que dizem respeito às pessoas com deficiência. Estas duas variáveis, mesmo que de corpus e períodos diferentes, evidenciam uma falha dos media no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, se tivermos em conta o seu compromisso e a sua função de fiscalização dos poderes público e privado (Kovach & Rosenstiel, 2021).

Mais do que retratar as condições atuais, é preciso reivindicar medidas que viabilizem a autonomia e a independência de adultos com deficiência. É necessário ultrapassar o foco exclusivo em artigos se debruçam sobre educação especial e benefícios, pois a efetivação da vida independente exige um mercado de trabalho acessível, medidas de formação de jovens e adultos, mobilidade urbana, transporte acessíveis e a salvaguarda de direitos políticos. Os jornalistas precisam articular os dados com as pessoas com deficiência e os agentes responsáveis por implementar as políticas públicas ou as próprias ações inclusivas, como o Estado, o sistema de Justiça e as empresas privadas.

Pode-se verificar como poucos artigos abordam a realidade dos alunos com deficiência nas universidades portuguesas, e ainda, como se desenvolve o percurso académico desses alunos que muitas vezes não permanecem na universidade (Nogueira et al, 2023; Capucha, 2023)

É igualmente necessário sensibilizar a sociedade para os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, conforme estabelecido pelo Artigo 8º da CDPD. Nesse sentido, torna-se urgente conscientizar os jornalistas sobre a necessidade de alterar a forma como abordam a deficiência. É comum que os textos levem os leitores a imaginar suas vidas com deficiência, associando-as às dificuldades e ao peso de viver com um corpo ou mente considerados não funcionais ou fora da norma humana (Titchkosky, 2020).

Na maioria dos casos, as pessoas com deficiência não são o foco central dos artigos; em vez disso, suas limitações ou, por vezes, suas superações ocupam esse espaço (Goethals et al., 2022). É raro encontrar textos que retratem a vida das pessoas com deficiência como valorosa e desejável, apresentando-as como cidadãos independentes, autônomos e autodeterminados.

Os resultados evidenciaram que, no período de 2014 a 2018, 43% dos artigos analisados apresentaram um enfoque negativo. Durante a pandemia de Covid-19, esse número aumentou para 51%, demonstrando a persistência de representações desfavoráveis nesse contexto.

A situação agrava-se pelo facto de haver pouquíssimos ou, em muitos casos, nenhum jornalista especializado em deficiência nas redações portuguesas, assim como em outras partes do mundo (Burns, 2020; Burns & Haller, 2015; C. T. Jones, 2020). No Estudo 1, constatou-se que 87 jornalistas diferentes assinaram 139 artigos, e a análise qualitativa do Estudo 3 também evidenciou a ausência de profissionais especializados na matéria.

É fato que, para compreender a questão da deficiência de forma a romper com os antigos padrões de representação mediática, é necessário interesse por parte das redações, incluindo jornalistas, direções e órgãos de media, em criar conexões com as comunidades de pessoas com deficiência e em dedicar-se a entender suas questões e necessidades, especializando-se na área (C. T. Jones, 2020). A falta de jornalistas especializados em deficiência perpetua erros primários, como o uso inadequado de termos como “portador de deficiência”, e impede que as representações mediáticas da deficiência rompam com os estereótipos sociais baseados na ideia de superação ou no entendimento da incapacidade como algo que deve ser curado ou ajustado aos padrões de normalidade.

Conforme tratado no capítulo 3, é essencial que o tema da deficiência seja abordado na formação de profissionais de comunicação, tanto na graduação quanto em programas de formação continuada (Burns, 2016; C. T. Jones, 2020). Isso permitirá que os futuros profissionais compreendam que a deficiência não precisa ser enquadrada exclusivamente no valor-notícia da tragédia, mas pode abrir espaço para uma diversidade de oportunidades de visibilidade.

O *National Center on Disability and Journalism*, fundado em 1998, sediado na *Walter Cronkite School of Journalism and Mass Communication*, no Arizona, Estados Unidos da América, é um órgão que se concentra em prover informações e conhecimento sobre a forma como os media podem cobrir a

deficiência e as pessoas com deficiência. Em Portugal, de 2011 a 2015, foi instituído, pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), o Grupo de Reflexão “Media e Deficiência com o objetivo de promover maior visibilidade para as questões da deficiência nos diversos órgãos de comunicação social. O Grupo chegou a lançar um guia de boas-práticas.⁸⁴ Em 2023, foi lançado por outros jornalistas um outro guia mais amplo, porém baseado no primeiro, intitulado “Como (e quando) falar da deficiência – Um guia para profissionais de comunicação cultural e jornalistas”⁸⁵.

É preciso refletir ainda sobre a pouca representatividade de jornalistas com deficiência nas redações. Estudos demonstram que o mercado de media é bastante desafiador no que se refere a inclusão de profissionais com deficiência (Bendukurthi & Raman, 2020; Burns, 2020; Chadwick, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019). Há um medo persistente por parte dos empregadores em incluir pessoas com deficiência, relacionado à competência para desempenhar as funções, aos custos associados às contratações e à interação com outros empregados (Ellis & Merchant, 2020). Por sua vez, as pessoas com deficiência também declaram dificuldades em relação à candidatura, à contratação e ao efetivo exercício da função. Embora exista a Lei Nº 4/2019, de 10 de janeiro, que estabelece um sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, é necessário um esforço adicional por meio de políticas públicas para superar as dificuldades mencionadas.

Com um mercado de media em constante transformação, a especialização dos jornalistas e a inclusão de pessoas com deficiência já não são as únicas formas de modificar as representações mediáticas da deficiência. A acompanhar o movimento mediático atual, as próprias pessoas com deficiência, por meio das redes sociais, têm buscado expor suas perspectivas e levantar os temas mais relevantes a serem abordados, produzindo seus próprios conteúdos (Cardoso, 2023). A internet apresenta uma oportunidade significativa para a diversidade, ao possibilitar o alcance de audiências pequenas ou especializadas (Ellis & Merchant, 2020). Essa prática permite que essas pessoas divulguem suas histórias e alcancem o público diretamente (C. T. Jones, 2020), além de acessarem conteúdos mais alinhados aos seus interesses, inclusive aqueles relacionados à questão da deficiência.

É indiscutível a importância das novas formas de comunicação proporcionadas pela internet. No entanto é importante que as pessoas com deficiência alcancem um canal por meio do qual suas perspectivas possam ser ouvidas e suas histórias contadas para uma base de espectadores mais ampla, além dos consumidores de nicho (Burns, 2020).

Por mais que outros atores estejam presentes no cenário mediático contemporâneo, os jornalistas continuam a desempenhar um papel central na promoção da inclusão. Cada vez mais, é essencial que o jornalista atue como um curador da informação, conectando sociedade e tecnologia em um ambiente complexo: “entre as notícias e as análises, entre a apuração e a seleção, entre a orientação e a

⁸⁴ Alexandre, D. (2012). *A Deficiência na Comunicação Social-Guia de Boas Práticas para Jornalistas*. Lisboa: Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

⁸⁵ Vlachou, M.; Alexandre, D. (2023). *Como (e quando) falar da deficiência – Um guia para profissionais de comunicação cultural e jornalistas*. Almada: Acesso Cultura, Associação Cultural.

investigação⁸⁶” (Bardoel & Deuze, 2001). Logo, é a sua formação académica e profissional que os habilita a exercer o processo de verificação na produção das notícias (função central do jornalismo), além de interligar dados, fazer análises e auxiliar o público a discernir no que acreditar, numa sociedade cada vez mais saturada de informações (Kovach & Rosenstiel, 2021).

Uma vez que os media seriam a forma de se tomar conhecimento da deficiência em larga escala, as características dos artigos apresentadas neste estudo demonstram as inúmeras oportunidades negligenciadas em fornecer aos leitores informações que possam aumentar suas compreensões da multidimensionalidade da vida de pessoas com deficiência (S. Jones & Harwood, 2009). O rompimento com a invisibilidade da deficiência passa pela garantia de mais espaço mediático. É preciso transpor a lógica estigmatizante da representação da deficiência e voltar a atenção para questões essenciais para o exercício de uma vida plena e produtiva, como os aspetos económicos, políticos e sociais que afetam diretamente as pessoas com deficiência.

6.1.2 A representação da deficiência na imprensa portuguesa

Num segundo momento, buscou-se analisar como as pessoas com deficiência apareciam na imprensa portuguesa, refletindo sobre o impacto que os media têm na construção das crenças e atitudes do público, bem como na sua relação com as mudanças sociais (Happer & Philo, 2013).

As mensagens mediáticas são frequentemente construídas por meio de técnicas destinadas a reforçar, sedimentar e legitimar suas decodificações dentro de limites de definições dominantes. Qualquer cultura procura delinear mapeamentos relativos à ordem social, económica e política, porém esses não são homogêneos nem incontestáveis. As convenções utilizadas nas construções das mensagens, por vezes vistas como naturais, são construídas baseadas nas intenções do emissor. Embora os significados não sejam totalmente definidos por códigos culturais fixos, eles são gerados dentro de um sistema amplamente orientado por normas sociais e culturais aceitas (Álvares, 2007).

A partir de então, os media podem exercer uma função social estabilizadora, enquanto guardiães das representações sociais vigentes, ou ainda uma função social transformadora, a partir da provocação de alterações de representações cristalizadas. No entanto, alguns estudos demonstram que os media tendem a se manter ao lado dos grupos dominantes, sejam para manter o status quo (Happer & Philo, 2013) ou para endossar mudanças provocadas, por exemplo, por uma elite política dominante (Burns & Haller, 2015).

As variáveis da deficiência permitiram refletir conjuntamente como as pessoas com deficiência foram representadas durante a década estudada. Mais uma vez, destaca-se que nos Estudos 2 e 3 incluíram-se as doenças crónicas. Em Portugal, o percentual de incapacidade de cada indivíduo é

⁸⁶ No original: “between news and analysis, between annotation and selection, between orientation and investigation” (Bardoel & Deuze, 2001, p. 101).

valorado para a emissão do atestado médico de incapacidade multiuso, cuja emissão é o que permite o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência pelo Estado português. Ademais, muitas doenças crônicas acabam por ocasionar incapacidades duradouras e permanentes que podem impedir a plena e efectiva participação na sociedade em condições de igualdade com os demais.

Desta forma, pôde-se refletir sobre o impacto do número de artigos com a deficiência codificada como doença crónica na representatividade da deficiência no noticiário jornalístico do Estudo 2 (715 dos 1062 – 67%). Do mesmo modo, durante a pandemia, as doenças crônicas foram responsáveis por 21% dos artigos (23 dos 109). Na pesquisa qualitativa, verificou-se que as doenças crônicas estavam exclusivamente relacionadas com os artigos sobre o Covid-19, porém a condição de pessoa com deficiência não era central no artigo. O coronavírus estava em primeiro plano, associado às maiores probabilidades de desenvolvê-lo pela pré-existência de doenças crônicas. Nesse caso, o principal motivo da deficiência estar presente no artigo se deu pelo paradigma médico. Foi possível ainda, nos Estudos 2 e 3, confirmar como a saúde foi o assunto mais abordado.

Por sua vez, a deficiência psicossocial e a deficiência intelectual podem estar associadas a artigos que enquadram as pessoas com deficiência como dependentes e improdutivas, necessitadas de apoio familiar e/ou da institucionalização do Estado. É comum estar associada também aos estereótipos de inabilidade social e de fardo para as famílias, para os cuidadores e para o Estado (Aspler et al., 2022; Fletcher-Randle, 2022; Machado, 2004; Sałkowska & Zakrzewska-Manterys, 2020). Especificamente, sobre as deficiências intelectuais, como o autismo e a trissomia 21, estão também associados à infância, ao cuidado familiar (Rensburg, 2022) e muito relacionadas às pautas sobre educação especial. Estudos vão demonstrar como a representação é centrada no discurso da reabilitação das inabilidades sociais e cognitivas enquanto problema individual, e não sobre como a sociedade e o ambiente falham em não incluir e apoiar as diferentes formas de comunicação, experiência e interação das pessoas na sociedade (Fletcher-Randle, 2022).

Geralmente as deficiências psicossociais e, particularmente o autismo, são representadas como características de indivíduos incontroláveis, agressivos e até mesmo violentos, fardos para as famílias, para o sistema educacional e para a comunidade (S. Jones & Harwood, 2009). Esses estereótipos são acompanhados da ideia da cura ou do uso de remédios como o único caminho para uma vida feliz e produtiva. Por sua vez, a trissomia 21 apresenta indivíduos afáveis e infantilizados, improváveis de levar uma vida independente e autónoma (Landmark, 2022). Há aqui também um dualismo de representação que, embora pareça dicotómico, por vezes se completa na forma excludente em que se organiza.

A representação mediática das deficiências psicossociais vem carregada de discursos sociais negativos, retratando essas pessoas como perigosas, violentas ou como indivíduos que deveriam sentir vergonha da sua condição (Mellifont & Smith-Merry, 2015). O Estudo 2 demonstrou a relação da deficiência mental com assuntos de criminalidade, segurança pública e dramas sociais. Muitas das deficiências invisíveis, especialmente as psicossociais, ainda não são bem compreendidas e tornam-se difíceis de serem representadas social, cultural e politicamente (Mantilla & Goggin, 2020). Como em

um ciclo, os estereótipos perpetuam-se pela cobertura mediática negativa, e as pessoas com deficiências psicossociais permanecem negligenciadas socialmente.

Na fase qualitativa do Estudo 3, pôde-se verificar como a imprensa destacou o fardo das famílias em ter que cuidar das pessoas com deficiência, especialmente as pessoas com autismo, sendo retratados como dependentes e incontroláveis. O único artigo sobre educação especial destacou as dificuldades que os professores enfrentam no dia a dia escolar e a preocupação com os pais em terem que lidar com as dificuldades de aprendizagem dos filhos durante o confinamento e o ensino à distância.

Ademais, a questão da dificuldade de comunicação dos deficientes cognitivos foi foco de um artigo sobre centros de actividades. As representações são frequentemente centradas nas dificuldades desses indivíduos em se adequarem a um padrão normativo, em vez de provocarem uma reflexão sobre as diferenças cognitivas como uma expressão natural da diversidade humana. (Fletcher-Randle, 2022). Desta maneira, os jornalistas passam ao largo de estimular discussões sobre o direito inerente de pessoas neurodivergentes à inclusão e à justiça social. Como o foco principal está nas suas inabilidades, a inclusão passa a soar como um benefício ou um favor dos chamados neurotípicos. Do mesmo modo, é incomum haver artigos sobre a vida de pessoas adultas com deficiência intelectual dissociadas de instituições particulares de proteção social. A falta de atributos capacitantes é socialmente construído como algo que diminui as oportunidades da vida de pessoas com deficiência (Soo Ang & Lee Yeo, 2018), não se levantando a discussão sobre as barreiras sociais enfrentadas ao exercício de uma vida plena e digna.

Ainda se pode refletir sobre os artigos nos quais a deficiência aparece de forma genérica. Alguns estudos justificam a formação de um grupo único e uniforme pelas próprias dinâmicas do movimento social, o que frequentemente resulta no distanciamento das muitas particularidades das pessoas com deficiência. Embora essas especificidades nem sempre se alinhem, ao representar um coletivo afetado por questões estruturais e que necessita de intervenções legislativas para garantir seus direitos civis, o movimento de pessoas com deficiência acaba por se configurar como um ativismo voltado para avanços interseccionais, buscando justiça social e projetos emancipatórios. (Aspler et al., 2022). Logo, esta representação social por vezes é espelhada nas representações mediáticas, com os jornalistas a criar uma representação homogénea, sem especificar as necessidades das pessoas com deficiência (Soo Ang & Lee Yeo, 2018). Foi demonstrado pelo Estudo 3, que os artigos apresentaram maioritariamente a deficiência como geral, ou não específica. Estes números podem ser justificados por, no período pandémico, os jornalistas buscarem explorar assuntos que abrangessem as pessoas com deficiência enquanto grupo comum.

Por fim, Haller (2000) afirma que as deficiências visíveis como as motoras, atraem mais atenção dos media, pois são mais perceptíveis perante o público. Da mesma forma, Ciot (2010) destaca que as deficiências menos perceptíveis causam menos impacto emocional nos leitores. O uso de imagens de pessoas em cadeiras de rodas ou com equipamentos relacionados à deficiência vai ao encontro da retórica da tragédia (Haller, 2000), que, por sua vez, encaminha o discurso para a dependência patológica

social, ou para a superação e a inspiração de pessoas não deficientes (Haller & Preston, 2017). A deficiência motora, na década estudada, aparece vinculada às representações esportivas, corroborando com os autores, inclusive no que se relaciona com o enquadramento *supercrip*.

Os enquadramentos são as formas escolhidas pelos media para caracterizar uma situação, ao organizar as referências e os elementos que os públicos usam para interpretar e discutir ideias, eventos e políticas (Entman, 2007). Como já afirmado, os discursos mediáticos podem selecionar, transformar e acrescentar elementos às práticas sociais e, conseqüentemente recontextualizá-las. A deficiência não é somente uma variação anatômica e cognitiva da condição humana, mas sim, uma condicionante social imposta às pessoas cujas características as tornam incapazes de atender às expectativas sociais (Shakespeare, 1996).

Mais uma vez, retoma-se a revisão da literatura para situar como se dá a seleção e a organização das informações pelos media sobre as questões da deficiência. Por meio das teorias de *gatekeeping*, *agenda-setting* e dos enquadramentos, os media conscientizam, provocam um debate, estabelecem as ideias organizadoras e influenciam a compreensão e as crenças relacionadas com essas informações. (Abwao & Mishra, 2022; McCombs, 1997; McCombs & Ghanem, 2001; Scheufele, 1996; Shoemaker & Vos, 2009).

Nas sociedades contemporâneas os media são uma ferramenta importante na mudança de mentalidades, ao nível da marcação de agendas. Esta capacidade implica um papel de agência em todos os assuntos, quer em termos públicos ou ligados à esfera privada. Logo, os media teriam a capacidade de promover significativos avanços nos retratos da deficiência, ao darem mais visibilidade à uma população, antes ocultas da agenda pública (Cunha & Cruz, 2018). Pois, segundo Cunha (2011), o estatuto público concedido pelos media traz conseqüências ao nível da imagem social das pessoas.

Assim, os enquadramentos mediáticos da deficiência irão desempenhar um papel fundamental na formação e na construção de significados sobre a deficiência, bem como nos significados associados a essa identidade (Misener, 2013).

Por meio dos enquadramentos, os redatores e editores de notícias, a partir de seus repertórios, constroem uma imagem da realidade, selecionando e reestruturando as informações para comunicá-las de forma eficaz (Schudson, 2003). Os enquadramentos tradicionais, especialmente o médico (ou individual), o social-patológico (ou económico) e o *supercrip* estão de tal forma cristalizados nas representações sociais da deficiência que estão constantemente presentes nos artigos de imprensa. Esses enquadramentos, marcados por vieses negativos, tornam-se difíceis de alterar nas percepções sociais que os consolidam, uma vez que os media continuam a perpetuá-los. Trata-se de um ciclo vicioso e contínuo.

Além disso, a teoria do cultivo (*cultivation theory*) (Gerbner et al., 2002), embora desenvolvida no contexto de estudos sobre a televisão, relaciona a exposição repetida a certos conteúdos mediáticos à perpetuação de estereótipos sociais, uma vez que o público, ao ser continuamente exposto, tende a aceitar certas visões de mundo como naturais (Lopes et al., 2023). O jornalismo contribui desta forma

para o estabelecimento de um consenso social, ao legitimar e naturalizar essas visões de mundo (Álvares, 2016). Assim, as pessoas com deficiência são representadas sistematicamente como cumprindo determinados papéis que acabam por assumir um status de verdade. A deficiência não é descontextualizada de fatores culturais, sociais e políticos no momento da produção jornalística, uma vez que os artigos são produzidos por forma a ir ao encontro das expectativas do público (Lopes et al., 2023).

No estudo qualitativo do período pandémico, verificou-se que mesmo os artigos que não trataram do Covid caracterizaram a pessoa com deficiência a partir do detalhamento da sua incapacidade. Logo, apresentou a doença e a diferença como aquilo que torna o indivíduo incapaz, de tal modo a representá-lo. É comum ainda citar os tratamentos médicos, além de terapias pelas quais a pessoa com deficiência passa, com as pessoas com deficiência a aparecerem como dependentes dos profissionais de saúde. O enquadramento médico esteve presente em todos os artigos da fase qualitativa do Estudo 3, com exceção dos três artigos que não apresentaram enquadramento algum.

O enquadramento mediático patológico-social, por sua vez, também é recorrente. Classifica a pessoa com deficiência enquanto dependente económico, seja do Estado, da família, de Instituições ou da caridade. O apoio económico que recebe não é apresentado enquanto direito, mas sim como favor (Clogston, 1990, 1994). A imprensa portuguesa, em consonância com a tradição do seu sistema de segurança social, tende a representar as pessoas com deficiência e suas famílias como dependentes de instituições privadas de proteção social, conferindo um carácter paternalista e caritativo a essas representações. Esse enquadramento está frequentemente associado aos estereótipos de fardo e inabilidade social.

Os resultados do presente estudo sugerem uma forte associação entre as notícias sobre deficiência e respostas sociais e espaços que dizem respeito à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais ou de saúde. Dos dezassete artigos analisados, sete referiam-se a apoios sociais ou a instituições as quais as pessoas com deficiência apareciam como dependentes ou fortemente necessitadas. O estudo de Devotta et al. (2013) associa a circunscrição das pessoas com deficiência à casa ou a esses espaços de apoios sociais e a falta de uma representação mediática na qual as pessoas com deficiência apareçam em espaços de trabalho, instituições educacionais e espaços de lazer.

O estudo qualitativo identificou a representação de adultos com deficiência como incapazes de estabelecer convivência social, inclusive com suas próprias famílias, o que frequentemente resulta em sua institucionalização. Foram representados enquanto improdutivos e infantilizados. Em nenhum momento se questionou ou se provocou uma reflexão do motivo de muitas famílias decidirem institucionalizá-los. A vida independente, a partir do assistente pessoal, não aparece como solução e, sobretudo, como um direito dessas pessoas a uma vida digna. O Núcleo de Estudos da Deficiência (NED) do Iscte revelou, em Avaliação do Modelo de Apoio à Vida Independente, o seu forte impacto na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, na promoção de autonomia, na maior liberdade na tomada de decisão e gestão da própria vida (Capucha et al, 2021).

O artigo “Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo”, embora intencionasse discutir as dificuldades enfrentadas pela pandemia, utilizou largamente estereótipos de fardo social, de dramatismo e de objeto de violência (na hipótese de faltar ventiladores para pessoas com deficiência). Ao enfatizar as dificuldades e os déficits das pessoas com deficiência, o artigo reforçou as concepções da deficiência como um estado negativo, associado a corpos que não se enquadram nos padrões de perfeição e normatização (Johanssen & Garrisi, 2020).

Os media desempenham, assim, um papel na manutenção do desequilíbrio de poder (Rensburg, 2022), uma vez que, sistematicamente representam a deficiência enquanto tragédia pessoal, não somente da própria pessoa com deficiência, como de sua família. Com tantos recortes possíveis, é responsabilidade dos media contribuir para romper com a exclusão sistemática das pessoas com deficiência da sociedade e não insistir em discursos que despolitizam as lutas das pessoas com deficiência, ao assumir uma perspectiva individualizada, concentrada na deficiência como infortúnio pessoal (Shakespeare, 1994).

Houve ainda a presença do enquadramento tradicional de negócios, que atrela a pessoa com deficiência às despesas, principalmente aos custos gerados com a acessibilidade. Este enquadramento representa uma perspectiva da comunidade de empresários estadunidenses, na ocasião da regulamentação do *American Disability Act*, na qual as pessoas com deficiência gerariam gastos para a sociedade (Burns & Haller, 2015). No Estudo 3, foi identificado apenas um segmento relativo a esse enquadramento, sendo avaliado como um “achado”, pois apareceu no artigo: “Tem 98% de incapacidade e desenvolveu método de acessibilidade digital”, no qual a acessibilidade não era discutida diretamente. O trecho aborda como as empresas frequentemente consideram a acessibilidade um gasto injustificável, uma vez que atenderia apenas a uma minoria. Contudo, é importante destacar que a acessibilidade digital é regulada em Portugal pelo Decreto-lei n.º 83/2018, de 19 de outubro.

No seguimento, o enquadramento *supercrip* revela um dos discursos mais tradicionais acerca da deficiência (Landmark, 2022). Está intimamente atrelado às narrativas nas quais a pessoa com deficiência consegue executar tarefas “mundanas”, enquadradas como excepcionais quando realizadas por pessoas com deficiência. Desta forma, a pessoa com deficiência é apresentada como inspiradora, pois é capaz de superar a própria deficiência. Esta narrativa é centrada no indivíduo e ignora o contexto social (Cameron et al., 2022). É comum ainda que a narrativa *supercrip* use as pessoas com deficiência como objeto de inspiração, da forma que a ativista da deficiência, Stella Young, conceituou-o como “*inspiration porn*”: são construídas com o objetivo das pessoas sem deficiência colocarem as suas preocupações em perspectiva (Young, 2012, 2014). É como se afirmassem que a vida das pessoas com deficiência é terrível, sendo preciso muita coragem para enfrentá-la (Haller & Preston, 2017). Pode ainda existir uma perspectiva de “absolvição social” para as pessoas sem deficiência, ao considerarem que as pessoas com deficiência, ao atingirem algum objetivo destacável, acabam por cumprir uma expectativa que lhes confere um sentido de redenção ou reconhecimento pelas pessoas sem deficiência (Landmark, 2022).

No Estudo 3, foi possível, a partir da análise qualitativa, verificar que em todos os cinco artigos nos quais os indivíduos com deficiência⁸⁷ apareciam como protagonistas, havia o enquadramento *supercrip*. As narrativas criadas para falar sobre a vida daquelas pessoas estavam envoltas num discurso de superação e inspiração. O clichê do enquadramento *supercrip* relacionado ao desporto também foi confirmado no artigo “Leónia, a paratleta de jiu-jitsu que devia estar no Mundial” (Público, 20200411).

Não obstante, pode-se também afirmar, que junto aos enquadramentos tradicionais supramencionados, estão presentes enquadramentos progressistas num importante movimento de mudança da representação mediática da deficiência em Portugal. Embora os números demonstrem que essa evolução não se reflete diretamente na representatividade, é possível observar, ainda que permeada por estereótipos preconceituosos, uma abordagem mais orientada pelos direitos das pessoas com deficiência, fundamentada na CDPD e em legislações afirmativas e protetivas desses direitos.

A pesquisa qualitativa do Estudo 3 permitiu constatar que dos 17 artigos, 9 apresentaram um enquadramento de direitos, dos quais 3 também apresentaram o enquadramento legal. Dos 11 artigos nos quais a deficiência aparece como protagonista, 8 apresentam o enquadramento de direitos, dos quais 3 também apresentam o enquadramento legal.

O enquadramento mediático progressista de consumidor destaca a acessibilidade como algo lucrativo para a sociedade, porém ainda carece de maior expressão nos media. Essa ausência pode ser justificada pela falta de envolvimento e comprometimento com políticas públicas voltadas à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como pela perpetuação da representação social que as caracteriza como improdutivas e dependentes de benefícios sociais.

Na realidade portuguesa, assim como na europeia, as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência impedem-nas de uma completa participação social e, conseqüentemente, aproximam-nas da pobreza e da dependência de apoios económicos estatais. Porém, esses apoios não chegam para atenuar os gastos associados à deficiência. Segundo dados do *European Disability Expertise* (2022), as pessoas com deficiência têm mais probabilidades de viver na pobreza do que as pessoas sem deficiência⁸⁸. Inclusive, este foi o tema de um dos artigos jornalísticos do período pandémico, “Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão” (Publico Lisboa-20200426, p. 18), adotando exclusivamente enquadramentos mediáticos progressistas, nomeadamente os dos direitos e o legal.

O artigo foi considerado o melhor exemplo de como noticiar a deficiência entre os 17 analisados. Embora a pessoa com deficiência tenha tido voz, inclusive como especialista no assunto, a escolha das fotografias não foi adequada. Foi utilizada uma imagem que ocultava a pessoa com deficiência, em vez de legitimar o discurso do representante do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência por meio de

⁸⁷ Nesse caso, os artigos eram centrados numa personagem específica com deficiência ou em mais de uma personagem, como o caso do artigo “Ser cego, sem tacto: como um vírus encolheu o mundo de quem não vê” (Publico Lisboa-20200406, p. 24)).

⁸⁸ EU-SILC (2022). Country report on the European Semester – Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) [2020-2022]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1540&langId=en> divulgados pelo Fórum Europeu da Deficiência.

sua própria imagem, prática frequentemente adotada em artigos protagonizados por especialistas sem deficiência.

Destaca-se, ademais, a presença do enquadramento progressista de pluralismo cultural em 5 dos 17 artigos analisados qualitativamente. Isto demonstra que a representação mediática também começa a apresentar as pessoas com deficiência enquanto multifacetadas, por meio de afirmativas nas quais as características específicas de pessoas com deficiência são apresentadas como facetas das suas diversidades. Essa abordagem também vai ao encontro da CDPD, que declara em seus princípios gerais (art. 3º) “o respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana”.

Em relação às imagens associadas à deficiência, constatou-se a existência de um padrão na década estudada, com cerca de 75% dos artigos apresentando fotografias. Durante o período do confinamento português, esse padrão foi mantido, mas as fotografias foram categorizadas em explícitas, não explícitas e não relacionadas à deficiência. Verificou-se que a maioria das imagens (51%) não se relacionava com a deficiência; entre as que se relacionavam (24%), apenas metade apresentava a deficiência de forma visível. Assim, em 12% das fotografias, optou-se por ocultar a deficiência.

Muitas publicações escolheram apresentar as pessoas com deficiência em segundo plano, desfocadas, ou mostrando apenas partes de seus corpos que evidenciavam a deficiência. Estas opções podem ser consideradas como técnicas de exclusão (Soo Ang & Lee Yeo, 2018), uma vez que as objetificam, distanciando-as da perspectiva de uma cidadania plena. A ocultação representa também um “viver à sombra”, uma despersonalização, ou seja, o problema levantado não tem um rosto, não representa um sujeito. Como supracitado, no artigo intitulado “Quase um terço dos deficientes em risco de pobreza e exclusão”, o protagonista Rui Coimbra, representante do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, não aparece na fotografia. A escolha editorial foi a de utilizar uma fotografia na qual a sombra de uma pessoa com deficiência, em uma cadeira de rodas elétrica, atravessa uma rua, seguida pela sombra de uma pessoa sem deficiência. A ausência de um rosto também compromete a credibilidade das informações, pois reduz a narrativa a meros números, deixando de apresentar a pessoa que está por trás das informações e que lhes dá contexto e substância.

Por fim, realizou-se, na fase qualitativa do Estudo 3, uma verificação lexical na qual se identificou as principais palavras utilizadas pela imprensa portuguesa nos artigos relacionados à deficiência. Mais uma vez, é possível verificar uma trajetória progressista em relação à deficiência, já tendo sido ultrapassado o uso de palavras estigmatizantes. Não foi encontrado também o termo portador de deficiência, amplamente divulgado como desatualizado e equivocado. Porém, ao manter os enquadramentos tradicionais presentes nos artigos, há registro de palavras que conotam ideias nas quais a deficiência é algo negativo e/ou a ser superada. Termos como medo (substantivo), problema (substantivo), apesar de (locução prepositiva), dificuldades (substantivo), receio (substantivo), difícil (adjetivo), normalidade (substantivo), tratamentos (substantivo), incerteza (substantivo), preocupada (adjetivo), sofrimento (substantivo), ultrapassar (verbo), superar (verbo), recuperar (verbo) e temido

(adjetivo) foram frequentemente utilizados, perpetuando uma visão negativa ou limitadora da deficiência.

6.1.3 A participação das pessoas com deficiência na imprensa portuguesa

De forma a dar continuidade à discussão, analisa-se se as pessoas com deficiência exerceram o papel de fonte e/ou puderam expressar os seus próprios pontos de vistas, isto é, se suas vozes foram escutadas durante a produção dos artigos.

Relembrando os resultados encontrados, destaca-se que houve uma evolução, ainda que modesta, no papel das pessoas com deficiência enquanto fontes dos artigos, passando de 47% no período do Estudo 1 (2008-2013) para 51% no Estudo 2 (2014-2018). Ao analisar os dados ano a ano, não foi possível observar uma evolução significativa nos cinco primeiros anos estudados. Contudo, essa mudança tornou-se evidente no segundo período analisado. Observou-se também que as fontes relacionadas às pessoas com deficiência, como amigos, familiares e associações de pessoas com deficiência (PcD), aumentaram de 47% no Estudo 1 para 51% no Estudo 2. Da mesma forma, observa-se uma pequena evolução na participação das pessoas com deficiência como vozes nos artigos, passando de 20% no Estudo 1 para 22% no Estudo 2. Quando se analisam as vozes relacionadas às pessoas com deficiência, como familiares e associações, houve um aumento de 42% para 48%. Além disso, no Estudo 1, 36% dos artigos não expressavam o ponto de vista das pessoas com deficiência, percentual que caiu para 24% no Estudo 2. Mesmo que ainda seja necessário percorrer um longo caminho, é importante destacar que foi verificado uma curva ascendente de participação das pessoas com deficiência nos artigos que lhe dizem respeito.

Contudo, durante o primeiro confinamento do Covid-19, as pessoas com deficiência viveram um retrocesso no que diz respeito à participação na imprensa. Em apenas 7% dos artigos figuraram como fontes e 9% como voz principal. As fontes e vozes relacionadas às pessoas com deficiência também regrediram para 23% e 22%, respetivamente. No período, foram privilegiadas as fontes e as vozes do Governo e de profissionais de saúde e especialistas.

Sobre os discursos presentes nos artigos, verificou-se também a coexistência de discursos tradicionais e progressistas provenientes da mesma pessoa, como nos trechos: “Se o Estado desse o seu exemplo no controlo da legislação que existe, muitas das coisas seriam acessíveis e não são” e “Não só sobre o João. Sobre o João, sobre a Sofia, sobre o Lupi. Julgo que eles são exemplos de superação em permanência” (ver Quadro 5.39).

Os enquadramentos das deficiências presentes nos artigos, já anteriormente discutidos, estão diretamente relacionados às variáveis fonte e voz, uma vez que demonstram como as pessoas com deficiência são apresentadas. Os enquadramentos médico e patológico social inserem a pessoa com deficiência dentro de uma lógica de dependência (de profissionais de saúde, do Estado ou de Instituições de Proteção Social), como um grupo de baixa posição social (Soo Ang & Lee Yeo, 2018) e,

consequentemente, como coadjuvantes dos muitos processos decisórios de suas vidas. Desta forma, pode-se explicar a pouca visibilidade e a supressão de suas vozes nos artigos.

Em Aho & Alter (2018), o conceito de “apagamento de narrativa⁸⁹” explica a realidade vivenciada cotidianamente pelas pessoas com deficiência, quando suas narrativas são fundamentalmente apagadas e seus pontos de vistas são expressos em terceira pessoa, dito por alguém sem deficiência. Ali (2021) completa que a pessoa com deficiência é posicionada em um “bastidor metafórico⁹⁰” (p.194).

Esse apagamento do ponto de vista das pessoas com deficiência, estende-se às suas famílias, inclusive no que diz respeito ao envolvimento, implementação e avaliação dos muitos processos de intervenção e reabilitação (Nogueira, 2019).

Sem dúvida, há uma grande dificuldade da sociedade em perceber as pessoas com deficiência enquanto sujeitos. Tem-se por hábito julgá-las incapazes de tomar decisões, num processo de cerceamento de liberdades individuais. Esta visão é contrária ao pressuposto geral da CDPD, o qual garante à pessoa com deficiência a autonomia individual e a independência, incluindo a “liberdade de fazerem as suas próprias escolhas”. O mesmo documento assegura o igual reconhecimento perante a lei, “Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiências têm capacidade jurídica, em condições de igualdade com as outras, em todos os aspectos da vida⁹¹” (Assembleia da República, 2006, p. 7) e a liberdade de opinião e expressão⁹². Embora a capacidade jurídica e a liberdade de opinião e expressão estejam garantidas pela CDPD e legislação portuguesa, as pessoas com deficiência encontram regularmente dificuldade em ter acesso ao espaço mediático.

A partir da revisão teórica da presente tese, entende-se o papel do jornalista enquanto decisor na escolha das fontes consultadas nos artigos, “os jornalistas devem ter como objetivo promover um retrato justo e inclusivo das diversas experiências das pessoas com deficiência, priorizando suas vozes como protagonistas ou como fontes privilegiadas para garantir que suas perspectivas sejam ouvidas⁹³” (Cruz et al, 2024).

Porém, os dados mostram a insistente percepção de muitos jornalistas (e de grande parte da sociedade portuguesa), da deficiência dentro de uma abordagem paternalista e assistencialista, que enfatiza as incapacidades. Desta maneira, o jornalista, enquanto pessoa sem deficiência, decide quem é a melhor pessoa para falar sobre a deficiência, uma vez que as pessoas com deficiência devem ser alvo de cuidados, não sendo capazes de se responsabilizarem nem serem responsabilizadas por seus atos. As pessoas com deficiência não são consultadas sobre os assuntos relacionados a si mesmas, num processo perverso e constante de silenciamento.

⁸⁹ No original: “narrative erasure” (Aho & Alter, 2018; Ali, 2021).

⁹⁰ No original: “metaphorical backstage” (Ali, 2021, p. 194).

⁹¹ Art. 12.º.

⁹² Art. 21.º.

⁹³ No original: Journalists should aim to promote a fair and inclusive portrayal of the diverse experiences of PwD, prioritising their voices either as protagonists or as privileged sources to ensure their perspectives are heard (Cruz et al, 2024).

É indubitável que o jornalista age dentro de preceitos éticos e técnicos inerentes à sua profissão, embora não esteja isento de certas subjetividades. Estas subjetividades estão relacionadas ao conhecimento prévio tanto dos jornalistas quanto do próprio público, na forma como processam as informações e criam significados a partir das mensagens dos media. Esta situação reafirma, assim, a necessidade de formação dos jornalistas na temática da deficiência, para que possam adquirir conhecimentos e alterar as formas de construção da representação das pessoas com deficiência (Burns, 2016).

À vista disso, o Código Deontológico da profissão de jornalista é amplamente utilizado como justificativa à limitação da participação das pessoas com deficiência nos media. Porém, ao consultar o texto (o anterior e o atualizado em 2017), em seus onze pontos, crê-se que nenhum deles é justificativa para que as pessoas com deficiência permaneçam sem voz. É claro que alguns desses pontos são primordiais para direcionar os jornalistas para um trabalho ético e responsável. Cita-se especificamente os pontos 8 e 10 que determinam: “O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade, dignidade e responsabilidade das pessoas envolvidas” e “O jornalista deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor”. Complementarmente, os artigos 1 e 9 salvaguardam também o direito das pessoas com deficiência a serem ouvidas: “Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso” e “O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas (...)”.

Complementa-se que outras legislações guiam o trabalho dos jornalistas, conforme demonstrado no capítulo 1, no entanto não há justificativa para que as pessoas com deficiência não sejam consultadas para falar de assuntos de seus interesses. Como já se afirmou, as pessoas com deficiência são um grupo com características diversas. Utilizar-se do pressuposto que ao dar voz às pessoas com deficiência abre-se a possibilidade de humilhá-las por suas características individuais, é simplificar a questão. É reforçar o padrão normatizado dos media, no qual os corpos diversos (independente de qual a diferença a tratar) não podem aparecer. Dentro desta lógica, culpabiliza-se mais uma vez as pessoas com deficiência pelo seu silenciamento, e ao fazê-lo, caminha-se lado a lado com a abordagem médica/individual da deficiência e com a realidade de uma sociedade deficientizadora.

É importante lembrar que a CDPD foi elaborada com o envolvimento das pessoas com deficiência e suas organizações representativas, e seu texto destaca a importância da participação nos processos políticos, programas públicos⁹⁴ e a tomada de decisão de suas vidas. Ao reafirmar o lema de William Rowland, de 1986, “Nada sobre nós sem nós”⁹⁵, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência publicou, em 2018, uma nova orientação legal, o Comentário Geral Nº 7, que sustenta o direito de todas as pessoas com deficiência participarem e serem envolvidas em todas as questões relacionadas a elas (ONU, 2018).

⁹⁴ Especialmente os Artigos 4.º e 33.º.

⁹⁵ No original: “Nothing about us without us”.

Ademais, a mudança nas formas de comunicação, com a convergência tecnológica e a desintermediação, possibilitaram novos canais de distribuição de informação (Bardoel & Deuze, 2001). A internet, com seu fluxo de mensagens de todos para todos (Cardoso, 2023), ampliou as possibilidades de visibilidade das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência, agora possíveis produtores e consumidores de conteúdo, não mais necessitam exclusivamente dos jornalistas como *gatekeeping* para disseminá-los.

Por conseguinte, as próprias pessoas com deficiência passaram também a demonstrar o seu poder de decisão quanto à exposição nesse novo cenário mediático. Esse poder insere-se no conceito de autodeterminação, isto é, a ação individual como agente causal de sua própria vida, a partir das suas escolhas e das suas tomadas de decisões, devendo estas ser livres de influências externas ou interferências (Palacio & Nieves, 2009). Desde a entrada em vigor da CDPD, há um consenso emergente no discurso dos direitos humanos de que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades de tomada de decisão, devem desfrutar de “capacidade jurídica” em igualdade de condições, ou seja, o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei e o direito subsequente de ter suas decisões reconhecidas legalmente (Flynn et al., 2020). A partir do diálogo de especialistas em direitos fundamentais, alguns Estados-partes, alteraram suas legislações com o objetivo de cumprir a CDPD. Em 2018, Portugal alterou o seu código civil, eliminando os institutos jurídicos da interdição e da inabilitação, ou seja, os regimes decisórios de substituição, e estabelecendo o novo Regime do Maior Acompanhado⁹⁶.

Para que se sintam como parte da sociedade, as pessoas com deficiência precisam exercer uma participação plena e efetiva, incluindo a liberdade e a segurança para se expressarem em público (ONU, 2018). Assim, pode-se afirmar que, nas sociedades democráticas contemporâneas, ter voz no ambiente mediático constitui uma dimensão essencial do direito fundamental à participação na vida pública. Logo, nesse sentido, propõe-se pensar o acesso aos media a partir dos direitos fundamentais e, quando necessário, também a partir de um regime de tomada de decisão apoiada (ONU, 2018), respeitando a autonomia, a autodeterminação e as preferências das pessoas com deficiência. Essa decisão apoiada passa por, uma vez não sendo possível consultar diretamente às pessoas com deficiência, consultar as instituições representativas de pessoas com deficiência, como previsto na CDPD.

As suposições ideológicas dominantes acerca da deficiência, especialmente em relação às cognitivas e às psicossociais, impedem a participação mediática das pessoas com deficiência (Landmark, 2022). Os enquadramentos tradicionais – médico, patológico-social e *supercrip* – priorizam

⁹⁶ O Regime do Maior Acompanhado permite a qualquer pessoa que, “por razões de saúde, deficiência ou pelo seu comportamento se encontre impossibilitada de exercer pessoal, plena e conscientemente os seus direitos ou de cumprir os seus deveres” (art.º 138.º), possa requerer junto do Tribunal as necessárias medidas de acompanhamento. Em contraste com a anterior legislação, no novo quadro legal é colocada a ênfase na autonomia e vontade da pessoa beneficiária: as medidas de acompanhamento são solicitadas pelo/a próprio/a, que deve ser ouvido/a de forma pessoal e direta pelo Tribunal, incluindo no que diz respeito à escolha do/a acompanhante (Pinto et al., 2023).

as necessidades sociais normatizadas, em detrimento da naturalização da deficiência e da diversidade. De tal modo, quando consultadas, é comum que o discurso das pessoas com deficiência sejam completados por médicos ou especialistas (Abwao & Mishra, 2022).

Pode ser ainda mais grave a exclusão da voz das pessoas com deficiência em artigos noticiosos de imprensa. É sabido que a imagem do corpo deficiente, não normativo, apresenta marcadores físicos, biológicos, fisiológicos e cognitivos, que decretam a diferenciação social (Soo Ang & Lee Yeo, 2018). Segundo Garland-Thomson (2002), a desvalorização dos corpos, que não estão em conformidade com os padrões culturais, funciona para preservar e validar os sujeitos que se inserem nas designações privilegiadas de normalidade.

No entanto, considerando que os artigos publicados na imprensa não precisam necessariamente ser acompanhados de imagens que apresentem marcas explícitas da deficiência, evidencia-se como a exclusão das vozes das pessoas com deficiência está intrinsecamente ligada às suas representações sociais de incapacidade e incompetência: “A repulsa pelo corpo não familiar ou desviante posiciona as pessoas com deficiência como o outro diferente e, estabelece uma diferenciação entre os corpos “superiores” sem deficiência e os “inferiores” com deficiência”⁹⁷, (Soo Ang & Lee Yeo, 2018, p. 473).

Em todos os artigos da fase qualitativa, nos quais havia pessoas com deficiência intelectual/cognitiva ou psicossocial, as pessoas com deficiência não tiveram voz. Mesmo quando adultos, os familiares foram aqueles que falaram aos jornalistas. No artigo “O vó da Joana” (Público, 20200308), foram consultados amigos e familiares, enquanto a personagem principal: Joana, 25 anos, mulher com trissomia 21, funcionária do Centro de Documentação de um Instituto de Ensino Superior, não participou.

Dito isto, finaliza-se a presente discussão com a convicção de que há ainda muitas barreiras na imprensa portuguesa para dar voz e protagonismo à pessoa com deficiência, mesmo quando a temática abordada seja a própria deficiência. Os dados encontrados demonstram um padrão de discriminação e exclusão enfrentados cotidianamente pelas pessoas com deficiência. Advém, como discutido, da naturalização da percepção e do entendimento da deficiência em decorrência unicamente das incapacidades das próprias pessoas com deficiência e, não do despreparo de uma sociedade concebida por e para pessoas sem deficiência.

⁹⁷ No original: The repulsion for the unfamiliar or a deviant (disabled) body positions disabled persons as the different other and further enacts a differentiation between the ‘superior’ non-disabled bodies and the ‘inferior’ less-abled (Soo Ang & Lee Yeo, 2018, p. 473).

Conclusão

A representação mediática da deficiência é um campo pouco investigado dentro das ciências da comunicação, podendo-se afirmar haver ainda menos trabalhos desenvolvidos na área do jornalismo. A realidade portuguesa acompanha esta tendência, como demonstrado no capítulo 3, ao apresentar escassos trabalhos dentro do domínio da comunicação e deficiência e, especialmente, no jornalismo.

Assume-se assim que esta tese consista num inédito contributo teórico e prático na área dos estudos da deficiência portuguesa, incidindo especificamente sobre os media e a deficiência, elaborada a partir da observação e análise da imprensa portuguesa.

A questão de partida que orientou esta investigação – “Como a deficiência e as pessoas com deficiência são representadas pela imprensa portuguesa?” – visou verificar e analisar as representações da deficiência nos principais jornais impressos portugueses entre 2008 e 2018, período que marca a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Complementarmente, por ocasião da pandemia do Coronavírus, decidiu-se ainda ampliar as análises para o período do primeiro confinamento português, de forma a verificar a atenção dedicada às pessoas com deficiência durante a pandemia, uma vez que estas eram consideradas mais vulneráveis devido à possibilidade de maiores comorbilidades relacionadas à saúde e à própria deficiência, demonstrando, naquele momento, estar ainda mais expostas à exclusão e à continuada violação de seus direitos. Desta forma, escolheu-se analisar a imprensa portuguesa de referência, nomeadamente o jornal Público, por se tratar de um órgão com seu exercício baseado no dever social e público de informar.

A Convenção da ONU, utilizada como marco temporal inicial da análise deste trabalho, caracterizado como pesquisa longitudinal, marcou a necessidade de um esforço conjunto ao nível mundial para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. É um documento abrangente, que assegura a proteção de direitos fundamentais em diversas áreas da vida da pessoa com deficiência. Salienta-se que a CDPD alterou o enquadramento da deficiência para um paradigma de direitos humanos, assumindo a deficiência enquanto parte da diversidade humana e da humanidade e, ao ser ratificada pelos países, serviu posteriormente como base para as respectivas legislações nacionais.

Importa mais uma vez mencionar que em uma sociedade cada vez mais influenciada pelos media, a representação mediática da deficiência exerce enorme impacto nas atitudes da sociedade, assim como interfere nas políticas públicas em relação a uma variedade de questões. Os media desempenham um papel fundamental em moldar a forma como a deficiência é percebida, além de surtirem um impacto educacional significativo sobre essa questão (Cruz et al, 2024; Ciot & Van Hove, 2010).

Entendeu-se assim ser crucial analisar e discutir como os modos de representação da deficiência podem estabelecer “estereótipos prejudiciais, representações limitadas e discriminação explícita”⁹⁸,

⁹⁸ No original: “the perpetuation of damaging stereotypes, limited representations, and overt discrimination” (Ellis, 2018, p. 374).

(Ellis, 2018, p. 374). Por outro lado, ao adotar uma visão social da deficiência, essas representações têm o potencial de gerar mudanças, alterando a forma como a sociedade percebe as pessoas com deficiência.

Logo, de forma a operacionalizar a questão de partida, o objetivo geral foi desdobrado em objetivos específicos: a noticiabilidade e as características jornalísticas dos artigos, a representação das pessoas com deficiência e o papel exercido por essas pessoas como fonte e voz nos artigos analisados, incluindo uma abordagem dessas três vertentes durante o primeiro confinamento português ocasionado pela pandemia do Coronavírus.

Desta forma, a partir dos resultados de dois estudos de análise de conteúdo, verificou-se a noticiabilidade da deficiência e das pessoas com deficiência entre os anos de 2008 e 2018. Constatou-se que, primeiramente, a representatividade da deficiência na imprensa portuguesa encontra-se, como em outras partes do mundo, com médias muito baixas, próxima a 1% dos artigos publicados. Além de serem pouco representadas, a imprensa portuguesa, de uma forma geral, não garante boa visibilidade no que se refere aos espaços destinados aos artigos que abordam a deficiência. Maioritariamente, os artigos que tratam da deficiência encontram-se em páginas pares, com pouco destaque nas capas, contracapas ou na página 3. Nos primeiros cinco anos analisados, não houve publicações na capa de três impressos com grande expressividade em Portugal, e as publicações nas páginas 3 e contracapas não chegaram a 1%. Nos anos de 2014 a 2018, foi verificada uma evolução, chegando-se a 10% de capas.

Outras variáveis também demonstraram a permanente invisibilidade mediática da deficiência no período estudado. Embora metade dos artigos consistissem em reportagens, suas dimensões evidenciaram a pouca profundidade dedicada aos assuntos abordados. Entre 2008 e 2013, a maioria das notícias era de média dimensão. No entanto, entre 2014 e 2018, houve uma redução, com predominância de notícias pequenas, ou seja, até 300 palavras. Embora, naturalmente, a menor dimensão possa ser fruto de uma evolução do cenário jornalístico, com menos texto e mais imagens e gráficos, esses dados não deixam de suscitar preocupação dada a conhecida simplificação e superficialidade com que a temática da deficiência é tratada (Jeffress, 2022).

Para uma boa parte da população, o contacto com as pessoas com deficiência dá-se através dos media, uma vez que não convivem com pessoas com deficiência. Logo a pouca representatividade e a marginal visibilidade precisa ser debatida, pois como já afirmado, a exposição mediática é uma importante ferramenta de inclusão (Haller et al., 2006) e de conscientização dos direitos das pessoas com deficiência, cujas vidas são rotineiramente marcadas por precárias condições de acessibilidade, dificuldades económicas em colmatar os gastos acrescidos com suas deficiências, além de inúmeras outras barreiras comportamentais e ambientais a que são expostas diariamente.

Os artigos também ocuparam maioritariamente a secção sociedade, com pouquíssimos artigos a ocupar secções como política, economia e cultura. Do mesmo modo, os artigos não abordavam regularmente as histórias de forma continuadas nem “casos quentes” sobre a temática da deficiência. Entre 2014 e 2018, mais de 40% dos artigos apresentaram enfoque negativo.

Investigação de Cruz et al (2024) discute a importância de um repertório equilibrado, desconstruindo os estereótipos de inadequação social, “embora a negatividade possa ser significativa no jornalismo que se concentra na intervenção social, a diversidade das deficiências também deve ser retratada por meio de narrativas positivas que destaquem histórias de sucesso e melhoria em várias áreas, desde políticas públicas até cultura e esportes⁹⁹” (p.17).

Uma vez que a CDPD abrange direitos distribuídos por áreas essenciais, como saúde, educação, cultura e lazer, programas de habitação, aposentação, crédito financeiro, vida independente, participação política entre outros, seria natural que os media abordassem temáticas mais diversas, de forma contínua e como ferramenta de fiscalização das legislações que visam assegurar uma vida digna às pessoas com deficiência. Esta expectativa chegou a ser criada por estudiosos e por ativistas da deficiência, embora não tenha sido confirmada nos anos subsequentes (Burns & Haller, 2015).

Logo, os próprios media precisam colocar em prática a CDPD, pois o artigo 8º prevê a sensibilização social, através dos media, dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência, e para tal, é preciso ir além da tradicional abordagem. O fulcro dos artigos precisa ser redirecionado para as pessoas com deficiência enquanto sujeitos capazes de exercer os seus papéis enquanto cidadãos, ao invés de continuar a privilegiar a incapacidade como justificativa para as dificuldades individuais de cada um, insistindo no discurso do pesar que é viver com deficiência (Goethals et al., 2022; Titchkosky, 2020).

Também foi possível, a partir do cruzamento entre os resultados encontrados e as reflexões propostas por estudos anteriores, verificar que a realidade portuguesa, em que não há jornalistas especializados nas redações ou existindo poucos que se dedicam à questão da deficiência, agrava a situação descrita. Logo, insiste-se na urgente capacitação dos profissionais das áreas de comunicação, em especial os jovens jornalistas nas escolas de formação, sejam institutos de educação superior ou profissional, assim como numa formação continuada dos jornalistas que já estão a atuar nos media portugueses. É preciso distanciar a deficiência do valor-notícia da tragédia individual e deslocá-la para os direitos das pessoas com deficiência, cidadãos excluídos de uma sociedade não preparada, construída e imaginada por e para pessoas sem deficiência. Demonstrou-se necessário também concentrar esforços para a representatividade de pessoas com deficiência nas redações portuguesas, seja como jornalistas e/ou outros profissionais de comunicação.

Pode-se dizer que no período do primeiro confinamento português relativo à pandemia houve o que se chamou de uma pseudo-evolução em relação à noticiabilidade da deficiência, pois embora alguns resultados tenham demonstrado um maior destaque editorial, como no caso da ênfase e da dimensão das notícias, estes podem estar relacionadas com os fatores de impacto, relevância e urgência das informações relativas à pandemia. Assim, de forma semelhante, a maioria dos artigos estava vinculada

⁹⁹ No original: “While negativity can be significant in journalism that focuses on social intervention, the diversity of disabilities should also be depicted through positive narratives that highlight success and improvement stories in various areas, from public policies to culture and sports.”, (Cruz et al, 2024, p.17).

à secção de sociedade, não apresentava continuidade, trazia enfoques negativos e refletia a persistente ausência de jornalistas especializados nas redações.

Posto isto, revelou-se como as características jornalísticas dos artigos analisados neste estudo evidenciam as várias oportunidades negligenciadas pela imprensa portuguesa de proporcionar aos leitores uma compreensão mais ampla e multifacetada da vida das pessoas com deficiência. Para romper com a invisibilidade da deficiência, é imperativo garantir mais espaço mediático, promovendo uma representação mais inclusiva e complexa dessa realidade. Isso exige a superação da lógica predominante, voltando o olhar para questões essenciais para o exercício de uma vida plena, independente e produtiva, como os aspectos económicos, políticos e sociais que impactam diretamente as pessoas com deficiência.

Em continuidade, avaliou-se como os enquadramentos mediáticos representam escolhas estratégicas que moldam a forma como uma situação é apresentada, organizando as referências e os elementos que os leitores utilizam para interpretar e debater as informações disponibilizadas (Entman, 2007). Conforme discutido ao longo deste trabalho, os discursos dos media têm o poder de selecionar, transformar e agregar elementos às práticas sociais, contribuindo para sua recontextualização. São carregados das intenções do autor, assim como se destinam a reforçar, a sedimentar e a legitimar suas decodificações dentro de limites já estabelecidos relativos à ordem social, económica e política. No entanto, as convenções utilizadas não são homogéneas ou incontestáveis (Álvares, 2007).

Para o desenvolvimento teórico da presente tese foram utilizadas as teorias dos efeitos, especificamente a teoria do agendamento, a teoria do “gatekeeping”, a teoria do enquadramento e a teoria do cultivo, de modo a inserir as reflexões e as questões das representações da deficiência dentro das Ciências da Comunicação, especificamente no estudo das representações mediáticas.

Como tal, os enquadramentos mediáticos da deficiência desempenham um papel central na formação e na construção de significados em torno da deficiência, bem como dos sentidos atribuídos a essa identidade (Misener, 2013). Efetivamente, o jornalismo pode atuar no estabelecimento de consensos sociais, por meio da legitimação e naturalização de determinadas visões de mundo por oposição a outras (Álvares, 2016). Ao selecionar determinados assuntos (McCombs & Shaw, 2017), tornando-os mais salientes, a imprensa decide a forma como os mesmos são apresentados, num modo que ressoe com esquemas subjacentes existentes em seu público (Scheufele, 1996). Deste modo, os jornalistas ajudam a criar, nos leitores, impressões sobre determinados assuntos que, à primeira vista, poderiam parecer complexos (Scheufele & Tewksbury, 2007). Simultaneamente, podem consolidar certas representações como verdadeiras por meio da exposição contínua e repetitiva (Gerbner et al., 2002).

Afirma-se que os diferentes tipos de deficiência presentes nos artigos direcionam a forma como as narrativas são construídas. A partir da pesquisa quantitativa e, posteriormente, complementando-a com os resultados da análise qualitativa, realizada em um período mais restrito – especificamente o início da pandemia –, foi possível realizar determinadas inferências, estabelecendo relações com estudos anteriores conduzidos em diversas partes do mundo, como mencionado anteriormente. Deste modo, afirma-se que a representação da deficiência na imprensa portuguesa é primeiramente baseada no

modelo médico/individual, no qual a pessoa com deficiência é representada pela sua incapacidade, isto é, naquilo que está em falta, no que difere do padrão estabelecido por uma sociedade normativa. A deficiência é estabelecida majoritariamente enquanto questão de saúde, algo a ser reabilitado e superado por meio de terapias e intervenções de profissionais de saúde.

Seguidamente, muitas vezes no mesmo artigo, observa-se uma representação da deficiência associada ao modelo patológico-social. Essa representação enfatiza a dependência de apoios sociais do Estado, o que conduz a uma visão de dependência económica e fardo social, reforçada por estereótipos de drama e tragédia individual e familiar. Como evidenciado, essa abordagem esteve presente na representação da imprensa portuguesa, assim como em estudos anteriores, como o de Devotta et al. (2013), que relacionam as notícias sobre deficiência às instituições sociais de cuidados e de saúde. Esse fenômeno pode ser compreendido como uma consequência da restrição geográfica imposta às pessoas com deficiência e da sua escassa representação nos media enquanto sujeitos independentes e cidadãos produtivos.

Juntamente com a caracterização da pessoa com deficiência foi encontrado regularmente o enquadramento “supercrip”, uma vez que está associado à busca pela superação da deficiência. O presente estudo qualitativo verificou que em todos os artigos nos quais a pessoa com deficiência foi protagonista, o enquadramento “supercrip” foi utilizado. Logo, os enquadramentos tradicionais, muitas vezes associados, obscurecem as causas estruturais e sistêmicas. Ademais, estas representações privam as pessoas com deficiência do reconhecimento de suas experiências subjetivas e de personalidade.

Acrescenta-se que as representações presentes na imprensa, ao nível de uma questão médica e/ou assistencialista, podem ser o reflexo da concepção existente em grande parte da sociedade portuguesa. Como consequência, o discurso mediático ainda se mantém afastado de uma abordagem integral de direitos. Segundo Pinto (2018, p. 1032), “No discurso dominante, a ‘invisibilidade’ das pessoas com deficiência tem sido entendida e aceite como natural, e encarada como decorrente das suas incapacidades”. Em recente debate, realizado por ocasião do Encontro anual do ODDH, Manuela Ralha, ativista e fundadora do movimento (D)Eficientes Indignados, disse que é preciso haver “uma mudança de mentalidades na sociedade portuguesa para se efetivar o salto para o patamar de direitos”. Ao exagerar nas lutas das pessoas com deficiência para se adequar às ações sociais normais, os jornalistas distanciam o público das suas experiências (Goethals et al., 2022). Oliver (1990) acrescenta que os media contribuem para uma sociedade deficientizadora, pois nunca apresentam as pessoas com deficiência como pessoas comuns com problemas comuns.

Não obstante, é preciso afirmar que a imprensa portuguesa não ignora os direitos das pessoas com deficiência. Pelo contrário, os resultados do estudo qualitativo demonstraram que na maioria dos artigos esteve presente o enquadramento de direitos, especialmente quando as pessoas com deficiência apareceram como protagonistas das notícias. Logo, o presente estudo permite afirmar que há na imprensa portuguesa uma abordagem de enquadramentos progressistas, na qual os direitos das pessoas com deficiência e a ilegalidade de sua discriminação são reconhecidos e amparados pela CDPD. No

entanto ainda persistem enquadramentos tradicionais que aparecem publicados conjuntamente e, desta forma, auxiliam na manutenção de estigmas anteriormente consolidados nas representações sociais, como a dependência e a improdutividade.

Não há como afirmar uma causalidade entre essas ideias cristalizadas e a pouca participação das pessoas com deficiência. A presente tese verificou que as pessoas com deficiência ainda participam pouco como fonte dos artigos sobre a temática da deficiência, fechando os dez anos estudados com 21%. Mesmo ao considerar as pessoas diretamente relacionadas à causa da deficiência (a própria pessoa com deficiência, familiares, amigos e instituições representativas de pessoas com deficiência) chega-se próximo a representar somente metade das fontes consultadas (51%). No que diz respeito à participação das próprias pessoas com deficiência enquanto voz tem-se 22%, e ao ampliar para as pessoas que se relacionam proximamente com as pessoas com deficiência, chega-se a 48%. Completou-se a análise verificando que no final do período investigado ainda havia 24% dos artigos nos quais o ponto de vista da pessoa com deficiência não era expresso. Contudo, é importante destacar a evolução positiva dos números durante a década estudada. Houve uma expressiva curva ascendente de participação, como fonte e voz, das pessoas com deficiência e o público relacionado a elas entre os dois estudos. Mais uma vez, afirma-se que embora sejam estudos com características diferentes, não podendo ser comparados diretamente, a partir de inferências, foi possível refletir sobre como estes números podem estar relacionados com a conscientização trazida pela ratificação da CDPD no decorrer dos anos.

No entanto, quando analisado o primeiro confinamento do Coronavírus, verificou-se um retrocesso, no qual as pessoas com deficiência foram mais uma vez silenciadas, para dar espaço e visibilidade aos especialistas de saúde pública e representantes do Governo.

Em relação aos discursos, verificou-se, assim como nos enquadramentos, a coexistência de discursos tradicionais e progressistas provenientes da mesma pessoa. A relação com os enquadramentos tradicionais pode também evidenciar a pouca oportunidade de expressão dos pontos de vistas das pessoas com deficiência, uma vez que permanece na imprensa a ideia da pessoa com deficiência como coadjuvante dos processos decisórios que lhes dizem respeito. O apagamento de suas narrativas (Aho & Alter, 2018) e a supressão de suas vozes pela imprensa replicam a experiência de “bastidor metafórico” (Ali, 2021) vivenciada cotidianamente pelas pessoas com deficiência. O hábito de julgar as pessoas com deficiência enquanto incapazes de tomar decisões, num processo de cerceamento de liberdades individuais, naturaliza o processo mediático de silenciamento.

Como agravante ao silenciamento encontrado, refletiu-se sobre a não obrigatoriedade dos artigos de imprensa acompanharem a imagem da pessoa com deficiência (e obviamente não apresentarem a voz), o que retiraria da exposição mediática a marca corporal da deficiência (Garland-Thomson, 2002) enquanto símbolo de repulsa a um corpo não familiar e desviante (Soo Ang & Lee Yeo, 2018). Logo, reforça-se como a exclusão das vozes das pessoas com deficiência e do papel de fonte, perante assuntos que lhes dizem respeito, estão atreladas às suas representações sociais de incapacidade e de incompetência.

No entanto, reforça-se a posição de que por mais que os números encontrados demonstrem uma baixa participação das pessoas com deficiência, é preciso assumir uma posição otimista, uma vez que foi verificada uma evolução dentro do período estudado, o que pode demonstrar uma mudança quanto à abordagem da deficiência pela imprensa portuguesa. Estes resultados vão ao encontro da evolução encontrada na análise dos enquadramentos, como preconizado na Convenção.

Do mesmo modo, a presente tese intencionou provocar um debate sobre os dilemas éticos dos jornalistas, incluindo uma possível justificativa da pouca participação das pessoas com deficiência em respeito ao código deontológico da profissão. Não se nega a intenção por parte dos jornalistas, em preservar a dignidade das pessoas com deficiência, porém ao excluí-las como sujeitos dos artigos, a imprensa portuguesa intensifica as consequências de uma sociedade opressora, mantendo-as invisíveis bem como as próprias estruturas que produzem suas exclusões. Deste modo, afirma-se ser necessário vincular a noção de autonomia à dignidade, conforme a CDPD e as próprias teorias da sociologia da deficiência, segundo as quais as pessoas com deficiência desejam e têm o direito à autodeterminação e à participação como iguais na vida social, económica e cultural das suas comunidades (Pinto, 2018). Negar-lhes as condições para uma efetiva participação, incluindo nas representações mediáticas, constitui uma violação dos seus direitos.

Ademais, a atual sociedade e a comunicação contemporânea organizada em rede possibilita que as próprias pessoas com deficiência se tornem produtoras e consumidoras de conteúdos comunicacionais, retirando da mão dos jornalistas a exclusividade da decisão de proporcionarem suas visibilidades. Esta nova forma de organização comunicacional, ao transferir às pessoas com deficiência a decisão sobre suas exposições mediáticas, caminha lado a lado com o próprio conceito de autodeterminação, pois possibilita, por meio de suas ações individuais, que sejam agentes causais de suas próprias vidas, a partir das suas escolhas e das suas tomadas de decisões, devendo estas serem livres de influências externas ou interferências (Palacio & Nieves, 2009).

Acrescenta-se que a CDPD foi produzida com a intensa participação e envolvimento das pessoas com deficiência, assim como suas organizações representativas. Seus 50 artigos destacam fortemente a participação das mesmas, sob um mote amplamente conhecido, o “Nada sobre nós sem nós”. Em 2018, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência publicou uma nova orientação legal, o Comentário Geral Nº 7, que sustenta o direito de todas as pessoas com deficiência a participarem e serem envolvidas em todas as questões relacionadas a si próprias (ONU, 2018).

Assim, em suma, pode-se afirmar que em Portugal ainda não foi conseguida uma representação da deficiência na imprensa plenamente baseada em uma abordagem de direitos, conforme previsto na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Efetivamente, a representação mediática da deficiência portuguesa, proporcionada pela imprensa, embora tenha avançado fortemente neste sentido, mantém uma baixa representatividade da deficiência, não faculta ao tema da deficiência espaços de destaque nos impressos, persiste em enquadramentos tradicionais da deficiência (médico,

patológico social e supercrip) e encontra-se baseada em estereótipos que remetem para a tragédia, dependência, incompetência e superação da deficiência.

Acrescenta-se que foi decidido publicar o extenso rol de resultados, constantes no capítulo 5, mesmo que alguns deles não tenham sido instrumentalmente utilizados nas discussões. Essa decisão visa permitir que a presente investigação cumpra o papel de repositório de acesso aberto (open access) sobre a deficiência e a imprensa portuguesa, tornando-se uma fonte de dados para pesquisas futuras e contribuindo para o avanço do panorama português da investigação em media e deficiência, uma área ainda tão pouco explorada.

Como contributo prático da presente investigação, destaca-se a urgência e importância da formação académica e profissional voltada para uma literacia da deficiência, destinada aos alunos de Ciências da Comunicação e ramos afins. Da mesma forma, reforça-se a necessidade de formação continuada para jornalistas profissionais, a ser promovida por meio de sindicatos e/ou órgãos de comunicação (Burns, 2016; S. Jones & Harwood, 2009). Deste modo, os jornalistas e demais profissionais de comunicação poderiam receber uma base de importantes conceitos da sociologia da deficiência, assim como um guião de como abordar, redigir e relacionar-se com a temática, com as instituições representativas e com as pessoas com deficiência (Burns & Haller, 2015). Enfatizou-se também a necessidade de as redações se tornarem lugares acessíveis aos jornalistas e demais profissionais de comunicação, com a participação de pessoas com deficiência em todas as fases de produção, incluindo a experiência pessoal da deficiência no ambiente de trabalho dos jornalistas (Ellis & Merchant, 2020; Stewart & Spurgeon, 2019). Acredita-se que a presente tese conseguiu, através da teoria e dos resultados encontrados, demonstrar a importância e a diferença que os jornalistas especializados podem fazer para a consolidação de uma representação mediática da deficiência baseada em direitos humanos, assim como a diferença que a representatividade da deficiência faria do lado de dentro das redações (Burns, 2020; C. T. Jones, 2020).

Como limitações da presente tese, primeiramente realça-se a situação de os bancos de dados apresentarem diferenças em relação aos meios pesquisados, assim como os próprios critérios das grelhas de análise. Acrescenta-se ainda que, por se tratar de uma investigação individual, tornou-se inviável executar todas as etapas imaginadas na ocasião do desenvolvimento do projeto da presente tese: um estudo junto aos produtores das notícias, os jornalistas, e um outro estudo de receção, junto às pessoas com deficiência ou às instituições representativas de pessoas com deficiência. Acrescenta-se que seria interessante, de igual modo, incluir uma etapa qualitativa referente aos anos estudados, o que possibilitaria aprofundar e detalhar alguns dos resultados encontrados na fase quantitativa.

O desenvolvimento enquanto tese individual de doutoramento e não projeto de investigação, com uma equipa de investigadores, também restringiu possíveis aprofundamentos com os presentes bancos de dados, como, por exemplo, verificação das diferenças de noticiabilidade e enquadramentos da deficiência na imprensa portuguesa de referência e na imprensa portuguesa de cunho mais popular. Não obstante, estas possibilidades configuram-se como importantes pistas para a continuação de pesquisas no ramo dos estudos de media e deficiência em Portugal.

De igual modo, inclui-se como limitação não ter sido possível realizar a presente tese integralmente dentro do modelo de investigação emancipatória¹⁰⁰, contando com a colaboração das próprias pessoas com deficiência durante o processo investigativo (Barnes, 1992). A investigação emancipatória preconiza, o comprometimento do investigador com o modelo social da deficiência, ao estabelecer um “diálogo viável” entre a comunidade científica e as pessoas com deficiência, de modo a se comprometer “com a elisão das estruturas que marginalizam e silenciam as experiências das pessoas com deficiência” (Martins et al., 2012).

De todo modo, reafirma-se que a presente investigação adotou o paradigma transformativo (Sweetman et al., 2010), ao destacar a importância de se abordar questões relacionadas à discriminação e opressão das pessoas com deficiência. A pesquisa buscou contribuir para a visibilidade e para o reconhecimento das suas demandas, fomentando uma reflexão crítica sobre os processos sociais e comunicacionais que perpetuam a marginalização das pessoas com deficiência. Além disso, afirma-se que seguindo a abordagem transformativa e a teoria da investigação emancipatória, adotou-se o modelo social da deficiência enquanto norteador para as referidas discussões. Da mesma forma, pretende-se que os achados desta investigação possam promover mudanças significativas nos processos da representação mediática da deficiência, servindo como um instrumento de transformação e inclusão social das pessoas com deficiência.

Reafirma-se assim que a deficiência precisa ser vista como questão de justiça social (Pinto, 2018), distanciando-a da centralidade de corpos não normativos. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência deslocou a causa da deficiência definitivamente para as estruturas sociais (Diniz et al., 2009). Dito isto, a representação mediática, enquanto matéria inserida no campo das Ciências da Comunicação e, por sua vez, dentro da Sociologia, precisa acompanhar integralmente este movimento e reconhecer a deficiência enquanto parte da experiência humana, produto de sua diversidade e da interação com as muitas barreiras sociais impostas.

A representatividade e a representação mediática acurada são importantes para que as pessoas com deficiência possam gozar de seus inúmeros direitos. No que se refere à deficiência, a imprensa tem um papel importante de transformação, ou seja, de romper com os padrões anteriormente estabelecidos pelas representações sociais da deficiência. Acrescenta-se que, por meio de representações mediáticas positivas, torna-se possível destacar a capacidade das pessoas com deficiência, centralizando os seus pontos fortes e suas capacidades de agirem enquanto sujeitos produtivos. Só assim há esperança de que os mídia, ao adotar uma compreensão social da deficiência, priorizem em suas representações a autonomia, a autodeterminação e as temáticas prioritárias para a promoção do direito das pessoas com deficiência a uma vida digna e independente.

¹⁰⁰ No original: Emancipatory Disability Research (Barnes, 1992).

Fontes

- Associação de Deficientes das Forças Armadas. (1979). Inválidos da Primeira Grande Guerra - 40 anos de abandono e privações. *ELO Das Forças Armadas*, 8.
- Assembleia da República. (2004). Decreto Lei n.º 38/2004 de 18 de Agosto. *Diário Da República*, 1.ª Série - A- N.º 194 - 18 de Agosto de 2004, 5232–5236.
- Assembleia da República. (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. *Protocolo Facultativo à Conveção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência*, 2006, 48. www.ministeriopublico.pt
- Comissão Europeia. (2010). *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras* (pp. 1–14).
- DGS, & OMS. (2004). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. In *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (p. 238).
- INE. (2012). Censos 2011 Resultados Definitivos - Portugal. In I. P. Instituto Nacional de Estatística (Ed.), *Censos 2011*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE. (2022). *O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidade*. Instituto Nacional de Estatística.
- OMS. (2011). *Informe Mundial sobre La Discapacidad*. Ediciones de la OMS. <https://doi.org/10.1115/1.1765142>
- OMS. (2023, March 7). *Incapacidade*. <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>
- ONU. (2007). *Convention on the rights of persons with disabilities*.
- ONU. (2018). *General comment on article 4.3 and 33.3 of the convention on the participation with persons with disabilities in the implementation and monitoring of the Convention*. <https://doi.org/10.1163/092902707X240620>
- WHO, W. H. O. (2001). *International Classification of Functioning, Disability and Health*. World Health Organization. <https://doi.org/10.1007/BF01563914>
- Young, S. (n.d.). *Ramp Up*. About This Website. A Note about Language. Retrieved November 28, 2023, from <https://www.abc.net.au/rampup/?content=about>
- Young, S. (2012, July 2). We're not here for your inspiration. *Ram Up. Disability. Discussion. Debate*. <https://www.abc.net.au/rampup/articles/2012/07/02/3537035.htm>
- Young, S. (2014, April). I'm not your inspiration, thank you very much. . *TEDx- Sydney Online Video*. https://www.ted.com/talks/stella_young_i_m_not_your_inspiration_thank_you_very_much?subtile=en&lng=pt-br

Referências Bibliográficas

- Abberley, P. (2002). Work, Disability, Disabled People and European Social Theory. In C. Barnes, M. Oliver, & L. Barton (Eds.), *Disability Studies Today* (pp. 120–138). Polity Press.
- Abwao, M., & Mishra, S. (2022). Media, culture, and news framing of disability in Kenya's Daily Nation newspaper. In M. S. Jeffress (Ed.), *Disability Representation in Film, TV and Print Media*. Routledge.
- Aho, T., & Alter, G. (2018). “Just Like Me, Just Like You” Narrative Erasure as Disability Normalization in Children's Picture Books. *Journal of Literary & Cultural Disability Studies*, 12(3), 303–319.
- Ali, A. (2021). Discursive representations of disability in children's picture books on disabled parents. In *Disability Representation in Film, TV, and Print Media* (pp. 180–197). Routledge.
- Álvares, C. (2006). Feminismo e Representação Discursiva do Feminino: A Presença do Outro na Teoria e na Prática. *Ex Aequo*, 14, 35–43.
- Álvares, C. (2007). Os estudos de recepção como modelo multidimensional: a negociação de estereótipos de etnicidade e gênero. *Caleidoscópio*, 8, 105–122.
- Álvares, C. (2016). Whither culture? On the predominance of cognitivism in media and communication studies. *The International Communication Gazette*. <https://doi.org/10.1177/1748048516655720>
- Álvares, C. (2017a). *As ciências da comunicação na Europa: o projeto inacabado do cosmopolitismo*.
- Álvares, C. (2017). The Implied Audience in Islamic State Propaganda Videos. In S. Hohnstein & M. Herding (Eds.), *Digitale Medien und politisch ... Digitale Medien und politisch- weltanschaulicher Extremismus* (Issue 42). Arbeits- und Forschungsstelle Rechtsextremismus und Radikalisierungsprävention.
- Álvares, C. (2017b). The Implied Audience in Islamic State Propaganda Videos. In S. Hohnstein & M. Herding (Eds.), *Digitale Medien und politisch ... Digitale Medien und politisch- weltanschaulicher Extremismus* (Issue 42). Arbeits- und Forschungsstelle Rechtsextremismus und Radikalisierungsprävention.
- Aspler, J., Harding, K. D., & Cascio, M. A. (2022). *Representation Matters: Race, Gender, Class, and Intersectional Representations of Autistic and Disabled Characters on Television*. 16(2), 323–348.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (Vol. 3, Issue 2). Edições 70 LDA.
- Bardoel, J., & Deuze, M. (2001). “Network Journalism”: Converging competences of old and new media professionals. In *Australian Journalism Review* (Vol. 23, Issue 2). <https://www.researchgate.net/publication/267969191>
- Barnes, C. (1992a). *Disabling Imagery and the media: an Exploration of the Principles for Media Representations of Disabled People*. The British Council of Organisations of Disabled People.
- Barnes, C. (1992b). Qualitative research: valuable or irrelevant? *Disability, Handicap & Society*, 7(2), 115–124.

- Barnes, C., Oliver, M., & Barton, L. (2002). *Disability studies today* (Vol. 2002, Issue 5). Polity Press.
http://books.google.com/books?id=4B4hC_WxC7gC
- Barreto dos Anjos, N., & Amaro, M. I. (2023). A relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que envolvem temas sociais. *Revista Macambira*, 7(1), e071002.
<https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.847>
- Beacom, A., French, L., & Kendall, S. (2016). Reframing Impairment? Continuity and Change in Media Representations of Disability Through the Paralympic Games. *International Journal of Sport Communication*, 9(1), 42–62. <https://doi.org/10.1123/ijsc.2015-0077>
- Belch, G., & Belch, M. (2014). The role of New and Traditional Media in the Rapidly Changing Marketing Communications Environment. In *International Journal of Strategic Innovative Marketing*. <https://doi.org/10.15556/ijsim.01.03.001>
- Bendukurthi, N., & Raman, U. (2016). Framing Disability in the Indian News Media: A Political Economy Analysis of Representation. *Journal of Creative Communications*, 11(2), 135–153. <https://doi.org/10.1177/0973258616644811>
- Bendukurthi, N., & Raman, U. (2020). What's It All Worth? The Political Economy of Disability Representation in Indian Media. In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (1st ed., Vol. 1). Routledge.
- Borah, P. (2016). Media Effects Theory. In *The International Encyclopedia of Political Communication* (pp. 1–12). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc156>
- Braddock, David L., & Parish, S. L. (2001). An Institutional History of Disability. In G. L. Albrecht, K. D. Seelman, & M. Bury (Eds.), *Handbook of Disability Studies* (pp. 11–68). Sage Publications, Inc.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). Successful qualitative research: A practical guide for beginners. In *Feminism & Psychology* (Vol. 26, Issue 3). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.1177/0959353515614115>
- Briant, E., Watson, N., & Philo, G. (2011). *Bad News for Disabled People: How the Newspapers are Reporting Disability*. University of Glasgow.
- Briant, E., Watson, N., & Philo, G. (2013). Reporting disability in the age of austerity: the changing face of media representation of disability and disabled people in the United Kingdom and the creation of new “folk devils.” *Disability and Society*, 28(6), 874–889. <https://doi.org/10.1080/09687599.2013.813837>
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed). Oxford University Press.
- Burns, S. (2016). Diversity and journalism pedagogy: Exploring news media representation of disability. *Journalism and Mass Communication Educator*, 71(2), 220–230. <https://doi.org/10.1177/1077695815598436>

- Burns, S. (2020). Disability advocacy in BBC's Ouch and ABS's Ramp Up. In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (1st ed., Vol. 1). Routledge.
- Burns, S., & Haller, B. (2015). The Politics of Representing Disability: Exploring News Coverage of the Americans with Disabilities Act and the National Disability Insurance Scheme. *Asia Pacific Media Educator*, 25(2), 262–277. <https://doi.org/10.1177/1326365X15604938>
- Cameron, L., Knezevic, I., & Hanes, R. (2022). Inspiring people or perpetuating stereotypes? The complicated case of disability as inspiration. In M. S. Jeffrell (Ed.), *Disability Representation in Film, TV, and Print Media*. Routledge.
- Capucha, L. (2023). Ensaio sobre o acesso ao ensino superior: a longa batalha pela inclusão educativa em Portugal. *Revista Educação E Políticas Em Debate*, 12(3), 1019–1036. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-70000>
- Capucha, L.; Nogueira, J.; Querido, L.; Calado, A.; Pedroso, P.; Evaristo, T.; Ferreira, F & Pena, M.J. (2021) Avaliação Intercalar do Modelo de Apoio à Vida Independente em Portugal – Volume I: Estudo de base
- Capucha, Luís (2010), “Inovação e Justiça Social: Políticas Activas Para a Inclusão Educativa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, pp. 25-50.
- Capucha, L.; Cabrita, M.; Álvares, M.; Paulino, A. (2005). Estudo de Avaliação da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais na Área da Reabilitação das Pessoas com Deficiências. Lisboa, CIES-IESE, DGEEP-MTS.
- Cappella, J., & Jamieson, K. H. (1993). *Spiral of Cynicism: The Press and the Public Good*. Random House Vintage Books.
- Cardoso, G. (2007). *A Midia na sociedade em rede: filtros, vitrines, notícias*. FGV.
- Cardoso, G. (2023). *A Comunicação da Comunicação As Pessoas são a Mensagem* (1ª). Mundo Social.
- Castells, M. (2013). *O poder da comunicação de massa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Catalan-Matamoros, D., & Peñafiel-Saiz, C. (2019). The Use of Traditional Media for Public Communication about Medicines: A Systematic Review of Characteristics and Outcomes. *Health Communication*, 34(4), 415–423. <https://doi.org/10.1080/10410236.2017.1405485>
- Cerqueira, C., Magalhães, S. I., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2011). *As representações de género nas revistas portuguesas de informação generalista: em busca de uma cidadania inclusiva*. Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania.
- Chadwick, P. (2020). Disabled media creators in Afghanistan, China and Somalia. In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & r Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (1st ed., Vol. 1). Routledge.
- Ciot, M. G., & Van Hove, G. (2010). Romanian approach to media portrayals of disability. *Disability and Society*, 25(5), 525–538. <https://doi.org/10.1080/09687599.2010.489291>

- Clarke, V., & Braun, V. (2013). Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The Psychologist*, 26(2). <https://doi.org/10.4135/9781412963909.n451>
- Clogston, J. (1990). *Disability Coverage in 16 Newspapers*. Advocado Press.
- Clogston, J. (1994). Disability Coverage in American Newspapers. In J. Nelson (Ed.), *The disabled, The media and Information Age* (pp. 45–58). Greenwood Press.
- Cohen, B. (1963). *The Press and Foreign Policy*. Princeton University Press.
- Couldry, N., & Hepp, A. (2017). *The Mediated Construction of Reality*. Polity Press.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.).
- Crow, L. (1992). Renewing The Social Model Of Disability. *Coalition News; Greater Manchester Coalition of Disabled People*, July, 7.
- Cruz, C., Cunha, M. J., & Belim, C. (2024). Silenced Voices in Portuguese Public TV News: An Intersectional Analysis of the Representation of Women with Disabilities in RTP's Telejornal. *Societies*, 14 (7), 124.
- Cruz, C.; Araújo, D. (2023). Editorial Gatekeeping in Sports News During Prime Time Television in a Public Broadcaster. *Polish Journal of Sport and Tourism* 30 (3), 3-11.
- Cruz, C. (2014). *A decisão editorial em televisão - O Caso do Telejornal da RTP*. Universidade Aberta.
- Cruz, C. (2008). *A telerealidade: uma abordagem hermenêutica da construção social da realidade pela informação televisiva de actualidade*. Univ. Técnica - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Cunha, M. J., & Cruz, C. (2018). A representação das minorias sexuais nas notícias da imprensa (LGBT nas notícias). In A. Torres, D. Costa, & M. J. Cunha (Eds.), *Estudos de Género - Diversidades de Olhares num Mundo Global*. CIEG - ISCSP-ULISBOA.
- Cunha, M. J., & Pinto, P. C. (2017). Representations of disability: A longitudinal study of the press. *Sociologia, Problemas e Praticas*, 85, 131–147.
- Cunha S., M. J. (2011). *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Cushion, S., Kilby, A., Thomas, R., Morani, M., & Sambrook, R. (2018). Newspapers, Impartiality and Television News: Intermedia agenda-setting during the 2015 UK General Election campaign. *Journalism Studies*, 19(2), 162–181. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1171163>
- Davis, L. J. (2016). The disability studies reader. In L. J. Davis (Ed.), *The Disability Studies Reader* (Fifth Edit). Routledge.
- Deming, C. J. (1985). Hill Street Blues as narrative . *Critical Studies in Mass Communication*, 2(1), 1–22. <https://doi.org/10.1080/15295038509360058>

- Devotta, K., Wilton, R., & Yiannakoulis, N. (2013). Representations of disability in the Canadian news media: A decade of change? *Disability and Rehabilitation*, 35(22), 1859–1868. <https://doi.org/10.3109/09638288.2012.760658>
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Editora Brasiliense.
- Diniz, D. (2013). Deficiência e Políticas Sociais – Entrevista com Colin Barnes. *Revista SER Social*, 15(32), 237–251. http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9514/7088
- Diniz, D., & Barbosa, L. (2010). Pessoas com deficiência e direitos humanos no Brasil. In G. (org.) Venturi (Ed.), *Direitos Humanos percepções da opinião pública* (1ª, pp. 201–219). Secretaria de Direitos Humanos: Brasília. <https://doi.org/10.1111/pan.13016>
- Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. R. dos. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6(11), 64–77. <https://doi.org/10.1590/s1806-64452009000200004>
- Dolmage, J. (2011). Disabled Upon Arrival: The Rhetorical Construction of Disability and Race at Ellis Island. *Cultural Critique*, 77, 24–69. <https://doi.org/10.1353/cul.2011.0000>
- Ellcessor, E. (2017). Cyborg hoaxes: Disability, deception, and critical studies of digital media. *New Media and Society*, 19(11), 1761–1777. <https://doi.org/10.1177/1461444816642754>
- Ellis, K. (2018). Media and Disability. In P. J. Schulz & P. Cobley (Eds.), *Mediated communication - Handbooks of Communication Science series* (Vol. 7, pp. 359–378). De Gruyter Mouton.
- Ellis, K., Goggin, G., Haller, B., & Curtis, R. (2020). *The Routledge Companion to Disability and Media*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Ellis, K., & Merchant, M. (2020). Disability media work. In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (1st ed., Vol. 1). Routledge.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Towards Clarification of a Fractured Paradigm. In *Journal of Communication* (Vol. 43, Issue 4).
- Entman, R. M. (2007). Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of Communication*, 57(1), 163–173. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x>
- Erbolato, M. L. (1991). *Técnicas de Codificação em Jornalismo* (21st ed.). Editora Vozes.
- Esser, F., & Strömbäck, J. (2014). Mediatization of politics: Understanding the transformation of western democracies. In *Mediatization of Politics: Understanding the Transformation of Western Democracies*. <https://doi.org/10.1057/9781137275844>
- Farnall, O., & Smith, K. A. (1999). Reactions to people with disabilities: Personal contact versus viewing of specific media portrayals. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 76(4), 659–672. <https://doi.org/10.1177/107769909907600404>
- Ferreira, F. A. G. (2015). *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Fletcher-Randle, J. E. (2022). Where are all the Autistic Parents? A Thematic Analysis of Autistic Parenting Discourse within the Narrative of Parenting and Autism in Online Media. *Studies in Social Justice*, 16(2), 389–406.
- Flick, U. (2009). An introduction to qualitative research, 4th ed. In *An introduction to qualitative research, 4th ed.* Sage Publications Ltd.
- Flynn, E., de Bhailís, C., & Serra, M. L. (2020). Lived experience influencing law reform: insights from a collaborative research project. *Qualitative Research*, 21(2), 234–250. <https://doi.org/10.1177/1468794120925657>
- Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fontes, F. (2019). O movimento das Pessoas com Deficiência em Portugal: características, impactos e interseccionalidades. In A. C. Santos (Ed.), *Mulheres, sexualidade e deficiência: os interditos da cidadania íntima*. Almedina.
- Foresti, T., & Bousfield, A. B. da S. (2022). A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. *Revista Psicologia Política*, 22, 654–667. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000300010&nrm=iso
- Galtung, J., & Ruge, M. (1965). The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, 1, 259–298.
- Garland-Thomson, R. (2002). The Politics of Staring: Visual Rhetorics of Disability in Popular Photography. *Disability Studies: Enabling the Humanities*, 56–76.
- Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., Signorielli, N., & Shanahan, J. (2002). Growing up with television: Cultivation processes. In *Media effects* (pp. 53–78). Routledge.
- Gilbert, A., MacCauley, M. I., & Smale, B. J. A. (1997a). Newspaper portrayal of persons with disabilities over a decade. *Therapeutic Recreation Journal*, 31(2), 108–120.
- Goethals, T., Mortelmans, D., Van den Bulck, H., Van den Heurck, W., & Van Hove, G. (2022). I am not your metaphor: frames and counter-frames in the representation of disability. *Disability and Society*, 37(5), 746–764. <https://doi.org/10.1080/09687599.2020.1836478>
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Northeastern University press.
- Greene, J. C., Caracelli, V. J., & Graham, W. F. (1989). Toward a Conceptual Framework for Mixed-Method Evaluation Designs. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3), 255–274. <https://doi.org/10.2307/1163620>
- Hadley, B., & McDonald, D. (2019). *The Routledge Handbook of Disability Arts, Culture and Media*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Hall, S. (1973). *Encoding and decoding in the television discourse*. Centre for Contemporary Cultural Studies.
- Hall, S. (2003a). Codificação/Decodificação. In L. Sovik (Ed.), *Da diáspora - Identidades e mediações culturais* (p. 434). Editora UFMG.

- Hall, S. (2003b). Reflexões sobre o modelo codificação/decodificação. In L. Sovik (Ed.), *Da diáspora - Identidades e mediações culturais* (p. 434). Editora UFMG.
- Haller, B. (1995). Rethinking Models of Media Representation. *Disability Studies Quarterly*, 15(2), 26–30.
- Haller, B. (2000). If they limp, they lead? News representations and the hierarchy of disability images. *Handbook of Communication and People with Disabilities*, 273–288.
- Haller, B. (2010). *Representing disability in an ableist world: Essays on mass media*. . Advocado Press.
- Haller, B. (2015). *A digital media world redefined by and for disabled people: representations and access*.
- Haller, B. B., & Zhang, L. (2010). *Survey of disabled people about media representations*. 1–5.
- Haller, B., Dorries, B., & Rahn, J. (2006). Media labeling versus the US disability community identity : a study of shifting cultural language. *Disability & Society*, October. <https://doi.org/10.1080/09687590500375416>
- Haller, B., & Preston, J. (2017). Confirming normalcy: ‘Inspiration porn’ and the construction of the disabled subject? In K. Ellis & M. Kent (Eds.), *Disability and Social Media: Global Perspectives* (Vol. 1, pp. 41–56). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577357>
- Haller, B., & Zhang, L. (2014). Stigma or Empowerment? What Do Disabled People Say About Their Representation In News and Entertainment Media? *Review of Disability Studies*, 9(4).
- Hannes, K., Hendricks, L., Brgles, M., Dierckx, C., Gemignani, M., Huhnen, M., Vrebos, H., Swift, A., & Van Goidsenhoven, L. (2022). *The SAGE Handbook of Qualitative Research Design: Being Creative with Resources in Qualitative Research* (pp. 290–306). <https://doi.org/10.4135/9781529770278.n19>
- Hanson, R. E. (2014). *Living in a media world*. CQ Press.
- Happer, C., & Philo, G. (2013). The role of the media in the construction of public belief and social change. *Journal of Social and Political Psychology*, 1(1), 321–336. <https://doi.org/10.5964/jspp.v1i1.96>
- Harcup, T., & O’Neill, D. (2017). What is News? *Journalism Studies*, 18(12), 1470–1488. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>
- Hilgemberg, T., Ellis, K., & Magladry, M. (2020). The Spectacularization of Disability Sport: Brazilian and Australian Newspaper Photographs of 2012 London Paralympic Athletes. In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (1st ed., Vol. 1). Routledge.
- Hjarvard, S. (2008). The Mediatization of Society. *Nordicom Review*, 29(2), 105–134.
- Hjarvard, S. (2014). Mediatization: conceptualizing cultural and social change. *Matrizes*, 8(1), 21. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44>

- Howe, P. D. (2008). From inside the newsroom: Paralympic media and the “production” of elite disability. *International Review for the Sociology of Sport*, 43(2), 135–150. <https://doi.org/10.1177/1012690208095376>
- Jeffress, M. (2022). *Disability Representation in Film, TV and Print Media*. Routledge.
- Jensen, K. B., & Rosengren, K. E. (1990). Five traditions in search of the audience. *European Journal of Communication*, 5(2), 207–238.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As Representações Sociais* (pp. 17–44). EdUERJ.
- Johanssen, J., & Garrisi, D. (2020). *Disability, media, and representations - Other bodies*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Jones, C. T. (2020). Dropping the disability beat: why specialized reporting doesn’t solve disability (mis)representation. In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (1st ed., Vol. 1). Routledge.
- Jones, S., & Harwood, V. (2009). Representations of autism in Australian print media. *Disability and Society*, 24(1), 5–18. <https://doi.org/10.1080/09687590802535345>
- Jungherr, A. (2014). The logic of political coverage on Twitter: Temporal dynamics and content. *Journal of Communication*, 64(2), 239–259.
- Junior, E. B. L., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O. dos, & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos Da Fucamp*, 20(44), 36–51.
- Kellner, D. (1995). Cultural Studies, Multiculturalism and Media Culture. In G. Diniz & J. Humez (Eds.), *Gender, race and class in media: a text-reader* (2nd ed., p. 99). Sage.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2021). *The elements of journalism : what newspeople should know and the public should expect*.
- Krippendorff, K. (2019). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology* (Fourth Edition). <https://doi.org/10.4135/9781071878781>
- Landmark, S. E. (2022). The patronized supercrip. In M. Jeffress (Ed.), *Disability Representation in Film, TV and Print Media* (pp. 128–144). Routledge.
- Lins, S., Melo, C. F., Alves, S. G., & Silva, R. L. (2019). “Our Voices, Our Meaning”: The social representations of sports for Brazilian athletes with disabilities. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 36(1), 42–60. <https://doi.org/10.1123/apaq.2017-0206>
- Livingstone, S. (2004). The challenge of changing audiences: or, what is the audience researcher to do in the age of the internet? . *European Journal of Communication*, 19(1), 75–86.
- Livingstone, S. (2009). On the Mediation of Everything: ICA Presidential Address 2008. *Journal of Communication*, 59(1), 1–18. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.01401.x>
- Lopes, B., Álvares, C., & Ávila, P. (2023). Revisiting Asymmetries in the Representation of Portuguese Women News Anchors. *Women’s Studies*. <https://doi.org/10.1080/00497878.2023.2239414>

- Lopes, M. A. (1993). Os pobres e a assistência pública. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal - O Liberalismo* (Vol. 5, pp. 501–515). Círculo de Leitores.
- Lunkes, F., & Silmara, D.-S. (2019). O discurso midiático e o sujeito (feliz) na atualidade. In A. S. F. Soares (Ed.), *Discurso, interlocuções e –* (pp. 91–110). Editora da Universidade de Caxias do Sul.
- Macedo, I., & Cabecinhas, R. (2012). *Representações Sociais, Migrações e Media: Reflexões em Torno do Papel da Literacia Cinematográfica na Promoção da Interculturalidade Social Representations, Migrations and the Media: Reflections on the Role of Film Literacy in Promoting Intercultural Dialogue*.
- Machado, A. L. (2004). Reforma psiquiátrica e mídia: representações sociais na Folha de S. Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2), 483–491. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232004000200024>
- Macnamara, J. (2018). Content Analysis. In P. Napoli (Ed.), *Mediated Communication* (pp. 191–211).
- Maia, R. C. M., & Vimieiro, A. C. (2015). Recognition and Moral Progress: A Case Study about Discourses on Disability in the Media. *Political Studies*, 63(1), 161–180. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12083>
- Mantilla, S., & Goggin, G. (2020). Thirty years of (in)visible disability in Australian television: Home and Away’s experiments with representation and inclusion. *Media International Australia*, 174(1), 39–48. <https://doi.org/10.1177/1329878X19883890>
- Marques, R. F. R., Marivoet, S., De Almeida, M. A. B., Gutierrez, G. L., Menezes, R. P., & Nunomura, M. (2015). A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: Perspetivas de atletas portugueses. *Motricidade*, 11(3), 123–147. <https://doi.org/10.6063/motricidade.4704>
- Martins, B. S. (2005). Políticas sociais na deficiência Exclusões perpetuadas. *Oficina Do CES*, 228, 1–19.
- Martins, B. S. (2019). Deficiência e direitos humanos: vidas subjugadas, narrativas insurgentes. In *Quem precisa dos direitos humanos? Precariedades, diferenças, interculturalidades* (pp. 215–239). Edições Almedina, S.A.
- Martins, B. S., Fontes, F., Hespanha, P., & Berg, A. (2012). A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 45–64. <https://doi.org/10.4000/rccs.5014>
- Martins, B. S., Fontes, F., Portugal, S., Hespanha, P., & Aleksandra Berg. (2016). Deficiência, conhecimento e transformação social. In B. S. Martins & F. Fontes (Eds.), *Deficiência e emancipação social. Para uma crise da normalidade* (pp. 39–59). Edições Almedina. <https://www.researchgate.net/publication/306078081>
- McCombs, M. (1997). Building consensus: The news media’s agenda-setting roles. *Political Communication*, 14(4), 433–443.
- McCombs, M. (2014). *Setting the Agenda The Mass Media and Public Opinion* (2nd ed.). Polity Press.
- McCombs, M., & Ghanem, S. I. (2001). The Convergence of Agenda Setting and Framing. In S. D. Reese, O. H. Gandy Jr., & A. E. Grant (Eds.), *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World* (pp. 1–413). Routledge.

- McCombs, M., & Shaw, D. (2017). The agenda-setting function of mass media. *The Agenda Setting Journal*. *The Agenda Setting Journal. Theory, Practice, Critique*, 1(2), 105–116. <https://doi.org/10.1075/asj.1.2.02mcc>
- McCombs, M., & Shaw, D. L. (1972). The Agenda-setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187. <http://poq.oxfordjournals.org/>
- McGillivray, D., O'Donnell, H., McPherson, G., & Misener, L. (2019). Repurposing the (Super)Crip: Media Representations of Disability at the Rio 2016 Paralympic Games. *Communication and Sport*, 1–30. <https://doi.org/10.1177/2167479519853496>
- McQuail, D., & Deuze, M. (2020). *McQuail's Media and Mass Communication Theory* (7th ed.). SAGE Publications Ltd.
- McQuail, Denis. (2010). *McQuail's mass communication theory*. Sage Publications.
- Mellifont, D. (2017). Hold Your Traditional Discourses! A Study Exploring Newspaper and Web News Reporting of New York's Inaugural Disability Pride Parade. *Asia Pacific Media Educator*, 27(1), 138–153. <https://doi.org/10.1177/1326365X17701793>
- Mellifont, D., & Smith-Merry, J. (2015). The Anxious Times: An Analysis of the Representation of Anxiety Disorders in The Australian Newspaper, 2000–2015. *Asia Pacific Media Educator*, 25(2), 278–296. <https://doi.org/10.1177/1326365X15604937>
- Mertens, D. (2005). *Research and Evaluation in Education and Psychology: Integrating Diversity With Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods* (2nd ed.). Sage Press.
- Mertens, D. (2010). Transformative Mixed Methods Research. *Qualitative Inquiry*, 16(6), 469–474. <https://doi.org/10.1177/1077800410364612>
- Mertens, D. M. (2018). *Mixed Methods Design in Evaluation*. <https://doi.org/10.4135/9781506330631>
- Mesquita, M., & Rebelo, J. (1994). *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Afrontamento.
- Misener, L. (2013). A Media Frames Analysis of the Legacy Discourse for the 2010 Winter Paralympic Games. *Communication & Sport*, 1(4), 342–364. <https://doi.org/10.1177/2167479512469354>
- Misener, L., Bodin, K., & Quinn, N. (2019). Paralympics, para-sport bodies, and legacies of media representation. In B. Hadley & D. McDonald (Eds.), *The Routledge Handbook of Disabilities Art, Culture and Media*. Routledge.
- Morigi, V. J. (2004). Teoria Social e Comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. *Revista Da Associação Nacional Dos Programas de Pós-Graduação Em Comunicação*, 1. <http://www.compos.org.br/e-compos>
- Morris, J. (1991). *Pride against prejudice: transforming attitudes to disability*. Women's Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes Towards a Description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211–250.
- Mosemghvdlishvili, L., & Jansz, J. (2013). Framing and praising Allah on YouTube: Exploring user-created videos about Islam and the motivations for producing them. *New Media and Society*, 15(4), 482–500. <https://doi.org/10.1177/1461444812457326>

- Moura, E., Ramos, R., Simões, S., & Li, Y. (2021). Técnica de análise de conteúdo: uma reflexão crítica. In *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados* (pp. 45–60).
- Neca, P., & Castro, P. (2012). Representações da deficiência na imprensa portuguesa: hegemonia e emancipação. *Estudos Em Comunicação, 12*, 367–386.
- Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook* (p. 319).
- Neuman, W. R., & Guggenheim, L. (2011). Media Effects The Evolution of Media Effects Theory: A Six-Stage Model of Cumulative Research. *Communication Theory, 21*(2), 169–196. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2011.01381.x>
- Newman, N., & Fletcher, R. (2018). Digital dominance. The Power of Google, Amazon, Facebook and Apple. In M. Moore & D. Tambini (Eds.), *Platform reliance, information intermediaries, and news diversity*. Oxford University Press.
- Nogueira, J. M. D. G. E. A. (2019). As políticas públicas e a qualidade de vida das famílias com crianças com autismo: o caso da intervenção precoce na infância. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa] Repositório Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18539>
- Nogueira, J. M., Querido, L., Nunes, N., Ortiz, A., & Botelho, M. do C. (2023). Alunos com deficiência no ensino superior em Portugal. *Revista Educação E Políticas Em Debate, 12*(3), 1000–1018. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-69998>
- Novais, R. A., & Figueiredo, T. H. (2010). A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal. *Comunicação e Esporte, 17*, 78–89.
- Ogundola, O. (2020). Disability Narratives in the news media: a spotlight on Africa . In K. Ellis, G. Goggin, B. Haller, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (Vol. 1). Routledge.
- Oliver, M. (1983). Social work with disabled people. In *Social Work*. Macmillan Education Ltd. <https://doi.org/10.4324/9780203002834-9>
- Oliver, M. (1990a). The individual and social models of disability: people with established locomotor disabilities in hospitals. *Workshop of the Living Options Group and the Research Unit of the Royal College of Physicians, July*, 1–7.
- Oliver, M. (1990b). *The Politics of Disablement*. Macmillan Education Ltd.
- Oliver, M. (1996). *Understanding disability: from theory to practice*. Macmillan Education.
- Palacio, M. M. A. P., & Nieves, M. L. F. N. (2009). La autodeterminación en adolescentes con discapacidad intelectual*. *Innovar, 19*(SUPPL. 1), 53–64.
- Parmelee, J. H. (2014). The agenda-building function of political tweets. *New Media and Society, 16*(3), 434–450. <https://doi.org/10.1177/1461444813487955>
- Pereira, M. G. (2012). Estrutura do artigo científico. . *Epidemiologia e Serviços de Saúde, 21*(2), 351–352.
- Perse, E. M. (2001). *Media Effects and Society*. Mahwah, NJ: Erlbaum. Lawrence Erlbaum.

- Pessoa, S. C., Brandão, V. C., & Mantovani, C. M. C. A. (2019). Imaginários sobre a deficiência: mobilização de afetos cotidianos em campanhas publicitárias. *Intexto*, 45, 164–186. <https://doi.org/10.19132/1807-858320190.164-186>
- Pimentel, I. F. (1999). A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, XXXIV, 477–508.
- Pinto, P. C. (2012). *Dilemas da diversidade : interrogar a deficiência, o género e o papel das políticas públicas em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Pinto, P. C. (2015). Modelos de abordagem à deficiência: que implicações para as políticas públicas ? *Ciências e Políticas Públicas*, I, 174–200.
- Pinto, P. C. (2018). For a public sociology: Rethinking disability from the point of view of human rights. *Análise Social*, 53(229), 1010–1035. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018229.07>
- Pinto, P. C., Neca, P., & Pinto, T. J. (2023). *Research Brief - EQUAL: igualdade perante a lei e o direito à autodeterminação das pessoas com deficiência intelectual e psicossocial em Portugal*.
- Portela, P. (2019). *Introdução aos estudos de audiência*. CECS - Universidade do Minho. www.cecs.uminho.pt
- Portugal, S. (2016). Deficiência e políticas públicas em Portugal: os impactos da austeridade. In B. S. Martins & F. Fontes (Eds.), *Deficiência e emancipação social. Para uma crise da normalidade* (p. 189). Edições Almedina S.A.
- Pullen, E., Jackson, D., & Silk, M. (2019). (Re-)presenting the Paralympics: Affective Nationalism and the “Able-Disabled.” *Communication and Sport*, 1–23. <https://doi.org/10.1177/2167479519837549>
- Pullen, E., Jackson, D., & Silk, M. (2020). Watching disability: UK audience perceptions of the Paralympics, equality and social change. *European Journal of Communication*. <https://doi.org/10.1177/0267323120909290>
- Quintero, A. P. (1996). *História da Imprensa*. Planeta Editora.
- Reis, E. (2008). *Estatística Descritiva*.
- Rensburg, M. G. J. Van. (2022). Representations of Autism in Ontario Newsroom : A Critical Content Analysis of Online Government Press Releases , Media Advisories , and Bulletins. *Studies in Social Justice*, 16(2), 407–428.
- Reses, G., & Mendes, I. (2021). Uma visão prática da análise temática: exemplos na investigação em multimédia em educação. In *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados* (pp. 13–27).
- Romão, A. M., Oliveira, A., Espain, A., Cravo, C., & Moura, E. (2021). Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados. In A. P. da Costa, A. Moreira, & P. Sá (Eds.), *Reflexões em torno de metodologias de investigação: análise de dados* (Vol. 3). UA Editora.
- Sałkowska, M., & Zakrzewska-Manterys, E. (2020). Moral outrage and the fight for the reputation of children with intellectual disabilities: Qualitative content analysis of posts below an interview with

- parents of a woman with down syndrome. *Polish Sociological Review*, 2020(1), 79–93. <https://doi.org/10.26412/psr209.05>
- Saperas, E. (1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas* (1st ed.). Edições ASA.
- Scheufele, D. A. (1996). *Framing as a Theory of Media Effects*.
- Scheufele, D. A., & Tewksbury, D. (2007). Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. *Journal of Communication*, 57(4), 9–20. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00326.x>
- Schudson, M. (2003). *The sociology of news*. WW Norton.
- Schultz, I. (2007). The Journalistic Gut Feeling. *Journalism Practice*, 1(2), 190–207.
- Series, L. (2020). Disability and human rights. In N. Watson & S. Vehmas (Eds.), *Routledge Handbook of Disability Studies* (Second Edi, Vol. 370, Issue 9587, pp. 72–88). Routledge Taylor & Francis Group.
- Shakespeare, T. (1994). Cultural Representation of Disabled People: Dustbins for disavowal? *Disability & Society*, 9(3), 283–299. <https://doi.org/10.1080/09687599466780341>
- Shakespeare, T. (1996). *Disability, identity and difference*. The Disability Press.
- Shakespeare, T. (2006). The Social Model of Disability. In L. J. Davis (Ed.), *The Disability Studies Reader* (2nd ed., pp. 197–204). The Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003082583>
- Shakespeare, T. (2022). *6th International Conference on Disability and Development: Disability and COVID-19*.
- Shaw, D., & Colistra, R. (2007). Agenda Melding. In L. L. Kaid & C. Holtz-Bacha (Eds.), *The Encyclopedia of Political Communication* (pp. 11–12). Sage Publications. <https://www.researchgate.net/publication/279853780>
- Shoemaker, P. (2017a). News Values: Reciprocal Effects on Journalists and Journalism. In *The International Encyclopedia of Media Effects* (pp. 1–9). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118783764.wbieme0053>
- Shoemaker, P. (2017b). The Gatekeeping of Political Messages. In K. Kenski & K. Jamieson (Eds.), *The Oxford handbook of political communication* (pp. 378–389). Oxford University Press.
- Shoemaker, P., & Riccio, J. (2016). Gatekeeping. In *The International Encyclopedia of Political Communication* (pp. 1–5). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc202>
- Shoemaker, P., & Vos, T. (2009). *Teoria do Gatekeeping: Seleção e Construção da Notícia*. Artmed Editora SA.
- Silva, K. C. da, & Covalski, R. L. (2018). Convocações e deslocamentos da diferença: o corpo com deficiência na publicidade. *Contemporânea*, 16(1), 274–289. <https://doi.org/10.9771/1809-9386CONTEMPORANEA.V16I1.25991>
- Silverstone, R. (2005). The Sociology of Mediation and Communication. In C. Calhoun, C. Rojek, & B. Turner (Eds.), *The Sage handbook of sociology* (pp. 188–207). Sage Publications.

- Soo Ang, P., & Lee Yeo, S. (2018). Exclusionary visual depiction of disabled persons in Malaysian news photographs. *Discourse and Communication*, 12(5), 457–477. <https://doi.org/10.1177/1750481318766922>
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Stacks, D. W., Cathy Li, Z., & Spaulding, C. (2015). Media Effects. In J. D. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences (Second Edition)* (Second Edition, pp. 29–34). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.95045-1>
- Stewart, K., & Spurgeon, C. (2019). Researching media participation by listening to people with disability. *Media, Culture and Society*. <https://doi.org/10.1177/0163443719890536>
- Stiker, H.-J. (1997). *A History of Disability*. University of Michigan.
- Sweetman, D., Badiie, M., & Creswell, J. W. (2010). Use of the Transformative Framework in Mixed Methods Studies. *Qualitative Inquiry*, 16(6), 441–454. <https://doi.org/10.1177/1077800410364610>
- Tankard, J., Hendrickson, L., Silberman, J., Bliss, K., & Ghanem, S. (1991). Mediaframes: Approaches to conceptualization and measurement. *Paper Presented at the Annual Convention of the Association for Education in Journalism and Mass Communication, Boston, MA*.
- Thesen, G., Van Aelst, P., Vliegthart, R., & Walgrave, S. (2013). Mediatization and the Media's Political Agenda-Setting Influence. *CAP Conference in Antwerp*, 1–29.
- Titchkosky, T. (2020). Disability Imaginaries in the News. In K. Ellis, G. Goggin, & R. Curtis (Eds.), *The Routledge Companion to Disability and Media* (1st ed., Vol. 1). Routledge.
- Tuchman, G. (1983). *La producción de la noticia - Estudio sobre la construcción de la realidad*. Ediciones G. Gili S. A.
- UPIAS. (1976). *Fundamental Principles of Disability*.
- Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. . In A. Santos Silva & J. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101–128). Edições Afrontamento.
- Valkenburg, P. M., Peter, J., & Walther, J. B. (2016). Media effects: Theory and research. *Annual Review of Psychology*, 67, 315–338. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122414-033608>
- Veiga, C. V. da. (2006). *As regras e as práticas factores organizacionais e transformações na política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Vreese, C. H. de. (2005). News framing: Theory and typology. *Information Design Journal*, 13(1), 51–62. <https://doi.org/10.1075/idjdd.13.1.06vre>

- Walton, E., & McKenzie, J. (2020). The Education of Children with Disabilities in South African Online News Reports. In J. Johanssen & D. Garrisi (Eds.), *Disability, media and representations - Other bodies*. Routledge.
- Wardell, S., Fitzgerald, R. P., Legge, M., & Clift, K. (2014). A qualitative and quantitative analysis of the New Zealand media portrayal of Down syndrome. *Disability and Health Journal*, 7(2), 242–250. <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2013.11.006>
- Weaver, D. (2007). Thoughts on agenda setting, framing, and priming. *Journal of Communication*, 57, 142–147.
- Weaver, D., Randal, B., Bonnie, B., Paul, V., & G. Cleveland, Wilhoit. (2007). *The American Journalist in the 21st Century*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Weaver, D., & Shaw, D. (2014). Media Agenda-Setting and Audience Agenda-Melding. In *Setting the Agenda The Mass Media and Public Opinion* (2nd ed.). Polity Press.
- Wendell, S. (1996). *The rejected body: feminist philosophical reflections on disability*. Routledge.
- Williams, S. J. (1999). Is anybody there? Critical realism, chronic illness and the disability debate. *Sociology of Health and Illness*, 21(6), 797–819. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.00184>
- Winzer, M. (1997). Disability and society before the eighteenth century. In L. J. Davis (Ed.), *The Disability Studies Reader* (First, pp. 75–109).
- Wolf, M. (1999). *Teorias da Comunicação* (5ª edição). Editorial Presença.
- Wood, L. (2012). *A Critical analysis: Overview of the media*. Disability Planet. [Www.Disabilityplanet.Co.Uk/Critical-Analysis.Html](http://www.Disabilityplanet.Co.Uk/Critical-Analysis.Html).
- Ye, W., & Zeldes, G. A. (2019). The Representation of People With Disabilities in an Official Newspaper in China: A Longitudinal Study of the People's Daily From 2003 to 2013. *Journal of Disability Policy Studies*, 422. <https://doi.org/10.1177/1044207319868783>
- Zhang, L., & Haller, B. (2013). Consuming Image : How Mass Media Impact the Identity of People with Disabilities. *Communication Quarterly*, 61(October), 319–334. <https://doi.org/10.1080/01463373.2013.776988>

ANEXOS

Anexo A – Grelha categorial utilizada na análise de conteúdo dos artigos de imprensa no Estudo 1¹⁰¹

| Categoria de Registo | | Unidades de Registo – Valores |
|---|----------|--|
| A)Variáveis bibliográficas | | |
| A1) Número da notícia | | (contínua) |
| A2) Data | A21) dia | 1 a 31 |
| | A22) mês | 1 a 12 |
| | A23) ano | 2007 a 2013 |
| A3) Meio | | 1. Diário de Notícias |
| | | 2. Expresso |
| | | 3. Visão |
| A4) Enfatização (highlight) | | 1.Capa – manchete |
| | | 2.Capa - destaque |
| | | 3.Pág. 3 |
| | | 4.Outras páginas ímpares |
| | | 5.Páginas centrais |
| | | 6.Contra-capa |
| | | 7.Páginas pares |
| A5) Secção (lugar do jornal em que aparece a notícia) | | 1.Política |
| | | 2.Economia |
| | | 3.Desporto |
| | | 4. Cultura/artes |
| | | 5. Sociedade (lifestyle/saúde/alimentação) |
| | | 6. Internacional |
| | | 7. Outro |
| A6) Tipo (tipo de item no jornal) | | 1.Cartoon |
| | | 2.Reportagem |
| | | 3.Opinião |
| | | 4. Coluna/breve |
| | | 5. Editorial |
| | | 6.Correio do leitor |

¹⁰¹ Grelha desenvolvida pelo Projeto Indicadores Sociais para a Monitorização dos Direitos Humanos da Deficiência: Um Estudo Exploratório (2013-2014), do ODDH (ISCSP – Universidade de Lisboa). <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/projetos/indicadores-sociais-para-a-deficiencia>

| | |
|--|---|
| | 7. Notícia de agência nacional (Lusa) |
| | 8. Notícia de agência internacional (Reuters, Associated Press, United Press Int., CNN, France Press) |
| | 9. Entrevista |
| A7) Foto/ilustração | 0.Não |
| | 1.Sim |
| A8) Proeminência (da referência deficiência) | 0.Não |
| | 1.Proeminente |
| A9) Contagem de palavras | (contínua) |
| A10) Local da história | |

| | |
|---|--|
| B) Variáveis de deficiência/pessoa com deficiência (PcD) | |
| B1) Tipo de deficiência | 1.Mobilidade (ataque, pólio, amputação, lesão cerebral) |
| | 2.Visual |
| | 3.Cognitiva/intelectual (Síndrome Down, Autismo, Asperger) |
| | 4.Auditiva |
| | 5.Mental (esquizofrenia, bipolar) |
| | 6.Médica (diabetes) |
| | 7.Referência geral |
| | 8.Múltiplas |
| | 9.Outra específica |
| B2) Outro tipo | (mesmos códigos) |
| B3) Tópico principal (a nível de deficiência) | 1.Crianças com deficiência |
| | 2.Financiamento governamental/privado |
| | 3.Assuntos de educação |
| | 4.Acesso a cuidados de saúde/custos |
| | 5.Discriminação – geral |
| | 6.Trabalho/emprego |
| | 7.Envelhecimento/idosos |
| | 8.Recreação/desportos |
| | 9.Mobilidade/acessibilidade |
| | 10.Transportes |
| | 11.Vida independente |
| | 12.Benefícios |

| | |
|---|---|
| | 13.Outro |
| B4) Fonte (principal fonte de informação sobre deficiência) | 1.Individual (PCD) |
| | 2.Grupo/associação de deficiência |
| | 3.Família/amigo/prestador de cuidados da PCD |
| | 4.Fornecedor de cuidados de saúde (médico, enfermeiro, hospital, terapeuta, autoridade pública e saúde) |
| | 5.Governo (agências, departamentos, ministérios, PM) |
| | 6.Governo local/regional |
| | 7.Governo Internacional |
| | 8.Oposição política |
| | 9.Grupo de advogados de saúde (não de PCD's) |
| | 10.Tribunais |
| | 11.Líder de opinião dos media (Colunista/editorial) |
| | 12.Individual (não PCD) |
| | 13.Celebridade |
| | 14.Negócios |
| | 15.Perito (acadêmico) |
| | 16.Investigador médico |
| | 17.Educador |
| | 18. Outro |
| B5) Voz da deficiência (quem mais expressa o ponto de vista da PCD – com citação ou parafraseado) | 0.Sem citação da PcD |
| | 1.PCD |
| | 2.Família |
| | 3.Advogados - PcD |
| | 4. Médicos/terapeutas |
| | 5. Associação |
| 6.Outros | |
| B6) Casos “quentes” (relativos a PCD) | 0.Não |
| | 1.Jogos paralímpicos |
| | 2.Outros |
| B61) Outros casos | Quais? |

Anexo B – Livro de códigos do projeto Disability Rights Promotion International (DRPI)¹⁰²

Media Monitoring Project: Content Analysis Codebook (version1-1)

A) Bibliographic variables

Applicable: code as inapplicable (0) if:

- Item does not identify a person with a disability, or
- Item does not identify a disability issue (see definition below) Community event listings
- Index
- Obituaries
- Brief references to disability insurance plans

Persons with disabilities include those who have long-term physical, mental, intellectual or sensory impairments which in interaction with various barriers may hinder their full and effective participation in society on an equal basis with others. If meets this definition, code as **applicable=1**.

A1) Entry number (five digits)

A2) Date (of publication dd.mm.yy format)

A3)Media outlet¹⁰³

- 1016 Vancouver Sun
- 1020 Calgary Herald
- 1033 Saskatoon Star-Phoenix
- 1078 Toronto Star
- 1077 Globe and Mail
- 1087 Montreal Gazette
- 1089 Le Soleil
- 1061 Ottawa Citizen
- 1079 Toronto Sun
- 1130 St. John's Telegram
- 4900 CBC-Radio
- 5001 CBC-TV The National

¹⁰² O livro de códigos foi reproduzido de forma mais próxima a original (manteve-se o idioma e procurou-se manter as marcas de formatação).

¹⁰³ The coding form will skip the following variables if it is a broadcast item: page number, section, type, photo.

4) Page Number (enter as indicated on the clip, including any letters and numbers)¹⁰⁴

A5)Section (the place in the newspaper where the item appears)

1. Front
2. Business
3. Sports
4. Arts
5. Op-ed
6. Lifestyle/health/food
7. Local
8. Other

A6) Type (what type of newspaper item is it).

1. Cartoon/picture only
2. Staff-written news report (writer named, not opinion, with outlet)
3. Op-ed submission (writer named, opinion, not with outlet, position identified, lengthy)
4. Column (writer named, opinion, with outlet)
5. Editorial (writer not [usually] named, opinion — position of the newspaper)
6. Letter to the editor (writer named, opinion, not with outlet, position not identified, brief)
7. Domestic wire (CP, Canwest, Sun News, Star Service, Canada East, Stirling)
8. International wire (AP, Dow Jones, Knight-Ridder, AFP, Bloomberg, UPI, New York Times)
9. Other (Freelance “special to the .”)

A7)Photo/illustration (does item include photo or illustration)

0. No
1. Yes

A8) Prominence (how prominently does the item mention a person with disabilities or a disability issue)

0. Not prominent (mentioned once, not critical to story)
1. Prominent (mentioned more than once, or in headline, or critical to the story)

A9)Word count (as indicated—4 digits)

¹⁰⁴ Based on response, code form will indicate whether item is front-page, front-page of section, or inside page.

A10) Location (where is the story written, usually immediately following headline and before text of the story. If broadcast, please indicate place of where report and/or reporter is based, if indicated. Type in as given by news outlet)

A11) Reporter/author (type in name of author/writer, whether reporter, letter, op-ed, column, wire story. If not given, leave blank. Format: Last name, Firstname.

B) PWD variables

B1) Type of disability

1. Mobility impairment (MS, stroke, polio, amputation, brain injury)
2. Vision impairment
3. Cognitive/intellectual impairment (Downs, Autism, Aspergers)
4. Hearing impairment
5. Mental impairment (Schizophrenia, PTSD, bi-polar)
6. Medical impairment (diabetes)
7. General reference
8. Multiple impairments noted
9. Other specific (if Other specific, use field to indicate type of disability)

B2) Second Type of disability (Second field, use list above)

B3) Topics (What is the main topic of the article as it concerns disabilities?)

1. Children with disabilities
2. Government/private funding
3. Education issues
4. Health care access/costs
5. Discrimination - general
6. Jobs/employment/accessibility
7. Aging/elderly
8. Recreation/sports
9. Mobility/accessibility
10. Transportation
11. Independent living
12. Disability benefits
99. OTHER (please specify in field provided)

B4) Source (What is the main source of information used in the news report concerning PWD or disability issues? What is generating the story about disabilities?)

1. Individual — PWD
2. PWD group/association
3. Family/friend/caregiver of PWD
4. Health care provider (doctor, nurse, hospital, care facility employee, therapist, public health authority)
5. Government — federal (agencies, departments, ministers, staff, PM)
6. Government — provincial
7. Government — local or regional
8. Government — International (non-Canadian)
9. Political opposition party (federal or provincial)
10. Health care advocacy group (non-disability related — not representing disability above).
11. Courts
12. Media opinion leaders (columnist, editorial)
13. Individual (non-PwD related)
14. Celebrity
15. Business
16. Expert (academic)
17. Medical researcher
18. Educator
99. OTHER (please specify in field provided)

B6¹⁰⁵) PWD voice (Who within the disability community most expresses in the item the view of the person with a disability. It must be a quote or paraphrased statement.)

0. No PWD quoted or paraphrased
1. PWD
2. Family
3. Advocate/advocacy group – PWD

B7) Hot-button topics (Is it about a story that has particular resonance regarding PWD?)

0. Not hot-button story noted
1. Robert Latimer
2. CTA/SCC ruling — VIA Rail
3. CTA ruling — Air Canada

¹⁰⁵ No livro de códigos original não há a variável B5. Logo, manteve-se como o original

4. CHRC Tribunal victory re: National Capital Commission
5. Honda v. Keys Supreme Court case
6. Cancellation of Court Challenges Programme
7. Paralympic Games
8. Approval by Canada of UN Convention on Disability Rights

Anexo C – Grelha categorial utilizada na análise de conteúdo dos artigos de imprensa no Estudo 2¹⁰⁶

| Categorias de Registo | | Unidades de Registo – Valores |
|------------------------------------|----------|-----------------------------------|
| A) Variáveis bibliográficas | | |
| A1) Número da notícia | | (contínua) |
| A2) Data | A21) dia | 1 a 31 |
| | A22) mês | 1 a 6 |
| | A23) ano | 5 (=2018) |
| A3) Meio | | 1. Público |
| | | 2. Diário de Notícias |
| | | 3. JN |
| | | 4. Correio da Manhã |
| | | 5. Expresso |
| | | 6. Sol |
| | | 7. Sábado |
| | | 8. Visão |
| A4) Enfatização | | 1. Capa – manchete |
| | | 2. Capa - destaque |
| | | 3. Pág. 3 |
| | | 4. Outras páginas ímpares |
| | | 5. Páginas centrais |
| | | 6. Contra-capa |
| | | 7. Páginas pares |
| A5) Secção | | 1. Política |
| | | 2. Economia |
| | | 3. Sociedade |
| | | 4. Cultura/artes |
| | | 5. Desporto |
| | | 6. Internacional |
| A6) Formato do conteúdo | | 1. Cartoon |
| | | 2. Reportagem |
| | | 3. Opinião (Comentário / Análise) |
| | | 4. Coluna/breve |

¹⁰⁶ Grelha desenvolvida pelo Projeto de Representações Mediáticas de Públicos Sensíveis (2014-2021), do CIEG (ISCSP – Universidade de Lisboa).

| | |
|-------------------------------|---|
| | 5. Editorial |
| | 6. Correio do leitor |
| | 7. Notícia (de agência) |
| | 8. Reelaboração |
| | 9. Entrevista |
| A7) Foto/ilustração | 1. Sim. Explícita |
| | 2. Sim. Imagem não explícita (eg. esfumada, esbatida, pessoas com rosto oculto ou em posição que não permita a identificação) |
| | 3. Não |
| A8) Proeminência | 1. Sim |
| | 2. Não |
| A9) Dimensão das notícias | 1. < 300 p. |
| | 2. 300 a 1000 p. |
| | 3. > 1000 p. |
| A10) Espaço | 1. Nacional |
| | 2. Internacional |
| A11) Local da história/Região | 1. Grande Lisboa |
| | 2. Grande Porto |
| | 3. Interior Norte |
| | 4. Litoral Norte |
| | 5. Interior Centro |
| | 6. Litoral Centro |
| | 7. Alentejo (Alto e Baixo) |
| | 8. Algarve (Barlavento / Sotavento) |
| | 9. Açores |
| | 10. Madeira |
| | 11. Misto Nacional |
| | 12. Geral (Portugal) |
| | 13. Espanha |
| | 14. Europa Ocidental/ União Europeia |
| | 15. Europa de Leste |
| | 16. Europa Central |
| | 17. EUA |
| | 18. PALOP's África |
| | 19. África (outros) |

| | |
|---|---|
| | 20. Brasil. |
| | 21. América Latina |
| | 22. Oriente |
| | 23. Médio Oriente |
| | 24. Países Árabes |
| | 25. Sudeste Asiático |
| | 26. Oceania |
| | 27. Caraíbas |
| | 28. Misto Internacional |
| | 29. Geral (Internacional) |
| B) Variáveis dos Públicos | |
| B1) Tipo de Público | 1. Mulheres (25 - 64 anos) |
| | 2. Crianças e jovens (0-24 anos) |
| | 3. Idosos (65 e mais anos) |
| | 4. Grupos Étnicos |
| | 5. Grupos LGBT+ |
| | 6. Pessoas com Deficiência |
| B1.1) Tipo de deficiência (apenas para Opção 6 em B1 – Deficientes) | 1. Deficiência motora |
| | 2. Deficiência visual |
| | 3. Deficiência mental |
| | 4. Surdez |
| | 5. Paralisia cerebral |
| | 6. Cancro |
| | 7. Esclerose múltipla |
| | 8. Fibromialgia |
| | 9. Paramiloidose |
| | 10. Diabéticos Tipo 1 |
| | 11. Doenças cardiovasculares |
| | 12. Seropositividade / SIDA |
| | 13. Doenças auto-imunes |
| | 14. Obesidade mórbida |
| | 15. Outras/Geral |
| B2) Assunto | 1. Estado |
| | 2. Partidos Políticos |
| | 3. Autarquias e Políticas Regionais |

| | |
|------------------|--|
| | 4. Assuntos Diplomáticos |
| | 5. Banca / Finanças |
| | 6. Segurança pública |
| | 7. Terrorismo / Guerra |
| | 8. Trabalho |
| | 9. Dramas Sociais |
| | 10. Manifestações Sociais |
| | 11. Criminalidade |
| | 12. Tribunais |
| | 13. Festividades e Solenidades |
| | 14. Artes e Espectáculos |
| | 15. Ambiente |
| | 16. Educação |
| | 17. Saúde |
| | 18. Tecnologia & Ciência |
| | 19. Religião |
| | 20. Actividades desportivas |
| | 21. Moda |
| | 22. Media |
| | 23. Gastronomia |
| | 24. Meteorologia |
| | 25. Migrações |
| | 26. Casos Pessoais |
| | 27. Insólitos |
| B3) Protagonismo | 1.1º plano |
| | 2.2º plano |
| B4) Continuidade | 1. Sim |
| | 2. Não |
| B5) Fonte | 1. Indivíduo (protagonista) |
| | 2. Grupo/associação representante dos públicos |
| | 3. Família/amigo/prestador de cuidados/ Vizinho/a |
| | 4. Fornecedor de cuidados de saúde (médico, enfermeiro, hospital, terapeuta, autoridade pública e saúde) |
| | 5. Governo local/regional |

| | |
|-----------------------|--|
| | 6.Governo Internacional |
| | 7.Oposição política |
| | 8.Tribunais |
| | 9.Líder de opinião dos media (Colunista/editorial) |
| | 10.Individual (não pertencente à minoria) |
| | 11.Celebridade |
| | 12.Perito (académico) |
| | 13.Educador |
| | 14. Outro |
| B6) Voz | 0.Sem citação do/a protagonista |
| | 1.Protagonista |
| | 2.Família/amigos |
| | 3.Adogados |
| | 4. Médicos/terapeutas |
| | 5. Grupos/ Associações |
| | 6.Outros |
| B7) Direcção /Enfoque | 1.Positivo |
| | 2.Negativo |
| | 3.Neutro |

Anexo D – Livro de códigos do Projeto de Representações Mediáticas de Públicos Sensíveis (2014-2018)¹⁰⁷

Apresentam-se, na grelha categorial, as categorias de registo e as unidades de registo (valores). As categorias de registo estão divididas entre as variáveis bibliográficas e as variáveis dos públicos.

A. Variáveis Bibliográficas – Inclui-se todas as categorias de registo referentes aos aspetos de edição jornalística e de valorações atribuídas pela decisão editorial.

N Categoria “**Número da notícia**” – incluem-se o número do artigo de acordo com a ordem de catalogação: 1,2,3,....

A.1 Categoria “**Ano**” – incluem-se o ano o qual se refere a publicação do artigo: de 2014 a 2018.

A.2 Categoria “**Data**” – incluem-se o mês o qual se refere o artigo: de janeiro a junho.

A.3 Categoria “**Meio**”- incluem-se os valores referentes aos meios de comunicação no qual o artigo foi publicado: *Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Expresso, Sol, Sábado, Visão*. Regista-se que o jornal I foi o único jornal português a não ser integrado, por ter uma natureza mais opinativa e o objetivo era mensurar a presença de assuntos relativos à deficiência na realidade noticiosa.

A.4 Categoria “**Enfatização**” – incluem-se aqui os valores referentes ao lugar dentro do jornal no qual o artigo pode ser publicado: capa – manchete, capa – destaque, página 3, outras páginas ímpares, páginas centrais, contra-capa, páginas pares.

A.5 Categoria “**Secção**” – incluem-se aqui os valores referentes aos setores temáticos dos nos quais os artigos foram publicados: política, economia, sociedade, cultura/artes, desporto, internacional. Regista-se que a secção de sociedade inclui ciência, saúde, trabalho, educação, criminalidade e que a secção internacional agrega todos os assuntos internacionais (política internacional, desporto internacional, cultura internacional).

A.6 Categoria “**Formato do Conteúdo**” – incluem-se aqui os valores referentes aos gêneros dos artigos: cartoon, reportagem, opinião (comentário/análise), coluna/breve, editorial, correio do leitor, notícia (de agência), reelaboração, entrevista.

A.7 Categoria “**Foto/Ilustração**” – inclui-se aqui se houve ou não a publicação de fotografia e/ou ilustração e se esta foi explícita ou não explícita.

A.8 Categoria “**Proeminência**” – incluem-se aqui se faz referência à deficiência ou às pessoas com deficiência: sim ou não.

¹⁰⁷ Projeto de Representações Mediáticas de Públicos Sensíveis (2014-2021), do CIEG (ISCSP – Universidade de Lisboa).

A.9 Categoria “**Dimensão das notícias**” – incluem-se aqui o tamanho dos artigos, de acordo com o número de palavras: < 300 palavras (pequena notícia/breve), 300 a 1000 palavras (notícia média), > 1000 palavras (grande notícia/grande reportagem). Regista-se que a dimensão dos artigos pode revelar um critério de utilidade social, sendo os mais longos os mais prováveis de gerar um efeito de mudança nas percepções públicas, por exemplo.

A.10 Categoria “**Espaço**” – incluem-se aqui os valores referentes ao espaço no qual se localiza o artigo: nacional ou internacional.

A.11 Categoria “**Local da história/Região**” – incluem-se aqui os valores referentes à região a que se referem os artigos, a demonstrar uma concentração nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, ou ainda uma pertinência mais geral ou de diversas regiões (mista): Grande Lisboa, Grande Porto, Interior Norte, Litoral Norte, Interior Centro, Litoral Centro, Alentejo (Alto e Baixo), Algarve (Barlavento / Sotavento), Açores, Madeira, Misto Nacional, Geral (Portugal), Espanha, Europa Ocidental/ União Europeia, Europa de Leste, Europa Central, EUA, PALOP's África, África (outros), Brasil, América Latina, Oriente, Médio Oriente, Países Árabes, Sudeste Asiático, Oceania, Caraíbas, Misto Internacional, Geral (Internacional)

B. Variáveis Públicos – Incluem-se todas as categorias de registo referentes aos aspetos das pessoas com deficiência. Relaciona-se com as características da deficiência, bem como as características das pessoas com deficiência que foram destacadas nos artigos.

B.1 Categoria “**Tipo de Público**” – Pessoa com Deficiência

B.1.1 Categoria “**Tipo de Deficiência**” – inserem-se as especificidade do tipo de incapacidade/deficiência, incluindo as doenças crónicas, que possam ser permanentes ou duradouras, de forma a tornar a pessoa legalmente classificada como pessoa com deficiência pelo Estado Português : deficiência motora, deficiência visual, deficiência mental, surdez, paralisia cerebral, cancro, esclerose múltipla, fibromialgia, paramiloidose, diabéticos tipo 1, doenças cardiovasculares, seropositividade /SIDA, doenças auto-imunes, obesidade mórbida, outras/geral.

B.2 Categoria “**Assunto**” – incluem-se o assunto abordado no artigo: Estado, partidos políticos, autarquias e políticas regionais, assuntos diplomáticos, banca/finanças, segurança pública, terrorismo/guerra, trabalho, dramas sociais, manifestações sociais, criminalidade, tribunais, festividades e solenidades, artes e espetáculo, ambiente, educação, saúde, tecnologia e ciência, religião, actividades desportivas, moda, media, gastronomia, meteorologia, migrações, casos pessoais, insólitos.

B.3 Categoria “**Protagonismo**” – incluem-se se a pessoa com deficiência ou a temática da deficiência aparece noticiada em 1º ou em 2º plano.

B.4 Categoria “**Continuidade**” – incluem-se se os artigos são relativos a histórias já publicadas, de conhecimento do público: sim ou não.

B.5 Categoria “**Fonte**” – incluem-se a principal fonte de informação sobre as pessoas com deficiência ou o tema da deficiência: PcD, grupo/associação representante, família/amigo/prestador de cuidado/vizinho, profissional de cuidados de saúde (médico, enfermeiro, hospital, terapeuta, autoridade pública de saúde), governo local/regional, governo internacional, oposição política, tribunais, líder de opinião dos media (colunista/editorial), individual (não pertencente à minoria), celebridade, perito (académico), educador, outro.

B.6 Categoria “**Voz**” – incluem-se quem mais expressa o ponto de vista do protagonista, isto é, quem falou e foi ouvido, podendo ser por meio de citação ou parafraseado: sem citação do protagonista, protagonista, família/amigos, advogados, médico/terapeutas/grupos/associações, outros.

B.7 Categoria “**Direção/Enfoque**” – Incluem-se os enfoques que o artigo pode apresentar sobre a deficiência ou as pessoas com deficiência, sendo: positivo, negativo ou neutro.

Anexo E – Grelha categorial utilizada na análise de conteúdo dos artigos de imprensa no Estudo 3¹⁰⁸

| Categoria de Registo | | Unidades de Registo – Valores |
|------------------------------------|----------|-------------------------------------|
| A) Variáveis bibliográficas | | |
| A1) Número da notícia | | (contínua) |
| A2) Data | A21) dia | 1 a 31 |
| | A22) mês | 1 a 12 |
| | A23) ano | 1 (=2020) |
| A3) Meio | | 1. Público |
| A4) Enfatização | | 1. Capa – manchete |
| | | 2. Capa - destaque |
| | | 3. Pág. 3 |
| | | 4. Outras páginas ímpares |
| | | 5. Páginas centrais |
| | | 6. Contra-capas |
| | | 7. Páginas pares |
| | | 8. Páginas duplas |
| A5) Secção | | 1. Política |
| | | 2. Economia |
| | | 3. Sociedade |
| | | 4. Cultura/artes |
| | | 5. Desporto |
| | | 6. Internacional |
| A6) Formato do conteúdo | | 1. Cartoon |
| | | 2. Reportagem |
| | | 3. Opinião (Comentário / Análise) |
| | | 4. Coluna/breve |
| | | 5. Editorial |
| | | 6. Correio do leitor |
| | | 7. Notícia de agência nacional |
| | | 8. Notícia de agência internacional |
| | | 9. Entrevista |
| | | 10. Crónica |

¹⁰⁸ Estudo do jornal o Público, nos meses do primeiro confinamento português da pandemia do coronavírus (março, abril e maio de 2020)

| | |
|-------------------------------|--|
| A7) Foto/ilustração | 1.Sim. Relacionada explícita |
| | 2.Sim. Relacionada não explícita (eg. esfumada, esbatida, pessoas com rosto oculto ou em posição que não permita a identificação) |
| | 3. Não Relacionada |
| | 4.Não |
| A8) Proeminência | 1.Sim |
| | 2.Não |
| A9) Dimensão das notícias | <p>4. < 300 p. – Breve/notícia pequena</p> <p>5. 300 a 1000 p. – Notícia média</p> <p>6. > 1000 p. – Grande notícia / reportagem</p> |
| A10) Espaço | 3. Nacional |
| | 4. Internacional |
| A11) Local da história/Região | 1.Grande Lisboa |
| | 2. Grande Porto |
| | 3. Interior Norte |
| | 4. Litoral Norte |
| | 5. Interior Centro |
| | 6. Litoral Centro |
| | 7. Alentejo (Alto e Baixo) |
| | 8. Algarve (Barlavento / Sotavento) |
| | 9.Açores |
| | 10.Madeira |
| | 11. Misto Nacional |
| | 12. Geral (Portugal) |
| | 13. Espanha |
| | 14. Europa Ocidental/ União Europeia |
| | 15. Europa de Leste |
| | 16. Europa Central |
| | 17.EUA |
| | 18. PALOP's África |
| | 19. África (outros) |
| | 20. Brasil. |
| | 21. América Latina |
| | 22. Oriente |
| | 23. Médio Oriente |

| | |
|---|--|
| | 24. Países Árabes |
| | 25. Sudeste Asiático |
| | 26. Oceania |
| | 27. Caraíbas |
| | 28. Misto Internacional |
| | 29. Geral (Internacional) |
| B) Variáveis dos Públicos | |
| B1) Tipo de Público | 1. Mulheres (25 - 64 anos) |
| | 2. Crianças e jovens (0-24 anos) |
| | 3. Idosos (65 e mais anos) |
| | 4. Grupos Étnicos |
| | 5. Grupos LGBT+ |
| | 6. Pessoas com Deficiência |
| B1.1) Tipo de deficiência (apenas para Opção 6 em B1 – Deficientes) | 1. Deficiência motora |
| | 2. Deficiência visual |
| | 3. Deficiência mental (psicossocial) |
| | 4. Surdez |
| | 5. Paralisia cerebral |
| | 6. Cancro |
| | 7. Esclerose múltipla |
| | 8. Fibromialgia |
| | 9. Paramiloidose |
| | 10. Diabéticos Tipo 1 |
| | 11. Doenças cardiovasculares |
| | 12. Seropositividade / SIDA |
| | 13. Doenças auto-imunes |
| | 14. Doenças congênitas raras |
| | 15. Malformações |
| | 16. Outras/Geral |
| | 17. Mista / Múltiplas |
| | 18. Deficiência cognitiva/intelectual (trissomia, PEA) |
| B4) Assunto | 1. Estado |
| | 2. Partidos Políticos |
| | 3. Autarquias e Políticas Regionais |

| | |
|------------------------------|---|
| | 4. Assuntos Diplomáticos |
| | 5. Banca / Finanças |
| | 6. Segurança pública |
| | 7. Terrorismo / Guerra |
| | 8. Trabalho |
| | 9. Dramas Sociais |
| | 10. Manifestações Sociais |
| | 11. Criminalidade |
| | 12. Tribunais |
| | 13. Festividades e Solenidades |
| | 14. Artes e Espectáculos |
| | 15. Ambiente |
| | 16. Educação |
| | 17. Saúde |
| | 18. Tecnologia & Ciência |
| | 19. Religião |
| | 20. Actividades desportivas |
| | 21. Moda |
| | 22. Media |
| | 23. Gastronomia |
| | 24. Meteorologia |
| | 25. Migrações |
| | 26. Casos Pessoais |
| | 27. Insólitos |
| | 28. Violência |
| B5) Protagonismo da Covid-19 | 1. 1º plano |
| | 2. 2º plano |
| B6) Continuidade | 1. Sim |
| | 2. Não |
| B7) Fonte | 1. Indivíduo (protagonista) |
| | 2. Grupo/associação representante dos públicos |
| | 3. Família/amigo/prestador de cuidados/ Vizinho/a |
| | 4. Profissional de cuidados de saúde (médico, enfermeiro, hospital, terapeuta, autoridade pública de saúde) |

| | |
|--|--|
| | 5.Governo local/regional (Câmara Municipal) |
| | 6.Governo Internacional |
| | 7.Oposição política |
| | 8.Tribunais |
| | 9.Líder de opinião dos media (Colunista/editorial) |
| | 10.Celebridade |
| | 11.Perito (académico) |
| | 12.Educador |
| | 13. Outro |
| | 14. Governo |
| | 15. OMS |
| | 16. Políticos |
| B8) Voz | 0.Sem citação da deficiência |
| | 1.PcD |
| | 2.Família/amigos |
| | 3.Advogados |
| | 4. Médicos/terapeutas |
| | 5. Grupos/ Associações |
| | 6.Outros |
| B81) Voz principal | 0.Sem citação da PcD |
| | 1.PcD |
| | 2.Família/amigos |
| | 3.Advogados |
| | 4. Médicos/terapeutas |
| | 5. Grupos/ Associações |
| | 6.Outros |
| B9) Direcção /Enfoque | 1.Positivo |
| | 2.Negativo |
| | 3.Neutro |
| B10) Título | Título da notícia |
| B11) Lead/1º parágrafo | Lead/1º parágrafo |
| B12) Jornalista/Repórter/Autor Editorial | 1.Homem |
| | 2.Mulher |
| | 3.Não identificado |

Anexo F – Livro de códigos do banco de dados do jornal Público – análise de conteúdo do Estudo 3¹⁰⁹

Apresentam-se, na grelha categorial, as categorias de registo e as unidades de registo (valores). As categorias de registo estão divididas entre as variáveis bibliográficas e as variáveis dos públicos.

A. Variáveis Bibliográficas – Inclui-se todas as categorias de registo referentes aos aspetos de edição jornalística e de valorações atribuídas pela decisão editorial.

N Categoria “**Número da notícia**” – incluem-se o número da notícia de acordo com a ordem de catalogação: 1,2,3,...

A.1 Categoria “**Ano**” – inclui-se o ano o qual se refere a publicação da notícia: 2020.

A.2 Categoria “**Data**” – incluem-se o mês o qual se refere a notícia: de março a maio.

A.3 Categoria “**Meio**”- inclui-se o meio de comunicação no qual a notícia foi publicada: Público.

A.4 Categoria “**Enfatização**” – incluem-se aqui os valores referentes ao lugar dentro do jornal no qual o artigo pode ser publicado: capa – manchete, capa – destaque, página 3, outras páginas ímpares, páginas centrais, contra-capa, páginas pares e páginas duplas.

A.5 Categoria “**Secção**” – incluem-se aqui os valores referentes aos setores temáticos dos artigos: política, economia, sociedade, cultura/artes, desporto, internacional. Regista-se que a secção de sociedade inclui ciência, saúde, trabalho, educação, criminalidade e que a secção internacional agrega todos os assuntos internacionais (política internacional, desporto internacional, cultura internacional).

A.6 Categoria “**Formato do Conteúdo**” – inclui-se aqui os gêneros das notícias: cartoon, reportagem, opinião (comentário/análise), coluna/breve, editorial, correio do leitor, notícia (de agência), entrevista.

A.7 Categoria “**Foto/Ilustração**” – incluem-se aqui os valores referentes a haver foto ou ilustração e a forma como a foto ou ilustração relaciona-se com o artigo: relacionada explícita, relacionada não-implícita, não relacionada e não há fotografia.

A.8 Categoria “**Proeminência**” – incluem-se aqui os valores referentes a proeminência da deficiência ou das pessoas com deficiência no artigo: sim ou não.

A.9 Categoria “**Dimensão das notícias**” – incluem-se aqui os valores referente ao tamanho dos artigos, de acordo com o número de palavras: < 300 palavras (pequena notícia/breve), 300 a 1000 palavras (notícia média), > 1000 palavras (grande notícia/reportagem). Regista-se que a dimensão dos artigos pode revelar um critério de utilidade social, sendo os mais longos os mais prováveis de gerar um efeito de mudança nas percepções públicas, por exemplo.

¹⁰⁹ Referente aos meses do primeiro confinamento da pandemia do coronavírus (março, abril e maio de 2020)

A.10 Categoria “**Espaço**” – incluem-se aqui os valores referente ao espaço que o artigo insere-se: nacional ou internacional.

A.11 Categoria “**Local da história/Região**” – incluem-se aqui os valores referentes à região a que se referem os artigos, a demonstrar uma concentração nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, ou ainda uma pertinência mais geral ou de diversas regiões (mista): Grande Lisboa, Grande Porto, Interior Norte, Litoral Norte, Interior Centro, Litoral Centro, Alentejo (Alto e Baixo), Algarve (Barlavento / Sotavento), Açores, Madeira, Misto Nacional, Geral (Portugal), Espanha, Europa Ocidental/ União Europeia, Europa de Leste, Europa Central, EUA, PALOP’s África, África (outros), Brasil, América Latina, Oriente, Médio Oriente, Países Árabes, Sudeste Asiático, Oceania, Caraíbas, Misto Internacional, Geral (Internacional)

B. Variáveis Públicas – Incluem-se todas as categorias de registo referentes às pessoas com deficiência. Relacionam-se com as características da deficiência, bem como as características das pessoas com deficiência que foram destacadas nas notícias.

B.1 Categoria “**Tipo de Deficiência**” – inserem-se as especificidade do tipo de incapacidade/deficiência, incluindo as doenças crónicas, que possam ser permanentes ou duradouras, de forma a tornar a pessoa legalmente classificada como pessoa com deficiência pelo Estado Português : deficiência motora, deficiência visual, deficiência psicossocial (pessoa que adquiriu uma sequela em decorrência de um transtorno mental), surdez, paralisia cerebral, cancro, esclerose múltipla, fibromialgia, paramiloidose, diabéticos tipo 1, doenças cardiovasculares, seropositividade /SIDA, doenças auto-imunes, doenças raras, malformações, outras/geral, múltiplas, cognitivas/intelectual (trissomia 21, perturbação do espectro do autismo, etc).

B.2 Categoria “**Assunto**” – incluem-se os valores referentes ao assunto abordado no artigo: Estado, partidos políticos, autarquias e políticas regionais, assuntos diplomáticos, banca/finanças, segurança pública, terrorismo/guerra, trabalho, dramas sociais, manifestações sociais, criminalidade, tribunais, festividades e solenidades, artes e espetáculo, ambiente, educação, saúde, tecnologia e ciência, religião, actividades desportivas, moda, media, gastronomia, meteorologia, migrações, casos pessoais, insólitos e violência.

B.3 Categoria “**Protagonismo**” – incluem-se se a pessoa com deficiência ou a temática da deficiência aparece noticiada em 1º ou em 2º plano.

B.4 Categoria “**Casos Covid-19**” – incluem-se aqui se o artigo refere-se a temática da pandemia do coronavírus: sim, não

B.5 Categoria “**Continuidade**” – incluem-se se os artigos são relativos a histórias já publicadas, de conhecimento do público: sim ou não.

B.6 Categoria “**Fonte**” – incluem-se os valores referentes a principal fonte de informação sobre as pessoas com deficiência ou o tema da deficiência: PcD, grupo/associação representante,

família/amigo/prestador de cuidado/vizinho, profissional de cuidados de saúde (médico, enfermeiro, hospital, terapeuta, autoridade pública de saúde), governo local/regional, governo internacional, oposição política, tribunais, líder de opinião dos media (colunista/editorial), celebridade, perito (académico), educador, outro, membros do Governo (Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministra da Saúde, outros ministros e Diretora-Geral de Saúde), Organização Mundial de Saúde e políticos.

B.7 Categoria “**Voz**” – incluem-se aqui se a pessoa com deficiência expressou seu ponto de vista, com citação ou parafraseado: PcD ou sem citação.

B.8 Categoria “**Voz Principal**” – incluem-se aqui qual a principal voz que expressou o ponto de vista da pessoa com deficiência, isto é, quem falou, podendo ser por meio de citação ou parafraseado: sem citação da pessoa com deficiência, pessoa com deficiência, família/amigos, advogados, médico/terapeutas, grupos/associações, peritos/pesquisadores e outros.

B.9 Categoria “**Direção/Enfoque**” – Incluem-se os enfoques que o artigo pode apresentar sobre a deficiência ou as pessoas com deficiência, sendo: positivo, negativo ou neutro.

B.10 Categoria “**Título**” – Foi inserido o título do artigo.

B.11 Categoria “**Lead**” – Foi inserido o primeiro parágrafo do artigo.

B.12 Categoria “**Gênero do Jornalista**” – Incluem-se aqui o gênero do jornalista: homem, mulher, não identificado.

Anexo G – Grelha de códigos para a análise temática dos artigos de imprensa no Estudo 3¹¹⁰

| Tema - Jornalísticos | |
|-----------------------------|--|
| Subtemas | Códigos |
| A. Bibliográficos | Capa Título Subtítulo Lead Legenda de fotografia/ilustração Destaque (Olho) Autoria da Reportagem |
| B. Assunto Principal | Deficiência Cultura Medidas Sociais, Económicas, Reabertura Dificuldades inerentes à Deficiência Saúde Condição social e económica Educação Ciência Família Esporte |
| C. Covid-19 | Sim Não |
| D. Lugar da história | Grande Lisboa Grande Porto Vila Real Múltiplos |

¹¹⁰ Estudo do jornal o Público, nos meses do primeiro confinamento português da pandemia do coronavírus (março, abril e maio de 2020)

Indeterminado

Tema – Deficiência

Subtemas

Códigos

A. Tipo de Deficiência

Motora/Física
Visual
Auditiva
Mental (psicossocial)
Cognitiva/Intelectual
 PEA
 Trissomia 21
D. Crónica
 Cancro
 Diabétes
 D. Cardiovascular
D. Rara
Não especificada

B. Enquadramento

Sem enquadramento
Progressista Consumidor
Progressista Pluralismo Cultural
Progressista Legal
Progressista Minorias/Direitos Cívicos
Tradicional Médico/Individual
Tradicional Patologia Social / Económico
Tradicional *Supercrip* - Superação
Tradicional Negócios

Enquadramento Título

Sem enquadramento
Progressista Consumidor
Progressista Pluralismo Cultural
Progressista Legal
Progressista Minorias / Direitos

Tradicional Negócios
Tradicional Patologia Social / Económico
Tradicional Médico / Individual
Tradicional - Supercrip

C. Estereótipo

Sem estereótipo
Pena ou Drama
Objeto de violência
Pessoa má ou amedrontadora
Pessoa exótica ou curiosidade
Superação / Inspiração/ Exemplo / Supercrip
Motivo de piada ou ridículo
Pena de si
Fardo Social
Sexualmente anormal
Inabilidade social
Normal

Estereótipo Título

Pessoa exótica ou curiosidade / diferente
Pena ou Drama
Superação / Inspiração/ Exemplo / Supercrip
Fardo Social
Sem estereótipo

D. Voz da Deficiência

Presença do tema da deficiência no artigo

PcD/deficiência é protagonista
PcD/deficiência não é protagonista

Presença da PcD no artigo

A PcD fala
A PcD é parafraseada
Não dá voz a PcD

De quem é a voz? Quem fala na notícia?

PcD
Família da PcD
Amigos da PcD
Associação de PcD
Especialistas (Pr.Saúde/Pesquisadores/Acadêmicos)
Represent. Estado/Políticos/ONG/Provedores Sociais
Trabalhador IPSS ou Instituição Deficientes
Outros
Não relacionado à Deficiência

Discurso

Tradicional
Progressista
Neutro
Não relacionado à deficiência

E. Retóricas visuais da deficiência

Realista
Exótico
Sentimental
Maravilhoso
PcD / Def são ocultadas
Não relacionada à Deficiência
Não há fotografia/ilustração

Tipo de deficiência identificada na fotografia

Trissomia 21
Deficiência Visual
Deficiência Física
A deficiência não é identificável / visível

Anexo H - Livro de códigos para a análise temática dos artigos de imprensa no Estudo 3¹¹¹

Tema: Jornalísticos

São os códigos relativos ao fazer jornalístico, concernentes às características específicas dos artigos noticiosos. Foram agrupados, pois dizem respeito a aspectos significativos dos dados perante parte da pergunta de pesquisa (estudo da imprensa).

Subtema: Bibliográficos

Incluem-se neste subtema os extratos (pedaços de textos codificados) de partes relevantes para a formação de um artigo noticioso. Foram classificados de acordo com os seguintes códigos: capa, título, subtítulo, lead (texto do primeiro parágrafo do artigo), legenda da fotografia/ilustração, olho (reapresentação de forma destacada de uma frase importante do texto) e autoria da reportagem.

Subtema: Assunto Principal

Inclui-se neste subtema o extrato pelo qual se identifica o assunto do artigo noticioso. Foram classificados de acordo com os seguintes códigos: inclusão, cultura, respostas sociais, dificuldades inerentes à deficiência, saúde, condição social e económica, educação, ciência, família e esporte.

Subtema: Covid-19

Inclui-se neste subtema o extrato pelo qual se identifica se o artigo noticioso refere-se à pandemia do coronavírus. Foram classificados de acordo com os seguintes códigos: sim, não.

Subtema: Lugar da história

Inclui-se neste subtema o extrato pelo qual se identifica o local do acontecimento do artigo noticioso. Foram classificados de acordo com os seguintes códigos: Grande Lisboa, Grande Porto, Vila Real, múltiplos, indeterminado.

Tema: Deficiência

São os códigos relativos à deficiência, maioritariamente de abordagem dedutiva, pois foram elaborados a partir dos estudos da deficiência e de teorias de media e deficiência. Foram agrupados, pois dizem respeito a aspectos significativos dos dados perante parte da pergunta de pesquisa (representação da deficiência).

Subtema: Tipo da deficiência

¹¹¹ Estudo do jornal o Público, nos meses do primeiro confinamento português da pandemia do coronavírus (março, abril e maio de 2020)

Inclui-se neste subtema o extrato pelo qual se identifica a deficiência a qual o artigo apresenta. Foram classificados de acordo com os seguintes códigos: motora/física, visual, auditiva, mental (psicossocial), cognitiva/intelectual (PEA, trissomia 21), doença crónica (cancro, diabétes, doença cardiovascular), doença rara e deficiência não especificada.

Subtema: Enquadramento

Incluem-se neste subtema os extratos pelos quais se identificam os enquadramentos de representação mediática da deficiência, a partir de Clogston (1990, 1994) e Haller (1995). Os enquadramentos podem ser tradicionais (de forma a apresentar a deficiência de forma negativa) ou progressistas (de forma a apresentar a deficiência de forma positiva). Foram classificados de acordo com os seguintes códigos:

- Sem enquadramento – não foi identificado nenhum enquadramento de representação mediática da deficiência;
- Tradicional Médico ou Individual – toda a informação que classifique a deficiência enquanto um problema individual, afastando-o da normalidade e do padrão estabelecido. Indivíduos com deficiência são passivos e não participam de atividades regulares devido a sua deficiência. A deficiência é vista enquanto uma doença que deve ser curada ou reabilitada. As pessoas com deficiência são dependentes dos profissionais de saúde;
- Patologia social ou económico – toda a informação que apresente as pessoas com deficiência desfavorecidas e devem recorrer ao Estado ou à sociedade em busca de apoio económico, que é considerado uma dádiva, não um direito
- Tradicional *Supercrip* – toda a informação que apresente os feitos das pessoas com deficiência enquanto sobrehumanos ou extraordinários (por alcançar feitos incríveis enquanto seres incompletos) ou especiais (por viverem vidas normais, apesar da deficiência). Este papel reforça a ideia de que pessoas com deficiência são desviantes;
- Tradicional de Negócios – toda a informação que classifique as pessoas com deficiência e a deficiência como sendo dispendiosas para a sociedade, e especialmente para as empresas. A acessibilidade não é lucrativa, pois gera custos para as empresas.
- Progressista Minorias ou Direitos civis – todas as informações que apresentem as pessoas com deficiência enquanto parte de uma comunidade, com interesses e direitos legítimos, os quais devem lutar assim como as outras minorias. A acessibilidade para a sociedade é um direito civil;
- Progressista Legal – todas as informações que apresentem a discriminação contra as pessoas com deficiência. Os direitos das pessoas com deficiência são garantidos por leis;
- Progressista Pluralismo cultural – todas as informações que apresentem as pessoas com deficiência enquanto multifacetadas e representadas da mesma forma que as pessoas sem deficiência.
- Progressista Consumidor – todas as informações que apresentem as pessoas com deficiência enquanto possíveis consumidores. Tornar a sociedade acessível pode ser lucrativo para a sociedade (empresas e

Estado), uma vez que com rendimentos próprios, as pessoas com deficiência precisarão de menos apoio governamental.

Enquadramento Título:

Incluem-se os extratos pelos quais se identificam os enquadramentos de representação mediática da deficiência nos títulos dos artigos. Codificou-se separadamente os títulos dos artigos jornalísticos quanto aos seus enquadramentos, dado suas relevâncias e importâncias. De toda forma, os códigos foram os mesmos já anteriormente estabelecidos: sem enquadramento, progressista consumidor, progressista pluralismo cultural, progressista legal, progressista minorias/direitos, tradicional negócios, tradicional patologia social/económico, tradicional médico/individual, tradicional supercrip.

Subtema: Estereótipo

Incluem-se neste subtema os extratos pelos quais se identificam os estereótipos de representação mediática da deficiência, a partir da categorização elaborada por Barnes (1992). Foram classificados de acordo com os seguintes códigos:

- Sem estereótipo – não foi identificado nenhum estereótipo;
- Pena ou Dramatismo – informações que apresentem a pessoa com deficiência como objeto de pena e protagonistas de dramas sociais, por vezes também representada em contextos de caridade.;
- Objeto de violência – informações que apresentem a pessoa com deficiência como mais vulnerável à violência – roubos, vandalismo, agressões, abuso sexual. Decisões violentas (eugênicas, por exemplo) também são apresentadas em alguns contextos como a solução “natural” para a deficiência;
- Pessoa má ou amedrontadora – informações que apresentem a pessoa com deficiência como personagens más ou com características sobrenaturais. As pessoas com deficiência cognitiva ou mental são por vezes representadas como não confiáveis, perigosas e que devem ser segregadas;
- Pessoa exótica ou objeto de curiosidade – informações que apresentem a pessoa com deficiência como objetos de repulsa ou curiosidade. Por vezes, a deficiência é associada a desvios de caráter e personalidade;
- Pessoa com poderes extraordinários / motivos de inspiração (*Supercrip*) – informações que apresentem as realizações das pessoas com deficiência como algo extraordinário. A superação da deficiência recebe maior destaque que a competência e o sucesso alcançado pelo indivíduo. É recorrente esse estereótipo estar associado a narrativa da inspiração;
- Motivo de piada ou ridículo – informações que apresentem a pessoa com deficiência como motivo de riso ou de piada. Durante os séculos XVII e XVIII, as pessoas com deficiência eram mantidas como objetos de humor entre os mais ricos ou como entretenimento em visitas às instituições para doentes mentais;

- Pena de si mesmo – informações que apresentem a pessoa com deficiência como incapaz de “ultrapassar” a própria deficiência, pois é a maior culpada pela sua deficiência. Desta forma, é representada como com pena de si mesma, negativa e não como alguém que não “enfrenta o desafio”;
- Fardo Social – informações que apresentem a pessoa com deficiência como indefesa que precisa ser 'cuidada' por pessoas sem deficiência. As pessoas com deficiência são apresentadas como desamparadas, precisando ser cuidadas por alguém (familiares, instituições e o próprio Estado). Não se reconhece que, com o suporte adequado, as pessoas com deficiência podem alcançar o mesmo nível de autonomia e independência que as pessoas sem deficiência.
- Sexualmente anormal – informações que apresentem a pessoa com deficiência como completamente inativas sexualmente ou sexualmente degeneradas, relacionando ainda a deficiência mental à perversão sexual;
- Inabilidade social – informações que apresentem a pessoa com deficiência como alguém incapaz de ser um membro integral e produtivo socialmente (como estudantes, profissionais, familiares). A falta dessas representações alimenta a crença de que as pessoas com deficiência são inferiores;
- Normal – informações que apresentem a pessoa com deficiência como “normais”, especialmente na dramaturgia e publicidade. Embora, tenha um valor importante para a inclusão e fim da discriminação, não promove a discussão e a reflexão sobre a experiência da deficiência em uma sociedade que a promove;

Estereótipo Título:

Incluem-se neste subtema os extratos pelos quais se identificam os enquadramentos de representação midiática da deficiência nos títulos dos artigos. Codificou-se separadamente os títulos dos artigos jornalísticos quanto aos seus enquadramentos, dado suas relevâncias e importâncias. De toda forma, os códigos foram os mesmos anteriormente estabelecidos para a classificação dos estereótipos, sendo os utilizados: sem estereótipo, pessoa exótica ou objeto de curiosidade, pena ou drama, superação/inspiração (*supercrip*), fardo social.

Subtema: Voz da Deficiência

Incluem-se neste subtema os extratos que possibilitem classificar a presença das pessoas com deficiência nos artigos. Buscou-se analisar desta forma, se os jornalistas deram voz às pessoas com deficiência e de que forma essa voz foi representada. Foram classificados de acordo com os seguintes códigos:

- Presença do tema da deficiência no artigo: a PcD/deficiência é protagonista; a PcD/deficiência não é protagonista
- Presença da PcD no artigo: a PcD fala, a PcD é parafraseada, não dá voz a PcD

- De quem é a voz? Quem fala na notícia? A PcD, família da PcD, amigos da PcD, especialistas (profissionais de saúde/ pesquisadores /acadêmicos), representantes do Estado / políticos /ONG /provedores sociais, trabalhador IPSS ou instituição deficientes, outros, não relacionado à deficiência

- Discurso de quem fala (de acordo com a classificação Clogston (1990, 1994) e Haller (1995) já anteriormente utilizada): tradicional, progressista, neutro, não relacionada à deficiência

Subtema: Retóricas visuais da deficiência

Incluem-se neste subtema os extratos pelos quais se identificam as retóricas visuais da deficiência, conforme a classificação estabelecida por Garland-Thomson (2002). Foram classificados de acordo com os seguintes códigos:

- Maravilhoso – as fotografias evidenciam as diferenças, especialmente as físicas, para provocar espanto, curiosidade ou admiração. A anormalidade é destacada junto com feitos extraordinários, documentando façanhas e realizações maravilhosas. Pode-se incluir nesse código desde figuras do século XIX (como atores de circo), atletas paralímpicos e suas próteses e pessoas exercendo algumas atividades com os pés ou com a boca, por exemplo. Contemporaneamente, essa categoria transformou a curiosidade (uma vez que o olhar furtivo se tornou inapropriado) na noção de *supercrip*, ou seja, busca-se a superação, o heroísmo das ações extraordinárias;

- Sentimental – as fotografias retratam a pessoa com deficiência enquanto um coitado, uma vítima indefesa que necessita de socorro, cuidado e proteção das pessoas sem deficiência. As fotografias evocam a caridade, e passam a ideia de que as pessoas sem deficiência são seres benevolentes, responsáveis pelo “resgate” das pessoas com deficiência. O mercado também encampou a categoria sentimental, estendendo à publicidade inclusiva, no qual os consumidores sentem-se como parte da retórica de um consumo socialmente responsável;

- Exótico – as fotografias retratam a pessoa com deficiência enquanto um ser distante, erotizado e selvagem. As fotografias são exageradas e procuram chamar a atenção pelo extremo. O exótico tem sido utilizado para promover um mercado em potencial de pessoas com deficiência. Na moda, especificamente, a pessoa com deficiência aparece sexualizada, chique, empoderada e de certa forma, transgressora;

- Realista – As fotografias procuram minimizar as diferenças entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência, logo o espectador e o retratado. As fotografias realistas pretendem despertar a identificação, muitas vezes normalizando a deficiência e minimizando a sua marca visual. A retórica realista é utilitarista, pois procura incitar o espectador à reflexão ou até mesmo a ação política e/ou social. Difere das fotografias de caridade e comercial, pois não busca dinheiro, mas sim a disseminação democrática de informação sobre os direitos das pessoas com deficiência, em busca de mudanças de atitudes e opiniões;

- As pessoas com deficiência são ocultadas – As fotografias apenas revelam parte do corpo deficiente. A pessoa com deficiência não aparece enquanto um indivíduo, mas sim apenas por meio da marca física

que a caracteriza. As fotografias podem retratar as pessoas com deficiência de costas ou apenas uma parte do corpo. Há também as fotografias esfumaçadas, borradas ou apenas das sombras das pessoas com deficiência. Embora, muitas vezes essas retóricas sejam justificadas por questões éticas ou de privacidade, é necessário refletir sobre os processos dessas escolhas editoriais.

- Não relacionada à Deficiência – a fotografia do artigo não se referia à pessoa com deficiência ou à deficiência;

- Não há fotografia/ilustração – não havia fotografia ou ilustração no artigo.

Inclui-se também neste mesmo subtema, de forma a complementá-lo, o **tipo de deficiência identificada especificamente na fotografia**, sendo classificadas de acordo com os códigos já uma vez estabelecidos: deficiência cognitiva / intelectual (trissomia 21), deficiência visual, deficiência física, a deficiência não é identificável ou visível.